

ALLANA MÁTAR DE FIGUEIREDO

**O SUJEITO EMOTIVO NAS OBRAS DE AUTOAJUDA:
imagens do feminino**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais
2014

ALLANA MÁTAR DE FIGUEIREDO

**O SUJEITO EMOTIVO NAS OBRAS DE AUTOAJUDA:
imagens do feminino**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística do Texto e do Discurso

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof^a. Dr^a. Helcira Maria Rodrigues de Lima

Belo Horizonte
Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais
2014

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

F475s Figueiredo, Allana Mátar de.
O sujeito emotivo nas obras de autoajuda [manuscrito]:
imagens do feminino / Allana Mátar de Figueiredo. – 2014.
192 f., enc. : il., color.

Orientadora: Helcira Maria Rodrigues de Lima.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 184-192.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Retórica – Teses. 3.
Oratória – Teses. 4. Mulheres – Aspectos psicológicos – Teses.
5. Gêneros discursivos – Teses. 6. Técnicas de autoajuda –
Teses. I. Lima, Helcira Maria Rodrigues de. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

O sujeito emotivo nas obras de autoajuda: imagens do feminino

ALLANA MATAR DE FIGUEIREDO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 29 de agosto de 2014, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima - Orientador
UFMG

Prof(a). Melliandro Mendes Galinari
UFOP

Prof(a). Gláucia Muniz Proença Lara
UFMG

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2014.

A Deus, o grande Mestre da emoção e da razão.

AGRADECIMENTOS

À UFMG, ao Poslin e a todos os professores da área da Linguística do Texto e do Discurso, pela oportunidade de prosseguir a minha trajetória acadêmica e de construir saberes. À minha orientadora, Helcira Lima, pelo constante incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa e pelo tempo gratuitamente dedicado a mim. A meus colegas do mestrado, Sônia, Tânia, Lorena, Tati, Marcos, Luana, Thiago e Ester, pelo compartilhamento cotidiano das angústias e das alegrias do processo.

À direção do Colégio Bernoulli, em especial Raggazzi, Washington, Rommel e Paulo, por me permitirem conciliar esse percurso com a minha maior bandeira: a sala de aula. A meus amigos professores, exemplos de persistência e alegria, em especial àqueles que ajudaram a formar a profissional que sou: Sandra, Veri, Bruna, Pati Pimentel, Pati Abdo, Solange, Joelma, Flávia e Janaína. A meus alunos, o meu aconchego, que tanto me ajudam a ser alguém melhor a cada dia.

Aos eternos amigos do Juvare, Fran, Hugo, Vanessa, Miguel, Vanice, Hernandez, Bruno e Marcelo, por saberem compreender este tão difícil momento e por serem terra firme para onde sempre posso, de forma grata, voltar. À minha amiga e terapeuta Clarinha, por me ajudar a resgatar o valor da fé em Deus e em mim mesma. A meu grande amigo, Fabiano Veliq, por me sustentar pelos braços nos momentos de desânimo e por me orientar, verdadeiramente, o intelecto e o espírito.

A meus pais, Márcia e Márcio, pela paciência nos momentos de ansiedade, à minha irmã Amanda, exemplo de inteligência e firmeza, e a todos os meus familiares, pelo respaldo de sempre. Ao Hélio, doce presença e segurança emocional em minha vida.

A Deus, o Mestre dos mestres, que tanto me ensinou a não ter medo e avançar para águas mais profundas.

Se as obras de autoajuda defendem que a concretização de nossos projetos é fruto, unicamente, de nossos esforços individuais, este trabalho é, portanto, a prova do contrário.

*Tenho tanto sentimento
Que é frequente persuadir-me
De que sou sentimental,
Mas reconheço, ao medir-me,
Que tudo isso é pensamento,
Que não senti afinal.*

*Temos, todos que vivemos,
Uma vida que é vivida
E outra vida que é pensada,
E a única vida que temos
É essa que é dividida
Entre a verdadeira e a errada.*

*Qual porém é a verdadeira
E qual errada, ninguém
Nos saberá explicar;
E vivemos de maneira
Que a vida que a gente tem
É a que tem que pensar.*

(Fernando Pessoa)

RESUMO

A proposta deste trabalho é proceder a uma análise linguístico-discursiva de duas recentes obras de autoajuda que tematizam, com certa ênfase, a questão das emoções femininas: *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas? Um guia para solteiras ou casadas deixarem os homens a seus pés* (ARGOV, 2010) e *Comporte-se como uma dama, pense como um homem: o que eles realmente pensam sobre amor, intimidade e compromisso* (HARVEY & MILLNER, 2010). De maneira mais específica, buscar-se-á investigar as estratégias retórico-argumentativas mobilizadas por esses *best sellers* para sustentar a histórica dicotomia mulheres passionais *versus* homens racionais. Nessa divisão binarizante retomada pelas obras, o feminino acaba sendo associado a representações pejorativas diversas, tais como as de descontrole e de fragilidade. Em nosso trajeto, também procuraremos circunscrever algumas características básicas do gênero discursivo autoajuda e de uma possível autoajuda feminina, além de verificar qual seria o contexto sociocultural de emergência desse fenômeno editorial. Com o aporte de outras áreas do conhecimento, como a Psicologia Social, a Sociologia e a Filosofia, resgataremos brevemente parte do percurso histórico que acabou por inferiorizar as emoções e, conseqüentemente, o feminino nas esferas de poder. Em nosso campo da Análise do Discurso, valeremo-nos, sobretudo, dos estudos neorretóricos sobre argumentação, construção de imagens e emoções. Por fim, pretendemos mostrar que, por trás de um pretense discurso de afirmação feminina, tais obras acabam por reforçar, indiretamente, certos lugares do patriarcalismo.

Palavras-chave: argumentação; autoajuda; emoção; feminino; imagem.

RÉSUMÉ

La proposition de ce travail est procéder à une analyse linguistique-discursive de deux oeuvres récentes d'auto-aide lesquelles abordent avec l'accent mis sur les questions concernées aux émotions féminines: *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas? Um guia para solteiras ou casadas deixarem os homens a seus pés* (ARGOV, 2010) e *Comporte-se como uma dama, pense como um homem: o que eles realmente pensam sobre amor, intimidade e compromisso* (HARVEY & MILLNER, 2010). On busquera, d'une façon plus particulier, les stratégies rhétoriques-argumentatives mobilisées par ces *best sellers* cherchant soutenir la dichotomie historique des femmes passionnelles *versus* des hommes rationnels. Dans cette binarisation reprise par les oeuvres, le féminin finit par être lié à des représentations péjoratives diverses, telles que celles de l'absence de contrôle et de la fragilité. Dans notre parcours, on cherchera aussi circonscrire quelques caractéristiques essentielles du genre discursif l'auto-aide et d'une possible auto-aide particulièrement féminine, ainsi que vérifier quel serait le contexte socioculturel d'émergence de ce phénomène éditoriale. En ayant l'apport d'autres domaines de connaissance, comme la Psychologie Sociale, la Sociologie et la Philosophie, nous récupérerons brièvement une partie du parcours historique qui a finit par inférioriser les émotions et, par conséquence, le rôle du féminin dans les sphères du pouvoir. Dans notre champ de l'Analyse du Discours, nous nous prévalons, surtout, des études néo-rhétoriques à propos l'argumentation, la construction d'images et émotions. Finalement, nous prétendons montrer que, derrière un prétendu discours d'affirmation féminine, ces oeuvres finissent par renfoncer, indirectement, certains aspects du patriarcat.

Mots-clés: argumentation; auto-aide; émotion; féminin; image.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A AUTOAJUDA COMO GÊNERO DISCURSIVO: AS REGRAS DO CONTRATO	15
1.1 A multifacetada abordagem dos gêneros: da Literatura clássica à Análise do Discurso contemporânea	15
1.1.1 A herança bakhtiniana no estudo dos gêneros discursivos.....	18
1.1.2 Gêneros discursivos e ação retórica	21
1.1.3 A interface entre o contrato comunicacional de Charaudeau e o estudo dos gêneros	24
1.1.4 Gênero discursivo: à luz de incertezas, a grande utilidade funcional	29
1.2 A autoajuda em números: um fenômeno de leitura da atualidade	30
1.3 O florescimento da geração autoajuda: sintoma do individualismo e das angústias contemporâneas.....	36
1.4 A culpabilização excessiva do indivíduo: o poder está em suas mãos, e nada mais	43
1.5 Ensaando (in)definições sobre o gênero discursivo <i>autoajuda</i>	48
1.6 <i>Por que os homens se casam com as mulheres poderosas e Comporte-se como uma dama, pense como um homem</i> : retratos de uma <i>autoajuda feminina</i>	50
1.6.1 A constituição do <i>corpus</i> de pesquisa	52
2 EMOÇÕES E FEMININO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFERIORIDADE	63
2.1 Emoções, feminino e dicotomias: primeiros olhares	63
2.2 Das emoções como pulsões físicas a serem controladas às emoções como ação racional e aprendizado cultural.....	65
2.2.1 A tradição greco-romana: a razão como ideal a ser perseguido	67
2.2.2 A perpetuação da dicotomia corpo/alma e as implicações sensacionalistas	69
2.2.3 Cognição, ação e normas sociais: as emoções como estados motivacionais.....	72
2.2.4 Por uma “etiqueta emocional”: o aprendizado social dos afetos	76
2.2.5 As limitações da razão naturalista.....	82
2.2.6 Recusas e afiliações: a perspectiva racional das emoções.....	84
2.3 Algumas cenas da relação feminino e emoção através da história.....	85
2.3.1 A herança clássica: entre o animalesco e a incompletude	87

2.3.2 A tradição religiosa cristã: a submissão, o silenciamento e o “auxílio afetivo” ...	89
2.3.3 O legado das “Luzes”: a inferioridade intelectual e a incapacitação política.....	91
2.3.4 A mulher e a psicanálise freudiana: a histeria e a distinção pela falta	93
2.3.5 Rumo à progressiva desconstrução da <i>metafísica dos sexos</i> : o entendimento das fronteiras arbitrariamente construídas.....	95
2.3.6 Contra a biologização do social: <i>ser mulher é ter sido feita mulher</i>	98
2.3.7 O patriarcado parece reconfigurar-se: novas roupagens biologicizantes do feminino	104
2.4 <i>Mulheres poderosas e mulheres que agem como damas, mas pensam como homens</i> : abrindo-nos para a análise.....	108
3 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IMAGENS E EMOÇÕES FEMININAS: DESVELANDO O PROJETO ARGUMENTATIVO.....	112
3.1 A Análise Argumentativa do Discurso e sua abordagem linguístico-discursiva-neorretórica	112
3.2 Relendo contemporaneamente <i>ethos</i> , <i>pathos</i> e <i>logos</i> , as três dimensões retóricas da argumentação	120
3.2.1 A construção de imagens como estratégia argumentativa: relendo o <i>ethos</i>	122
3.2.2 A expressão e mobilização das emoções como estratégia argumentativa.....	126
3.2.3 Integrando o <i>logos</i> às demais provas retóricas	133
3.3 Análise do <i>corpus</i> : investigando o projeto argumentativo de <i>Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?</i> (ARGOV, 2010) e <i>Comporte-se como uma dama, pense como um homem</i> (HARVEY & MILLNER, 2010).....	134
3.3.1 Argov e Harvey: (pretensas) imagens de confiabilidade da figura autoral	137
3.3.2 A mulher <i>princesa</i> : imagens negativas de romantismo e idealização.....	144
3.3.3 A mulher <i>doadora</i> : imagens depreciativas de entrega e dependência afetiva.....	151
3.3.4 A mulher <i>descontrolada</i> : imagens pejorativas de instabilidade e afetividade explícita	160
3.3.5 A mulher efetivamente <i>poderosa</i> e a que <i>se comporta como uma dama e pensa como um homem</i> : imagens do feminino ideal?.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	184

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é proceder a uma análise linguístico-discursiva de alguns livros de autoajuda recentes, destinados prioritariamente às mulheres, os quais tematizam, com certa ênfase, a questão das emoções femininas. De maneira mais específica, buscaremos investigar o percurso argumentativo de algumas dessas obras que parecem tratar com certa desconfiança os dizeres e os comportamentos femininos como sendo portadores de excessivas marcas patêmicas. Veremos que, desde a Antiguidade Clássica, as emoções – e seus termos correlatos, como os afetos, as paixões, os sentimentos – enfrentam certo olhar pejorativo por serem vistas como manifestações opostas à razão. Essa marginalização dos afetos, que, impressionantemente, parece persistir até hoje, acabou por contribuir não somente com o descrédito científico das emoções, mas também com a subalternização, no domínio do senso comum, dos sujeitos que a elas são mais vinculados, como as próprias mulheres.

Ao procedermos à leitura de algumas recentes obras de autoajuda dirigidas ao público feminino, podemos perceber que essa abordagem dicotômica entre razão e emoção parece ser bastante destacável, estendendo-se à popular divisão mulheres emotivas *versus* homens racionais, em prejuízo das primeiras. A partir do contexto de grande aceitação popular obtida por esses manuais de comportamento, surge o foco de interesse desta pesquisa. O *corpus* selecionado para tal trabalho é composto por dois *best sellers* de autoajuda femininos: *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas? Um guia para solteiras ou casadas deixarem os homens a seus pés* (ARGOV, 2010) e *Comporte-se como uma dama, pense como um homem: o que eles realmente pensam sobre amor, intimidade e compromisso* (HARVEY & MILLNER, 2010).

Considerando a destacável frequência com que a figura feminina é julgada por essas publicações da maneira anteriormente descrita, esta pesquisa propõe-se a tentar responder às seguintes perguntas principais: quais são as imagens construídas para representar o sujeito dito *emotivo* nessas obras? Quais marcas linguísticas e comportamentais são associadas às posturas e discursos entendidos como patêmicos? A mulher é *efetivamente* representada como um ser passional nos livros sob análise? Se sim, em que imaginários sociais se pauta essa aproximação? Em algum momento é possível se verificar uma ruptura com essa imagem? De que maneira os autores dessas obras, de forma consciente ou não, utilizam estratégias

argumentativas como a construção de imagens e o tratamento das emoções para erigir, em suas páginas, a categoria do feminino como próxima da passionalidade?

Para conferir substrato teórico a nosso estudo, valeremo-nos não somente dos estudos argumentativos e neorretóricos da Análise do Discurso – a partir de pesquisadores como Amossy, Plantin, Charaudeau e Lima –, mas também contaremos com diversas e valiosas contribuições de outras áreas do saber, como os estudos da Linguística Textual, da Psicologia Social, das Ciências Sociais, da Filosofia, da Psicanálise e da Neurobiologia. Dialogando com esses outros campos de conhecimento, tentaremos efetuar uma análise micro e macro do fenômeno discursivo exposto em nosso *corpus*: examinaremos a materialidade linguística, mas procuraremos entendê-la como espelho de fenômenos contextuais, sócio-históricos e culturais.

Em nosso Capítulo 1, começaremos por efetuar um resgate de alguns pressupostos teóricos da Análise do Discurso e da Linguística Textual acerca da noção de *gênero discursivo*. Em seguida, faremos um levantamento cuidadoso do contexto sócio-histórico que permitiu a gênese e a ascensão da literatura de autoajuda, investigando os porquês de sua consolidação como fenômeno editorial em todo o mundo e, também, especificamente no Brasil. Todo esse extenso percurso será essencial para que, em seguida, consigamos delinear, de forma mais consistente e técnica, quais seriam os traços textuais e situacionais definidores do problemático gênero autoajuda. Ainda nesse capítulo, tentaremos circunscrever uma chamada *autoajuda feminina*, subdividindo-a em algumas categorias e apresentando as obras de nosso *corpus*, a serem analisadas mais à frente, a partir dessa divisão.

Em nosso Capítulo 2, iniciaremos por um resgate histórico amplo (mas que não se pretende totalizante, obviamente), dos clássicos à contemporaneidade, acerca do entendimento secular das emoções em oposição rígida à razão, trajetória que acabou por conferir certo descrédito às primeiras. Também mencionaremos algumas tentativas mais recentes de consolidar essas duas instâncias e revalorizar os afetos. Em seguida, nosso trabalho promoverá outro percurso temporal abrangente, de forma a mostrar como, nas sociedades ocidentais de forma geral, a associação histórica entre as mulheres e as emoções acabou por reforçar o local secundarizado do feminino. Ambas as retomadas históricas, apesar de aparentemente exaustivas, serão fundamentais para que consigamos fazer entender o lento e inegável processo de consolidação de tais mentalidades em nossa cultura: inúmeras vozes de relevo acabaram por se recobrir, no

decorrer dos séculos, na naturalização do pensamento dicotômico entre *mulheres passionais* e *homens racionais*. Tais extensos percursos históricos também são justificáveis na medida em que servirão como importante embasamento para a leitura de nosso *corpus*, pois serão retomados nas diversas categorias de imagens femininas a serem contempladas em nossa análise final. De forma complementar, ainda no Capítulo 2, também dialogaremos com aspectos das teorias de gênero social, a fim de entender alguns movimentos simbólicos que constituíram o sujeito mulher em sua posição de subalternização. No fim desse segundo capítulo, já iremos sinalizar, de forma breve, certos aspectos de nosso *corpus*, para sugerir como ele reflete tais dinâmicas históricas – o que será devidamente aprofundado e retomado em nosso capítulo terceiro.

Em nosso Capítulo 3, apresentaremos algumas abordagens teóricas a serem utilizadas na investigação sequente do *corpus*, dando privilégio à Análise Argumentativa do Discurso e à releitura das três provas retóricas, *ethos*, *pathos* e *logos*, em uma perspectiva integrada e não menos vinculada à doxa. Em seguida, proporemo-nos a analisar as obras de autoajuda selecionadas, a partir da identificação de três grandes grupos de imagens que sinalizam a relação pejorativa estabelecida entre o feminino e as emoções nesses livros: o da *mulher princesa*, o da *mulher doadora* e o da *mulher descontrolada*. Por fim, tentaremos desvelar qual seria, afinal, o perfil “ideal” de mulher defendido pelos autores, e em que medida esse perfil apresentaria pontos discutíveis em relação à pretensa proposta de afirmação e empoderamento feminino apregoada pelas obras. A opção (pouco usual) de reunir, em um só capítulo, parte de nossa releitura teórica e a análise de nosso *corpus* também se justifica: decidimos agrupar, em uma só sequência, toda a abordagem mais propriamente argumentativa de nossa dissertação. Assim sendo, esse terceiro capítulo resgatará os pressupostos teóricos especificamente neorretóricos que nos possibilitarão compreender o projeto argumentativo dos dois livros escolhidos para, em seguida, de forma complementar, apresentar a análise da própria materialidade linguístico-discursiva.

Acreditamos que a presente pesquisa, ao tematizar o tratamento discursivo das emoções em obras de autoajuda femininas, possui relevância científica por alguns fatores. O primeiro deles diz respeito à própria escolha do *corpus* do trabalho. Sabe-se que, com frequência, as publicações chamadas de *best sellers*, especificamente os livros de autoajuda, são vistas com significativo receio pelo âmbito acadêmico, por serem entendidas como uma literatura “menor”, ou, em casos mais drásticos, por sequer serem consideradas literatura. Tais obras,

pelo olhar de muitos estudiosos, não seriam dignas da análise da Academia, não somente por questões temáticas, mas também por questões linguístico-estilísticas. A pesquisa proposta, na contramão desses pensamentos, pretende conferir atenção a esse ramo de publicações (na esteira de alguns estudos mais recentes), entendendo que ele pode se apresentar como um terreno extremamente instigante e curioso para compreendermos como se dá a construção das imagens socialmente relacionadas à emoção e ao feminino, já que são obras tão bem aceitas pelo público leitor de massa.

Por consequência, este trabalho também se mostra relevante na medida em que se propõe a investigar um curioso fenômeno social da hipermodernidade: o movimento de busca pela leitura de autoajuda. O que levaria tantas pessoas – inclusive as de mais alto grau de instrução, como veremos – a procurar aconselhamento em tais obras de psicologia popular? O que o individualista e fragmentado sujeito pós-moderno tanto procuraria nesses manuais de comportamento, à primeira vista, homogeneizantes e prescritivos? Apesar de aparentemente simplório, o que sustentaria o discurso fortemente argumentativo e sedutor da autoajuda? O levantamento de respostas para essas perguntas pode, nesse sentido, fornecer embasamento a futuros estudos de diversas áreas das ciências humanas – inclusive da Análise do Discurso – que se voltem para esse tão pouco desbravado campo de investigação, os *self-help books*.

Além disso, a pesquisa proposta pode também auxiliar na reflexão sobre os porquês do rechaço do indivíduo dito emotivo na sociedade e, dentre estes, da figura feminina, a qual frequentemente é condenada por filiar-se a certas representações patêmicas. Nesse sentido, ainda que indiretamente, os estudos discursivos de construção de imagens das mulheres, como os propostos por esta pesquisa, contribuem para uma compreensão mais ampla dos mecanismos sociais, históricos e culturais que levam a categoria *feminino* a uma posição periférica nas esferas de poder e das representações sociais que subjazem a essas tão graves práticas de inferiorização. Ao mesmo tempo, reafirmam-se as múltiplas possibilidades de a Análise do Discurso se associar a outras áreas do saber, como a Psicologia Social e as Ciências Sociais, visando a uma investigação nitidamente mais rica dos enunciados nas mais diversas esferas da sociedade.

1 A AUTOAJUDA COMO GÊNERO DISCURSIVO: AS REGRAS DO CONTRATO

1.1 A multifacetada abordagem dos gêneros: da Literatura clássica à Análise do Discurso contemporânea

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. (BAKHTIN, 1997).

Pensar as obras de autoajuda como componentes de um *gênero discursivo*¹ próprio requer que retomemos, previamente, o importante e multifacetado conceito de *gênero*. Iniciaremos por uma breve retomada histórica dessa noção, até verificarmos sua formulação, principalmente, nos estudos atuais da Análise do Discurso e da Linguística Textual. Em última instância, nossa intenção é verificar pontos de aproximação entre essas duas áreas da Linguística no que diz respeito ao conceito em questão para, posteriormente, valeremo-nos deles e procurarmos delimitar em que complexo quadro genérico se inserem as obras focalizadas como *corpus* deste trabalho.

Conforme nos pontua Marcuschi (2008, p. 147), apesar de vivermos, na contemporaneidade, uma verdadeira “explosão” de estudos sobre os gêneros, tal postura epistemológica não é recente. Na tradição ocidental, a abordagem teórica dos gêneros já conta pelo menos vinte e cinco séculos, se consideramos que sua observação sistemática iniciou-se na Antiguidade Clássica com Platão, a partir da análise dos chamados gêneros literários clássicos². Segundo Charaudeau (apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 249), na tradição literária, “presume-se que os gêneros podem permitir a seleção e a classificação dos diferentes textos

¹ Por não ser objetivo desta pesquisa diferenciar os conceitos de “gênero discursivo” e “gênero textual” e por nos filarmos aos estudos da Análise do Discurso, optaremos, na maior parte deste trabalho, por utilizar, sobretudo, a expressão “gênero discursivo”. Dessa forma seguimos, de certo modo, a opção de Marcuschi (2008, p. 154), que entende indistintamente as expressões “gênero discursivo”, “gênero do discurso” e “gênero textual”. A diferenciação classificatória entre “gênero discursivo” e “gênero textual” somente será feita aqui nos momentos em que se pretende, de modo específico, abordar perspectivas exclusivas da Análise do Discurso ou da Linguística Textual sobre o estudo desse tema.

² Também não é foco deste trabalho o aprofundamento nos gêneros literários, portanto não nos deteremos em seu detalhamento.

literários que pertencem à prosa ou à poesia.”. Tal abordagem genérica no campo da Literatura atravessou os séculos e sofreu inúmeras subcategorizações e adaptações, chegando aos dias atuais ainda como base dos estudos literários no ambiente escolar. Já com Aristóteles é que surge uma teoria mais sistemática dos gêneros em sua abordagem discursiva, externa à Literatura, ilustrada pela formulação dos gêneros retóricos clássicos – o judiciário, o deliberativo e o epidítico³. A visão aristotélica sobre as estratégias e as estruturas dos gêneros retóricos foi desenvolvida e recategorizada amplamente nos séculos posteriores, sobretudo na Idade Média.

Sabe-se que, na atualidade, a noção de gênero perdeu sua vinculação restrita à Literatura ou à Retórica. Como aponta Swales (apud MARCUSCHI, 2008, p. 147), linguista britânico contemporâneo, “hoje, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito [...]”. Pode-se justificar facilmente, assim, a utilização do conceito de *gênero discursivo* em áreas como a Etnografia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e, finalmente, a Linguística, foco central de nosso trabalho. Essa amplitude de áreas do conhecimento que os contemplam torna o estudo dos gêneros uma empreitada cada vez mais multidisciplinar e complexa. Ainda segundo Marcuschi,

[...] a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. [...] Neste sentido, há muito a discutir e tentar distinguir as ideias de que gênero é: uma categoria cultural; um esquema cognitivo, uma forma de ação social; uma estrutura textual; uma forma de organização social; uma ação retórica. (MARCUSCHI, 2008, p. 149).

Marcuschi (*ibidem*, p. 152-153) nos afirma que o que se tem notado no Brasil e no mundo, atualmente, é uma grande variação de tendências no tratamento dos gêneros pela Linguística. Esses têm sido estudados por meio de várias perspectivas teóricas, em sua grande maioria discursivas, tais como: a) perspectiva sócio-histórica e dialógica (Bakhtin); b) perspectiva comunicativa (Steger, Gülich, Bergmann, Berkenkotter); c) perspectiva sistêmico-funcional (Halliday); d) perspectiva sociorretórica de caráter etnográfico voltada para o ensino de segunda língua (Swales, Bhatia); e) perspectiva interacionista e sociodiscursiva de caráter psicolinguístico e atenção didática voltada para língua materna (Bronckart, Dolz, Schneuwly);

³ De forma similar aos gêneros literários, também não focalizaremos mais detidamente os gêneros retóricos aristotélicos, por estes fugirem ao escopo de interesse de nossa pesquisa.

f) perspectiva de análise crítica (Fairclough, Kress); g) perspectiva sociorretórica/sócio-histórica e cultural (Miller, Bazerman, Freedman).⁴

Patrick Charaudeau, na acepção “gênero de discurso” de seu *Dicionário de Análise do Discurso* (apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 250), também nos aponta os diferentes entendimentos que podem ser assumidos pelo conceito, dependendo do posicionamento teórico a que ele é filiado. Charaudeau cita, dentre esses posicionamentos, aquele que entende o gênero sob um ponto de vista *funcional*, a partir do qual as produções textuais podem ser classificadas segundo o polo do ato de comunicação em direção ao qual elas são orientadas. Nesse grupo, enquadram-se, por exemplo, as classificações baseadas nas funções da linguagem de Jakobson ou nas de Halliday. Charaudeau também aponta que o estudo dos gêneros pode estar vinculado a uma concepção *enunciativa*, filiada aos estudos que se apoiam no prolongamento das oposições estabelecidas pelo aparelho formal da enunciação de Benveniste e procuram descrever os gêneros a partir de suas características formais mais recorrentes (Beacco & Moirand, Biber).

Charaudeau também destaca o entendimento dos gêneros sob um ponto de vista *textual*, perspectiva adotada pela subárea da Linguística do Texto e bastante utilizada nos programas didáticos atuais. Segundo o autor, essa perspectiva volta-se, sobretudo, para a organização dos textos, procurando definir a regularidade composicional das produções, chamadas, a esse propósito, de “gêneros textuais” (Adam, Bronckart). Em seguida, Charaudeau nos relembra a ampla orientação que vincula o estudo dos gêneros a uma perspectiva *comunicacional*, resgatando os estudos fundadores de Bakhtin.

Ainda cumpre destacarmos uma conclusão parcial, mas extremamente válida feita por Charaudeau acerca da complexidade das discussões sobre gênero:

A diversidade dos pontos de vista mostra a complexidade da questão dos gêneros, incluindo as denominações [...]. Vê-se que, para definir essa noção, ora leva-se em conta, de modo preferencial, a *ancoragem social* do discurso, ora sua *natureza comunicacional*, ora as *regularidades composicionais* dos textos, ora as *características formais* dos textos produzidos. Pode-se pensar que esses diferentes aspectos estão ligados, o que cria, aliás, afinidades em torno de duas orientações principais: aquela que está mais voltada para os textos, justificando a denominação

⁴ Cf. *op. cit.*. De acordo com o que já foi dito, o objetivo deste capítulo não é detalhar o tratamento do gênero em seus diversos estudos contemporâneos, mas tão somente, de forma breve, sinalizar a complexidade desse conceito e se valer de algumas definições comumente utilizadas pela Análise do Discurso e pela Linguística Textual acerca dessa noção a fim de analisar a constituição do gênero *autoajuda*.

“gêneros de texto”, e a mais voltada para as condições de produção do discurso, que justifica a denominação “gêneros do discurso”. (CHARAUDEAU apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 251).

Para o autor, as duas orientações principais para a categorização dos gêneros girariam, portanto, em torno das perspectivas que dão mais destaque ao fenômeno do *texto* ou às condições de produção do *discurso*. Segundo Charaudeau, tão somente essa diferença de ponto de vista poderia ser apontada como a justificativa principal para a distinção entre as nomeações “gênero textual” e “gênero discursivo”, o que nos parece bastante útil sob o ponto de vista metodológico.

1.1.1 A herança bakhtiniana no estudo dos gêneros discursivos

De volta à ampla e profícua tradição comunicacional do estudo dos gêneros apontada por Charaudeau, esta se origina, sobretudo, dos escritos fundadores de Bakhtin. Em *Estética da criação verbal* ([1979] 1997), o autor russo postula que os gêneros dependeriam da “natureza comunicacional” da linguagem, essencialmente dialógica. Os gêneros e os enunciados manteriam entre si uma relação peculiar: enquanto o enunciado seria não-repetível e individual, o gênero seria histórico e não-individual, o que conduz à conhecida noção bakhtiniana dos gêneros como *tipos relativamente estáveis de enunciados* produzidos por cada esfera de utilização da língua, em uma relação de vínculo estreito e concreto entre vida e linguagem. Essa conhecida noção formulada por Bakhtin pode mostrar-se válida à análise que será desenvolvida a seguir acerca do gênero *autoajuda*, já que este apresenta uma estabilidade apenas parcial, precária, mas ainda assim reconhecível.

Seria possível distinguir os gêneros, segundo Bakhtin, em duas grandes categorias basais: produções “naturais”, espontâneas, pertencentes aos *gêneros primários* (aqueles da vida cotidiana), e produções “construídas”, institucionalizadas, pertencentes aos *gêneros secundários* (produções elaboradas, como as literárias e as científicas, que derivariam dos primários). Sob esse ponto de vista, as obras de autoajuda seriam, grosso modo, produções de gênero secundário, pois aproveitariam, interessantemente, produções primárias – como diálogos cotidianos entre homens e mulheres, conselhos de amigos e ditados populares – e as

transformariam em produções verbais mais elaboradas, vistas como integrantes de um discurso literário de não-ficção⁵, por essa razão mais legitimado socialmente.

Estudaram-se, mais do que tudo, os gêneros literários. [...] Estudaram-se também – a começar pelos da Antiguidade – os gêneros retóricos. [...] E, por fim, estudaram-se os gêneros do discurso cotidiano. [...] Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero do discurso primário (simples) e o gênero do discurso secundário (complexo). Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. (BAKHTIN, 1997, p. 280-281).

Para Marcuschi (2008, p. 152), Bakhtin, apesar de tecer considerações em parte vagas sobre os gêneros, seria um autor que fornece subsídios teóricos de ordem macroanalítica e categorias mais amplas acerca desse assunto, podendo ser assimilado por praticamente todas as correntes de estudo dos gêneros de forma bastante proveitosa, pois “[ele] representa uma espécie de bom-senso teórico em relação à concepção de linguagem.”

Ainda que de forma ampla, é, portanto, propriamente em *Estética da criação verbal*, na seção compilada sob o nome de “Os gêneros do discurso”, que se encontram os pilares de boa parte das teorizações contemporâneas sobre gêneros, a começar pelos três elementos definidores dos gêneros a partir do conceito de enunciado:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. **Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado**, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera da comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente, é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus **tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso**. (BAKHTIN, 1997, p. 279, negritos nossos).

⁵ Apesar de o debate acerca do caráter literário ou não-literário da autoajuda ter grande fôlego nos dias atuais, como novamente será mencionado adiante. Todavia, não nos aprofundaremos nessa polêmica discussão, tendo em vista que este trabalho não pretende adentrar em questões teóricas acerca do que define a literariedade ou não-literariedade dos gêneros.

Veja-se como *conteúdo temático, estilo e construção composicional*, os três elementos definidores de um gênero para Bakhtin, reverberam nitidamente nas conceituações contemporâneas de gênero, por exemplo em uma das definições mais comuns de “gênero textual” para a Linguística do Texto:

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam **padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados** na integração de formas históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155, negrito nosso).

Tal tripé constituinte dos gêneros será, adiante, novamente abordado neste capítulo quando estivermos efetuando uma tentativa de definição dos traços gerais do gênero autoajuda.

Considerando ainda a citação anterior de Marcuschi, podemos perceber que ela sinaliza certa *estabilidade* na composição dos gêneros, já que estes possuem padrões razoavelmente definidos que fazem com que possam ser reconhecidos e utilizados a qualquer momento por um falante da língua. Tal caráter normativo – e necessário – dos gêneros, tão aceito nos estudos contemporâneos, também, obviamente, já era sinalizado por Bakhtin:

[...] o locutor recebe, além das formas prescritivas da língua comum (os componentes e as estruturas gramaticais), as formas não menos prescritivas do enunciado, ou seja, os gêneros do discurso, que são tão indispensáveis quanto as formas da língua para um entendimento recíproco entre locutores. Os gêneros do discurso são, em comparação com as formas da língua, muito mais fáceis de combinar, mais ágeis, porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhe são dados, não é ele que os cria. (BAKHTIN, 1997, p. 304).

Todavia, a concepção dos gêneros também sugere, nada paradoxalmente, certa *instabilidade* em sua composição, já que tais padrões acabam se flexibilizando para se adaptarem às diversas situações comunicativas e à singularidade dos sujeitos que os colocam em funcionamento. Amy J. Devitt (apud Marcuschi, 2008, p. 156), a esse respeito, identifica o gênero como nossa “língua estandar”, sugerindo que, por um lado, sua existência nos impõe restrições e padronizações, mas, por outro, é um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação. Assim, desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas na linguagem (MILLER apud MARCUSCHI, 2008, p. 151), seremos levados a

entender os gêneros como entidades dinâmicas, vivas, cujos limites e demarcação se tornam fluidos propositalmente tendo em vista seu enriquecimento e diversificação.

Tal estabilidade relativa dos gêneros pode ser facilmente ilustrada pela variedade com que se apresentam as obras de autoajuda. Cada gênero textual, *a priori*, deve ter um propósito claro que o determina razoavelmente e lhe dá uma esfera de circulação. Ainda segundo Marcuschi (*ibidem*, p. 150), é interessante perceber que, apesar de todos os gêneros terem uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, sua determinação se dá basicamente pela função e não pela forma. Se pensarmos nas obras de autoajuda, tal afirmação do linguista parece totalmente pertinente. Veremos, adiante, que o grande gênero autoajuda se manifesta sob as mais diversas formas composicionais e estilos (há diversas “autoajudas”), todos eles unidos, sobretudo, por um propósito comum: o de indicar, direta ou indiretamente, modos de agir diante de si mesmo ou do mundo a fim de atingir determinados propósitos materiais ou imateriais.

1.1.2 Gêneros discursivos e ação retórica

Ademais, os gêneros são atividades discursivas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício do poder, conforme nos lembra também Marcuschi (2008, p. 161-162). Assim, poder-se-ia dizer que os gêneros textuais são uma forma de inserção e controle social no dia a dia, pois sua esfera de agência vai muito além do aspecto meramente comunicativo e informacional da língua e chega a ser uma verdadeira ferramenta de ação do poder individual e coletivo do indivíduo que os maneja.

Enfim: quem pode expedir um *diploma*, uma *carteira de identidade*, um *alvará de soltura*, uma *certidão de casamento*, um *porte de arma*, escrever uma *reportagem jornalística*, uma *tese de doutorado*, dar uma *conferência*, uma *aula expositiva*, realizar um *inquérito judicial* e assim por diante? (MARCUSCHI, 2008, p. 162).

Bakhtin já nos apontava que, sendo a linguagem dialógica, os gêneros discursivos não são somente formas enunciativas da expressão de um querer-dizer, mas meios de construir o próprio interlocutor, segundo relembra Pedrosa (2008, p. 37) e, por que não, de se dirigir a ele da forma mais eficaz e apropriada. Levando-se em consideração que a escolha consciente ou inconsciente do gênero que se utiliza tem íntima relação com o destinatário que se pretende atingir (mesmo sendo este destinatário um sujeito virtual), já se nota a possibilidade de

entendimento do gênero discursivo como uma verdadeira prática retórica, o que será sobremaneira útil em nossa análise das obras de autoajuda.

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. Esses fatores determinarão a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos linguísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado. (BAKHTIN, 1997, p. 321).

A esse respeito, cabe-nos resgatar, brevemente, os estudos de Miller. A *Nova Retórica* de Miller, situada dentro das contribuições da escola norte-americana para o estudo dos gêneros, tem como emblema o artigo “Genre as social action” (MILLER, 1984). A autora, por meio de um posicionamento teórico ligado à etnometodologia⁶, defende que uma noção razoavelmente sólida de gênero foca não a substância ou a forma do discurso, mas a *ação* que este desempenha na sociedade e na cultura.

Genre, in this way, becomes more than a formal entity; it becomes pragmatic, fully rhetorical, a point of connection between intention and effect, an aspect of social action. (MILLER, 1984, p. 153)⁷.

Para Miller, a abordagem dos gêneros melhor se representaria na ação retórica, instituída na situação de produção discursiva e em suas motivações cotidianas. Pedrosa (*op. cit.*) explica de que forma, para Miller, construímos tipos ou noções de tipicidade vinculadas à linguagem – o que resultará na percepção dos gêneros: “Quando temos situações recorrentes, nossos conhecimentos armazenados são evocados para constatar similaridades e, com isso, determinar as ações relevantes ou necessárias. E tais tipos são comumente construídos com base na linguagem.” (PEDROSA, 2008, p. 45). Os gêneros retóricos, tais como Miller os entende, seriam baseados, por conseguinte, em práticas retóricas, em convenções discursivas situadas pela sociedade para a ação motivada que vinculariam intenções privadas,

⁶ Segundo Sonia Branca-Rosoff (CHARAUDEAU & MAIGUENEAU, 2008, p. 224-226), a etnometodologia é uma corrente epistemológica da Sociologia surgida na Califórnia, em 1959 (Garfinkel), construída em oposição à corrente normativa dessa área do conhecimento. Herdeira da fenomenologia social e do interacionismo simbólico, a etnometodologia dará origem, por exemplo, no terreno discursivo, à Análise da Conversação. Essa escola sociológica caracteriza-se, grosso modo, por uma abordagem dinâmica e interpretativa da ordem social como resultado de uma construção incessante e interativa, e não mais como algo já dado, ou mesmo o indivíduo como não mais submetido a determinações sociais.

⁷ Tradução livre da autora: “Gênero, sob esse ponto de vista, torna-se mais que uma entidade formal; ele se torna pragmático, totalmente retórico, como um ponto de conexão entre intenção e efeito, como um aspecto da ação social.”.

particulares, individuais, e exigências sociais, recorrentes. De forma mais sinóptica, para a autora norte-americana,

Genre refers to a conventional category of discourse based in large-scale typification of rhetorical action; as action, it acquires meaning from situation and from the social context in which that situation arose. (MILLER, 1984, p. 163)⁸.

Miller ainda assevera que o gênero é passível de interpretação somente por meio de regras de interação simbólica, já que residem na substância de nossa vida cultural. (MILLER, *ibid.*). Tal concepção retórica da pesquisadora norte-americana para o entendimento dos gêneros é de fundamental valia para a abordagem genérica das obras de autoajuda dentro da perspectiva a ser desenvolvida neste trabalho. Muito além de buscar características composicionais, temáticas ou estilísticas recorrentes às obras de autoajuda, pretendemos verificar de que modo estas se constituem a partir de um propósito retórico, de intenções privadas que se associam a necessidades sociais recorrentes por meio de estratégias argumentativas de forte persuasão.

Voltaremos várias vezes, nesta dissertação, à relação entre gênero autoajuda e poder, mas, antes disso, é interessante expormos, por fim, uma afirmação de Rüdiger (2010), cientista social a ser contemplado a seguir em nosso trabalho:

As estratégias de pressão que conhecemos no passado, os controles rígidos sobre os corpos, o emprego de coerções e ameaças – tudo isso ainda tem o seu lugar, mas ao mesmo tempo revela-se cada vez menos eficiente, devido não apenas às mudanças no sistema empresarial mas também ao declínio dos critérios de autoridade legítima tradicionais. Atualmente, o exercício do poder é concebido mais e mais como a capacidade de influir sobre outras pessoas de modo que estas se sintam agradecidas psicologicamente. [...] Ele consiste, sobretudo, em explorar a liberdade individual disponível e satisfazer, da maneira mais utilitária possível, o interesse próprio, através da adaptação mais ou menos consciente às condições de vida ditadas por estas estruturas. Devido a isso, uma mensagem só se torna persuasiva quando a sua ideia é expressa em termos de interesse do destinatário. (RÜDIGER, 2010, p. 203-204).

Nesse excerto, Rüdiger corrobora indiretamente a hipótese de que determinados gêneros são eficazes ferramentas de poder ao mencionar que, na contemporaneidade, certas estratégias persuasivas que agem sobre a *psiqué* do indivíduo – tais como as próprias obras de autoajuda – são mais eficazes que o poder pelo controle físico. A esse respeito, reiteramos aqui, cabe-nos abordar, adiante, o poder de *força* que a argumentação desses livros parece deter.

⁸ Tradução livre da autora: “Gênero refere-se a uma categoria convencional do discurso baseada na tipificação em larga escala de ação retórica; como ação, ele adquire o significado da situação e do contexto social em que essa situação surgir.”

1.1.3 A interface entre o contrato comunicacional de Charaudeau e o estudo dos gêneros

De volta a Charaudeau, este autor, na esteira de Bakhtin, também cita a si próprio quando aponta perspectivas de estudo do gênero filiadas a um ponto de vista comunicacional:

Para Charaudeau, que procura ancorar o discurso no social, mas em uma filiação mais psicossociológica, trata-se de determinar os gêneros no ponto de articulação entre “as coerções situacionais determinadas pelo *contrato* global de comunicação”, “as coerções da *organização discursiva*” e “as características das *formas textuais*”, localizáveis pela recorrência de marcas formais. [...] Mas, para esse autor, as características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção situacionais nas quais são definidas as coerções que determinam as características da organização discursiva e formal; os gêneros de discurso são “gêneros situacionais”. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 251).

É interessante perceber que a noção de *contrato de comunicação*, elaborada por Charaudeau e nitidamente vinculada às concepções bakhtinianas resgatadas acima, é o maior ponto de aproximação tecido pela Análise do Discurso de linha francesa de segunda geração (pós-pecheutiana) à questão dos gêneros. Por isso, justifica-se o destaque que daremos, a seguir, a tal abordagem. O próprio Charaudeau procura sintetizar o conceito de contrato de comunicação, tão caro à sua Teoria Semi linguística, da seguinte forma:

Em análise do discurso, Charaudeau faz do **contrato de comunicação** (por um tempo chamado “contrato de fala” [...]) um conceito central, definindo-o como o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objetivo temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias). (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 132, negrito do autor).

Sendo assim, o *discurso*, entendido na Teoria Semi linguística principalmente como o “fenômeno da encenação do ato de linguagem”, no célebre artigo “Uma teoria dos sujeitos da linguagem” (CHARAUDEAU, 2001, p. 26), será, segundo o próprio Charaudeau, o “território” em que se definirá, intrinsecamente, o conceito de contrato para a TS.

Ainda segundo Charaudeau, o contrato, ao permitir a efetivação de todo e qualquer ato linguageiro, constitui, nos seres de linguagem⁹, uma “memória coletiva” ancorada sócio-

⁹ Para maiores detalhes, cf. o artigo “Uma teoria dos sujeitos da linguagem” completo (CHARAUDEAU, 2001).

historicamente (apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 132). É exatamente essa propriedade do contrato que permitirá ao sujeito interpretante, ser social, compreender, ao menos em parte, um ato de comunicação sem que todos os seus detalhes tenham de ser conhecidos previamente. No caso das obras de autoajuda, por exemplo, é bem possível que um leitor mediano intua parte do que está em jogo (por exemplo, o objetivo básico de um livro como este, de fornecer aconselhamento ao sujeito que o compra) antes mesmo que saiba a que categoria de autoajuda a obra pertence ou que formato discursivo ela apresenta, mas tão somente observando sua capa ou lendo sua sinopse em uma livraria.

É exatamente pelo fato de consolidar na memória dos sujeitos esse sempre crescente repertório de representações discursivas mais ou menos conhecidas que a noção de contrato, na Análise do Discurso charaudiana, remete inevitavelmente a uma teoria do gênero, pois, para o semiolinguista, “pode-se dizer que o conjunto de coerções trazido pelo contrato é o que define um gênero de discurso”. Por consequência, “D’une part, le terme discours correspond au ‘dispositif’ de la mise en scène du langage qui détermine les règles de un genre. [...]”¹⁰ (CHARAUDEAU, 1988, p. 48 apud MACHADO, 2001, p. 39).

Charaudeau, ao inserir a Semiologia em uma tradição psicossocial e comunicacional de abordagem da língua, vincula as ideias de contrato e gênero em sua teoria através do entendimento dos gêneros discursivos como *gêneros situacionais*, conforme já sinalizamos anteriormente. Outros pesquisadores filiados à Análise do Discurso francesa de segunda geração ratificam tal tendência, como Dominique Maingueneau. Na citação a seguir, o pesquisador francês pontua claramente o papel determinante que a AD francesa contemporânea atribui aos componentes do contrato de comunicação em seu entendimento da questão genérica.

No âmbito da Análise do Discurso, a categoria *gênero do discurso* é mais comumente definida a partir de critérios situacionais: ela designa, de fato, dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos e elaborados, de modo geral, com a ajuda de metáforas tais como as de “contrato”, “ritual”, ou “jogo”. Assim, fala-se de “gêneros do discurso” tendo por base um jornal, uma conversação, um programa de televisão, uma dissertação etc. Os gêneros em questão são, assim, normalmente caracterizados por parâmetros tais como os papéis dos participantes, suas finalidades, seu *médium*, seu enquadramento espaço-temporal, o tipo de organização textual que eles implicam, etc. (MAINGUENEAU, 2004, p. 45).

¹⁰ Tradução livre da autora: “Por um lado, o termo discurso corresponde ao ‘dispositivo’ da encenação da linguagem que determina as regras de um gênero.”

Emediato (2003, p. 64), também se associando ao enfoque da AD, relembra que, na abordagem historicamente “mais ou menos caótica” da questão genérica, o conceito de gênero sempre privilegiou os aspectos formais, vistos como estruturas estáveis, recorrentes e específicas das produções textuais. Para o pesquisador, o interesse parece sempre girar em torno de “um princípio ideal de classificação capaz de reduzir a pluralidade dos textos a codificações mais ou menos homogêneas, ou seja, a tipologias textuais estáveis”. Na contramão dessa tendência simplificadora que procura classificar um texto a partir somente de suas características estruturais ou semânticas (postura verificável até hoje, em particular nos livros didáticos), Emediato aproxima-se sobremaneira de Charaudeau e entende o conceito de gênero como

[...] o produto de uma interação complexa entre as *condições* de produção dos textos e das variantes textuais e as *competências* que estariam na base da produção dos discursos sociais. Um texto, antes de ser uma construção linguística, seria, nesta perspectiva, uma *construção social tipificada pela experiência comunicacional dos agentes*. Uma tal perspectiva pressupõe, pois, que o gênero, antes de ser um tipo textual, configura-se como um *tipo situacional*. (EMEDIATO, *ibid.*).

Voltando, finalmente, a Charaudeau, procuraremos mostrar de forma breve em que consiste o postulado do semiolinguista de que os gêneros discursivos, entendidos por meio da noção de contrato comunicacional, são, em essência, *situacionais*.

Para tal, é importante recordarmos de que campo semântico emerge o termo *contrato*. Resende (2006, p. 24), ao reler o percurso teórico da Semiologia, relembra-nos o fato de que o vocábulo “contrato” advém do universo jurídico e diz respeito ao conjunto de normas que delimitam as práticas coletivas de cada sociedade. Contratos, nesse sentido, estabelecem limites e apontam permissões e restrições convencionadas *a priori*. Da mesma maneira, um contrato pode ter suas cláusulas alteradas, incluídas, suprimidas de acordo com reajustamentos possíveis que podem ser feitos nele. Tais ações, obviamente, dependerão dos valores mobilizados em uma determinada época e em uma determinada cultura. De forma análoga, para Charaudeau, a noção de contrato compõe-se da correlação entre os *limites* a que se submetem os falantes e as *estratégias* que eles selecionam em uma dada situação de comunicação, fazendo com que o ato de linguagem seja reconhecido como válido do ponto de vista do sentido. Em outras palavras, o contrato erige-se a partir do entrecruzamento do *espaço de restrições* – que coloca diversas sobredeterminações a serem seguidas pelo sujeito para que o jogo discursivo ocorra – e do *espaço de estratégias* – que se refere à margem de

manobra com que o sujeito conta para produzir seu discurso e atingir sua *visée*/visada comunicativa (intencionalidade/finalidade do ato de linguagem). Machado (1998, p. 114), nesse sentido, ratifica de forma precisa que o sujeito da AD não é “[...] nem completamente livre, pois agindo num mundo de representações e código, nem submisso, pois singular, único.”

Ainda para Charaudeau (2004), a *situação de comunicação* seria o que determina as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, as condições de enunciação sob seu aspecto *externo*, respondendo a perguntas gerais como “estamos aqui para dizer o quê?” e, portanto, “como dizer?”. A situação de comunicação acabaria por estruturar domínios de comunicação, como o domínio de comunicação política ou o domínio de comunicação publicitária, os quais possuiriam componentes/especificações próprias. O domínio político, por exemplo, instruiria uma certa visada (incitação), uma certa identidade dos parceiros (responsável político/cidadão/adversário) e um certo propósito (a idealidade do bem-estar social), componentes estes que poderiam ser encontrados em qualquer situação de comunicação política particular, como um folheto político, um comício eleitoral ou uma entrevista radiofônica de um candidato. Dessa forma, para o semiolinguista,

É por isso que podemos falar de “contrato de comunicação”: todo domínio de comunicação propõe a seus parceiros um certo número de condições que definem a expectativa (*enjeu*) da troca comunicativa que, sem o seu reconhecimento, não haveria possibilidade de intercompreensão. As situações particulares seriam consideradas, então, como variantes (ou sub-contratos) de um contrato global. (CHARAUDEAU, 2004, p. 26).

Essa noção de contrato permite, portanto, reunir os textos que participam das mesmas condições situacionais (por isso, para o autor, os gêneros discursivos são, sobretudo, gêneros situacionais), mas não é, obviamente, suficiente para propor classificações genéricas mais específicas aos textos. Levando em consideração tal insuficiência, ainda neste texto, o autor pontua, além das *restrições situacionais*, a importância das *restrições discursivas* e das *restrições formais* para a investigação dos gêneros.

As *restrições discursivas* seriam correspondentes a um “conjunto de comportamentos discursivos possíveis entre os quais o sujeito comunicante escolhe aqueles que são suscetíveis de satisfazer às condições dos dados externos” (2004, p. 27). Charaudeau pontua, dentre algumas restrições discursivas possíveis, a escolha dos *modos enoncivos* (descritivo,

narrativo, argumentativo) que o sujeito falante deve empregar; a escolha dos *modos enunciativos* (alocutivo, elocutivo, delocutivo) ligados à identidade dos parceiros; a escolha de certos *modos de tematização* (temas e sub-temas a serem tratados) e certos *modos de semiologização* (a organização dos dados materiais, verbais e/ou visuais, do ato de comunicação).

As *restrições formais*, de maneira ainda mais específica, caracterizam-se pela materialidade significativa dos textos (oral, escritural, mimo-gestual) e por suas condições de construção linguística (morfológica, sintática). Trata-se de verificar, segundo Charaudeau (2004, p. 29-30), a recorrência formal em domínios como: a disposição do paratexto (organização das páginas e seções externas ao texto principal); a composição textual interna (divisão em partes e articulação entre estas); a fraseologia (emprego recorrente de locuções, fórmulas breves e outras expressões fixas); a construção gramatical, enfim (por exemplo, recorrência de certas construções – como as de voz ativa, passiva, nominalizada, impessoal –; recorrência de certos conectores lógicos específicos; de estruturas de pronominalização e de anaforização; e, talvez, até de certas recorrências lexicais).

No final de seu artigo, Charaudeau finalmente sintetiza como vê a definição de *gênero discursivo* por meio da interação entre as três instâncias descritas por ele (o contrato situacional, as restrições discursivas e as restrições formais):

No final deste trabalho, não saberia muito bem dizer o que poderíamos chamar por gênero: as constantes do contrato situacional? As constantes da organização discursiva? Mas o que dizer de sua variação? As constantes formais? Mas o que dizer de sua circulação nos gêneros diferentes?

No que me diz respeito, me mantenho nesta terminologia que tem o mérito de ser clara: o *contrato global* do domínio de comunicação com suas variantes, no que diz respeito aos dados situacionais; a *organização discursiva* e seus modos, no que diz respeito às restrições específicas advindas dos dados situacionais; as *formas textuais* no que diz respeito às recorrências formais que testemunham as regularidades e até mesmo as rotinizações e a configuração textual. Poderíamos, então, a respeito destas categorias, falar de “gênero situacional” para se referir às condições do contrato, falar de “sub-gêneros” como se fala de “sub-contratos” que são as variantes encaixadas em um contrato global. [...] **A posição aqui defendida é que uma definição de gêneros do discurso passa pela articulação entre esses três níveis [...].** (CHARAUDEAU, 2004, p. 38, negrito nosso).

No caso das obras de autoajuda, objeto de estudo deste trabalho, as reflexões de Charaudeau sobre a definição de gênero discursivo nos serão úteis, especialmente em nosso capítulo de análise linguística. Em uma seção adiante, ainda neste capítulo, essas reflexões também serão

resgatadas quando estivermos discutindo alguns limites (ainda que tênues) desse gênero que compõe o *corpus* da dissertação.

1.1.4 Gênero discursivo: à luz de incertezas, a grande utilidade funcional

Apesar de tantas tentativas de conceituação, que parecem apresentar “luzes” aos tortuosos caminhos da teorização sobre os gêneros discursivos, sabe-se que as incertezas ainda são muito maiores que as definições. A categoria “gênero” parece assumir uma utilidade funcional muito mais ampla que as certezas conceituais que cercam a noção, conforme asseveram Mari e Silveira (2004):

[...] a mobilidade prática que desfrutamos com o gênero parece ser inversamente proporcional à clareza conceitual que dele dispomos. Como, por exemplo, caracterizar um gênero autônomo (além do seu processo de nomeação), como reconhecer sub-gêneros no interior de um gênero maior, como decidir sobre limites entre um e outro gênero, como decidir sobre o enquadramento de formas discursivas mais fluidas em um gênero específico e, por último, como selecionar um elenco de critérios que seja decisivo para a sua compreensão? Todas essas indagações estão estreitamente correlacionadas com a extensão do conceito de gênero e, apesar dessas dificuldades conceituais, a categoria parece revestir-se de uma funcionalidade intuitiva para os usuários, capaz de neutralizar grande parte das dificuldades teóricas. (MARI & SILVEIRA, 2004, p. 65).

Diante de tantos questionamentos teóricos aparentemente insolúveis, em que estaria, portanto, a vantagem prática de utilização dos gêneros discursivos? A “funcionalidade intuitiva” a que se referem Mari & Silveira estaria ligada, segundo os autores, à ideia de gênero como “um *script* – onde algum esqueleto mental de percepção e de inferências está estruturado e/ou disponível – que visa a uma economia cognitiva drástica no processamento da informação”, o que configuraria uma racionalidade desejável para as práticas de linguagem (*idem*, p. 66). O usuário da língua, portanto, recorreria aos esquemas mentais pré-configurados acerca de gêneros para se “movimentar” de forma mais hábil e eficiente diante das situações de uso da linguagem. Tal utilidade funcional parece muito clara às obras de autoajuda. Diante de uma gama enorme de variações que essas obras recobrem, ter um conhecimento prévio e internalizado de como se configuraria razoavelmente um livro classificado como tal pode significar uma grande economia cognitiva ao sujeito leitor, que procuraria essas obras já razoavelmente ciente de como lê-las ou de como utilizá-las em seu dia a dia após a leitura, caso assim queira.

Mari & Silveira, por fim, apontam a valiosa contribuição que os estudiosos do gênero – ainda que diante de um território epistemológico movediço e frágil – oferecem à Linguística:

[...] Faz mais pela teoria, nesse momento de sua ebulição, aqueles que estão ‘apanhando’ dos critérios que propõem para o reconhecimento do gênero [...], do que simplesmente quem se conforma a eles. O território do gênero ainda nos parece recortado por discrepâncias e indecisões conceituais, mas esse talvez seja o desafio mais importante que ele tem suscitado na linguística atual, sobretudo por não deixar o campo de sua manifestação entregue apenas às intuições. [...] Erigir construtos teóricos para justificar a intuição tem sido um desafio constante da humanidade e o desafio dos gêneros é apenas mais um em nossa coleção. (MARI & SILVEIRA, 2004, p. 73).

Da mesma forma, acreditamos que um dos objetivos deste trabalho, uma investigação mais detida em torno do gênero autoajuda – conceito ainda tão pouco explorado e controverso –, poderá contribuir não somente a uma teoria genérica, assim como também a uma teoria discursiva e, por isso mesmo, não menos psicossocial.

1.2 A autoajuda em números: um fenômeno de leitura da atualidade

O mercado da autoajuda prospera, não seus consumidores. (PEARSALL, 2006).

Procederemos, agora, a respeito da leitura do gênero autoajuda pelos brasileiros, à análise de alguns importantes dados (ainda que não tão específicos como gostaríamos, já que o assunto ainda não foi objeto de muitas investigações estatísticas oficiais). Eles foram extraídos da 3ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2012), realizada em 2011 pelo *Instituto Pró-Livro*, uma organização social civil de interesse público formada pela ABRELIVROS (Associação Brasileira de Livros Escolares), CBL (Câmara Brasileira de Livros) e SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros) e executada pelo *Ibope Inteligência*. O próprio Prefácio da obra (*op. cit.*, s.p.), escrito pela presidente do Instituto, Karine Pansa, pontua a importância que o documento adquire:

Sem dúvida, a *Retratos da Leitura* é o projeto de maior destaque entre os desenvolvidos pelo IPL, pois se tornou referência como o primeiro e único estudo em âmbito nacional sobre o comportamento leitor do brasileiro. Os resultados da segunda edição, até hoje: subsidiam estudos; decisões de governo; são citados por especialistas e dirigentes da área do livro e leitura; e, inúmeras vezes, foram pauta em artigos e entrevistas na mídia especializada. As ações e os investimentos do Instituto Pró-Livro foram também orientados pela pesquisa. (*op. cit.*, s.p.).

A pesquisa considera como *leitor* o indivíduo que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Nos dados colhidos em 2011, 12% dos entrevistados considerados leitores (o que, pelas projeções, seria equivalente a 12,3 milhões de brasileiros) apontaram a autoajuda como gênero que costumam ler. Ela aparece como o nono gênero mais lido, respectivamente após a: 1) Bíblia (42%); 2) livros didáticos (32%); 3) romance (31%); 4) livros religiosos (30%); 5) contos (23%); 6) literatura infantil (22%); 7) poesia (20%); 8) história em quadrinhos (19%).

Outros dois dados fornecidos pela pesquisa, não diretamente associados ao gênero autoajuda, também merecem ser considerados: 49% dos entrevistados, em relação ao que já leram no passado, dizem ler mais nos dias de hoje; 75% dos entrevistados apontam que sua maior motivação para a leitura é o prazer (visto como diversão, relaxamento ou aprimoramento pessoal), enquanto somente 25% apontam como motivos obrigações diversas (como estudo ou trabalho). Estes últimos dados fornecidos pela pesquisa acabam por, direta ou indiretamente, confirmar a tendência de crescimento de leitores – e de leitores de autoajuda – no Brasil.

Do total nacional de 12% de indivíduos que declaram ler autoajuda com frequência, proporcionalmente, por sexo, as mulheres são maioria (cerca de 75% dos leitores desse gênero). A faixa etária que mais lê esse gênero é a do público adulto, entre os 25 e os 49 anos: 60% dos indivíduos entrevistados nessa faixa de idade declaram ter gosto pela autoajuda. Quanto ao perfil de instrução dos leitores do gênero, a maioria deles está na faixa mais alta de escolarização da pesquisa: estima-se que 27% dos leitores brasileiros que possuem ensino superior completo ou em andamento leiam autoajuda. Além disso, respondendo à pergunta: “Você costuma ler esse gênero frequentemente ou de vez em quando?”, 52% do total geral de entrevistados disseram ler a autoajuda frequentemente. Isso confirma um perfil razoável dos leitores de autoajuda brasileiros: um público considerável frente a outros gêneros populares, composto majoritariamente por *mulheres adultas e de alto grau de escolarização que leem essas obras com frequência*, ou seja, um público leitor aparentemente fiel. Tal perfil médio é exatamente aquele ao qual parecem se dirigir as obras de autoajuda escolhidas como *corpus* deste trabalho: *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas? Um guia para solteiras ou casadas deixarem os homens a seus pés* (ARGOV, 2010) e *Comporte-se como*

uma dama, pense como um homem: o que eles realmente pensam sobre amor, intimidade e compromisso (HARVEY & MILLNER, 2010)¹¹.

Outros dados apresentados na pesquisa reiteram a importância social do gênero autoajuda entre o público leitor brasileiro. Dentre os 25 escritores brasileiros mais admirados, aparecem Paulo Coelho (3º), Zibia Gasparetto (9º), Augusto Cury (10º) e Padre Marcelo Rossi (14º), vinculados, direta ou indiretamente, ao gênero *autoajuda*. Dentre os 25 livros mais marcantes citados pelos entrevistados, constam *A Cabana* (2º), *Ágape* (3º), *O Pequeno Príncipe* (5º), *Violetas na Janela* (9º), *O Alquimista* (16º), *O Segredo* (21º) e *O Monge e o Executivo* (25º), todos eles frequentemente associados ao gênero autoajuda. Também na pesquisa de 2011, em resposta à pergunta “Qual é o último livro que leu ou está lendo?”, na lista dos 22 títulos mais citados, aparecem alguns nomes associados ao gênero autoajuda: *Ágape*; *A Cabana*; *Violetas na Janela*; *O Pequeno Príncipe*; *O Segredo*; *O Alquimista*; *Pais Brilhantes*, *Professores Fascinantes*.

É importante, a esse propósito, mencionarmos a dificuldade de se definir os limites da classificação *autoajuda* no mercado editorial. No caso brasileiro, por exemplo, o site *Publishnews*¹² divulga, semanalmente, a *lista oficial* dos livros mais vendidos do país. Essa lista é feita com base em dados de venda fornecidos por diversas livrarias credenciadas pelo Brasil¹³ e é veiculada também por vários outros sites, jornais e revistas. A *Publishnews* apresenta, toda semana, uma lista geral, com os 20 livros mais vendidos, sem separação por categorias, e cinco listas específicas, intituladas “Ficção”, “Não ficção”, “Infantojuvenil”, “Autoajuda” e “Negócios”. Há ainda o caso de listas divulgadas por outros veículos, como a conhecida coluna *Os livros mais vendidos*, da revista *Veja*¹⁴. Esta reorganiza os dados de outra forma e apresenta os títulos somente em três partições: “Ficção”, “Não ficção” e

¹¹ As editoras que publicam obras de autoajuda valem-se da constatação de que o público destas é, sobretudo, feminino, para aumentarem seus lucros. Muitos catálogos de produtos essencialmente femininos firmam parcerias com essas editoras a fim de revenderem os títulos a suas consumidoras de maneira mais cômoda. É o caso, por exemplo, da parceria travada entre a marca de cosméticos *Avon* e a editora *Paulinas*, aliança que multiplicou em quase seis vezes a venda dos títulos de autoajuda da editora. (BOSCOV & ROGAR, 2009).

¹² Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/telas/mais-vendidos/>. Acesso em: 24 jul. 2013.

¹³ O site da *Publishnews*, a respeito da metodologia de pesquisa utilizada para a obtenção dos dados, esclarece: “O ranking de livros mais vendidos é elaborado a partir da soma simples das vendas de todas as livrarias consultadas (vide lista). Os números e gráficos aqui apresentados refletem justamente esta soma. Trata-se, portanto, de uma amostra e não do universo da venda de livros no Brasil. [...] Cada título é considerado em apenas uma categoria. Por exemplo, os livros de negócios e autoajuda não são considerados na lista de não ficção.” Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/telas/mais-vendidos/Default.aspx>. Acesso em: 24 jul. 2013.

¹⁴ Disponível em: http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/. Acesso em: 24 jul. 2013.

“Autoajuda e esoterismo” (esta última, presente somente há pouco mais de uma década). O jornal *O Globo*, por sua vez, nomeia a terceira categoria de “Autoajuda, guias, espirituais e negócios”; já a *Folha de S. Paulo* a nomeia como “Autoajuda e negócios”. A professora da UFRGS, Regina Zilberman (2008), conclui de forma sarcástica, acerca dessa diversidade de categorizações, em um artigo que analisa os dados da 3ª edição da já citada pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, que

A imprecisão da categoria é sintomática de sua natureza; mas a circunstância de a palavra-chave “auto-ajuda” figurar em todas as listas é sugestiva de que não importa se o assunto é espiritualidade ou dinheiro, o caso é que, de uma maneira ou de outra, os livros que figuram nessa relação procuram colaborar para o êxito pessoal ou profissional de seus leitores (independentemente do fato de cooperarem acima de tudo para o sucesso e o enriquecimento de seus autores). (*op. cit.*, s.p.).

Interessante perceber que, em todos os casos, a categoria *autoajuda* é diferenciada das categorias *ficção* e *não ficção*, o que, por vezes, parece trazer certas complicações classificatórias ao gênero. Livros como o *best-seller* *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Éxupéry, figuram ora na lista “ficção”, ora na lista “infantojuvenil”, ora na lista “autoajuda” ou na “autoajuda e esoterismo” (em listas de diferentes veículos, na mesma semana, é possível encontrá-lo em classificações distintas). Da mesma forma, romances esotéricos, como os de Paulo Coelho, ou obras espíritas (ou religiosas, de forma geral), como as de Zíbia Gasparetto, por conterem um teor moralizante ou pedagógico, podem ser encontradas nas categorias “ficção”, “autoajuda”, “autoajuda e esoterismo” e, por vezes, até mesmo na categoria “não ficção”, dependendo do conteúdo do texto. Fato é que, sem sombra de dúvidas, independentemente da categoria em que são inseridas, as obras de autoajuda figuram fortemente, toda semana, na lista geral dos mais vendidos, o que confirma a hipótese de que o gênero tem sido muito lido pelos brasileiros – e mais: é um mercado em franca expansão.

Ainda a respeito do mercado leitor brasileiro, Zilberman (2008) critica o fato de o hábito de leitura de nosso povo se expandir majoritariamente rumo aos *best-sellers* estrangeiros, dos quais a grande maioria pertence ao gênero autoajuda. Os norte-americanos, segundo ela, povo que mais produz e consome autoajuda (cerca de 20 mil títulos desse gênero escritos nos EUA encontram-se listados no site *Amazon.com*), chamada por eles de literatura de *advice* ou de *self-help*, é referência para o público-leitor brasileiro, fenômeno que também acontece com outras referências culturais, como o cinema ou a moda. Campeões absolutos de venda no

segmento, como *A Cabana*, de William Young, ou *O segredo*, de Rhonda Byrne, comprovam esse fato. Nesse sentido, Zilberman pondera sobre a problemática questão da dominação cultural estrangeira, claramente presente na análise do mercado editorial do gênero autoajuda e, mais ainda, na autoajuda feminina, subgênero a que pertencem as obras do *corpus* deste trabalho.

Sob o ângulo do consumidor, o leitor brasileiro parece não se distinguir substancialmente do confrade nascido na América do Norte ou na Europa. A constatação pode agradar ou não; no primeiro caso, significa a sintonia do mercado editorial brasileiro com os interesses internacionais, a atualização do público e a potencialidade de nosso leitor de interagir em um plano globalizado. No segundo caso, pode ser desagradável saber que a literatura, a cultura e a ciência brasileira, representadas pelos escritores, críticos, pesquisadores e pensadores nacionais, precisa vencer uma guerra dentro de seu próprio *front*, já que não se trata apenas de ganhar o mercado externo, mas de ocupar o mercado interno, consolidando-se nesse lugar. (*op. cit.*, s. p.).

Na sua edição 2141, de dezembro de 2009, a revista *Veja* apresentou uma reportagem especial, denominada “Nas asas da autoajuda” (BOSCOV & ROGAR, 2009). Nela, essa franca expansão do mercado da autoajuda é confirmada. Segundo a reportagem, há quatorze anos, quando a rede francesa de livrarias *Fnac* chegou ao país, ela possuía 15 mil títulos de autoajuda em suas prateleiras. Em 2009, esse número havia saltado para 50 mil. Ainda segundo o texto de *Veja*, a *Sextante*, maior editora de livros de autoajuda no Brasil (esse gênero responde por 75% de seu negócio), lança cerca de 40 novos títulos na área por ano e vende, nesse período, quatro milhões de cópias. Para se ter uma noção comparativa, em meados dos anos 90, um livro de muito sucesso no gênero vendia algo como 80 mil cópias. A reportagem ainda pontua mais um facilitador da crescente desse gênero de publicação: os livros de autoajuda custariam, em média, 20% a 25% menos que um título de outro gênero literário¹⁵.

“Nas asas da autoajuda” ainda aponta o livro de conselhos e reflexões *Minutos de Sabedoria*, de Carlos Torres Pastorino, como o embrião da autoajuda no país. Há 49 anos na posição de *best-seller* (apesar de a difusão das obras de autoajuda no Brasil ter se dado somente por volta

¹⁵ A reportagem de *Veja* não explica a origem dessa informação ou os motivos desse menor custo, mas, por observação empírica, é possível perceber que, para sua popularização, de forma geral, os livros de autoajuda são confeccionados em material impresso de menor qualidade (por exemplo, folhas de gramatura mais fina e tintas gráficas mais baratas). Além disso, os autores de um título geralmente escrevem outras obras bem similares, com somente pequenas alterações em alguns capítulos, o que provavelmente resulta em contratos de direitos autorais bem mais modestos para o escritor e no barateamento das obras.

da década de 1980), esta obra já vendeu mais de 10 milhões de exemplares, e a cada ano movimenta cerca de 300 mil novas cópias. Em um mercado editorial como o brasileiro, em que as tiragens médias são de três mil exemplares, é de se impressionar. Outros títulos também exibem cifras grandiosas. O psiquiatra Augusto Cury, autor de *best-sellers* como *10 Leis para Ser Feliz* (2003) e *Pais brilhantes, Professores fascinantes* (2003) – o qual, curiosamente, rejeita na mídia o título de autor de autoajuda –, e Zíbia Gasparetto, autora espírita, já venderam, cada um, mais de 10 milhões de livros, e em muito menos tempo que *Minutos de Sabedoria*, segundo a reportagem de *Veja*.

Ainda segundo a matéria, a cada dia surgem mais especialistas nesse gênero, em suas diversas ramificações. Conseguir interpretar o conceito de autoajuda de forma diversa, como tem sido possível, faz com que os livros migrem de simples manuais de “como viver” para obras de interesse mais amplo, conforme pontua Fábio Herz, da rede de livrarias Cultura, ainda na reportagem de *Veja*.

A reportagem de *Veja* (BOSCOV & ROGAR, 2009), nesse sentido, também corrobora a dificuldade de se definir os limites do gênero autoajuda, conforme pontuamos anteriormente, e o fato de o gênero se “diluir” em várias outras possibilidades textuais midiáticas:

Uma olhada na lista dos livros mais vendidos de VEJA revela que aqueles que os leitores entendem como fonte de inspiração para uma vida mais harmônica estão espalhados por todas as categorias - a ficção, como no caso de *A Cabana*, a não ficção, como *Comer, Rezar, Amar*, e a auto-ajuda propriamente dita, como em *O Monge e o Executivo*. O gênero, de fato, é herdeiro de todas as formas de escrita conhecidas. O alento, o esclarecimento e a orientação espirituais podem vir de memórias e biografias. Podem estar na poesia, cujas nuances captam tão bem os estados de ânimo mais indefiníveis, e na prosa, que nos imana para além do tempo e das circunstâncias. Podem estar na *Bíblia* ou em outros textos sagrados, é claro, e na filosofia, que afinal de contas existe para refletir sobre a condição humana. Podem estar até nos quadrinhos - por exemplo, no minucioso estudo da frustração que é a tirinha *Charlie Brown*, ou na compreensão da angústia adolescente demonstrada em *Homem-Aranha*. (*op. cit.*, s. p.).

Para as jornalistas da matéria de *Veja*, abordar caminhos para se superar realidades como a solidão e a perplexidade, inevitáveis à condição humana, é um propósito a que escritores e pensadores de todas as tendências e dimensões vêm se dedicando desde os primórdios da palavra escrita. A reportagem chega, inclusive, a dizer que “a prima rica da autoajuda é a

filosofia”.¹⁶ O que hoje tornaria especificamente o gênero autoajuda um fenômeno seria seu “ímpeto multiplicado”: nunca tantos escreveram com o intuito de orientar, e nunca tantos leram em busca precisamente de orientação.

1.3 O florescimento da geração autoajuda: sintoma do individualismo e das angústias contemporâneas

No universo da autoajuda, tudo é possível, qualquer um pode ser rico, magro, saudável e espiritualmente equilibrado, desde que haja fé, disciplina e vontade para tomar aquela direção. [...] O fenômeno reflete a crença democrática na capacidade individual de superar as circunstâncias naturais e de classe – através da adesão a sistemas desenhados ou descobertos por especialistas. (KAMINER, 1993 apud RÜDIGER, 2010).

Ainda segundo a reportagem de *Veja*, a proporção epidêmica alcançada pelos leitores do gênero *autoajuda* estaria diretamente vinculada com o crescimento exponencial das angústias da pós-modernidade (especificamente a partir da segunda metade do século XX), derivadas de uma vida notoriamente mais *individualista* e, paradoxalmente, *isolada*, além de crescentemente tensa, competitiva e acelerada. Estaríamos convivendo diariamente com uma multidão de pessoas, mas os relacionamentos próximos seriam cada vez mais parcos e superficiais. A rede de pessoas íntimas que propiciava ao ser humano certo amparo, solidariedade, troca de conselhos e escuta estaria se esgarçando fortemente, e é essa lacuna de desconexão da vida moderna que a autoajuda se proporia a preencher.

O campo, com suas relações próximas, foi trocado em massa pelas cidades, onde vigora o anonimato. As mulheres saíram de casa para o trabalho, e a instituição da "comadre" virtualmente desapareceu. Desmanchou-se também a ligação quase compulsória que se tinha com a religião, e que dava ao padre, ao pastor ou ao rabino o posto de conselheiros de todas as horas. As famílias encolheram drasticamente, não só no número de filhos, mas na sua extensão. Em lugar daqueles ajuntamentos ruidosos, que reuniam dezenas de tios, primos, avós e agregados de parentesco vago, mas firme, tem-se agora pequenos núcleos - pai, mãe e um filho ou, vá lá, dois. Nem esses núcleos resistem como antes. Nos Estados Unidos, a pátria da autoajuda enquanto gênero próprio, quase metade dos casamentos acaba em divórcio. No Brasil, onde até 1977 havia no máximo desquite, e ele era um escândalo, a taxa anda

¹⁶ Segundo a reportagem, essa aproximação aparentemente absurda é possibilitada porque tanto autoajuda como filosofia se propõem a compreender e a interpretar a existência humana, com a diferença de que a filosofia vai fundo na definição de conceitos e nem sempre tira lições práticas de suas conclusões. No entanto, a reportagem menciona que, na filosofia, as tradições clássicas epicurista e estoica, por exemplo, chegavam a apresentar “receitas” acessíveis para uma vida mais feliz, tal como a autoajuda.

pelos 25%. A vida profissional, ainda, se tornou terrivelmente competitiva, o que acrescenta ansiedade e reduz as chances de fazer amizades verdadeiras no local de trabalho. Também o celular e o computador fazem sua parte, aumentando o número de contatos que se desfruta, mas reduzindo sua profundidade e qualidade. (BOSCOV & ROGAR, 2009, s. p.).

A reportagem de *Veja*, ao tratar do contexto que parece ser terreno propício para a frutífera “colheita” da autoajuda, dá voz a recentes trabalhos das Ciências Sociais, da Psicologia Social e da Antropologia, que tratam das possíveis motivações histórico-culturais para a popularização e consolidação desse gênero. Chagas, em *O Sujeito Imaginário no Discurso de Auto-Ajuda* (2002), e Rüdiger, em *Literatura de Auto Ajuda e individualismo* (2010)¹⁷, tratam detalhadamente dessas possíveis motivações.

A respeito das mudanças históricas que fazem o gênero autoajuda florescer e se popularizar a partir da virada do século XIX para o século XX, Chagas (2002, p. 165-166) relembra que, com o desenvolvimento da modernidade e de seu consequente individualismo, o velho homem religioso torna-se ultrapassado e, desse modo, precisa se vincular aos valores racionalistas, ao conhecimento. Tal nítida tendência foi determinante para que a ideia básica da autoajuda, a de que o homem pode controlar sua conduta pelo pensamento, encontrasse ecos na sociedade. Nesse sentido, a problemática que a literatura de autoajuda se proporia a responder diz respeito à maneira como o indivíduo moderno, livre e autônomo, deveria conduzir-se na vida. Se outrora o homem vivia em virtude daquilo que lhe era legado moralmente pela tradição, sua conduta era determinada pela influência dos valores comunitários. Com o desenvolvimento da sociedade moderna – e, posteriormente, da pós-moderna –, o sujeito livre e solitário será levado a encontrar em si mesmo os meios para orientar-se na vida, o que gera um filão literário promissor para os escritores de autoajuda. Assim, esse gênero discursivo surge como um guia de condutas para a ação humana, propondo que um homem bem-sucedido é aquele que se volta para seus supostos recursos interiores e, pelo controle da razão, busca sua autorrealização, tornando-se, conseqüentemente, cada vez mais independente do mundo externo.

¹⁷ É importante observar que, neste trabalho, optamos por redigir *autoajuda* de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, previsto no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), da Academia Brasileira de Letras (ABL). Assim, *autoajuda* está registrado nesta dissertação em um só vocábulo, exceto nos momentos em que ele constituir nome de obra originalmente grafada de forma separada ou hifenizada, como é o caso dos livros de Chagas e de Rüdiger.

Nesse contexto, “a cultura de massa, o individualismo, o narcisismo, as imagens comuns de *marketing*, o consumo, etc. passam a marcar e delimitar seus territórios.” (*op. cit.*, p. 171), fazendo com que o pilar básico que sustenta o discurso de autoajuda, concomitante com o individualismo extremado atual, seja a suposição contemporânea de um *sujeito que subsiste por si mesmo*¹⁸, em concordância com os valores sociais e culturais estabelecidos pelos discursos dominantes. Tal suposição de totalidade, ainda segundo Chagas, é que paradoxalmente gera o mal-estar específico dos tempos atuais, uma angústia contemporânea, que faz o sujeito recorrer à autoajuda¹⁹:

[...] ao mesmo tempo em que as proposições da autoajuda vêm “embalar” os sonhos do indivíduo, pela ilusão de sua independência, autonomia, liberdade e poder, exatamente ali, onde ele sonha em poder viver só, na autossuficiência, para usufruto próprio, surge um vazio, uma angústia; a literatura de autoajuda, portanto, surge como uma das medidas paliativas, “ortopédicas”, para esse mal-estar. [...] Assim, diante da “pobreza psíquica” em que se encontra, pela sua impotência diante das transformações e da instabilidade do mundo pós-moderno, da supressão das identidades pela unificação econômica e cultural, *o homem perde o horizonte de orientação externa*; portanto, não sabendo mais por que e como seguir andando, volta-se para seu mundo interior, cuja convocação a esse recurso é apontada explicitamente pelos pregadores de autoajuda que surgem na pós-modernidade como autênticos guias de orientação e de inspiração para a vida. (*op. cit.*, p. 172-173).

Obviamente, o fortalecimento da ideologia e da economia capitalista também se encontra intimamente ligado a tal contexto. Ainda segundo Rüdiger (2010, p. 145-146), as transformações posteriores à estrutura empresarial e ao sistema de classes das primeiras décadas do século passado conduziram a sociedade liberal burguesa para a atual sociedade de massas capitalista, promovendo a formação de um novo sujeito social, ansioso por um lugar de destaque a partir do desenvolvimento de suas potencialidades individuais frente a um sistema aparentemente meritocrático, especialmente para as camadas médias. A literatura de autoajuda revela-se, por tudo isso,

[...] portadora de um projeto que, se por um lado, veicula as técnicas de governo compatíveis com uma sociedade de indivíduos livres e iguais, elevada à escala de massas, é movido, de outro, por uma vontade de conferir um ethos à figura do sujeito egoísta (narcisista, se quisermos) produzido por nossa civilização. Em outros termos, a exemplo dos esforços no sentido de construir um fundamento moral para a

¹⁸ Mais adiante, veremos como essa ideia de um sujeito que se supõe autossuficiente, mas não o consegue ser, está presente na concepção da mulher “poderosa” do *corpus* sob análise.

¹⁹ Para o autor, há também que se mencionar o valor quase sagrado que a palavra escrita e o saber letrado ainda conservam na cultura ocidental. Chagas pontua que o livro ainda é o grande oráculo para muitas pessoas, as quais acreditam que a principal fonte de sabedoria se encontra nesse suporte: “Os árabes falam *maktub* – estava escrito – e o que está escrito se realiza. [...] A Bíblia, até hoje, é, sem dúvida, um *best-seller* incontestável, aliás, é o maior livro de autoajuda que se conhece até hoje.” (*op. cit.*, p. 162). Tal crença na supremacia do saber escrito contribuiria sobremaneira para a fiel busca de aconselhamento em livros de autoajuda.

personalidade livre criada pelos modernos, ela se estrutura como uma tentativa de solucionar, com um enfoque terapêutico, os problemas resultantes do posicionamento dessa categoria em nossa sociedade. [...] O sentimento dominante na consciência social das camadas ascendentes é o de que o sucesso é pessoal: é a consecução seja do que for que você queira conseguir, [...] conquanto que tenhamos estabelecido que a consecução dessas coisas nos trará legítima sensação de prazer pessoal. (*op. cit.*, p. 211-212).

Estamos diante, portanto, de um mundo pós-moderno transitório, veloz e globalizado, onde se assiste a um cenário de constantes construções e desconstruções, contradições, conflitos, individualizações, competições e paradoxos; onde se fala muito em crise mundial, econômica, política, de valores éticos, morais, institucionais e de identidade. Segundo Chagas (*op. cit.*, p. 31), diante desse cenário “um tanto quanto assustador”, surgem novos estilos de vida e, com eles, novas estratégias são utilizadas na tentativa de superar as vulnerabilidades e as insuficiências humanas, relegadas, agora, somente ao indivíduo da modernidade, autônomo, mas desamparado:

Em última análise, a modernidade foi a grande promessa, o homem trouxe Deus para a Terra, rompeu com a tradição, adquiriu poder e sabedoria, alcançou a liberdade e a autonomia individual, desvendou os mistérios da natureza, fez grandes descobertas e passou a ser o centro do universo, porém, ficou desprotegido. O preço da tradição, como se sabe, é o pertencimento ao grupo; o *da liberdade* é a *solidão*, o *desamparo*. Esse novo homem agora está só para resolver as questões humanas, não tem mais Deus – nem a ciência – para proporcionar-lhe segurança e bem-estar. O mundo moderno transformou-se rapidamente, todavia, a promessa da modernidade ainda não foi cumprida. (*op. cit.*, p. 36).

O cientista social Norbert Elias (1991 apud RÜDIGER, 2010) também ratifica tais tensões e paradoxos oriundos desse cenário:

A evolução social em direção a um grau mais alto de individualização franqueia ao indivíduo o caminho de determinadas formas específicas de satisfação ou realização tanto quanto de insatisfação e fracasso; ela lhe oferece novas chances de prazer, bem-estar, alegria e felicidade, mas também o expõe a novos riscos de sofrimento, insatisfação, desprazer e dor que não são menos específicos de sua sociedade.²⁰ (ELIAS, 1991, p. 178 apud RÜDIGER, 2010, p. 272).

Também dando eco à fala de Chagas e de Elias, Bauman (1998) assevera que este período é “a era dos especialistas em ‘identificar problemas’, dos restauradores da personalidade, dos guias de casamento, dos livros de ‘autoafirmação’: é a era do ‘surto de aconselhamento’.”

²⁰ Ainda a esse respeito, o neuropsicólogo Paul Pearsall, com quem trabalharemos na seção a seguir, questiona, de forma no mínimo controversa, o fato de a grande aceitação contemporânea das obras de autoajuda se dever somente à aparente maior complexidade e exigência da vida do homem de hoje: “Será que somos dependentes dos ensinamentos da autoajuda porque temos mais problemas do que nossas bisavós? Não penso assim. Acho que nos tornamos mais autorreferenciados e nossas expectativas alcançaram alturas irrealistas.” (2006, p. 4).

(BAUMAN, 1998, p. 221). Segundo ele, a incerteza do estilo pós-moderno não geraria, em primeira instância, a procura da religião: seus homens e mulheres não carecem de pregadores para lhes dizer da fraqueza do homem e da insuficiência dos recursos humanos. Eles precisam da reafirmação de que podem fazê-lo, e de um resumo a respeito de *como* podem fazê-lo, e, para isso, nada mais adequado que o gênero autoajuda.

Rüdiger (2010, p. 7-8), levando em consideração tal contexto providencial de nascimento desse gênero discursivo, pontua que uma definição geral da literatura de autoajuda passa pela ideia de “expressão textual de um conjunto de práticas engendrado pela cultura popular anglo-saxônica”, que se espalhou para toda a parte onde a moderna indústria cultural revolucionou os modos de vida, transformando-se em uma categoria consumida cotidianamente há pelo menos três gerações por amplas camadas da sociedade. Segundo o sociólogo, a autoajuda conta-se entre os fenômenos culturais que “responderam com sucesso às demandas colocadas pelas condições que suscitaram seu florescimento, engendrando, com o passar do tempo, uma série de práticas, sobretudo de leitura, através das quais o indivíduo comum vem tentando descobrir, dentro de si, os recursos e a solução dos problemas criados pela vida moderna.” Além disso, o fenômeno representaria, para o sociólogo, “uma manifestação daquela erudição popular com que os indivíduos principiantes no exercício da reflexão, todavia privados dos meios para fazer um juízo crítico sobre sua situação”²¹(*op. cit.*, p. 268), utilizariam para enfrentar os problemas de sentido decorrentes da abstração social do eu em nosso tempo.

Ainda a respeito de a autoajuda ser produto da moderna indústria cultural, Rüdiger (*op. cit.*, p. 16) pontua que esse fato fez com que o gênero, para se tornar popular, acabasse por se marcar pelo mesmo planejamento mercadológico da produção em série e da circulação em massa: as técnicas de autoajuda passaram a ser difundidas sob a forma de clichês para que seu conteúdo fosse facilitado para o consumo e divulgasse um saber banalizado e vulgarizado, de caráter paracientífico, tal como uma *psicologia popularesca*; seus conceitos se tornaram fórmulas de propagandas; as obras passaram a ser reproduzidas em estruturas simplificadas e padronizadas de sentido. Assim, o fenômeno de leitura inicialmente norte-americano, assevera o sociólogo, transformou-se em *fenômeno transnacional*, facilmente consumível por diferentes sociedades e públicos, especialmente ocidentais. Mais adiante, em nosso trabalho, tal reflexão será de

²¹ A nosso ver, parece impossível negar o fato de que tal afirmação de Rüdiger pode soar bastante preconceituosa e generalista, especialmente ao pontuar que os leitores de autoajuda são “principiantes no exercício da reflexão”. Todavia, utilizamos tal citação propositalmente, para que se confirme como o gênero autoajuda enfrenta considerável resistência por parte das avaliações acadêmicas.

valor, uma vez que justifica a escolha de nosso *corpus*, composto por dois livros norte-americanos, mas de grande aceitação nacional.

Acerca ainda do público-alvo visado por esse gênero, muitos se perguntam como ele pode levar tão a sério tal literatura mercadológica e aparentemente superficial e fazer esse mercado crescer ano após ano. É importante lembrar que os dados estatísticos confirmam o fato de que os leitores de autoajuda brasileiros são sobretudo o público de médio a alto grau de instrução, o que exclui a hipótese leviana de que esses livros seriam comprados, em sua maioria, pelo público mais humilde e supostamente “alienado”, devido à sua baixa escolarização. A tamanha aceitação desse gênero, aos olhos da Academia, pode parecer absurda, mas, socialmente, justifica-se sobremaneira quando se pensa o óbvio:

Para muitas pessoas, os manuais de autoajuda não são a forma certa ou a melhor maneira de conhecer a si mesmas, satisfazer-se consigo ou vencer na vida. Em seu modo de ver, estes livros são uma espécie de charlatanismo, feito para ganhar dinheiro às custas dos desesperados, porque não há receita para se fazer sucesso, ou porque o sucesso não depende só da vontade das pessoas, ou simplesmente porque não valorizam o conceito dominante de sucesso. O problema é que estes livros não são escritos para este tipo de gente: o público dos mesmo é formado pelas pessoas que acreditam previamente à leitura exatamente no contrário [...]. (RÜDIGER, 2010, p. 25).

Assim, para o cientista social, as pessoas que costumam consumir esses livros o fazem realmente em busca de algum tipo de solução para seus problemas, reconhecendo neles algum princípio de respostas às suas preocupações, uma maneira de fazer bem a si mesmas, uma estratégia mais ou menos eficaz de conseguir o chamado “sucesso na vida”, ou, ainda, no caso de nenhuma das hipóteses anteriores ser satisfeita, a leitura em si mesma acaba por ser uma gratificação para sua subjetividade, para sua capacidade leitora e reflexão²². Sob esse prisma, a leitura de obras em autoajuda não seria, de forma alguma, completamente dispensável, o que buscaremos confirmar logo a seguir – e em todo o nosso percurso.

Também é interessante que destaquemos o posicionamento de Rüdiger acerca do fato de as obras pertencentes a esse gênero possuírem ou não um caráter literário. Esse autor, assim como muitos acadêmicos das áreas da Literatura, das Ciências Sociais e da Psicologia, rejeita

²² Até mesmo Pearsall (2006, p. 75), crítico contumaz das obras de autoajuda, ressalva: “Não pare de comprar livros de autoajuda. Apenas pelo fato de serem tendenciosos não significa que não contenham algumas ideias boas que mereçam seu raciocínio crítico atento.” e, para tal, resgata o dizer aristotélico: “O que marca o homem instruído é a sua capacidade de avaliar uma ideia sem ter de aceitá-la.”

veementemente a classificação da autoajuda como gênero literário²³, mesmo nos casos em que o relato dessas obras se associa a uma abordagem ficcional ou a um trabalho maior com a linguagem. No caso de Rüdiger, toda a sua obra parece situar-se de maneira bastante crítica frente à autoajuda, entendendo-a, em partes, como uma manifestação oportunista e ilusória da indústria cultural frente às angústias do homem contemporâneo. Tal linha argumentativa do autor nos permite entender seu posicionamento e garante um embasamento à sua postura aparentemente “radical”:

A literatura de autoajuda, é preciso esclarecer, compartilha com a literatura apenas o nome, e constitui um fenômeno desprovido de critérios internos de valor: basicamente, é um fenômeno da indústria cultural, caracterizado pelo sucesso de vendagem, a dependência aos esquemas de *marketing* e a repetição de fórmulas padronizadas, que suplantou as barreiras nacionais, conferindo a determinados publicistas e *taste-makers* da alma popularidade semelhante à que se outorga aos escritores de *best-sellers* e celebridades criadas pelos meios de comunicação. (*op. cit.*, p. 16).

Em certos momentos, no entanto, Rüdiger parece ser um pouco mais ameno em sua crítica, como quando reconhece o preconceito dos acadêmicos frente à literatura de autoajuda, ao dizer: “Por outro lado, concordamos, em tese, com a ideia de que um esclarecimento histórico-filosófico do assunto em foco precisa fugir do ‘ressentimento’ que, segundo a não obstante má consciência dos pregadores, (às vezes) move seus críticos.” (RÜDIGER, 2010, p. 29). Rüdiger também, na conclusão de seu livro, concorda com a linguista e socióloga americana Dolby (2005 apud RÜDIGER, 2010), quando pondera que as obras de autoajuda não devem ser vistas somente como mera forma de exploração econômica e ideológica de “cima para baixo”, ou seja, que seu viés positivo está em serem entendidas como um fenômeno mediador da conduta e do pensamento dos indivíduos contemporâneos (portanto, digno de análise e estudo), através do qual eles procuram articular respostas, ainda que precárias, a seus problemas, conforme mencionamos há pouco:

[...] os livros de autoajuda precisam ser vistos como uma instituição e, assim, potencialmente, como uma estrutura mediadora, que preenche o intervalo entre os leitores individuais e as decisões individuais que tomam na vida e o corpo dos valores [sociais] veiculado pelos autores em seus livros. (DOLBY, 2005, p. 152 apud RÜDIGER, 2010, p. 269).

Dessa maneira, ainda segundo Rüdiger, a literatura de autoajuda é parte de um processo histórico mais abrangente que transcende o registro da programação de conduta de seus

²³ Por questões de extensão e de objetivos do trabalho, conforme já pontuamos, não nos deteremos a essa polêmica aqui, mas apenas a situaremos para auxiliar na descrição sócio-cultural do referido gênero discursivo.

leitores, pois, através dela, estes entram em contato com seu tempo, “de forma relativamente original e criativa, passando a estruturar seu modo de ser e, eventualmente, reproduzir mais ou menos livremente certas condutas sociais²⁴” (*op. cit.*, p. 269). Mais uma vez, portanto, é importante que não se descarte a real validade de tal gênero discursivo, seja para seu público, seja para os pesquisadores das Ciências Humanas, como é o caso de nosso trabalho. As obras de autoajuda, a nosso ver, podem nos dizer muitíssimo das representações discursivas que produzimos e com as quais lidamos diariamente, apontando, dessa maneira, para uma relevante questão de problemática *social*.

Rüdiger também marca a *variedade na unidade* que fundamenta o gênero autoajuda, assim como outros gêneros discursivos, o que já mencionamos anteriormente. A vasta gama de assuntos contemplados por essas obras faz com que elas se diversifiquem bastante quanto à sua organização, linguagem, estilo, estética e público-alvo, entretanto, de forma oposta, sempre há uma postura epistemológica que as une sob o mesmo grande gênero:

Do ponto de vista histórico, as práticas de autoajuda manifestam uma diversidade de articulações textuais que proíbe sua descrição exaustiva. [...] o conjunto da literatura de autoajuda constitui matéria de variedade e extensão que escapa a toda tentativa de totalização [...], [já que] suas pretensões de validade projetam-se desde o terreno do sucesso e da saúde pessoal até o relacionamento sexual e o desenvolvimento da personalidade. [...]. Embora variada em sentido e campo de aplicação, baseia-se em um mesmo motivo: o princípio de que possuímos um poder interior, passível de ser empregado na solução de todos os nossos problemas (*op. cit.*, p. 17-21).

Assim, os problemas com que o sujeito luta, para os *autoajudistas* de qualquer linha, parecem possuir uma natureza fortemente pessoal, que pouco tem a ver com a sociedade, apesar de, segundo Rüdiger, tais problemas *sempre* possuírem origens sociais. Essa responsabilização excessiva do indivíduo, a propósito, é um dos maiores pontos de crítica dos acadêmicos a esse gênero discursivo. Abordaremos tais questionamentos na seção a seguir.

1.4 A culpabilização excessiva do indivíduo: o poder está em suas mãos, e nada mais

Dizem que onde há uma vontade, há um caminho. Bem, vontade eu tenho. Difícil mesmo é encontrar o caminho.

²⁴ Essa reprodução de certas condutas sociais será evidenciada sobremaneira quando, nos capítulos seguintes, procedermos à análise das obras de autoajuda femininas escolhidas como *corpus* deste trabalho. Estas apregoam a imitação de determinadas falas e comportamentos, segundo elas, típicos de uma mulher autoconfiante e racional, a fim de que conquiste o sucesso no jogo amoroso.

(Depoimento de paciente vítima de câncer terminal sobre ensinamentos de obras de autoajuda apud PEARSALL, 2006).

A ideia de que o desempenho do indivíduo, nos mais diversos campos de sua vida, depende sobretudo da maneira como ele comanda seus pensamentos, falas e ações – e não principalmente da realidade que o cerca ou de fatores que não lhe competem – é extremamente comum nos livros de autoajuda e pode ser entendida como uma tônica dessas obras: “O indivíduo não deve se preocupar em mudar a realidade, mas sim a experiência que tem dela... porque a experiência pode ser manipulada interiormente e, portanto, autocontrolada.” (ABRAHAM, 1983, p. 749 apud RÜDIGER, 2010, p. 285).

A citação mencionada no início desta seção – parte de um depoimento de um paciente com câncer terminal sobre as obras de autoajuda que lhe foram presenteadas – exprime bem como tal tônica não somente se mostra insuficiente, mas até mesmo injusta, diante das diferentes vivências dos leitores de autoajuda. Mesmo nos casos em que os autores mencionam os efeitos das dinâmicas sociais sobre os indivíduos, o remédio para tais efeitos é o mesmo: a realidade continuará em seu devido lugar, mas o indivíduo pode “driblá-la” por meio dos valiosos ensinamentos que as obras oferecem. O indivíduo que seguir fiel e eficientemente tais ensinamentos prosperará; do contrário, caso o sucesso no âmbito em foco não venha, ou é porque o sujeito ignorou os caminhos apontados na leitura, ou porque não os executou da melhor maneira. Em ambos os casos, é claro, o problema recairá mais uma vez sobre ele. O neuropsicólogo Pearsall (2006) faz um amplo levantamento dos variados danos dessa tendência “antissocial” da literatura de autoajuda e destaca a naturalidade com que nós, leitores, aceitamos tal perspectiva do “a culpa é sua”:

Os especialistas da autoajuda tendem a atribuir a maior parte das dificuldades da vida de uma pessoa a seu “interior”, e não para “dentre” todos aqueles envolvidos. A abordagem focada na pessoa nos atrai porque todos estamos familiarizados com sentimentos, medos e esperanças a que eles se referem de forma tão fluente e convincente. (PEARSALL, 2006, p. 15).

Muitos psicólogos, cientistas sociais e leitores mais experientes são céticos quanto ao poder de transformação da autoajuda, portanto, especialmente por este motivo: ao tratar de temas subjetivos, como amor, sexo, casamento, família, carreira, felicidade ou fé, os livros tendem a objetivar o que não é possível, a desconsiderar as especificidades de cada sujeito e do contexto em que eles se encontram. Dessa forma, se o indivíduo não consegue solucionar ou

amenizar seus dilemas a partir das instruções práticas fornecidas – na maioria das vezes, excessivamente simplistas e generalizantes²⁵ –, ele pode se culpar por seu fracasso, já que a autoajuda tende a ignorar a influência de diversos outros fatores externos nas angústias e derrotas do sujeito.

A competição no mercado, a especialização profissional, a procura de sucesso e, por fim, a autorrealização são situações complexas e difíceis de se enfrentar sozinho, dispondo unicamente da vontade de vencer e dos recursos espontâneos da subjetividade, como é o caso para extensas camadas da população. [...] O programa que requer a prática da autoajuda não é fácil: diferenciar-se dos demais, contar apenas consigo, examinar de cima a baixo seu modo de ser, fazer-se único, construir e conservar uma identidade e, enfim, conseguir sucesso em suas ações são tarefas árduas, para as quais nem todos os homens estão moralmente preparados, conforme percebeu Nietzsche. (RÜDIGER, 2010, p. 278).

O projeto de sucesso proposto pela autoajuda, nesse sentido, em vez de ser aliviante para o sujeito, parece-lhe oprimir mais ainda com um jugo de responsabilização extrema e com a exigência do “seja sempre melhor”:

O abatimento pode ser causado pela ideia de que, não importa o que estejamos sentindo, devemos a nós mesmos nos sentir melhor. A impiedosa ênfase na automelhoria, em sentir-se melhor do que “apenas” bem, em “ser o máximo”, exerce um efeito contrário sobre a maioria das pessoas. Ela nos torna insatisfeitos com nós mesmos e com nossas vidas. (PEARSALL, 2006, p. 50).

Segundo Pearsall, dessa forma, “O mercado da autoajuda prospera, não seus consumidores. [...] O mercado floresce sobre a instabilidade. Afinal, sem a insegurança, sem a dúvida ou a infelicidade, onde estaria a indústria da autoajuda?”, e completa, sarcasticamente: “Como o livro cômico *God Is My Broker* afirma, ‘A única forma de enriquecer com um livro de autoajuda é escrevendo um.’” (*op.cit.*, p. 5). A esse respeito, por fim, Pearsall conclui: “A menos que adotemos uma abordagem sistemática, abrangente e cuidadosamente elaborada a um projeto de desenvolvimento, as ideias da autoajuda sobre a vida podem tornar-se limitativas e separadoras.” (*op. cit.*, p. 22), pois nos deslocariam do todo e nos voltariam excessivamente para nós mesmos, para nossas incapacidades e impotências.

²⁵ A respeito dessas prescrições generalizantes e, por isso, difíceis de serem colocadas em prática, Pearsall (2006, p. 11) aponta sua proliferação nos dizeres populares: “Podemos encontrar evidências de que nos tornamos uma sociedade concordante da autoajuda em nossa linguagem do dia a dia. Quantas vezes você já não terá ouvido amigos usarem expressões como ‘afirme-se’, ‘entre em contato’, ‘transcenda’, ‘seja positivo’? Com que frequência você mesmo não as utiliza? Elas brotam continuamente, mas o que realmente querem dizer? Frases nebulosas como ‘entrar em contato com seus sentimentos mais profundos’ são panaceias para um anfitrião de doentes, não um manual de vida. E ‘seja você mesmo’, outro mantra do universo da autoajuda, é uma instrução tão vaga que é quase impossível segui-la. O significado dessas palavras e frases raramente é examinado; ele tem sido esticado e retorcido para tornar-se uma descrição abreviada e sem sentido das ideias da autoajuda.”. Adiante, em nosso capítulo de análise argumentativa, estratégias como esta serão retomadas e examinadas.

O foco nas “capacidades transformadoras irrestritas” do indivíduo é parte da genealogia da autoajuda, o que pode ser comprovado se nos debruçarmos, rapidamente, sobre alguns dados históricos desse gênero discursivo. O primeiro livro considerado como pertencente a esse gênero é o homônimo *Self-Help*, de 1859, do escocês Samuel Smiles, médico, escritor e reformador social, típico divulgador dos valores morais vitorianos. De acordo com Rüdiger (2010), para Smiles, *self-help* significava, basicamente, força de vontade aplicada ao cultivo dos bons hábitos. O conceito-chave não era a realização do indivíduo ou o seu prazer, como nos dias de hoje, mas a construção diária do caráter, bem ao gosto dos preceitos moralistas da sociedade britânica da época. Assim, a vida bem-sucedida que a doutrina da autoajuda apregoava não se baseava na satisfação individual dos desejos, mas “confundia-se com a prática do trabalho e o cumprimento dos deveres estabelecidos pela sociedade.” (*op. cit.*, p. 36-37). Pearsall (2006), de forma mais crítica, pontua que o livro de Smiles já defendia, no século XIX, não apenas a esperança sem limites nas capacidades do sujeito nessa empreitada, como também uma atitude do tipo “tudo posso”, expressa por meio de um esforço diligente para melhorar-se a si mesmo. Segundo as próprias palavras de Smiles:

Querer é poder é um ditado antigo e verdadeiro. Aquele que resolve fazer algo, por conta desta resolução, supera com frequência as barreiras impostas e assegura sua realização. Pensar que somos capazes é quase sê-lo, realmente. Determinar-se a conquistar alguma coisa é muitas vezes a conquista em si. (SMILES, [1859] 2002, p. 5 apud PEARSALL, 2006, p. 6).

Após a popularização da obra de Smiles, com o passar dos anos, a expressão “self-help” foi se tornando corrente, chegando a designar, na virada do século, uma verdadeira tendência de comportamento, paralela ao novo gênero de literatura de massa que ia se delineando. De acordo com Rüdiger (2010, p. 38), “o ‘homem que ajuda a si mesmo’, profetizado algumas décadas antes, começou a se tornar realidade.”. Todavia, foi mesmo logo após essa época, na virada do século, que o sentido da expressão foi se modificando bruscamente, passando a se referir cada vez mais ao cultivo de certos poderes mentais. Sua razão deixou de ser a formação do caráter, tornando-se a transformação espiritual e psicológica do indivíduo em pessoa de sucesso, pelo fenômeno de ascensão do individualismo de que já tratamos na seção anterior:

Entre meados do século passado e as primeiras décadas do nosso, verificou-se um processo que transformou o conceito originalmente moral de autoajuda em princípio do moderno culto do sucesso e do cuidado terapêutico da personalidade. [...]

Paralelamente, o projeto popular de reeducar os sentidos e cultivar a vontade transformou-se na prática cada vez mais difundida de, teoricamente, desenvolver o potencial e resolver os problemas do indivíduo. (RÜDIGER, 2010, p. 38-39).

Proliferaram-se, então, nas décadas seguintes, as publicações da chamada *Psicologia Popular*, que deram voz aos preceitos do *self-help*, de diferentes maneiras e em diferentes graus de aproximação com a ciência. Alguns dos autores que ganharam notoriedade nessa seara, como o pastor Norman Vincent Peale (1898-1993), sequer possuíam formação acadêmica na Psicologia (como é o caso também de muitos autores de autoajuda dos dias de hoje), mas alcançaram multidões. Outros, como Carl Rogers, Rollo May, Abrahan Maslow, Fritz Perls e William James, eram acadêmicos da Psicologia, mas também têm alguns de seus pensamentos e obras associados ao florescimento do gênero autoajuda, apesar de esse enquadramento ser naturalmente controverso²⁶.

Em 1952, Norman Vincent Peale publicou *O poder do pensamento positivo*, um clássico da autoajuda que ele fundamentou sobre a autoestima e a fé cristã. O livro de Peale prometia que “o entusiasmo faz a diferença” e o “princípio positivo” mostraria ao leitor como viver a boa vida. Ele divulgou ideias que haviam começado com Smiles: nunca desista da esperança, cultive sempre uma elevada autoestima, tenha sempre atitudes e pensamentos positivos, doenças são causadas por pensamentos negativos e más atitudes, pode-se vencer por meio do controle mental e se alcança a vida boa se realmente a desejamos com todas as nossas forças. O livro sobre pensamento positivo de Peale já vendeu mais de 7 milhões de exemplares, foi traduzido para diversos idiomas e é publicado ainda hoje, segundo Pearsall (*op.cit.*, p. 7), o que mostra que a ideia de “o poder está em suas mãos” ainda possui grande aceitação no mercado editorial.

Para Pearsall (2006), junto a outros pioneiros desse gênero, como Carl Rogers, Rollo May e Abrahan Maslow, estava o terapeuta Fritz Perls, um dos líderes do movimento da *Psicologia da Gestalt* (que antecede, para o neuropsicólogo, o atual “autoajudismo” e corrobora a ideia do poder *unicamente* pessoal). Perls presumiu, segundo Pearsall, não apenas que somos menos do que poderíamos ser, como também que as fraquezas e as forças de um indivíduo residem exclusivamente *dentro* dele e não *dentre* ele e outras pessoas. Assim, o derradeiro fracasso não estaria relacionado com a maneira como interagimos com os outros, mas em

²⁶ Por questões de extensão e de foco do trabalho, não poderemos nos ater a uma abordagem detalhada desses autores e de seus diálogos possíveis com o gênero autoajuda. Para maiores informações, cf. Rüdiger, 2010.

nosso fracasso em trabalhar com o máximo de empenho para ser tudo aquilo que podemos ser. A preocupação com os outros deveria ser desconsiderada, fazendo sentar, no topo da pirâmide do bem-estar, a autorrealização. Para o neuropsicólogo Pearsall, tal postura é gravíssima, pois, para ele, a Psicologia deveria trabalhar com a ideia de que “o verdadeiro poder não é pessoal, mas interpessoal”. (*op. cit.*, p. 203).

Ainda a respeito da grande aceitação dos “gurus” da Psicologia Popular, Pearsall credits uma de suas causas ao distanciamento entre a Psicologia acadêmica e o indivíduo mediano:

Enquanto Smiles, Peale e os gurus da autoajuda estavam escrevendo “para o povo”, a Psicologia acadêmica continuou entrincheirada em sua torre de marfim. Os mistérios da mente continuaram insondáveis para a maioria, e a sabedoria só era concedida a uns poucos escolhidos, após anos de estudo. A assistência à saúde mental e à saúde física estava disponível para aqueles que podiam pagar por ela e, além disso, os profissionais da Psicologia tornaram-se ainda mais refinados em seus interesses. Em vez de oferecer soluções para os problemas do dia a dia, muitos psicólogos do meio acadêmico preferiram investigar doenças exóticas, os sombrios segredos freudianos e comportamentos grotescos. Em termos de disponibilidade e praticidade, a Psicologia estava se tornando inacessível ao adulto médio. Sem dúvida, o dr. Smiles e seus sucessores aproveitaram a oportunidade para preencher essa lacuna. [...] Hoje, a psicoterapia destina-se quase que exclusivamente aos que estão “realmente doentes”, e a autoajuda serve às massas de “alegres sofredores” [...]. (PEARSALL, 2006, p. 9).

Segundo o autor, por consequência, a autoajuda, que deveria ter como base a aplicação na vida diária de princípios psicológicos fundamentados na ciência, acabou por se transformar em sua própria indústria nos dias atuais, desprendendo-se de seu ancoradouro acadêmico e baseando-se em um “achismo” que a muitos incomoda, o que acaba por colaborar fortemente para seu descrédito como gênero discursivo de prestígio.

1.5 Ensaando (in)definições sobre o gênero discursivo *autoajuda*

Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento estilo-gênero. (BAKHTIN, 1997).

Após nos debruçarmos sobre variadas teorizações acerca do conceito de *gênero discursivo* e sobre um panorama histórico, social, cultural e estatístico do florescimento e consolidação da

autoajuda, vamos, finalmente – agora de forma mais consistente e embasada tecnicamente –, procurar traçar algumas breves, ainda que precárias conclusões sobre o que definiria, grosso modo, tal gênero discursivo, foco de nossa pesquisa.

Sendo os gêneros discursivos *tipos relativamente estáveis de enunciados*, entendemos que a ampla gama de obras que pertencem ao gênero *autoajuda* possuem certa *estabilidade* padronizadora necessária para que sejam razoavelmente reconhecidas pelos sujeitos que as leem. Assim, para que as obras de *autoajuda* funcionem dentro de um quadro genérico, é preciso que atendam às condições necessárias de um contrato de comunicação em que seus leitores se reconheçam, por meio de coerções, sobretudo, *situacionais*.

Nesse sentido, de forma ampla, a nosso ver, os livros de *autoajuda* delineiam um conjunto de práticas texto-discursivas de grande vendagem destinadas a cumprirem uma função (pseudo)literária de aconselhamento às mais diversas instâncias (concretas ou abstratas) da vida do indivíduo contemporâneo – trabalho, família, amor, amizade, espiritualidade, envelhecimento, saúde, felicidade, paciência etc.. A necessidade de amparo requerida pelo sujeito da modernidade e da pós-modernidade vincula-se a um complexo e progressivo quadro sócio-histórico de acentuação do individualismo e da desconexão dos seres com a ideia de coletividade, por meio do fortalecimento de práticas capitalistas e do incentivo pela busca da realização completa dos indivíduos por si próprios. O sujeito da atualidade, autônomo, mas desamparado, busca preencher suas lacunas por meio dessas manifestações textuais filiadas a uma *psicologia popularesca*, ofertada às grandes massas transnacionais graças aos desdobramentos da indústria cultural americana. Pregando que o poder interior do indivíduo é capaz, por si só, de resolver suas insatisfações com o mundo e de modificar sua relação com a realidade, as obras de *autoajuda*, em geral, defendem um racionalismo terapêutico sem limites, ignorando os fatores externos ao sujeito que interferem na consecução de seus objetivos. Além disso, mostram-se como eficazes práticas retóricas, já que, por meio de seus discursos fortemente persuasivos (direta ou indiretamente), tais livros apregoam um modo de vida e pensamento e se constituem como formas de ação e suposto empoderamento na sociedade e na cultura. Ademais, de forma geral, tais obras são lidas, sobretudo, pelo público adulto feminino com relativo grau de instrução. Por tudo isso, o amplo gênero discursivo *autoajuda* presta-se como um profícuo *corpus* de análise para o entendimento das representações sociais e discursivas que permeiam o conhecimento e os costumes do sujeito contemporâneo.

Portanto, quanto a seu *conteúdo temático/objetivos comunicativos*, as obras pertencentes ao gênero discursivo autoajuda possuem relativa homogeneidade geral. Entretanto, quando pensamos nos dois outros tripés genéricos propostos por Bakhtin e seguidos pela Linguística Textual – quais sejam, o *estilo* e a *construção composicional* –, a tarefa de defini-las torna-se sobremaneira complexa, já que aí se manifesta a *variedade na unidade* própria do gênero, que já tanto mencionamos. Dessa forma, justifica-se a colocação de que os gêneros são tipos *relativamente* estáveis de enunciados: sua instabilidade é extremamente valiosa para que o gênero se mostre como entidade dinâmica e rica da língua, para que dê espaço à criatividade e à variabilidade infinitas dos discursos, e as obras de autoajuda ilustram bem tal riqueza. É possível, nesse sentido, que proponhamos inúmeras subdivisões ao gênero autoajuda; na seção a seguir, por exemplo, procuraremos comprovar a existência de uma autoajuda feminina e de sua manifestação por meio de, no mínimo, três linhas estilístico-estruturais, como forma de exemplificação.

Sendo assim, conforme propôs Charaudeau, é na interface entre as restrições situacionais (já abordadas), as restrições discursivas e as formais que se situa a precária, mas útil definição do gênero discursivo autoajuda. No caso das restrições discursivas e formais deste gênero, analisaremos tais aspectos em nossa próxima seção e em nosso capítulo terceiro, a partir da investigação dos traços próprios do subgênero a que pertencem as duas obras do *corpus* deste trabalho.

1.6 *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas e Comporte-se como uma dama, pense como um homem: retratos de uma autoajuda feminina*

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 1997).

Ainda que diga que o gênero discursivo autoajuda “escapa a toda tentativa de totalização” (2010, p. 21), Rüdiger propõe, inicialmente, uma classificação esquemática simples para a variedade de títulos que parece se encaixar dentro da gama dessa grande categoria. Segundo

ele, é possível que se dividam essas obras em duas subcategorias: primeiramente, os livros que ensinam a desenvolver capacidades objetivas, como sucesso nos negócios, comunicar-se com as pessoas, conservar o marido, etc.; em segundo lugar, livros que ensinam a desenvolver capacidades subjetivas, como estimar a si mesmo, saber envelhecer, vencer a depressão ou viver em plenitude. No entanto, segundo o sociólogo, a pesquisa dessas obras, naturalmente, revela que as duas subcategorias acabam por projetar-se em um fundo comum, já que, na maioria das vezes, o desenvolvimento dessas capacidades relaciona-se mais ou menos com um conjunto de técnicas que, em última instância, depende da crença no próprio eu, promovendo um *racionalismo* que incide, sobretudo, na *subjetividade*.

Em seguida, Rüdiger propõe mais uma possível subdivisão para o grande gênero autoajuda, desta vez em “três tipos puros de direção em seu universo” (*op. cit.*, p. 18-21): o primeiro tipo seria o que o autor entende como algo próximo de um *misticismo terapêutico*, baseado em uma racionalidade fundamentada na figura típico-ideal de um indivíduo que não busca o sucesso social, nem a salvação coletiva, mas a consecução de um sentimento de bem-estar consigo mesmo, o suprimento de suas necessidades imediatas e a resolução de conflitos íntimos que perturbam o funcionamento regular e cotidiano de sua subjetividade. A segunda direção, em contraponto à primeira, caracteriza-se como algo próximo a um *utilitarismo terapêutico*, em que a consecução do sucesso na vida depende da capacidade de superarmos a descrença em nós mesmos, explorarmos o poder que reside em nosso eu profundo e, assim, alcançarmos legitimamente nossos objetivos concretos como sujeitos sociais, seja nos negócios, na família ou no terreno social. Ambas as direções, no entanto, segundo o autor, são permeadas por um *racionalismo terapêutico*, ou seja, na crença do poder da mente e do pensamento no alcance desses objetivos, tal como já mencionamos. A terceira direção, por sua vez, parece não necessitar tão diretamente desse racionalismo, já que, segundo Rüdiger, caracteriza-se pelos manuais de autoajuda filiados a uma abordagem puramente técnica e narcisista, completamente esvaziada de conteúdo moral, em que o sucesso dependeria da manipulação psicológica dos outros, da luta constante pela vantagem interpessoal, do jogo implacável de intimidar amigos e seduzir pessoas.

Diante dessa tentativa de classificação de Rüdiger, começaremos a pensar no *corpus* especificamente focalizado neste trabalho, ou seja, dois livros de autoajuda destinados prioritariamente ao público feminino, em especial destinados a abordar questões sobre o relacionamento homem-mulher e sobre como dar “poder” a esta última, para que ela vença no

jogo amoroso: *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas* (ARGOV, 2010) e *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* (HARVEY & MILLNER, 2010).

1.6.1 A constituição do *corpus* de pesquisa

Quando se observa a oferta de obras de autoajuda, conforme dissemos em seção anterior, há uma gama tão ampla de variações temáticas, estilísticas e estruturais que parece ser impossível definir seus limites – o que o próprio mercado editorial atesta em suas controversas classificações. Entretanto nosso intuito, neste trabalho, é propor que existiria, dentro desse amplo mercado, uma grande e crescente fatia destinada exclusivamente ao público feminino (conforme vimos, pelas estatísticas, o maior leitor de autoajuda no Brasil), o que pode ser percebido facilmente por qualquer leigo que corra os olhos nas prateleiras do gênero. À primeira vista, de forma mais superficial, títulos autoindicativos, como *O que toda mulher inteligente deve saber* (CARTER & SOKOL, 2006) ou *Homens gostam de mulheres que gostam de si mesmas* (CARTER & SOKOL, 2008), assim como capas compostas por cores e símbolos estereotipicamente associados às mulheres – como o cor-de-rosa ou o vermelho, e objetos como espelhos, salto altos e maquiagens – são ótimos indicativos desse tipo de autoajuda que pulula nas estantes das livrarias.



Figuras 1 e 2. Capas ilustrativas de obras de autoajuda claramente destinadas ao público leitor feminino.

Todavia a escolha desse aparente subgênero, a que denominaremos aqui de *autoajuda feminina*, não simplifica a tentativa classificatória que empreendemos até este momento; ao contrário, apresenta-nos ainda dificuldades. Isso porque, assim como o próprio grande gênero autoajuda, os livros destinados às leitoras femininas e associados a essa subdivisão apresentam-se também sob variados formatos, temas e estilos ao leitor comum. Como proceder então? Durante o processo de recorte do *corpus* desta pesquisa, que durou cerca de seis meses, propusemo-nos inicialmente a efetuar uma “varredura” no mercado da autoajuda feminina brasileira, a partir de uma motivação teórica: encontrar obras que tematizassem a *relação entre o feminino e as emoções*, sob qualquer ocorrência (não necessariamente só em suas relações amorosas, mas também em sua atuação profissional, familiar, acadêmica, religiosa etc.), a fim de estudarmos a argumentação proposta por esses livros em uma interface com os estudos discursivos sobre as emoções.

Obviamente, já prevíamos que nossa motivação feminino/emoções fosse nos conduzir, sobremaneira, a um perfil mais específico de autoajuda destinado a contemplar as relações afetivas femininas, mas a observação das obras circulantes no mercado nos levou à constatação de que elas, esmagadoramente, apontam para uma temática bem restrita: a busca

pela *realização amorosa*²⁷. A grande maioria delas, nesse sentido, baseia-se, a princípio, na classificação do *utilitarismo terapêutico*, segunda direção proposta pelo próprio Rüdiger (2010) e há pouco descrita por nós: por meio de parâmetros de racionalidade, sejam eles subjetivos (ligados ao poder do pensamento) ou objetivos (vinculados a ações e comportamentos comandados pelo pensamento), o público-alvo dessas obras tentará ser persuadido de que o sucesso da mulher em suas relações afetivas (mas, sobretudo, no amor, entendido sob o padrão heteronormativo²⁸) é um objetivo a ser alcançado por meio do esforço *dela*. A análise crítica de nosso *corpus*, a ser feita adiante, acabará por nos fazer crer, entretanto, que esse perfil de autoajuda feminina parece se enquadrar, também, na terceira linha proposta por Rüdiger (2010): manuais cuja abordagem técnica e narcisista mostra-se esvaziada de conteúdo moral, por vincular o sucesso individual da mulher à vitória no “jogo” com o outro, o companheiro, a ser manipulado psicologicamente por meio de artifícios de poder e sedução.

Os treze livros pré-selecionados nessa grande “varredura” feminino/emoções, a partir de listas de *mais vendidos* de editoras nacionais do ano de 2011 (época de seleção do *corpus*) e também de uma pesquisa de campo, nesse mesmo ano, a diversas livrarias da cidade de Belo Horizonte, foram os seguintes (em ordem de lançamento)²⁹:

1. *Homens são de Marte, mulheres são de Vênus* (GRAY, 1992);
2. *Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?* (PEASE & PEASE, 2000);
3. *Por que os homens mentem e as mulheres choram?* (PEASE & PEASE, 2003);
4. *O que toda mulher inteligente deve saber* (CARTER & SOKOL, 2006);
5. *Mulheres: por que será que elas...?* (FERREIRA, 2007);
6. *O segredo das mulheres apaixonantes* (NUNES, 2007);

²⁷ Claramente, a supremacia dessa temática destinada às leitoras nos remete às expectativas sociais de realização conjugal e de afirmação por meio da figura masculina que, ainda no século XXI, oprimem as mulheres. Trataremos mais a fundo disso adiante.

²⁸ É interessante perceber que, mesmo diante da pluralidade de orientações sexuais da contemporaneidade, tais obras mostram-se extremamente restritas e simplificadoras ao tratar das possibilidades afetivas dos sujeitos, o que já nos remete a uma série de imaginários sociais preconceituosos popularizados acerca da sexualidade humana. Também há que se considerar que, nesta pesquisa, associamos o entendimento do gênero feminino somente à figura da mulher (biologicamente considerada) não por reiterarmos tal percepção restrita da sexualidade, mas porque assim é feito nessas obras. Obviamente, sabemos que o gênero feminino é fruto de uma construção social, histórica e cultural extremamente complexa e não se vincula, limitadoramente, somente ao sexo biológico que caracteriza a classificação da mulher, todavia, por questões de extensão, infelizmente, não poderemos contemplar tal relevante problemática.

²⁹ Optamos por não incluir as referências completas destas obras ao fim da dissertação, por acreditarmos que elas não constituem, efetivamente, parte da bibliografia principal.

7. *Homens gostam de mulheres que gostam de si mesmas* (CARTER & SOKOL, 2008);
8. *Deixe os homens a seus pés* (FORLEO, 2009);
9. *Por que os homens amam as mulheres poderosas?* (ARGOV, 2009);
10. *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* (HARVEY & MILLNER, 2010);
11. *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* (ARGOV, 2010);
12. *Mulheres inteligentes, relações saudáveis* (CURY, 2011);
13. *Por que eu deveria pensar como um homem?* (HALL & FROST, 2011).

Todos esses títulos possuíam grande vendagem à época da seleção do *corpus* e, portanto, de forma aparente, eram amplamente aceitos pelo público leitor feminino³⁰. A maioria deles, conforme já esperado³¹, eram norte-americanos (dez deles, cujos autores são oriundos de áreas do saber diversas, ou mesmo sem formação acadêmica divulgada) e três eram brasileiros (os escritos pela jornalista Leila Ferreira, pelo consultor de marketing pessoal Eduardo Nunes e pelo psiquiatra e terapeuta Augusto Cury). Os autores dessas obras dividiam-se quase igualmente entre homens e mulheres, o que não nos permitiu verificar nenhuma tendência analítica quanto a esse aspecto. Por fim, todas as obras relacionadas anteriormente possuíam um preço de custo baixo (entre R\$12,90 e R\$29,90), quando comparado ao razoável preço de livros no Brasil, o que parece ser mais um dado favorável à confirmação da popularidade do gênero.

A nosso ver, foi possível notar, a partir dessa pré-seleção, três linhas “estilístico-estruturais” dentro do subgênero autoajuda feminina. A primeira delas, relacionada a uma postura pretensamente científica, diz-se utilizar de pesquisas de diversas áreas do saber, como os estudos evolucionistas e neurocerebrais, para justificar, segundo ela, grandes diferenças psicológico-comportamentais entre homem e mulher, as quais iriam muito além da anatomia. Obras desse tipo, como *Homens são de Marte, mulheres são de Vênus*, *Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?* e *Por que os homens mentem e as mulheres choram?* experimentaram seu auge editorial, no Brasil, na década de 1990 e no início dos anos 2000³²,

³⁰ Infelizmente, por quase não existirem informações numéricas confiáveis sobre a venda desses livros, não é possível fornecer, aqui, dados estatísticos precisos sobre sua quantidade de leitores femininos ou masculinos.

³¹ É importante lembrarmos que, anteriormente, mencionamos que os Estados Unidos são o berço da autoajuda, além de ser o país que mais lê esse gênero e de se mostrar como um grande influenciador cultural a outras nações (cf. seção 1.2), o que explica a grande vendagem de obras norte-americanas do gênero no Brasil.

³² Hoje, tais obras de autoajuda com aparência científica têm sido questionadas por profissionais de algumas áreas do saber, especialmente da Psicologia, da Antropologia e das Ciências Sociais. Estes acreditam que muitas diferenças psicológico-comportamentais entre homens e mulheres endossadas por esses livros são, na verdade, fruto de um aprendizado sócio-histórico e cultural silencioso, que “doutrinaria” as supostas distinções de forma a

e procuram propor – respaldadas por essa pretensa autoridade científica que legitima diferenças entre homens e mulheres – *dicas e posturas* a serem seguidas por cada um dos gêneros (portanto *autoajuda*, nos critérios do mercado) para que haja uma boa relação conjugal, um entendimento mútuo. Apesar de esse tipo de obra parecer, a princípio, dirigir-se igualmente ao público feminino e masculino, as observações por nós efetuadas nas livrarias à época de escolha do *corpus* fizeram-nos atrelá-las sobretudo às leitoras, mulheres. Essas obras de autoajuda ficavam ao lado daquelas outras claramente femininas, procuradas por leitoras a quem, aparentemente, agradavam os manuais de relacionamento amoroso.

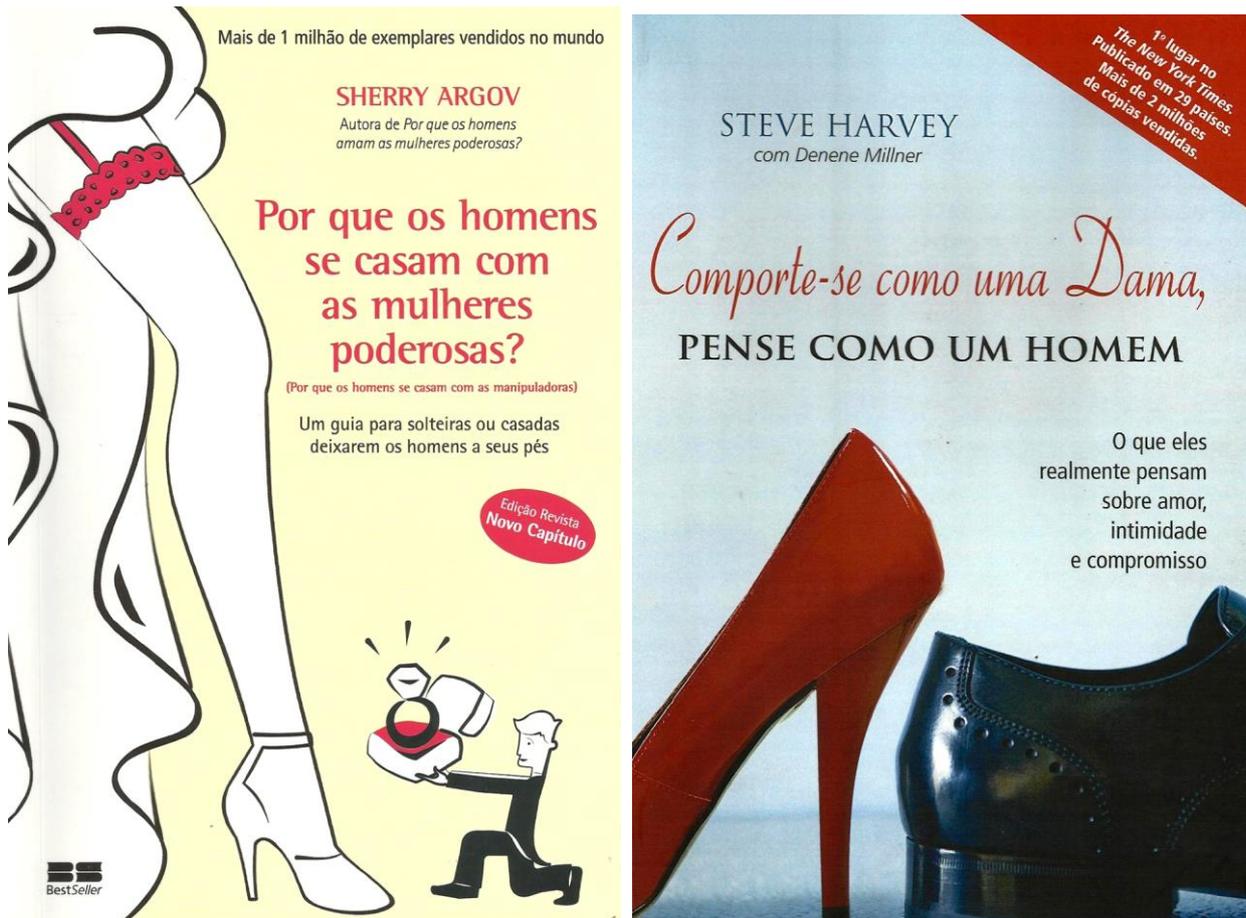
A segunda linha “estilístico-estrutural” notada por nós, a menos frequente dentre as obras analisadas, contempla obras que se revestem de uma aparência narrativa, como se fossem livros de crônicas sobre experiências femininas (inclusive por meio de um trabalho um pouco mais detido com a linguagem), para, de forma mais discreta, quase implícita, indicar posturas recomendáveis ou não a seu público leitor através de histórias de sucesso ou fracasso relatadas. É o caso da obra *Mulheres: por que será que elas...?*, da jornalista mineira Leila Ferreira, que também é classificada por alguns sites e livrarias como pertencente à literatura de não-ficção, mas se encontra, na maioria das vezes, sob a etiqueta da *autoajuda*.

Por fim, pudemos perceber que a terceira linha de autoajuda feminina detectada por nós parecia ser a mais relevante em quantidade de obras, a mais produzida/vendida nos dias atuais, o que se justifica por seu tom extremamente popularesco. Tal perfil de livros caracteriza-se pelo pertencimento claro a um modelo de *manual prescritivo* direcionado à mulher sobre posturas, falas e comportamentos adequados ou inadequados para atingir o sucesso em suas relações amorosas. Para tal, as obras de autoajuda que pertencem a essa categoria parecem estruturar-se por meio de uma linguagem bastante objetiva, geralmente pontuada por tópicos/dicas destacáveis misturados a textos simples, bem-humorados e de forte tom apelativo ao leitor. Além disso, o caráter *prêt-à-porter* dessas obras também assume uma aparência de verdade definitiva quando estas relatam breves episódios reais (ou pretensamente reais) ocorridos com seus autores ou com pessoas conhecidas/entrevistadas por

tentar naturalizar o que não seria verdadeiramente biológico. A esse respeito, cf. a obra da psicóloga canadense Cordelia Fine, *Homens não são de Marte, mulheres não são de Vênus* (2012), cuja resenha aponta: “*Homens não são de Marte, mulheres não são de Vênus* visa desmascarar o mito pseudocientífico das diferenças estruturais entre o cérebro dos homens e o das mulheres. Revelando as evidências por trás de afirmações como 'o cérebro dos homens não foi criado para ser sensível e empático' e 'o cérebro das mulheres não foi feito para consertar carros', a neurocientista Cordelia Fine pretende mostrar as interpretações equivocadas por trás da crença de que 'os homens são de Marte e as mulheres são de Vênus'.” Mais adiante, voltaremos a essa questão neste trabalho.

eles. Tais episódios ilustram explicitamente o que deve ou não ser feito pelas mulheres frente aos homens, para que estas consigam conquistá-los ou manter o poder na relação, por meio da experiência abalizada dos sujeitos descritos. Da lista de 13 obras que pré-selecionamos para a escolha de nosso *corpus*, todas as nove seguintes parecem se encaixar nesse perfil descrito: *O que toda mulher inteligente deve saber*; *O segredo das mulheres apaixonantes*; *Homens gostam de mulheres que gostam de si mesmas*; *Deixe os homens a seus pés*; *Por que os homens amam as mulheres poderosas?*; *Comporte-se como uma dama, pense como um homem*; *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?*; *Mulheres inteligentes, relações saudáveis*; *Por que eu deveria pensar como um homem?*.

A fim de selecionarmos, por uma questão de extensão, as duas obras finais que comporiam o *corpus* desta pesquisa de Mestrado, optamos por privilegiar a terceira linha dentre as descritas, ou seja, a de maior frequência no mercado editorial por nossa observação, associada a manuais prescritivos ao comportamento da mulher. Ainda pensando em nosso ponto de partida teórico, a relação feminino/emoções, as duas obras que se mostraram mais ricas em possibilidades de análise dentre os nove livros em questão foram: a de Argov, *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* (2010) e a de Harvey e Millner, *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* (2010). Essas duas obras abordam recorrentemente o tratamento das emoções como estratégia para a mulher atingir o sucesso amoroso e, simultaneamente, constroem uma série de imagens associadas estereotipicamente ao feminino como parte de seu projeto de convencimento do público-alvo. Passemos, então, neste momento, a uma breve descrição dessas duas obras.



Figuras 3 e 4. Capa das duas obras de autoajuda que constituem o corpus desta dissertação.

Por que os homens se casam com as mulheres poderosas? (Por que os homens se casam com as manipuladoras) - Um guia para solteiras e casadas deixarem os homens a seus pés, da norte-americana Sherry Argov, é uma obra publicada, no Brasil, simultaneamente, por duas editoras: a *Best Seller*, selo popular do grande grupo editorial Record, e a *Sextante*, ambas paulistas. No site dessas editoras, é possível encontrar a obra sob as classificações de *Autoajuda*, *Relacionamentos* e *Mais vendidos*. Nesta dissertação, trabalharemos com a 15ª edição da obra, datada do ano de 2010, da editora *Best Seller*. Este livro de Argov é uma continuação de *Por que os homens amam as mulheres poderosas? – Um guia para você deixar de ser boazinha e se tornar irresistível*, de 2009, da mesma autora e editora. Vejamos um trecho da sinopse comercial da obra sob análise, presente no site da editora Record:

Como convencer um homem a assumir um comportamento sério e induzi-lo a pensar que a ideia foi dele? Ou ainda: como fazer com que ele a peça em casamento sem que você precise dizer uma única palavra? De uma forma nem um pouco tímida e muito engraçada, *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* responde a essas e outras perguntas levadas aos homens em entrevistas reais e, claro, sem censura. O livro é um manifesto direto e sarcástico que mostra às mulheres como transformar um relacionamento sem compromisso em algo realmente sério.

Com detalhes que são revelados apenas entre amigas nas conversas mais íntimas, Sherry Argov deixa toda a sutileza de lado e explica por que uma mulher “superlegal” não consegue, necessariamente, fazer com que um homem se dedique mais a ela.³³

A obra de Argov em questão pretende servir como um roteiro/manual de comportamentos e falas a serem seguidos pela mulher a fim de convencer seu parceiro a casar-se com ela espontaneamente, devido à sua postura confiante, racional e “controlada” (nesse sentido, o perfil da *poderosa*, e não da *boazinha*). Esse livro, portanto, conforme já sinalizamos, dá ênfase notória ao tratamento das emoções (e ao controle destas) nas relações afetivas entre homem e mulher, o que será primordial para nossa análise, mais adiante. Quase toda a obra se baseia na premissa de que os homens se enxergam como seres racionais e pensam as mulheres como indivíduos emocionais, passionais ao extremo e, por isso, descontroladas e distanciadadas de raciocínios ponderados, o que remete a imagens erigidas sobre a mulher sobre as quais pretendemos refletir. A própria sinopse comercial do livro, disponível nos sites de compras pela internet, já nos sugere essa inclinação à abordagem das emoções feita por Argov:

[...] Em *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?*, a autora ensina como irradiar autoconfiança para as mulheres conseguirem o amor e o respeito que merecem. Dotado de um novo capítulo com cartas de leitoras e **dicas sobre como controlar melhor as emoções**, o livro é um manifesto direto e sarcástico que mostra ao público feminino como transformar um relacionamento sem compromisso em algo realmente sério. [...]³⁴

Em inglês, a obra de Argov possui o título de *Why men marry bitches: a woman's guide to winning her man's heart*, algo como “Por que os homens se casam com as cadelas: um guia feminino para conquistar o coração do seu homem”. É interessante perceber que o termo “cadela”, em inglês, nesse sentido, assume uma conotação gíriática positiva, indicando uma mulher forte, assertiva, que chega a amedrontar o homem.³⁵

Com 272 páginas e oito capítulos, a obra de Argov carrega em sua capa a seguinte frase em destaque: “Mais de um milhão de exemplares vendidos no mundo.” A popularidade nas vendas, porém, contrasta-se com a escassez de informações sobre a autora do *best-seller*. As informações sobre Sherry Argov presentes na orelha de seu livro, no site das editoras e em sua página pessoal são pouquíssimas, e praticamente as mesmas: ela ganhou destaque em

³³ Disponível em: http://www.record.com.br/livro_sinopse.asp?id_livro=8. Acesso em: 20 out. 2013.

³⁴ Disponível em: <http://www.livrariasaraiva.com.br/produto/3003499/por-que-os-homens-se-casam-com-as-mulheres-poderosas>. Negrito nosso. Acesso em: 20 out. 2013.

³⁵ Cf. [http://en.wikipedia.org/wiki/Bitch_\(insult\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Bitch_(insult)): “In a feminist context, it can indicate a strong or assertive woman, one who might make men feel threatened.” Acesso em: 20 out. 2013.

programas televisivos americanos e em revistas de renome internacional, somente isso³⁶. A pequena biografia a seguir é a mais extensa sobre ela, encontrada em seu próprio website:

Sherry Argov is *The New York Times* bestselling author of *Why men marry bitches* and *Why men love bitches* and has been featured on *The Today Show*, *The View*, *MTV*, *The O'Reilly Factor*, *MSNBC* and *Fox News*. Her work has appeared in over 50 leading magazines including *People*, *Cosmopolitan*, *Elle*, *Glamour*, *Modern Bride*, *Maxim* e *Esquire*. Sherry's books are currently published throughout the world in over thirty languages.³⁷

Comporte-se como uma dama, pense como um homem – O que eles realmente pensam sobre amor, intimidade e compromisso, dos norte-americanos Steve Harvey e Denene Millner, tem o título original de *Act like a lady, think like a man: what men really think about love, relationships, intimacy and commitment*. Lançada em 2009 nos Estados Unidos e em 2010 no Brasil (esta 1ª edição será a usada em nossa análise), a obra tem 192 páginas, 15 capítulos e ostenta, em sua capa, as marcas de seu sucesso nas vendas: “1º lugar no *The New York Times*, publicado em 29 países e mais de 2 milhões de cópias vendidas.”³⁸ O site de sua editora brasileira, a Ediouro, apresenta desta forma esse livro de autoajuda:

Esqueça tudo o que já foi dito sobre os homens. Apague os mitos, as teorias, tudo o que sua mãe ensinou, as amigas disseram, aquilo que leu em revistas ou viu na televisão. Faça o que milhares de mulheres ao redor do mundo já fizeram: pegue os princípios, as regras e as dicas deste manual e use-os para se antecipar às manobras masculinas, para armar sua defesa e seu ataque. De acordo com o autor, o problema é que as mulheres buscam conselho nos lugares errados. A melhor maneira de conhecer a cabeça de um homem é se aconselhar com um deles. Simples, não é mesmo? E Steve põe a boca no trombone para ajudá-las. Por vezes engraçado, por vezes categórico, mas sempre verdadeiro, *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* é o livro que toda mulher precisa ler se quiser finalmente montar o quebra-cabeças mais difícil de todos: a mente masculina.³⁹

³⁶ Mesmo após buscas cuidadosas na internet e tentativas de contato com as editoras em que os livros de Argov foram publicados (já que não há nenhum canal de contato direto com ela), não conseguimos descobrir mais nenhuma informação relevante sobre essa autora, nem mesmo se ela possui formação acadêmica ou experiência profissional na área de relacionamentos. O perfil de Argov, a nosso ver, parece ser mantido em cuidadoso resguardo propositalmente, para, talvez, ocultar lacunas em sua formação, fato que poderia abalar sua credibilidade como escritora. Inclusive, nos poucos vídeos de programas televisivos disponíveis na internet em que ela aparece, não se destaca sua figura pessoal, mas o conteúdo de seus livros.

³⁷ Disponível em: <http://www.whymenlovebitches.com/index.html>. Acesso em: 21 out. 2013. Tradução livre da autora: “Sherry Argov é a *best-seller* apontada pelo *The New York Times*, autora de *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* e *Por que os homens amam as mulheres poderosas?* e tem sido destaque em *The Today Show*, *The View*, *MTV*, *The O'Reilly Factor*, *MSNBC* and *Fox News*. Seu trabalho apareceu em mais de 50 revistas importantes, incluindo *People*, *Cosmopolitan*, *Elle*, *Glamour*, *Modern Bride*, *Maxim* e *Esquire*. Os livros de Sherry estão atualmente publicados por todo o mundo em mais de trinta idiomas.”

³⁸ Outro dado da fama deste livro nos Estados Unidos é o fato de, em 2012, ele ter dado origem a um longa-metragem, *Think like a man*, a ser lançado brevemente no Brasil. No filme, “a vida de um grupo de amigos é transformada quando suas namoradas decidem usar as dicas do autor Steve Harvey contra eles. Agora é a vez de os rapazes lerem o livro e verem como podem dar uma lição nas mulheres.” Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-193251/>. Acesso em: 28 out. 2013.

³⁹ Disponível em: http://www.ediouro.com.br/site/products/content_book/3362. Acesso em: 21 out. 2013.

Steve Harvey é o autor principal do livro, e Denene Millner, colunista de uma revista feminina americana, é apontada somente como co-autora⁴⁰. Prova disso é que essa obra, conforme o próprio *release* anuncia, é um manual de *dicas masculinas às mulheres*, levantadas por Harvey a partir de suas vivências pessoais e de seus amigos, para que elas “vençam” no jogo amoroso, afirmem-se frente aos homens: “Este livro é dedicado a todas as mulheres. Quero dar a elas mais poder sobre os homens. E, para isso, vou mostrar como funciona a mente masculina.” (HARVEY & MILLNER, 2010, p. 5). É com essa dedicatória que Steve Harvey inicia seu empreendimento argumentativo. Harvey, famoso comediante e ator estadunidense, “é conhecido em todo o território americano por seu programa de rádio *Steve Harvey Morning Show*, que tem mais de 7 milhões de ouvintes”, segundo os próprios dados biográficos contidos na contracapa de sua obra. Harvey não possui nenhuma formação acadêmica, mas, em seu programa de rádio e nas participações em programas de TV que faz, fornece bem-humorados conselhos sobre relacionamentos, tom que também garante à sua obra.

De forma parecida com a obra de Argov, Harvey também atribui às mulheres, recorrentemente, certa passionalidade que lhes pode ser prejudicial no momento de “fisgar o homem correto”. Dessa forma, para conseguir mais poder sobre os homens, é preciso, mais uma vez, que a mulher assuma certas falas e comportamentos controlados, racionais que agradem aos homens (ela deve agir como uma dama, mas pensar como um homem, afinal). Por esse motivo, a obra de Harvey nos parece compor um rico *corpus* de análise, junto à de Argov. Aliás, o terreno fértil – e pouco desbravado – de investigação da autoajuda destinada ao amor e à sexualidade é confirmado pelo próprio Francisco Rüdiger, teórico especialista no gênero, a quem muito já nos referimos:

O tratamento dispensado à sexualidade e ao amor por parte da literatura de autoajuda é um terreno de pesquisa bastante fértil, que abtemo-nos de tratar aqui, sobretudo pelo fato de ser uma tendência relativamente autônoma dentro do gênero. (RÜDIGER, 2010, p. 222).

⁴⁰ Denene Millner é apontada nas páginas finais da obra (seção *Agradecimentos*) especificamente como redatora final do livro: “Queria agradecer a Denene Millner, que assumiu a assombrosa tarefa de pegar o que falo, às vezes em frases muito específicas minhas, e pôr tudo isso no papel, de forma que fosse inteligível para os demais membros da espécie humana. Em outras palavras, ela foi minha tradutora.” (HARVEY & MILLNER, 2010, p. 192).

Cabe a nós, neste trabalho, procurar contribuir ao menos um pouco para essa possibilidade analítica ainda pouco abordada. Para tal, perseguiremos nosso objetivo principal, que será o de investigar, por meio de uma análise argumentativa do discurso, de que forma é representado o sujeito dito *emotivo* nas obras de autoajuda em destaque e verificar em que medida o ser feminino é aproximado dessas imagens de passionalidade por meio do resgate de alguns imaginários sociais feito por esse gênero discursivo sob recorte.

2 EMOÇÕES E FEMININO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFERIORIDADE

2.1 Emoções, feminino e dicotomias: primeiros olhares

O que permanece essencial em termos sociológicos é o reconhecimento de que todos os universos simbólicos e todas as legitimações são produtos humanos, cuja existência tem a base na vida de indivíduos concretos e não possui qualquer estatuto empírico separado dessas vidas. (BERGER & LUCKMANN, 2004).

Na história do pensamento ocidental, diversas são as áreas do conhecimento que já discorreram sobre o domínio das emoções – ou suas nomeações afins, como os afetos, as paixões, os sentimentos, o patêmico⁴¹: por exemplo a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, as Ciências Sociais e, mais recentemente, a própria Linguística. É basal lembrar, entretanto, que a abordagem das emoções enfrenta, desde a tradição clássica – para considerável parte de seus expoentes –, certo olhar marginalizado, o que acabou por contribuir com o descrédito do olhar científico sobre elas e, conseqüentemente, sobre sua relação com o feminino, a partir do momento em que o sujeito mulher é associado ao campo do dito “emotivo” e distanciado de uma suposta “razão”, que seria seu oposto. A partir dessas vozes de autoridade do saber ocidental, o olhar sobremaneira negativo a respeito das emoções – e das mulheres, vistas regularmente como seres “emotivos” – acabou por se popularizar, alcançando os domínios do senso comum e, conseqüentemente, reforçando o discurso científico.

Ainda hoje, mesmo que em menor grau, as emoções continuam sendo tratadas como manifestações, de certa forma, opostas àquelas concernentes à razão. Essa dicotomia que insiste em demarcar um suposto limite entre a racionalidade e a passionalidade, tanto no senso comum quanto em certa parte da comunidade científica, fez com que as paixões passassem a

⁴¹ Tendo em vista as restrições de extensão deste trabalho e as variadas abordagens teóricas que procuram estabelecer distinções entre esses termos designativos de emoção, optamos por não nos ater a essa questão, apesar de atestarmos sua riqueza. Neste momento, é interessante, situando-os em nosso lugar de fala de analistas do discurso, embasarmos-nos na justificativa oferecida por Plantin (apud LIMA, 2006, p. 128), quando este considera a imprecisão linguística que carregam esses termos: “[...] il est difficile de se tenir à un seul de ces termes, puisque tous n’ont pas les mêmes capacités dérivationnelles et que les termes dérivés peuvent ne pas exister ou n’avoir pas le même sens - en particulier, les verbes -, ce qui entraîne un brouillage permanent de l’écriture théorique.” (Tradução de LIMA: “[...] é difícil tomar apenas um dos termos porque eles não têm as mesmas capacidades derivacionais e os termos derivados podem não existir ou não ter o mesmo sentido - em particular, os verbos -, o que acarretaria uma confusão permanente na escrita teórica.”). Por fim, cabe-nos mencionar que os termos emoção, paixão, afeto, sentimento, dentre outros, serão tomados, neste capítulo, como sinônimos, exceto naquelas situações em que os próprios teóricos contemplados os diferenciarem nitidamente.

ser vistas, nesses casos, como um componente negativo, que atrapalha as relações entre os indivíduos e destes consigo mesmos; elas seriam a marca patente do “descontrole” sobre si, seriam aquilo que “irrompe” de forma abrupta, sem que fosse possível se raciocinar ou medir suas consequências. Dessa forma, na grande maioria das situações sociais, tolo seria aquele que não conseguisse controlar suas emoções, “domesticá-las” sob o jugo da racionalidade e, ainda, o ser emotivo passaria a distanciar-se do exercício do intelecto, da própria inteligência.

Sobretudo nas últimas décadas, com vários estudos das ciências humanas – como os das Ciências Sociais, da Psicologia e da Análise do Discurso, associada ao resgate da Retórica –, as emoções são efetivamente pinçadas dessa posição marginal em que se encontravam nas abordagens científicas e passam a ser vistas, pouco a pouco, sob novos prismas que objetivam afastá-las desse olhar simplista. Ainda que esses estudos tentem reverter o “ranço” que marca o julgamento sobre as emoções, os discursos que circulam em nossa sociedade, frutos de imaginários sociodiscursivos construídos durante muitos anos, parecem insistir em confirmar esse olhar negativo por vezes. Muitos dos produtos midiáticos, como o nosso próprio *corpus*, confirmam essa constatação.

Como a proposta desta pesquisa é, de forma geral, proceder à análise de duas obras de autoajuda destinadas ao público feminino – *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* e *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* – que o associam, com certo descrédito, ao campo das paixões, é notória a necessidade de investigarmos, ainda que de forma lacunar, quais seriam algumas das vozes históricas, sociais e culturais reverberadas por tais livros ao efetuarem essa associação pejorativa das emoções ao feminino e vice-versa.

Para tal, neste capítulo, procederemos, inicialmente, à apresentação de um percurso do entendimento das emoções no decorrer da história do pensamento ocidental, priorizando a abordagem secular das paixões frente a seu (suposto) oposto: o campo da razão, da racionalidade. Partindo do pensamento grego e passando à contemporaneidade – mas não menos cientes da complexidade que está contida nesse enorme intervalo –, tentaremos contemplar variados *flashes* que abordam esse jogo entre as emoções e as razões, distanciando-as, ou, mais recentemente, esforçando-se para aproximá-las, em algumas áreas do conhecimento. Em um segundo momento, efetuaremos mais uma vez um resgate histórico, desta vez especificamente no que concerne à ligação histórica entre o feminino e os afetos. Tentaremos mostrar, em linhas gerais, por que, a partir dessa trajetória sociológica de

dicotomização entre razão e emoção (e, conseqüentemente, da desvalorização desta última), o feminino acabou por se situar em uma posição subalterna nas esferas de poder ao ser associado às paixões – e, como veremos a seguir, a seus correlatos simbólicos, como a fraqueza, o descontrole, a irracionalidade, a incapacidade intelectual, os impulsos biológicos. Por fim, voltaremos rapidamente a nosso *corpus*, pretendendo mostrar como as obras de autoajuda sob análise sinalizam nossas considerações até aqui.

É importante lembrar – conforme já sinalizamos nas primeiras páginas de nosso trabalho – que esses extensos percursos históricos a serem feitos aqui, apesar de razoavelmente exaustivos, serão fundamentais para o entendimento do lento e inegável processo de consolidação de tais mentalidades binarizantes em nossa cultura ocidental. Além disso, ambos os resgates serão também bastante úteis às categorias a serem traçadas em nossa análise posterior, no capítulo terceiro.

2.2 Das emoções como pulsões físicas a serem controladas às emoções como ação racional e aprendizado cultural

Pode-se dizer que, no homem, tudo é ao mesmo tempo fabricado e natural. Cada uma de suas palavras e todas as suas condutas decorrem de certa forma de seu ser puramente biológico, embora, ao mesmo tempo, essas extrapolem a simplicidade da vida animal. Elas distorcem o sentido das condutas vitais numa forma de evasão que emprega um gênio da ambigüidade que poderia basear a própria definição do homem. (MERLEAU-PONTY, 1945 apud LE BRETON, 2009).

A diversidade de abordagens teóricas que contemplam as emoções é notória. Lima (2006, p. 125) pontua que essa constatação não nos fornece um caminho seguro para pensá-las, mas somente a certeza de que há mais de uma maneira razoável de se entender o fenômeno. Seria possível, por exemplo, agrupar-se as tentativas de abordagem dos afetos em alguns grupos que, no decorrer da história, opuseram-se uns aos outros ou retomaram ideias já apresentadas, ampliando-as. A autora recorda, por exemplo, as diversas teorias *sensacionistas*, que leram as emoções reduzindo-as a estados puramente subjetivos, a sensações. Recorda também que o surgimento das teorias *cognitivist*as, em oposição às anteriores, defendeu a ideia de que as emoções possuíam uma base cognitiva, mental, por isso não poderiam ser reduzidas a sensações. Haveria também aquelas teorias denominadas de *realistas*: preconizando que nosso

acesso ao mundo se faz de forma direta, isso implicaria que as emoções estariam ligadas a algo relativo à percepção.

Opondo-se a todas essas correntes, haveria também as linhas de pensamento que postulam uma dimensão prática *moral/normativa* nas emoções. Citando Paperman (1995)⁴², Lima menciona que, nesta última abordagem, os autores estudam a emoção levando em conta circunstâncias, sujeitos, elementos significativos da interação, e, portanto, não caberia mais uma análise da emoção de acordo com a ideia de reação, de estímulo-resposta (visão esta que pareceu predominar até então nas proposições tradicionais de psicólogos e psiquiatras, segundo Lima), pois os afetos seriam vistos como produtos de um conjunto complexo de procedimentos de categorização dos membros de uma sociedade. Tal posição relacionaria os afetos a um aspecto moral ou normativo, “que parece consistir em uma das chaves para a atribuição das emoções ao outro, já que é uma boa alternativa contra as abordagens individualistas da emoção.” (LIMA, 2006, p. 125). Além disso, Lima acredita que o aspecto moral apontado por Paperman parece se referir a uma *doxa* e partir do pressuposto de que nossas *representações sociais* acerca de tudo o que nos rodeia determinariam o tipo de relação que mantemos com a emoção. Nesse sentido, esta última abordagem parece também aproximar-se da visão adotada pela Análise do Discurso acerca das emoções, e, conseqüentemente, do ponto de vista principal sobre os afetos que defenderemos aqui, a ser detalhado neste capítulo.

A partir dessas correntes mencionadas por Lima, voltemo-nos agora para algumas abordagens específicas das emoções que merecem nossa atenção no decurso da história e acabam por opô-las ou aproximá-las da *razão*, conforme mencionamos anteriormente. Optamos, neste capítulo, por efetuar subdivisões em nosso resgate histórico, a fim de tornar a leitura mais fluida e sistematizar tematicamente as perspectivas abordadas. Temos consciência, todavia, de que tais subdivisões podem, em certos momentos, reforçar a impressão de fragmentação ou de certa carência de dados. Nesse sentido, é importante ressaltar que não pretendemos esgotar a discussão anunciada em cada subtópico, devido às restrições de espaço e aos objetivos propostos por esta dissertação, mas tão somente procurar “pincelar” alguns *flashes* de grande importância para a discussão geral do trabalho.

⁴² PAPERMAN, P. L'absence d'émotion comme offense. In: *La couleur des pensées: sentiments, émotions, intentions*. Paris: Editions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1995. p. 175-196.

2.2.1 A tradição greco-romana: a razão como ideal a ser perseguido

Começamos pela tradição grega. Para Platão, a alma estaria ligada à racionalidade absoluta, e o corpo é que seria suscetível ao abalo das emoções. Sábio seria aquele que conseguisse controlar/eliminar suas paixões a fim de atingir o Bem ideal, que estaria vinculado à razão. Segundo Meyer (2003), Platão recorre, nos diálogos de *Fedro*, a uma alegoria para exemplificar tal defesa:

A alma é comparada a animais atrelados, conduzidos por um cocheiro que tenta harmonizar os puxões dos cavalos que se lançam em direções opostas. Eles simbolizam de fato o apetite sensível e a força de resistência a esse apetite, enquanto o cocheiro representa o julgamento da razão sã⁴³. (MEYER, 2003, p. XXI).

No raciocínio platônico, a razão tenderia, portanto, para um Bem, e o conhecimento deste levaria naturalmente a praticá-lo, porque ninguém seria mau voluntariamente. O mal seria fruto, portanto, da ignorância, da ausência da razão, puro produto da paixão, cega e automática, como a sede que induz a beber. O sábio contemplaria o Bem e conseguiria dominar ou eliminar suas paixões, tal qual na metáfora transcrita. Em conclusão, para Meyer (*op. cit.*, p. XXIII), Platão apregoa que “a paixão é o que faz com que eu ignore; a razão, que eu conheça; e a força de vontade, que eu possa aprender.” Trazendo à memória o fato de que Platão centra-se na defesa do *logos apodítico* – o que deve ser necessariamente verdadeiro, ou demonstrável, ou que admite certeza para além de qualquer dúvida, portanto vinculado à razão e ao saber –, o pensamento platônico acaba por excluir do que considera como válido as dimensões do *crer*, como o contingente, o possível, o verossímil (lembremo-nos da crítica à retórica sofística, vista como engodo), a doxa e, por consequência, as paixões.

A esse respeito, cabe lembrar que, em sua *República*, Platão baniu os poetas que seriam, a seus olhos, culpados de atizar emoções prejudiciais à serenidade racional da cidade. O ideal do cidadão seria realizado por meio de uma temperança inabalável diante das circunstâncias. Toda palavra proferida, toda relação social deveria ser estabelecida com comedimento e controle dos sentimentos, visando a uma atitude de *rigor moral* face ao mundo (LE BRETON, 2009, p. 114).

⁴³ É interessante perceber que o caráter pejorativo que cerca as paixões já é perceptível na formação morfológica/etimológica de alguns termos de emoção. A razão é “sã”, é sadia; as emoções são paixões doentias, o que resultará em termos semanticamente negativos, como “patologia” e “patético”.

Ainda na tradição grega, Aristóteles, discípulo de Platão, é certo, dedicou o segundo tomo da *Retórica* exclusivamente às paixões, mas também centrou seu olhar filosófico sobretudo no *logos*, na racionalidade. Dessa maneira, acabou por se diferenciar de seu mestre por acreditar que as emoções deveriam ser ao menos conhecidas a fim de que se pudesse controlá-las. Afinal, as paixões seriam parte da natureza humana, mas seu domínio seria fundamental à educação do homem: “A razão é uma paixão refletida, portanto contida, subordinada a um fim pensado”. Saber reconhecer e orientar as paixões, efetuando um controle harmonioso das disposições emocionais, seria, nesse sentido, uma possibilidade de conhecimento de si e dos outros a favor do bom convívio social, o que traria uma finalidade ética às paixões. Meyer (2003, p. XXXVI), no entanto, dá mais ênfase ao olhar receoso do pensador frente a elas: “Aristóteles, que entretanto admite as paixões e não as condena *a priori* exceto por seus excessos, não as aprecia verdadeiramente.”⁴⁴.

Outra corrente filosófica que fará um grande uso da dicotomia proposta por Platão é o estoicismo. Este se comporta como uma grande escola datada mais ou menos entre os séculos dois e três antes de Cristo. A partir de Brun (1986) e Gourinat & Barnes (2013), pode-se perceber que uma das principais características do estoicismo se reflete no conceito de *Apatia*⁴⁵. Para o estoicismo, haveria uma razão universal que coordenaria o mundo, de forma que todas as coisas seriam regidas por ela. Dessa forma, o homem sábio seria aquele que compreende o estatuto dessa razão universal e, por isso, não se perturbaria com aquilo que não pudesse ser mudado por ele. Se a razão universal coordena todas as coisas, o papel do sábio é o de se render a essa razão no que concerne às coisas fora de seu alcance. Dessa forma, o ideal sábio estoico seria aquele que teria conseguido dominar as suas paixões e não se deixar influenciar por nada que lhe fosse externo. As emoções devem ser dominadas por meio da razão, pois, apenas a partir desse domínio, é que seria possível alcançar a “ataraxia” ou “tranquilidade de alma”. Enquanto a alma se perturbasse nos redemoinhos das emoções, nunca seria possível se voltar para a tentativa do conhecimento dessa razão que coordena as coisas. Para Zenão⁴⁶, as paixões são “como movimentos irracionais e antinaturais da alma.” (LE BRETON, 2009, p. 115). A *apatia* se constitui como um grande muro para o sábio estoico, de forma que nada exterior lhe atinge. As emoções estão todas domadas, e ele pode

⁴⁴ Mais adiante, no Capítulo 3, retornaremos a Meyer quando estivermos contemplando as paixões em sua abordagem linguística/discursiva/neorretórica, e veremos de que maneira ele relê os escritos aristotélicos a fim de apresentar as emoções como estratégias de persuasão e de regulação de distâncias entre os sujeitos.

⁴⁵ Do grego *a-pathós*, ou simplesmente “sem paixão”.

⁴⁶ Zenão de Eleia, filósofo pré-socrático, fundador da escola estoica.

alcançar a tranquilidade de alma e se submeter à razão universal que tudo coordena. Sabe-se que essa doutrina estoica influenciou bastante, por exemplo, o pensamento cristão medieval e toda a sua conhecida proposta de abnegação do corpo.

2.2.2 A perpetuação da dicotomia corpo/alma e as implicações sensacionalistas

A dicotomia alma/corpo fundada por Platão também encontraria ecos, nos séculos XVII e XVIII, no pensamento filosófico do Cartesianismo e seria perpetuada longamente, contribuindo para reforçar o preconceito científico e popular que já cercava as emoções. O dualismo radical entre mente/corpo é retomado por René Descartes de forma central em sua teoria quando o filósofo prioriza o uso da razão para desenvolver as ciências naturais. Para ele, a mente estaria praticamente alijada do corpo físico⁴⁷, e a sensação e a percepção da realidade eram entendidas como fontes de mentiras e ilusões, o que se aproxima claramente do pensamento platônico. Segundo Lima (2006, p. 127), nessa perspectiva, se as paixões seriam signo de doença, somente se elas fossem apartadas, e por meio da vontade racional do sujeito, a mente estaria apta e em perfeita saúde.

Não é difícil perceber, a partir dessas colocações, como o pensamento científico, especialmente o médico, retomou por muitos séculos (e ainda retoma, por vezes) tal dimensão das emoções como fonte de perturbação dos processos intelectuais e comportamentais, chegando ao extremo de filiá-la a uma perturbação da expressão das *condutas*, como no caso dos transtornos psicológicos e psiquiátricos. Sob a perspectiva médica herdada de Galeno – médico grego nascido por volta do ano 129 – e vigente até o século XVIII, segundo Le Breton (2009), as paixões eram percebidas como defeitos da alma e, sobretudo, como sérias fontes patológicas, tendo em vista os abalos corporais por elas causados. No mesmo sentido, La Rochefoucauld (1613-1680) construiu um sinistro quadro dos males físicos provocados, segundo ele, pelas paixões em sua época. Na hipotética “idade do ouro”, que estava isenta das paixões, não se conhecia qualquer doença; já na “idade do ferro”, em que ele vivia, após a degradação moral ocorrida no decurso da história, foi dado livre curso à “malignidade das paixões”:

A ambição produziu as febres agudas e frenéticas; a cobiça produziu a icterícia e a insônia; as letargias advêm da preguiça, assim como as paralisias e a languidez; [...]

⁴⁷ Exceto pela existência da glândula pineal, local onde a alma encontraria o corpo, para Descartes.

a vaidade deu origem às loucuras, à avareza, à teimosia e à malvadeza; a tristeza fez o escorbuto [...]. (LA ROCHEFOUCAULD apud LE BRETON, 2009, p. 116).

Também Kant, em sua *Antropologia do ponto de vista pragmático* (1798), compara as emoções a doenças da alma, dando privilégio ao homem racional e mestre de si, que jamais permite que suas paixões prevaleçam sobre suas atitudes. Cabe-nos lembrar também, a partir de Kant, que o pensamento iluminista, de forma geral, resgatou a cisão cartesiana em seus princípios⁴⁸. Em suma, a lista de teóricos do pensamento ocidental que foram diretamente influenciados por essa herança clássica é, de fato, aparentemente interminável, o que nos torna cientes da impossibilidade de fornecer um resgate completo de tais influências.

Já contemporaneamente, Damasio (2009) retoma Descartes, afirmando que a cisão corpo/mente firmada por este foi seu grande erro, o que contribuiu, segundo o autor, com séculos de atraso em termos da abordagem das emoções, em especial no tocante à sua área, a neurobiologia, em que, até pouco tempo, todas as considerações teóricas se baseavam, de forma restritiva, no dualismo corpo/mente (ou, de forma ampliada, emoção/razão). Nesse sentido, a neurociência, até poucas décadas, não trabalhava com a possibilidade de as emoções terem vinculações cognitivas, postura que já tem mudado notoriamente. Em sua defesa, Damasio começa por resgatar criticamente os preceitos do psicólogo e filósofo sensacionalista William James (1842-1910), retomando a citação deste acerca das emoções sobretudo como pulsões físicas, verificáveis nas mudanças corporais:

É-me muito difícil, se não mesmo impossível, pensar que espécie de emoção de medo restaria se não se verificasse a sensação de aceleração do ritmo cardíaco, de respiração suspensa, de tremura nos lábios e de pernas enfraquecidas, de pele arrepiada e de aperto no estômago. Poderá alguém imaginar o estado de raiva e não ver o peito em ebulição, o rosto congestinado, as narinas dilatadas, os dentes cerrados e o impulso para a ação vigorosa, mas, ao contrário, músculos flácidos, respiração calma e um rosto plácido? (JAMES, William apud DAMASIO, 2009, p. 158).

⁴⁸ O Iluminismo foi um amplo movimento cultural originado na elite intelectual europeia (sobretudo a partir da França) do século XVIII, o chamado “século das luzes”. Tal movimento procurou mobilizar o poder da razão a fim de propor uma ampla reforma social, o que faz com que seu nome seja usado para se referir a diversas posturas filosóficas, políticas e religiosas da época. Kant, em seu ensaio *O que é o Iluminismo?* (1784), esclarece: “O Iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. *Sapere aude* (ouse saber)! Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! - esse é o lema do Iluminismo.” (Disponível em: http://ensinarfilosofia.com.br/__pdfs/e_livros/47.pdf. Acesso em: 26 jan. 2014.). É interessante perceber como, nessa citação de Kant, os seres que se distanciam da razão são associados à ideia de *tutoria*, ideia essa que, na tradição grega, é vinculada também a mulheres e crianças, seres que necessitariam de tutoria por sua postura dita distante do intelecto.

Para Damasio, o principal problema que algumas pessoas tiveram em relação à perspectiva de James não é tanto o fato de ele ter reduzido a emoção a um processo que envolve, entre tantos aspectos possíveis, o corpo, mas antes o fato de “ele ter atribuído pouca ou nenhuma importância ao processo de avaliação mental da situação que provoca a emoção” (*ibidem*). As pesquisas de Damasio, na contramão dos sensacionalistas, pretendem mostrar, nas palavras do próprio neurocientista, que não parece sensato “excluir as emoções e os sentimentos de qualquer concepção geral da mente, muito embora seja exatamente o que vários estudos científicos e respeitáveis fazem quando separam as emoções e os sentimentos dos tratamentos dos sistemas cognitivos.” (*op. cit.*, p. 189).

As conclusões de Damasio acerca da ligação entre emoção e mente/cognição têm como ponto de partida a análise de alguns casos clínicos, como o clássico exemplo de Phineas Gage, o operário americano que, em um acidente de trabalho em 1848, teve seu cérebro perfurado por uma barra de metal, mas sobreviveu ao episódio. Após o acidente, Phineas, que aparentemente não tinha sequelas, apresentou uma mudança acentuada em seu comportamento emocional (tornou-se grosseiro, desrespeitoso e mal-humorado) e passou a agir sem pensar em consequências futuras. Assim, ele se tornou objeto de estudo para muitos neurocientistas⁴⁹. Uma análise neuropsicológica de pacientes como Phineas aponta, para Damasio, que certa impassividade, certo “déficit” no comportamento emocional causaria dificuldades em se tomar decisões racionais, o que endossa a crítica do neurocientista a Descartes e aproxima fortemente as emoções de um componente mental, racional.

Damasio (2009), em suas pesquisas, também analisa o caso de pacientes amputados que relatam ainda terem a sensação física de seus membros naquele local. O autor os retoma para defender o fato de que há uma ligação forte entre as estruturas cerebrais envolvidas na gênese e na produção de emoções e aquelas ligadas à *memória*, à produção de imagens mentais a partir das vivências experimentadas pelo indivíduo. A esse respeito, o neurocientista pontua: “Existimos (e naturalmente sentimos) e depois pensamos e só pensamos na medida em que existimos [...]”⁵⁰ (*op. cit.*, p. 279). Damasio, nesse sentido, propõe a existência de *emoções*

⁴⁹ Para maiores informações, cf. <http://www.uakron.edu/gage/>. Acesso em: 23 jan. 2014.

⁵⁰ Note-se a similaridade desta fala de Damasio frente à popular citação do filósofo e político brasileiro Mariano da Fonseca, o Marquês de Maricá (1773-1848): “Não poderíamos pensar, se previamente não sentíssemos: é a faculdade de sentir que ministra os materiais para o exercício do pensar; o pensamento é subsequente ao

primárias – relacionadas a instintos básicos inatos, universais, como o choro de fome do bebê –, mas também, sobretudo, de *emoções secundárias*, que seriam mais complexas, adquiridas a partir das experiências de cada indivíduo em sua relação com o ambiente, como a saudade de alguém ou o medo diante do futuro.

Em síntese, sentir os estados emocionais, o que equivale a afirmar que se tem consciência das emoções, oferece-nos *flexibilidade de resposta com base na história específica de nossas interações com o meio ambiente*. (DAMASIO, 2009, p. 162).

Pensar na existência das emoções secundárias parece já nos sinalizar um aspecto contextual/cultural das emoções, fato que muito interessa à Análise do Discurso e a este trabalho. Finalmente, podemos pensar que as pesquisas de Damasio e de seus colaboradores contribuem fortemente com outras perspectivas que apresentaremos adiante, pois evidenciam que é contraprodutivo separar razão e emoção, já que os afetos são responsáveis por permitirem o equilíbrio de nossas decisões e interação com nosso corpo e mente a partir de nossas vivências no meio.

2.2.3 Cognição, ação e normas sociais: as emoções como estados motivacionais

Dando eco à perspectiva neurobiológica de Damasio, Maturana (1999) sinaliza o papel determinante das emoções como propulsoras de nossas ações:

Do ponto de vista biológico, o que conotamos quando falamos de emoções são disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação. Na verdade, todos sabemos isso na práxis da vida cotidiana, mas o negamos porque insistimos que o que define nossas condutas como humanas é que elas são racionais. [...] Não é a razão que nos leva à ação, mas a emoção. (MATURANA, 1999, p. 15-23).

Tal perspectiva de Maturana parece encontrar respaldo em vários teóricos contemporâneos, a exemplo dos estudos de Frijda (2003). Este psicólogo holandês define *paixão* como “[...] une motivation à poursuivre un but émotionnel, soit en pensée, soit en action, avec une présence sur d’autres préoccupations possibles.” (*op. cit.*, p. 15)⁵¹. E completa, dizendo que ela [a paixão] “[...] domine la pensée, elle vole l’attention aux autres devoirs ou buts; du moins, elle tend à le faire. Elle exige la priorité dans la distribution des ressources attentionnelles et

sentimento.” (Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/maximas-pensamentos-e-reflexes--0/html/ffce5d0a-82b1-11df-acc7-002185ce6064_7.html. Acesso em: 24 jan. 2014).

⁵¹ Tradução livre da autora: “[...] uma motivação para perseguir um objetivo emocional, seja em pensamento, seja em ação, com uma precedência sobre outras preocupações possíveis.”

l'exécution des actions.” (*ibid.*)⁵². Apesar de diferenciar paixões de emoções⁵³, Frijda pontua que ambas partilham traços essenciais, pois as emoções seriam, de maneira geral, *estados motivacionais*. Estes constituem impulsões, necessidades ou aversões que levam o sujeito a modificar sua relação com a realidade, a perseguir objetivos.

Entretanto é importante destacar que esse *caráter acional* atribuído pelo pesquisador aos afetos não se vincula a uma simples perspectiva de estímulo-resposta, já que, na abordagem de Frijda, o papel da *cognição* na avaliação dos estímulos geradores dos estados motivacionais (emoções) é determinante para a ação: “On peut dire que ce qu'on appelle les émotions fait le pont entre la cognition et l'action” (*op. cit.*, p. 31)⁵⁴. Como exemplo, pensemos que o indivíduo é submetido a uma situação, como um assalto à mão armada (estímulo); instantaneamente, ele analisa essa situação, em pensamento, como perigosa (avaliação cognitiva); concomitantemente, ele sente o medo (estado motivacional) que o levará a agir para proteger-se. Dessa forma, as emoções não seriam puro reflexo, por mais que pareçam impulsivas, pois haveria uma perspectiva raciocinante (ainda que não propriamente *parte* dos estados motivacionais, para Frijda) nessa dinâmica.

Além disso, o exemplo do assalto confirma que, para o pesquisador, as emoções são desencadeadas pelo significado que os eventos assumem para o sujeito em seus padrões de avaliação: suas sensibilidades, seus interesses, suas experiências anteriores e seus esquemas cognitivos e semânticos (*op. cit.*, p. 28), o que endossa sua hipótese de que os estados motivacionais são relacionais, eles se controem entre o sujeito e o mundo, mesmo que as emoções permaneçam no estado íntimo da pessoa (*op. cit.*, p. 16). Isso nos faz resgatar o entendimento a ser aprofundado a seguir, claro para a Análise do Discurso (e para as Ciências Humanas de forma geral), de que o sujeito não é passivo diante de suas emoções, ou, de forma mais ampla, na forma como interage com o mundo a seu redor: há muito mais entre o sujeito e suas emoções que o aparato biológico do próprio corpo.

O sujeito não é passivo como no caso do estímulo-resposta, pois não são os estímulos emocionais simplesmente os responsáveis por sua “movimentação”. É ele quem responde pela produção e organização de estímulos, o que decorre de seus

⁵² Tradução livre da autora: “[...] domina o pensamento, ela rouba a atenção a outros deveres ou objetivos; ao menos, ela tende ao fazer. Ela exige a prioridade na distribuição dos recursos da atenção e na execução das ações.”

⁵³ Diferenciação que, conforme já pontuamos, não é de nosso interesse nesta pesquisa.

⁵⁴ Tradução livre da autora: “Podemos dizer que o que se chama de emoções faz a ponte entre a cognição e a ação.”

saberes de crença e de conhecimento, de seu status, das circunstâncias de troca etc. Entrariam em jogo, então, nesse processo, questões cognitivas, sociais, culturais e referentes à interação que o indivíduo mantém em determinado lugar e momento. Além do mais, e, principalmente, sua relação com a linguagem é fundamental nesse processo. (LIMA, 2006, p. 130-131).

Ainda se filiando a uma perspectiva acional/intencional (e não menos racional) das emoções, pode ser citado o trabalho de Elster (1995), que dialoga nitidamente com Frijda:

Les émotions peuvent elles-mêmes être soumises à des critères de rationalité. Elles peuvent faciliter plutôt qu'entraver la cognition. Et, finalement, les émotions ont un rôle indispensable à jouer dans la vie, en lui fournissant un sens et une orientation. Sans les émotions, nous n'aurions que peu de raisons d'agir. (ELSTER, 1995, p. 48)⁵⁵.

Em sua Teoria da Escolha Racional, que também possui um viés cognitivista, o filósofo norueguês defende que as emoções são mecanismos reguladores das normas sociais, porque contribuem na aplicação das normas e são controladas por elas (*op. cit.*, p. 44-45). Pode-se pensar, por exemplo, na situação de um sujeito que contém sua vontade de rir de um pensamento engraçado que lhe veio à mente quando está em um velório, porque sabe que não é conveniente ou que pode passar por uma situação vergonhosa, constrangedora, caso o faça. Nesse sentido, a escolha do sujeito pela melhor ação em certo contexto⁵⁶ implica o embricamento entre suas crenças (suas representações sociais, sua leitura que faz do mundo, composta pelo rol de informações coletadas e processadas durante sua vida), seus desejos (motivações, intenções, interesses) e suas emoções, em uma complexa dinâmica que envolve diretamente a utilização das normas sociais que lhe cercam de maneira subjetiva⁵⁷, mas não menos racional. Pensando-se em outro exemplo, podemos mencionar o caso de uma mulher que traça intencionalmente meios práticos (ação) de se prevenir de um possível estupro. Nesse caso, ela parte de seu conhecimento de mundo, que lhe aponta que o perigo de estupro existe e que os casos são razoavelmente frequentes no local onde mora (informação); a partir do que conhece, ela partilha de um saber social de que o estupro é algo terrível (crença); a sua

⁵⁵ Tradução livre da autora: “As emoções podem elas mesmas serem submetidas a critérios de racionalidade. Elas podem tanto facilitar quanto impedir a cognição. E, finalmente, as emoções têm um papel indispensável a desempenhar na vida, fornecendo a ela um sentido e uma orientação. Sem as emoções, teríamos poucas razões para agir.”

⁵⁶ Elster, entretanto, não deixa de mencionar as exceções: algumas emoções, como a tristeza, não precisariam necessariamente de apresentar uma tendência à ação. Além disso, o autor ainda difere as emoções de sentimentos como a náusea ou a vertigem, pois estas não teriam um objetivo ou um alvo intencional, não estariam “a propósito de” alguma coisa. (cf. LIMA, 2006, p. 134).

⁵⁷ Elster (apud LIMA, 2006, p. 134) afirma, a esse propósito: “[...] je ne sais pas si les autres voient les coulures comme moi, ni si leurs émotions sont les mêmes que les miennes.” (Tradução livre da autora: “[...] eu não sei se os outros veem as cores como eu, nem se as emoções deles são as mesmas que as minhas.”).

motivação, obviamente, é não ter de passar por nenhuma situação de estupro (desejo), já que nutre profundo medo dessa situação (emoção).

Nussbaum (1995), relendo a tradição do pensamento ocidental (em especial a herança platônica e estoica nos estudos norte-americanos e europeus), começa por expor que a dicotomia historicamente construída entre o julgamento “equilibrado” e as emoções – vistas como forças cegas e irracionais – acabou não somente por distanciar os afetos de sua perspectiva racional, mas também por contribuir para a *marginalização* de certas pessoas que são consideradas sujeitos da emoção, sobretudo as mulheres e as crianças, vistos como “sujeitos nervosos” (*op. cit.*, p. 21), conforme aprofundaremos na seção a seguir. Em consonância com os pensamentos de Elster e sob uma perspectiva neoestoica, a filósofa estadunidense também apregoa que as emoções são vinculadas ao pensamento e à cognição, mas rejeita a hipótese da tradição filosófica ocidental de que os julgamentos de valor ligados a elas são necessariamente *falsos* (*op. cit.*, p. 26) – porque não seriam completamente controlados pela virtude ou pela vontade racional dos sujeitos. Para a autora, as emoções são “um gênero de pensamento”, e seu suscitar pode ser uma forma de comunicar verdades ao leitor⁵⁸:

En bref, le rejet de la tradition platonicienne/stoicienne [...] implique de s’opposer à son refus de l’émotion. L’émotion est un genre de pensée. [...] Cela signifie que pour représenter certaines sortes de vérité, il faut représenter des émotions. Cela signifie également que pour communiquer certaines vérités au lecteur, il faut écrire en sorte d’éveiller ses émotions. (NUSSBAUM, 1995, p. 30)⁵⁹.

Tendo passado pela herança clássica das emoções, que as via como pulsões físicas que devem ser controladas a fim de que se atinja o ideal da racionalidade, mas também por perspectivas neurobiológicas, cognitivistas e filosóficas que intentam, especialmente na contemporaneidade, recusar tal rígida dicotomia, passemos agora à abordagem que nos interessa sobremaneira: a da Antropologia/Sociologia – que também refuta tal clivagem.

⁵⁸ No Capítulo 3, abordaremos mais detidamente as possibilidades argumentativas contidas na estratégia de suscitar as emoções do público. A esse propósito, é importante ressaltar que, por uma questão metodológica, optamos por destinar toda a investigação das emoções no campo dos estudos linguísticos/discursivos/neorretóricos ao Capítulo 3, reservado à Argumentação. Portanto, é nele que contemplaremos a perspectiva de autores como Charaudeau, Amossy, Meyer, Plantin e Micheli, ainda que seus olhares se alinhem, em muitos aspectos, aos daqueles teóricos abordados neste momento.

⁵⁹ Tradução livre da autora: “Em resumo, a rejeição da tradição platônica/estoica [...] implica se opor à sua recusa da emoção. A emoção é um gênero de pensamento. [...] Isso significa que, para representar certos tipos de verdade, é necessário representar as emoções. Isso significa igualmente que, para comunicar certas verdades ao leitor, é necessário escrever de modo a despertar suas emoções.”

2.2.4 Por uma “etiqueta emocional”: o aprendizado social dos afetos

Começamos resgatando os estudos de Le Breton (2009), para quem as emoções, muito além de dados biológicos, seriam derivadas de um *aprendizado* cultural, de uma *construção* social que nos vai sendo entronizada de forma sensível. Apesar de abrir-se para a influência de outros caminhos, como o inconsciente e/ou a individualidade (afinal, uma pequena parte das emoções não seria totalmente controlada/ensinada socialmente), Le Breton é enfático em defender que o grande substrato de nossas experiências diante dos afetos é mesmo o ambiente em que crescemos e nos situamos, onde erigimos, a cada dia, o nosso “aprendizado emocional”. Neste momento, cabe-nos lembrar mais uma vez as considerações de Berger & Luckmann (2004) acerca de como a realidade constrói o homem e, por sua vez, como este também se constrói a partir dela:

O homem está predestinado, ao nível biológico, a construir e a habitar um mundo com outros. Este mundo torna-se para ele a realidade dominante e definitiva. Os seus limites são estabelecidos pela natureza, mas, uma vez construído, este mundo reage sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo social construído, o próprio organismo humano é transformado. Nessa mesma dialética o homem produz realidade e assim se produz a si mesmo. (*op. cit.*, p. 188).

Breton começa sua defesa da existência de uma *antropologia das emoções* diluindo tacitamente a dicotomia fundante que perpassamos até aqui. Para o autor, o homem está afetivamente presente no mundo, e inclusive a atividade de pensar não escapa a esse filtro, o que faz com que mesmo as decisões mais racionadas ou mais “frias” envolvam a afetividade, já que o “coração” e a “razão”, longe de se afastarem, entremeiam-se de forma necessária e por meio de uma influência recíproca, fundada nas normas e nos valores sociais – conforme já verificamos em abordagens anteriores. Para o antropólogo,

Opor “razão” e “emoção” seria desconhecer que ambas estão inscritas no seio de lógicas pessoais, impregnadas de valores e, portanto, de afetividade. Existe uma inteligibilidade da emoção, uma lógica que a ela se impõe; da mesma forma, uma afetividade no mais rigoroso dos pensamentos, uma emoção que o condiciona. (LE BRETON, 2009, p. 112).

Graças a essa postura, Le Breton ressalta que, em suas análises, “não operaremos uma nítida distinção entre emoção e sentimento, já que ambos se integram e decorrem da mesma impregnação social.” (*op. cit.*, p. 114). Ao fazer uma retomada histórica da tradição que via as emoções com desconfiança, tal como procuramos empreender brevemente até aqui, o autor

ainda acrescenta que a clivagem razão/emoção, decisiva na história do conhecimento ocidental, é ignorada em outras culturas, a exemplo da indiana.

A fim de defender o aprendizado social dos afetos, Le Breton, baseando-se em estudos de Simon, Weber, Mauss e Durkheim⁶⁰, postula que as emoções que nos acometem e a maneira como elas repercutem sobre nós têm origem em normas coletivas implícitas (ou seja, em valores e crenças sociais, tal como já abordamos), ou, na maioria das vezes, em orientações de comportamento que cada um exprime de acordo com seu estilo, de acordo com sua apropriação pessoal da cultura e dos valores circundantes⁶¹. Segundo o antropólogo, as emoções, portanto,

[...] são formas organizadas da existência, identificáveis no seio de um mesmo grupo, porque elas provêm de uma simbólica social, embora elas se traduzam de acordo com as circunstâncias e com as singularidades individuais. [...] Sua proveniência não é exclusivamente individual: ela é uma consequência íntima, ocorrida na primeira pessoa, de um aprendizado social, em primeiro lugar, e de uma identificação com os outros, em segundo lugar. Essas duas dimensões alimentam conjuntamente a sociabilidade e assinalam ao sujeito o que ele deve sentir, de qual maneira e em condições precisas. (*op. cit.*, p. 117).

Dessa forma, as emoções que vivenciamos acabam por ser, ao mesmo tempo, uma forma individual e coletiva de se apropriar da realidade em que estamos imersos, a fim de que nos sintamos parte do grupo. É certo que o sujeito possui certa “margem de manobra” para se individualizar nessa apropriação, mas é inquestionável também que, para que ele se sinta aceito, inserido socialmente, deve obedecer a certos rituais de uma silenciosa, mas inegável “educação emocional”. Esses padrões de “etiqueta emocional” acabam por contribuir com a dinâmica dos vínculos sociais e da coesão/controlado dos grupos, já que subentendem certo condicionamento social na percepção e na expressão das emoções.

Ilustremos as proposições de Le Breton. Retomando o já citado caso do estupro, não é necessário que uma pessoa já tenha sido estuprada para que sinta medo de ser vítima dessa situação: o meio social a “ensina”, de forma praticamente imperceptível, a temer tal possibilidade de acontecimento. Outro exemplo: a pressão da imprensa e de marqueteiros políticos para que, em época de eleição (e, de certa forma, até hoje), a então candidata à

⁶⁰ Afirmação retirada da entrevista concedida pelo antropólogo à revista *Sociologia* (Disponível em: <http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/23/artigo133356-2.asp>. Acesso em: 25 jan. 2014).

⁶¹ Dialoga-se, neste momento, com a concepção de *sujeito* da Análise do Discurso contemporânea, já expressa no capítulo anterior: nem totalmente livre das implicações sociais que parcialmente o influenciam, nem totalmente assujeitado às determinações que elas lhe impingem.

presidência Dilma Rousseff amenizasse sua postura racional, “durona” (necessária, é claro, a um chefe de Estado), e manifestasse mais sua porção “emotiva” frente às câmeras – por meio de gestos de carinho com eleitores, choro público, ou mesmo por meio de sua faceta mãe/avó – indica que, às mulheres, é esperado determinado comportamento emocional para que sejam aceitas e enquadradas no feminino (o contrário é notório, inclusive, na arcaica recomendação da educação infantil: “Menino não chora, isso é coisa de mulherzinha.”). Por fim, podemos resgatar também uma série de crimes de grande comoção popular, como os casos de Daniella Perez e Guilherme de Pádua, Suzane von Richthofen, João Hélio, Isabella Nardoni, Eloá Cristina e Lindemberg, goleiro Bruno e Eliza Samudio. Durante o julgamento desses casos, era comum que centenas de indivíduos – a maioria deles sem nenhum contato próximo com famílias de vítimas ou réus – se aglomerassem na porta dos fóruns, onde, por meio de protestos e prantos inflamados, assumiam a revolta social que despertavam os casos. Apesar de parecerem representar o exagero dos rituais de “etiqueta emocional”, acreditamos que tal postura exacerbada parece mais compreensível ao brasileiro que a não sensibilização/comoção diante da gravidade desses casos e do apelo midiático que receberam⁶².

É interessante perceber, por meio dos dois últimos exemplos, que o jogo das emoções perpassa linhas muito tênues: há que se mostrar emocionado em determinadas situações, a fim de que não se receba o rótulo da frieza e da apatia (especialmente em sociedades como a brasileira, culturalmente patêmica), mas a emoção dita “exacerbada” pode também se aproximar do descontrole e ser rechaçada socialmente, como é o caso dos rótulos atribuídos historicamente ao feminino (a serem investigados na próxima seção). A expressão do sentimento é, portanto, “uma encenação que varia consoante o auditório e conforme a situação”, pois as emoções revelam-se “papéis desempenhados socialmente” (*op. cit.*, p. 142). Le Breton pondera, todavia, que, de forma geral, os rituais sociais da emoção incitam à sobriedade e à moderação dos sentimentos na maior parte das culturas ocidentais

⁶² A análise de tais crimes de comoção popular e de sua relação com o aprendizado social das emoções foi efetuada durante a disciplina de pós-graduação *Seminário de Tópico Variável em Análise do Discurso: Emoções, Discurso e Corpo*, ministrada pela Professora Doutora Helcira Maria Rodrigues de Lima (FALE/UFMG) no primeiro semestre de 2011. De forma ampla, o resgate histórico sobre o entendimento das emoções, feito neste capítulo, também muito deve às ricas discussões efetuadas nessa disciplina e à ampla bibliografia proposta pela Professora.

contemporâneas⁶³. Não é difícil se perceber o porquê, depois de todo esse percurso do pensamento científico.

Façamos, neste ponto, algumas considerações sobre o *aprendizado* do comedimento das emoções que esse antropólogo menciona. Podemos pensar em um reforço, ou em uma tendência crescente ao “aprendizado da moderação” manifestado claramente através do desenvolvimento da Modernidade. Teóricos como Norbert Elias analisaram o progressivo controle social sobre as emoções e sobre os comportamentos exteriores do corpo (cuspir, assoar, urinar, defecar, arrotar etc), executados antigamente sem maiores restrições frente a outras pessoas. Paulatinamente, essas manifestações corporais se restringem ao âmbito do privado, submetendo-se à necessidade da discrição dos corpos. “O sentimento de pudor é estendido. O corpo se torna problemático.” (*op. cit.*, p. 135).

Em consonância a essas percepções, Courtine & Haroche (1988), ao estudarem a expressão e o controle das emoções entre o início do século XVI e o final do século XIX, reafirmam que, com o advento e consolidação da burguesia e do comércio no mundo ocidental, é perceptível, nos sujeitos, uma *interiorização progressiva das tensões*, tensões estas que resultam de sua imersão em uma complexa teia de relações próprias desse contexto histórico, quando surge uma “racionalidade burguesa” a partir da socialização progressiva da vida privada e da lenta individualização do espaço público. Essa interiorização, segundo os autores, faz parte de um processo de constituição de auto-limitações que vêm modificar as sensibilidades e os comportamentos humanos, constituindo um elemento crucial da estrutura psicológica do homem ocidental moderno: o *comedimento* na expressão dos afetos,

[...] la maîtrise de soi, qui va étendre de proche en proche à l'ensemble des comportements individuels et des différentes activités de l'homme une exigence de mesure. (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 160)⁶⁴.

Nesse ensejo, os manuais de etiqueta e os tratados de conversação – publicados sobretudo durante a vigência da era vitoriana na Europa⁶⁵ – ditavam as regras para o comportamento e a

⁶³ Michael Rinn, em seu prefácio à obra coletiva *Émotions et discours* (apud Amossy, 2010, p. 162), também concorda com esse ponto de vista. Para ele, “L’histoire récente a démontré que nos sociétés contemporaines ne sont pas à l’abri des ‘dérives passionnelles’”. (Tradução livre da autora: “A história recente tem demonstrado que nossas sociedades contemporâneas não estão abertas às ‘derivas passionais’.”). Os “excessos” emotivos são, com frequência, vistos com desconfiança por serem associados, inclusive, à manipulação coletiva e à “cegueira das massas”.

⁶⁴ Tradução livre da autora: “[...] o domínio de si, que vai estender, pouco a pouco, à junção dos comportamentos individuais e a diferentes atividades do homem uma exigência de moderação.”

expressão da classe burguesa, em plena prosperidade capitalista, mas ainda contraditoriamente repleta de moralismos e mesuras. Temperança, silêncio, moderação, economia, utilidade e posse de si mesmo eram virtudes da vida privada que se estendiam ao espaço público e deveriam ser aprendidas, vindo a fazer de todo homem de *status* um *homem sem paixões* (*op. cit.*, p. 171). Assim, o controle e o silenciamento do corpo e do rosto significavam o controle e o silenciamento das emoções, pois um “homem de palavra” era, ironicamente, um “homem de silêncio”:

Le silence [...] signifie la rupture du lien social. L’homme de paroles est un homme de silence: manuels de civilité, arts de la conversation, traités de rhétorique, livres de physiognomonie⁶⁶ le rappellent entre XVI^e et XVIII^e siècle. La question du silence occupe une place considérable dans ces ouvrages que régissent les comportements corporels aussi bien que langagiers dans la vie personnelle et publique. (*op. cit.*, p. 211)⁶⁷.

Neste ponto, é inevitável que se perceba a clara herança que tais manuais de etiqueta vitorianos deixaram aos séculos XX e XXI, em especial às mulheres. Cursos femininos de etiqueta famosos nas décadas de 1960 e 1970, como o popular *Socila*, associados a publicações periódicas do período (o *Jornal das Moças*, em 1957, por exemplo, apregoava às esposas que “Não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas” ou “Sempre que o marido sair e voltar tarde da noite, espere-o linda, cheirosa e dócil”⁶⁸) são provas cabais dessa herança de contenção. Obviamente, também as obras de autoajuda que escolhemos como *corpus*, ao desempenharem o papel de um “guia” de ações e falas para as mulheres encontrarem um parceiro ou o manterem na relação, sobretudo tolhendo os “extremos emocionais” destas, resgatam essa dimensão de um auto-controle quase estoico como um valor relacional e social, conforme aprofundaremos adiante.

Apesar do silenciamento indicado como símbolo do “bom-tom” burguês, Courtine & Haroche reiteram que havia, como não se podia deixar de esperar, espaços de exceção: dentre estes, os discursos públicos, geralmente associados ao domínio lógico da fala masculina, e as falas

⁶⁵ Por volta de 1837 a 1901, período de reinado da rainha Vitória no Reino Unido.

⁶⁶ Abordaremos *en passant*, ainda nesta seção, os estudos fisiognomistas e seu contexto de legitimação.

⁶⁷ Tradução livre da autora: “O silêncio [...] significa a ruptura do laço social. O homem de palavra é um homem de silêncio: manuais de civilidade, arte da conversação, tratados de retórica, livros de fisiognomia fazem lembrar entre o século XVI e XVIII. A questão do silêncio ocupa um lugar considerável nessas obras que regem tanto os comportamentos corporais quanto os languageiros na vida pessoal e pública.”.

⁶⁸ Disponível em: <http://conversaprivada.com/mulherobjetonao/>. Acesso em: 25 jan. 2014.

privadas, próprias da intimidade, vinculadas às mulheres e sua passionalidade⁶⁹. Tal relação entre o espaço externo (associado à razão e ao masculino) e o espaço do lar (vinculado pejorativamente aos afetos e ao feminino) será também abordada em nossa próxima seção.

Paralelamente, pontua ainda Le Breton (2009, p. 135), no advento da Modernidade, a docilização dos corpos e das emoções também foi efetuada com o monopólio progressivo da violência pelo aparelho estatal por meio do exército e da polícia, que promoveram uma sensível pacificação nas relações sociais e o apaziguamento das múltiplas tensões cotidianas – as quais, no decorrer do processo, não mais passavam necessariamente pelo confronto físico rotineiro entre grupos ou indivíduos.

Le Breton ainda acrescenta que, por serem vinculadas ao contexto em que o sujeito se insere, as emoções são, obviamente, variáveis de cultura para cultura, o que o faz resgatar a grande dificuldade em se definirem universais linguísticos ou primitivos icônicos relacionados à linguagem das paixões. Lembremo-nos, por exemplo, das diferentes posturas e rituais que cada sociedade repete diante das situações de luto. No Japão, caso uma pessoa se encontre na obrigação de dar uma notícia triste a outra, como a morte de um conhecido, é comum que o faça sorrindo, pois, nesse contexto, “o sorriso é uma etiqueta social, uma regra de convivência que visa a proteger o outro de uma emoção que não lhe concerne, liberando esse último para, sozinho, escolher sobre a ação a tomar.” (*op. cit.*, p. 140). No Brasil, tal sorriso seria inaceitável, por ser entendido como desdém ou provocação frente à situação dolorosa que o outro estaria vivendo. Em sociedades e regiões que ainda mantêm fortemente a tradição das carpideiras⁷⁰, o choro excessivo e até o autoflagelo fazem parte da ritualística necessária para conferir importância e dor ao luto. Exemplos como esses indicam que as emoções se mostram como o *sentimento de pertença* durkheimiano, como “modos de afiliação a uma comunidade

⁶⁹ Courtine & Haroche (1988, p. 232) pontuam também que, no final do século XVIII e início do século XIX, época auge do Romantismo – corrente estética que valorizava, dentre outros aspectos, a subjetividade, o lirismo e as emoções –, o aprendizado de contenção das emoções e dos poderes do silêncio já gerava conflitos na troca amorosa: a “frieza impassível” dos homens no âmbito do privado ressaltava o abandono das mulheres em suas palavras e preces. O silêncio masculino era, então, “um sofrimento, um ferimento, às vezes a própria causa do desespero das esposas românticas”.

⁷⁰ Profissionais femininas remuneradas para chorarem copiosamente nos velórios e enterros de defuntos alheios, geralmente sem nenhum grau de parentesco ou amizade com os mortos. Para maiores informações sobre as sociedades que ainda mantêm essa tradição e sobre a forma como ela é executada, cf. SALAZAR, Jussara. *Carpideiras*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2011.

social, uma maneira de se reconhecer e de poder se comunicar em conjunto sobre a base da proximidade sentimental.” (*op. cit.*, p. 126-127)⁷¹.

2.2.5 As limitações da razão naturalista

Em seu percurso teórico, Le Breton (2009), a fim de defender o caráter *adquirido, não inato* das emoções, efetua uma crítica a estudiosos de diversas áreas e épocas, das raízes darwinistas à atualidade, aos quais ele filia a chamada *razão naturalista* (crítica essa que, em vários aspectos, dialoga com aquela de Damasio, apresentada anteriormente, pois mostra as implicações negativas de todo um percurso de biologização cega das paixões). Como defende que as emoções são sobretudo culturalmente definidas – portanto, variáveis, não universais –, o antropólogo irá se opor à tradição naturalista no tratamento das afetos, tradição esta que pretende encontrar traços fisiológicos comuns a todos os indivíduos e sociedades no que concerne à expressão das paixões. Le Breton, portanto, prossegue no clássico debate entre “a congenialidade e a aquisição, entre o papel da natureza e o papel da cultura nas relações da condição humana com o mundo, entre biologia e simbologia.” (LE BRETON, 2009, p. 180).

Nessa empreitada, Le Breton centra-se no resgate dos trabalhos fundantes de Darwin sobre as emoções, em especial aqueles contidos na obra *A expressão das emoções no homem e nos animais* (1874), que analisa a origem e as funções das expressões faciais e corporais na espécie humana e em outras. Nas teorias darwinistas, as manifestações das emoções seriam vestígios dos comportamentos antigos cuja utilidade decorre da história de evolução das espécies e de sua seleção natural. Sob esse ponto de vista, por exemplo, a expressão de cólera implicaria *necessariamente* as narinas dilatadas porque, durante o combate das espécies, a boca era preenchida pela porção abocanhada do corpo do adversário e, para que a respiração se tornasse possível, o nariz tinha de se alargar para a entrada de ar.

Efetuando uma crítica severa à carência metodológica do naturalista britânico e a seu reducionismo teórico, Le Breton defende que Darwin efetuou algo como uma “botânica das emoções”, em que cada uma delas seria descritível sem qualquer referência ao homem que as

⁷¹ Durkheim, em *As formas elementares da vida religiosa* (apud LE BRETON, 2009, p. 111), a esse respeito, pontua que “[...] o estado afetivo em que o grupo se encontra reflete as circunstâncias que ele atravessa, [já que] a própria sociedade exerce sobre seus membros uma pressão moral para que harmonizem seus sentimentos com a situação, [tendo em vista que] desinteressar-se equivaleria a romper os laços que o unem à coletividade.”.

experimental, por meio de um inventário fisiológico das paixões e de sua expressão no corpo e no rosto que se pretendia universal.

Suprimindo a dimensão simbólica da manifestação das emoções, negligenciando os significados sociais e culturais que elas assumem em contextos diferentes, Darwin dissolveu ao extremo a singularidade da condição humana e das diferentes espécies animais. Mediante uma ciência natural que abarca no mesmo movimento o estudo do homem e do animal, Darwin afirmou a universalidade das emoções e de suas expressões; no mesmo movimento, ele anulou a dimensão semântica que envolve as condutas humanas no campo da afetividade. (LE BRETON, 2009, p. 189).

Mas Darwin não estava sozinho nessa empreitada de inventariar descritivamente, quase como em um dicionário, as emoções que se expressavam (e *como* se expressavam anatomicamente) como que à revelia dos indivíduos. Le Breton cita, nessa esteira, inúmeras referências anteriores ou posteriores a Darwin, como a do pintor Charles Le Brun (e das ilustrações de seu “alfabeto das máscaras”), do conde de Buffon (e de sua *História Natural*), do neurologista Duchenne de Boulogne (em seu *Mecanismo da fisiologia humana ou análise eletrofisiológica das paixões*), do filósofo naturalista Herbert Spencer (em *Princípios de Psicologia*), do psiquiatra e cirurgião Cesare Lombroso (e seus estudos sobre frenologia e criminologia), além de vários outros fisiognomistas na esteira do naturalismo⁷²: todos eles variantes em métodos e linhas de pesquisa, mas sempre afeitos a essa descrição exaustiva e pseudototalizante das expressões humanas a partir de bases fisiológicas e anatômicas.

Contemporaneamente, Le Breton também pontua uma série de trabalhos que parecem resgatar Darwin, mas renovando cientificamente seu vocabulário e métodos, a exemplo de J. D. Vincent, Kemper, Freitas-Magalhães, Caroll Izard, Monique de Bonis e Ekman⁷³. Os trabalhos atuais, obviamente, enriquecem-se com as possibilidades de uso da tecnologia e de metodologias mais consistentes a seu favor (além de se diversificarem com pontos de vista bem menos sensacionalistas e mais cognitivistas), mas, sob o crivo de Le Breton, ainda assim

[...] apagam a dimensão simbólica, aderindo à mesma objetivação das emoções. Eles jamais se enfiam de identificá-las, como se fossem botânicos da afetividade, isentos de toda significação individual e social. Ocorre que tal percepção é desmentida pela vida real, a qual destaca particularmente sua ambivalência e complexidade – a mudança incessante das diversas tonalidades afetivas, que por vezes contrastam até mesmo no decurso das horas. A busca de uma base

⁷² Por questões de extensão, não poderemos nos deter a cada um desses estudiosos citados nesta página e a seus métodos, assim como às definições dos termos técnicos desse campo semântico. Para maiores informações, sugere-se a leitura de todo o capítulo “Crítica da razão naturalista”, da obra de Le Breton citada, *Antropologia das Emoções: as paixões ordinárias* (2009, p. 179-213).

⁷³ Leia-se a nota anterior, de número 72.

anatomofisiológica da emoção e de sua expressão despreza as nuances, as singularidades sociais e pessoais. Ainda que esse intento seja legítimo no interior das ciências biológicas, ele não possibilita a compreensão do homem em sociedade. [...] Na emoção [sob esse ponto de vista], o sujeito é percebido como um resto negligenciável, assim como seu grupo e seu público. (*op. cit.*, 2009, p. 195).

O psicólogo norte-americano Paul Ekman, por exemplo, retoma as ideias de Darwin por meio de uma perspectiva, em partes, cognitivista. Por meio da catalogação de um “atlas” com mais de 1000 expressões faciais obtidas “na abstração do laboratório, distante de qualquer contaminação com a vida concreta, e num contexto autista” (*op. cit.*, p. 200), Ekman defende que algumas emoções básicas têm caráter universal (pois o ser humano armazenaria na memória representações mentais para estas), por isso levam a expressões faciais típicas e a outras tendências de ação fisiológicas automáticas previstas. Tal perspectiva seria insuficiente, dentre outros motivos, pelo fato de haver, sim, expressões faciais similares em vários povos, mas por cada cultura poder lhes atribuir significados diferentes, o que endossa as teses de Le Breton.

2.2.6 Recusas e afiliações: a perspectiva racional das emoções

A partir desse percurso, procuramos recusar o entendimento das emoções sob uma perspectiva puramente biofisiológica, sensacionalista, pretensamente universal, pela evidente limitação desse ponto de vista. Nesse sentido, também julgamos insuficiente a abordagem das paixões em oposição (ou mesmo complementariedade) ao componente mental, porque, como vimos, os afetos e a cognição dificilmente podem ser sequer separados. Por fim, a visão sobretudo antropológica e sociológica das emoções, apesar de seu componente individual, é inegável.

Não basta que dois sujeitos conscientes possuam os mesmos órgãos e o mesmo sistema nervoso para que sinais iguais resultem em ambos a partir de emoções idênticas. O que importa é a forma como eles se servem de seus corpos, a simultânea enformação emotiva de seus corpos e de seus universos. O equipamento psicofisiológico franqueia uma ampla gama de possibilidades, de sorte que não existe, nem neste ponto nem no domínio dos instintos, uma natureza humana definitivamente constituída. (MERLEAU-PONTY, 1945 apud LE BRETON, 2009, p. 179).

Portanto – mais uma vez situando-nos em nosso lugar de fala de analistas do discurso –, sendo as emoções frutos da linguagem e construídas pelo sujeitos a partir de sua apreensão, ao mesmo tempo, coletiva e individual da realidade, seria bastante incoerente reforçar a dicotomia razão e emoção. Percebidas nos corpos – em seus gestos, atitudes, palavras e

modificações fisiológicas e psicológicas –, mas erguidas a partir de nossas crenças e normas sociais, da doxa e das representações sociodiscursivas que nos cercam, além de majoritariamente direcionadas a variados objetivos acionais (ainda que inconscientes), as emoções se constituem em um complexo quadro de *racionalidade*. Afinal, parcialmente livre em suas escolhas racionais, mas parcialmente determinado pelas restrições sociais (mas também biológicas) que o atravessam, “não é o corpo que se emociona, é o *sujeito*”, assevera Le Breton (2009, p. 120).

2.3 Algumas cenas da relação feminino e emoção através da história

Tudo que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte. (LA BARRE apud BEAUVOIR, 1970).

Por muitos séculos, as mulheres foram construídas, sobretudo, por meio do imaginário dos homens. Duby (1992, apud PERROT, 2007, p. 24) aponta que elas não representavam a si mesmas, mas *eram representadas*, por uma força masculina que as reduzia a espectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas. Não havia, efetivamente, uma história *das* mulheres, mas somente uma história *sobre* as mulheres, condicionada pela parcialidade da visão de mundo androcêntrica, pelo ponto de vista do dominador sobre o dominado⁷⁴, pelas diversas

⁷⁴ Neste ponto, cabe-nos fazer algumas importantíssimas observações, apesar de um pouco extensas. Obviamente, não queremos aqui, de forma maniqueísta, incorrer ao erro de vitimizar demasiadamente o feminino, colocando as mulheres no lugar das “eternas vítimas injustiçadas” e subalternizando-as excessivamente. A própria Perrot (*op. cit.*, p. 166) assevera que “As mulheres nem sempre são oprimidas, e pode acontecer de exercerem um poder, e até uma opressão. Elas não têm sempre razão. [...] Escrever sua história não é um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global.” Ou, segundo Sartre: “Metade vítimas, metade cúmplices, como todo mundo”. O *status* da subjugação não resume o papel das mulheres na história, assim como não esgota as relações entre o feminino e o masculino. De forma semelhante, o feminismo, aqui resgatado por nós, não deve assumir o posto de uma “missão civilizatória”, como se as mulheres precisassem sempre ser ajudadas. Elas, afinal, sabem resistir, existir, construir seus poderes, pois, segundo a máxima foucaultiana, “onde há opressão, há resistência”, como mostraremos nesta seção. Não podemos esquecer, nesse mesmo sentido, que os homens também são submetidos, ainda que de maneira sensivelmente menor e essencialmente diferente, a uma opressão de gênero, pelas diversas exigências que a masculinidade lhes coloca (Perrot pontua que, contemporaneamente, desenvolvem-se pesquisas de gênero sobre a história do homem, do masculino). A sujeição dos homens aos padrões que a masculinidade lhes impõe, entretanto, garante a eles poder, diferentemente da mulher, o que é inegável. Por fim, há que se destacar que, nesta pesquisa, procuramos, como é de se esperar, exercer certa “vigilância epistemológica” sobre nossas palavras, afinal, uma mulher estudando o percurso de subjugação do feminino deve, indubitavelmente, saber manter certa distância segura para não deixar misturar *completamente* suas vivências a seu objeto de pesquisa, a fim de não deixar a ciência se transformar, em verdade, em *experiência*. Contudo, na contramão dessa aparente (e falseada) postura de “neutralidade” do pesquisador, lembrando que nossos estudos são, enfim, uma forma de ação política sobre a realidade (“O pessoal é político”, portanto), não podemos deixar de assumir nosso saber localizado: somos também chamados a sair, diversas vezes, desse lugar “pseudoneutro” de pesquisa e a olhar para o feminino de *dentro* dele, a “descer do limiar do muro”, já que nos situamos, sim, no lugar de fala do feminismo. Há que se ter

restrições a que elas eram submetidas. O feminino era silenciado, tinha que arcar com esse lugar de invisibilidade por ser o *Outro* de que nos fala Beauvoir (1970), frente ao *Sujeito*, ao *Absoluto*, ao *Soberano*, ao masculino:

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. (BEAUVOIR, *op. cit.*, p. 23).

Perrot (*op. cit.*, p. 19) pontua que o advento da história *das* mulheres somente se deu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois, quando diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – concorreram para a emergência do objeto de estudo “mulher”, nas ciências humanas em geral e na história em particular. Quando nos referimos a uma “história *das* mulheres”, não estamos, obviamente, referindo-nos somente às pesquisas de gênero efetuadas por sujeitos femininos (muitos pesquisadores homens também se dedicam sensatamente a desvelar os mecanismos de poder subjacentes a séculos de dominação feminina), muito menos dizendo que, antes da metade do século XX, não havia a construção de uma história *das* mulheres *pelas* mulheres. Estamos somente nos referindo à ascensão/consolidação clara de um *movimento científico* em torno das pesquisas sobre o gênero, que, enfim, tornavam-se populares e ganhavam relevo social a partir de 1960, a fim de reler e ampliar tudo o que já havia sido dito sobre o feminino – em sua maior parte, pelo masculino⁷⁵.

Procuramos defender, na seção anterior, que a cisão razão e emoção não somente parece inócua, como foi, em grande parte, culturalmente construída pela história do pensamento ocidental (apesar de estar sendo revertida pouco a pouco). Dando continuidade a nossa exposição, neste momento procuraremos mostrar que, da mesma forma que as emoções foram colocadas em posição inferior a partir dessa dicotomia, também as mulheres acabaram o sendo por estarem associadas “naturalmente”, “biologicamente” às paixões, através dos

uma constante regulação das distâncias, em um jogo de aproximação e distanciamento, de nosso objeto. (Não podemos deixar de acrescentar que a maioria dessas reflexões epistemológicas sobre a ação de estudar o feminino e o feminismo são derivadas das discussões efetuadas nas aulas da disciplina de pós-graduação *Psicologia e Teoria Feminista*, ministrada pela Professora Doutora Claudia Mayorga – FAFICH/UFMG – no segundo semestre de 2012. Este capítulo também muito deve a essa disciplina).

⁷⁵ Bourdieu (1999, p. 18) assevera que a visão androcêntrica de mundo impõe-se como *neutra*, dispensa justificção, pois não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. Dessa forma, se a história sobre as mulheres foi, em sua maior parte, escrita pelos homens, estes nunca tiveram a necessidade de se anunciarem como “escritores legítimos” desse processo.

discursos hegemônicos sobretudo masculinos. Por consequência, o masculino, por muitos séculos vinculado à razão, procurou legitimar sua histórica superioridade, dentre outros fatores, a partir dessa oposição. É claro que, neste ponto, não podemos deixar de nos surpreender com a manutenção, ainda que mais discreta, dessas dicotomias ao nosso redor. Em um mundo contemporâneo, pós-moderno, pós-estruturalista, em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”⁷⁶ e, nessa esteira, em que as identidades de gênero vêm sendo progressivamente desconstruídas – assim como a maior parte das dicotomias, que tem sido preteridas em favor de uma visão de *continuum* da realidade – por que ainda há relativa aceitação, popular e científica, de tais visões maniqueístas? Lembrando-nos de nosso *corpus*, por que as obras de autoajuda, em tal contexto de desconstruções sociais, encontram mais e mais aceitação dos leitores, especialmente *daquelas de mais alto nível de instrução*⁷⁷, por mais que esses livros pareçam reforçar tais representações simplistas da realidade e do feminino? A *visão* do mundo tem parecido ser ainda, sobretudo, uma *divisão* do mundo. A investigação, sem dúvida, é muito complexa, e nós tentaremos empreendê-la, ainda que de forma precária, por nossas limitações teóricas e espaciais.

2.3.1 A herança clássica: entre o animalesco e a incompletude

Começaremos, mais uma vez, por resgatar várias vozes clássicas que endossaram (e, portanto, construíram) a clivagem mulheres passionais *versus* homens racionais na tradição ocidental⁷⁸. Impressionantemente, chegaríamos até ao século XVIII, segundo Perrot (2007, p. 17), discutindo se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Mas podemos começar nossa retomada novamente pela tradição do pensamento clássico. De forma semelhante ao que atestamos na seção anterior, ela muito teve a contribuir com a construção dos papéis de passionalidade e inferiorização femininos. Pitágoras, o filósofo grego, dizia que “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher.” (apud BEAUVOIR, 1970, p. 6). Aristóteles, segundo Perrot (2007, p. 23), o “pensador da dualidade dos gêneros”, foi quem, dentre os filósofos gregos, estabeleceu de maneira mais radical a superioridade

⁷⁶ Em lembrança à frase retirada do *Manifesto Comunista* (1848), de Marx e Engels, e ao livro homônimo de Marshall Berman (1982).

⁷⁷ Conforme vimos, na seção 1.2 do primeiro capítulo, ser esse o público que mais lê autoajuda no Brasil.

⁷⁸ Por questões de extensão, infelizmente, selecionamos apenas algumas das vozes mais emblemáticas à construção dessa dicotomia mulheres passionais *versus* homens racionais, inclusive por entendermos que a seção anterior já contribuiu, ainda que parcialmente, para o entendimento do que é abordado nesta.

masculina (ao contrário de Platão⁷⁹), deixando ecos inegáveis em estudos de diversos teóricos posteriores a ele, especialmente na filosofia e na medicina. Para o grego, as mulheres se moveriam nas fronteiras da civilidade e da selvageria, do humano e do animal. Elas, assim como as crianças, necessitariam de tutoria, por não poderem, racionalmente, ser donas de si. Eram também uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade e deveriam ser mantidas afastadas. Afinal, a aparição das mulheres em grupo e em público é a *stasis*, a desordem⁸⁰. Sua fala pública é indecente: a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. Ainda em Aristóteles, as mulheres não são apenas diferentes: modelagem inacabada, homem incompleto, falta-lhes alguma coisa (não seria, ironicamente, a completude da razão masculina?), são defeituosas: “A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades”. Ela é noturna, ele é solar. Ela é passiva, ele, ativo. O homem é o criador, por seu sopro, o *pneuma*, e por sua semente (o esperma). A mulher, na geração, nada mais é do que o vaso, o receptáculo, com seu útero cavernoso e oculto, tal como sua personalidade. Dessa forma, já se reduzia a mulher a um lugar inferior ao do homem em uma *hierarquia natural* praticamente irrefutável que persistiria, de certa forma, até os dias de hoje, como veremos a seguir.

O já citado Galeno, provavelmente o mais famoso e talentoso médico do período romano⁸¹, por exemplo, reverberou os postulados de Aristóteles e influenciou a medicina por séculos. Segundo Brown (1990), a vivência familiar de Galeno já destaca a falta de controle como um traço feminino, chegando ao excesso pela imagem de sua mãe – animaisicamente descrita⁸²:

Galeno aprendeu, em sua própria família, a não se surpreender com a antiquíssima polaridade entre o autocontrole “masculino” e seu oposto, a violência convulsiva associada à falta “efeminada” de autocontinência: seu pai foi “o mais justo, o mais devotado e o mais bondoso dos homens. Minha mãe, porém, era *tão propensa à raiva que às vezes mordida suas servas.*” (BROWN, 1990, p. 21-22).

⁷⁹ Platão acreditava que as mulheres detinham, potencialmente, a mesma capacidade racional que os homens, inclusive para administrar as cidades-Estado.

⁸⁰ A “psicologia das multidões”, segundo Perrot (2007, p. 17) empresta a elas (de certa forma, até hoje) uma identidade suscetível de paixão, de nervosismo, de histeria e, em certos casos, até de selvageria – por mais que, historicamente, as organizações coletivas femininas se aproximem, sobremaneira, de certa perspectiva argumentativa, estrategista, como a própria história do feminismo pode comprovar.

⁸¹ Na mesma época, o código romano, a fim de restringir os direitos das mulheres, invocava “a imbecilidade, a fragilidade do sexo.” (BEAUVOIR, 1970, p. 16).

⁸² Em alguns excertos de nosso *corpus*, adiante, também veremos a associação da postura “descontrolada” da mulher ao descontrole dos animais selvagens.

2.3.2 A tradição religiosa cristã: a submissão, o silenciamento e o “auxílio afetuoso”

A questão de um certo “desprezo” pelo feminino, representante do espaço doméstico e dos afetos, mas não da *autoridade* e do *saber*, também encontra um grande expoente na cultura religiosa judaico-cristã. Para isso, basta lembrarmos que o mito cristão de Eva a coloca como aquela que foi criada – ressalte-se – *depois* de Adão, a partir de um “osso acessório”, para lhe servir de companhia, e se deixou ser levada pela sedução, condenando a humanidade ao pecado. Esse papel de Eva na história da criação impõe às mulheres, segundo o texto bíblico, fortíssimas restrições, tais como as dores de parto e a subjugação de seu desejo ao de seu marido. “E à mulher disse: ‘Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.’” (Gênesis 3:16)⁸³. Dessa forma, a subjugação e a dominação dentro do contexto do Antigo Testamento se dá por “ordem divina”. Essa relação de subjugação da mulher pelo homem permeará todo o Velho Testamento e, em várias ocasiões, tal relação será relembada pelo texto bíblico. Podemos citar como exemplo as personagens de Sara, esposa de Abraão (Gênesis 13) e Ana, esposa de Elcana, mãe de Samuel (I Samuel 1), todas estas representadas como submissas aos seus maridos e colocadas no papel de “auxiliadoras afetuosas”, mas nunca como personagens principais em suas histórias, a não ser na condição de mães. Outra questão relevante que aparece dentro do contexto bíblico do Antigo Testamento é o fato de a mulher poder ser “comprada” pelo seu marido, ou devolvida em caso de não satisfazer à demanda da casa (livro de Levíticos). Ainda no Velho Testamento, a associação do feminino com o descontrole, a desordem e a falta de racionalidade está presente no livro de Provérbios: “A mulher louca é alvoroçadora; é néscia e não sabe coisa alguma” (Provérbios 9:13).

No Novo Testamento, essa relação acessória, mesmo sendo deixada de lado na trajetória de Jesus (que, sabemos, era muito ajudado pelas mulheres que o seguiam), é retomada com grande veemência pelo apóstolo Paulo. Em várias de suas cartas, ele dá ordens incisivas sobre o “lugar” da mulher dentro da congregação: secundário e, muitas vezes, não importante. Na primeira carta aos Coríntios, ele exorta que “Mas quero que saibais que Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem é a cabeça da mulher.” (I Coríntios 11:3). Ainda nesta carta, Paulo admoesta de forma incisiva para que “[...] as mulheres permaneçam caladas na igreja, pois não lhes é permitido falar, mas estejam sujeitas como ordena a lei. E, se querem aprender

⁸³ Todas as citações aqui utilizadas derivam da versão traduzida da Bíblia de Estudo Scofield. Cf. seção *Referências*.

alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja.” (I Coríntios 14:34-35). Outro exemplo de como o apóstolo Paulo entendia o papel da mulher se encontra na primeira Epístola a Timóteo: “A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine nem use de autoridade sobre o marido, mas que permaneça em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva.” (I Timóteo 2:11-13). O papel da mulher submissa, silenciada, dócil, voltada aos afetos, à família e ao lar, mas não à voz de autoridade racional da pregação e da evangelização, é uma constante na tradição cristã inaugurada por Paulo, reforçando as raízes religiosas da hierarquia sexual⁸⁴.

Ainda nos dias de hoje, no meio do protestantismo, especialmente as igrejas evangélicas pentecostais (como, por exemplo, no contexto brasileiro, a *Assembleia de Deus* ou a *Deus é Amor*), conhecidas pelo rigor nos usos e costumes prescritos a seus fiéis, parecem reforçar a leitura bíblica de subalternização do feminino. As mulheres seguidoras dessas igrejas, ainda que na contemporaneidade, são recomendadas a agirem de maneira extremamente submissa a seus maridos, a se colocarem em uma posição de cuidado do lar – mas não de decisão dentro dele –, a se vestirem recatadamente e a agirem de forma extremamente comedida. Na *Deus é Amor*, por exemplo, as mulheres não podem usar calça jeans, são recomendadas a não cortarem seus cabelos, a não usarem brincos ou maquiagem, tudo isso ancoradas em leituras interpretativas de certos textos bíblicos. Também algumas igrejas neopentecostais, como a *Universal do Reino de Deus*, a *Internacional da Graça de Deus*, a *Sara Nossa Terra* ou a *Renascer em Cristo* parecem contribuir com tais representações, ainda que de forma menos incisiva. Algumas dessas igrejas até mesmo publicam obras de autoajuda dirigidas à mulher protestante⁸⁵, reforçando hábitos e posturas recomendáveis à “mulher cristã” por meio de conselhos sustentados na voz de autoridade do texto bíblico.

⁸⁴ Santo Agostinho, por exemplo, declararia que “a mulher é um animal que não é firme nem estável.” (apud BEAUVOIR, 1970, p. 16). Não podemos deixar de mencionar, entretanto, que, após o Concílio Vaticano II, percebeu-se – especialmente na América Latina, Ásia e África – o advento das pesquisas filiadas à *teologia feminista*, as quais procuram reler os escritos bíblicos e as estruturas eclesiais a partir da ótica da mulher. Dessa forma, nota-se um crescente movimento científico de contracultura religiosa que intenta ampliar o lugar do feminino nesse âmbito.

⁸⁵ Como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que tem em Cristiane Cardoso, filha do pastor-fundador, Edir Macedo, uma de suas maiores expoentes femininas. Cristiane já publicou uma série de livros com esse intuito, como *Melhor do que comprar sapatos* (2006), *Mulher V* (2011) e *Casamento blindado: o seu casamento à prova de divórcio* (2012) e, atualmente, apresenta, junto a seu marido, um programa televisivo destinado a casais cristãos na rede Record, o *The Love School*. Por questões de extensão, não poderemos abordar detidamente suas publicações e seu programa.

Ainda passando pelo âmbito da religião, não podemos deixar de lembrar também, nesse percurso de subalternização do feminino e das emoções, do movimento de perseguição política denominado como “caça às bruxas”⁸⁶. A condenação das *mulheres feiticeiras*, tidas como hereges, ocorreu principalmente na Europa Ocidental, desde a Idade Média até a Idade Moderna (do século XV aos séculos XVI/XVII), mais uma vez vinculando o feminino ao que fugiria da Razão e do Bem. As antigas seitas pagãs e matriarcais das quais participavam essas mulheres eram tidas como satânicas, pois pretendiam “[...] curar os corpos não somente com ervas, mas com elixires elaborados por elas e com fórmulas esotéricas” (PERROT, 2007, p. 89), constituindo uma ofensa às religiões tradicionais, mas também à razão e à medicina modernas, por suas práticas mágicas. Não por coincidência, diz-se que o momento mais forte da perseguição inquisitória às bruxas se deu entre 1550 e 1650, de forma paralela à gênese da chamada “Idade da Razão”.

2.3.3 O legado das “Luzes”: a inferioridade intelectual e a incapacitação política

Novamente o pensamento “esclarecido” – as “Luzes”, a *Ciência* de forma geral, como vimos na seção anterior – não parece ser o entendedor mais justo das emoções e, por consequência, do feminino. Vejamos alguns exemplos emblemáticos. Em *Émile, ou De l'éducation* (1762), entendida pelo próprio Rousseau como “a maior e mais importante” de suas obras, o filósofo iluminista ensina como deve ser educado o cidadão ideal, personificado por meio do fictício Émile, e também por Sophie, a menina criada para se tornar a esposa perfeita deste. Ensina o tutor de Émile que as mulheres são incapazes de sublimar a paixão e são uma fonte de perpétua desordem, então elas têm que “ser submetidas ou a um homem ou a decisões masculinas, e elas nunca podem se colocar acima dessas decisões.” (ROUSSEAU, 1762 apud PATEMAN, 1993, p. 147-148). Argumentando que “o físico inesperadamente nos leva à moral”, Rousseau destaca que as mulheres, diferentemente dos homens, seriam incapazes de controlar seus “desejos insaciáveis” egocêntricos, então seriam também incapazes de desenvolver a moralidade necessária à sociedade civil. Os homens teriam paixões, mas eles conseguiriam utilizar a razão para dominar a sua sexualidade e, assim, se encarregarem da criação e da manutenção da sociedade política, sendo “senhores de si mesmos”. A educação de Sophie, tão “completa”, mas tão diferente da de Émile, visa desenvolver nela o pudor, a

⁸⁶ Como, por questões de extensão, não pretendemos nos aprofundar nessa importante questão histórica, sugere-se a leitura do artigo “Bruxaria e Inquisição”, de José Alves de Freitas Neto. Disponível em: <http://www.harbra.com.br/HARBRAnews/vernews.php?id=67>. Acesso em: 27 jan. 2014.

limpeza e a cordialidade com os homens (ainda que tal educação nunca fosse suficiente para superar a já citada propensão feminina para a desordem). Como marido e chefe de família, Émile pode assumir seu lugar de cidadão, mas Sophie, e todas as outras mulheres, têm que ser rigorosamente excluídas da vida política para que a ordem prevaleça.

Tal entendimento de Rousseau, de que a capacidade civil e política humana seria sexualmente diferenciada, encontra-se também na visão kantiana sobre o contrato de casamento, segundo Pateman (1993, p. 250-251). Kant assevera que as mulheres são criaturas derivadas do sentimento, e não da razão, de modo que seria inútil tentar aumentar a moralidade das mulheres para compatibilizá-las com as regras universais, já que elas não entenderiam “nada de obrigação, de dever, de direito”. Elas, em geral, não teriam personalidade civil⁸⁷, e sua existência seria “puramente instintiva”; elas só poderiam defender seus anseios por meio de um representante. Segundo Pateman, “A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição”. (*op. cit.*, p. 21).

Auguste Comte (1798-1857), filósofo positivista, afirma que a biologia ratifica definitivamente a “hierarquia dos sexos”: sobre o fundo dessa “imutabilidade da natureza” é que o afeto é dado à mulher e o intelecto ao homem. Para Comte, as mulheres se encontrariam em um “estado infantil radical” (lembrando a ideia da tutoria aristotélica), que deveria ser utilizado no trato da vida doméstica, da família, no sentimento maternal. Além disso, elas teriam uma missão a cumprir no advento do positivismo: a de auxiliar o âmbito espiritual (inclusive assumindo papéis na vida religiosa), por serem a fonte dos sentimentos sociais, “o sexo afetivo” (DUBY & PERROT, 1993a, p. 86). No trecho a seguir, Comte sinaliza dois argumentos que seriam insistentemente repetidos, por meio dos séculos, para endossar a inferioridade feminina: a sua menor capacidade intelectual e a sua maior suscetibilidade física e moral, ambos que as abririam mais facilmente aos “arroubos” passionais e justificariam sua inabilidade para cargos de comando na vida pública e de destaque nas ciências.

[...] não se pode, hoje, contestar seriamente a evidência da inferioridade relativa da mulher, muito mais imprópria do que o homem à indispensável continuidade, tanto quanto à alta intensidade, do trabalho mental, seja em virtude da menor força intrínseca de sua inteligência, seja em razão de sua maior suscetibilidade moral e física. [...] Sua característica incapacidade para a abstração e o argumento, a quase completa impossibilidade de deixar de lado inspirações passionais em operações

⁸⁷ Sobre essa suposta “incapacidade civil” das mulheres, há que se lembrar, inclusive, da própria Revolução Francesa, que excluiu as mulheres do exercício da política, a começar pelo direito de voto. Eram todas “cidadãs passivas”, como os menores, os estrangeiros, os mais pobres e os loucos.

racionais [é que] devem continuar indefinidamente a impedi-las de alcançar qualquer nível elevado na organização das coisas humanas, não apenas na ciência e na filosofia [...], mas também na vida estética e mesmo na vida prática. [Elas] são radicalmente incapazes de qualquer governo mesmo das questões domésticas, a menos que sejam de natureza secundária. Em nenhuma esfera elas são aptas à direção ou execução; elas são essencialmente capazes apenas de dar conselhos e modificar os planos de outras pessoas. (COMTE apud PERROT, 2007, p. 23).

Procurando confirmar anatomicamente essa “incapacidade”, os fisiologistas do final do século XIX, como Paul Broca, por exemplo, afirmavam que o cérebro menor, mais leve, menos denso das mulheres corroboraria sua inferioridade intelectual. É claro que tais argumentos sobre a menor aptidão cognitiva (e, conseqüentemente, política) das mulheres começariam, progressivamente, a ser refutados por inúmeros pensadores. O filósofo inglês John Stuart Mill (1806-1873), por exemplo, defendeu-as com ardor, pela certeza de que, às mulheres confinadas ao trabalhos domésticos, ao silenciamento e à anulação de si mesmas como sujeitos, não era mesmo possível um desenvolvimento e um alcance público efetivo de suas capacidades intelectuais e civis, mas somente de seu potencial afetivo e doméstico. Entretanto, o percurso de legitimação da diferença por meio da configuração biológica continuaria prosseguindo.

2.3.4 A mulher e a psicanálise freudiana: a histeria e a distinção pela falta

A *histeria*, na tradição clássica (*hystera*, útero, em grego), foi um termo inicialmente usado pelo grego Hipócrates para se referir a perturbações do útero, que causariam movimentos irregulares no fluxo de sangue desse órgão para o cérebro das mulheres. No final do século XIX, a histeria foi resgatada pela Psicanálise, a partir dos estudos de Charcot e Freud, como uma neurose complexa causada pela instabilidade emocional. Nela, os conflitos interiores se manifestariam nas pacientes por meio de sintomas físicos. Legitimada pela ciência, a histeria contribuiu sobremaneira para aproximar o descontrolado e o passional do que seria exclusivamente feminino⁸⁸: “A histérica é a mulher doente do seu sexo, sujeita a fúros uterinos que a tornam quase louca, objeto da clínica dos psiquiatras.” (PERROT, 2007, p. 66). Novas feiticeiras, as chamadas “convulsionárias” deveriam ser exorcizadas, não do diabo,

⁸⁸ E para a consolidação linguística do adjetivo “histérica”, no senso comum, como pertencente ao campo semântico do que é próprio da mulher descontrolada e passional. Vale também lembrar que, contemporaneamente, as representações discursivas acerca da “mulher de TPM” parecem trazer novas roupagens à ideia da mulher histérica, conforme relembra Swain (2001, p. 70): como se poderia confiar no julgamento, na palavra e no raciocínio de um ser subjugado periodicamente por nervosismos ou calores? O assujeitamento das mulheres a esse tipo de discurso revelaria a força de autoridade do discurso médico, divulgado e reafirmado pela mídia.

mas de seus próprios úteros, que atingiria o cérebro feminino e o tornaria “nervoso”: abria-se caminho para as “doenças das mulheres”, ao menos na psiquiatria e na psicanálise. Para a pesquisadora francesa, no que concerne à saúde das mulheres, a loucura foi, por muito tempo, atribuída ao feminino como o simétrico da violência para o masculino: “as mulheres são loucas e os homens criminosos” (*op. cit.*, p. 165), o que seria uma forma de, mais uma vez, reduzir a mulher a seu corpo e a sua suposta irresponsabilidade e, conseqüentemente, colocá-la em posições inferiores nas lógicas de poder.

Se, para Aristóteles, a mulher é um homem mal-acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida, de forma similar, na Psicanálise dos séculos XIX e XX, Freud faz da “inveja do pênis”⁸⁹ o núcleo explicativo básico da sexualidade feminina (ao menos no início de seus estudos): a mulher é um ser esburacado, em concavidade, marcado pela *falta* – palavra com frequência presente nas definições da mulher⁹⁰ –, para a possessão, para a passividade. O simbólico, o fálico, é essencialmente masculino. Apesar de, no final de seus escritos, Freud – talvez em uma retratação tardia, ou em um convite à releitura de toda sua obra – negar-se a definir as categorias da masculinidade e da feminilidade, sabemos que um dos principais legados históricos da Psicanálise freudiana, em relação ao gênero, é o de que o sexo feminino se define *negativamente* em relação ao masculino: fazer-se mulher é aceitar não ser homem. Em seu ensaio “Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), por exemplo, Freud argumenta que as diferentes experiências que os meninos e as meninas têm por causa do Complexo de Édipo indicam que o superego das mulheres não é tão “independente de suas origens emocionais” quanto o de homens, o que as faria apresentar um menor senso de justiça e serem mais influenciadas por seus sentimentos:

Nas meninas está faltando o motivo para a demolição do complexo de Édipo. A castração já teve seu efeito, que consistiu em forçar a criança à situação do complexo de Édipo. Assim, esse complexo foge ao destino que encontra nos meninos: ele pode ser lentamente abandonado ou lidado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida mental normal das mulheres. Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente

⁸⁹ É interessante perceber que, como a ideia da falta do pênis (real e simbólica) é fundante para entender a constituição psíquica da mulher em Freud, o autor vienense, *em certo aspecto*, reforça a perspectiva biologizante de que falamos neste capítulo – apesar de alguns estudiosos da Psicanálise, especialmente os franceses, recusarem essa leitura, como aponta Rubin (1986, p. 121). Assim, sob nosso ponto de vista, a psicanálise freudiana não parece colaborar de forma sensível para a dissolução das dicotomias e simplificações sexuais que nos circundam.

⁹⁰ Bourdieu (1999, p. 111) sinaliza que, qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um “coeficiente simbólico negativo”.

de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens. Os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres – que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade – todos eles seriam amplamente explicados pela modificação na formação de seu superego que acima inferimos. Não devemos nos permitir ser desviados de tais conclusões pelas negações dos feministas, que estão ansiosos por nos forçar a encarar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor [...]. (*op. cit.*, s.p.).

É importante lembrar que, posteriormente, vários outros teóricos da Psicanálise, como o próprio Lacan, acabam por esfumar o privilégio do masculino sobre o feminino em seus estudos⁹¹. A psicoanalista Karen Horney (1885-1952), por exemplo, insiste com grande ênfase nas características socioculturais da formação sexuada, acrescentando que a inveja do pênis é, na verdade, a inveja de participar das tarefas e das responsabilidades que só eram, então, permitidas ao homem na sociedade. Essa exclusão só faria restar a elas o refúgio no sentimento, portanto (DUBY & PERROT, 1993b, p. 330).

2.3.5 Rumo à progressiva desconstrução da *metafísica dos sexos*: o entendimento das fronteiras arbitrariamente construídas

Duby & Perrot (1993b, p. 320) assinalam que o percurso histórico da *metafísica dos sexos*, que também pode ser qualificado de *essencialista*, é este que afirma uma diferença essencial, inclusive natural, entre as mulheres e os homens, definindo suas especificidades respectivas – ou mais precisamente as das mulheres, pois as dos homens costumariam ser associadas, implícita ou explicitamente, à generalidade. Segundo os autores, tal tradição percorreu toda a história do pensamento (como procuramos mostrar, ainda que saibamos da inesgotabilidade das fontes), mas começou a perder forças, sobretudo, a partir da metade do século XX.

Dentre os inúmeros teóricos que contribuiram, no século XX, para reverter esse essencialismo, podemos destacar, a princípio, Foucault. Em sua *História da Sexualidade* (1976 [2012]), por exemplo, a sexualidade em estado puro não existiria: sempre se deve considerá-la por meio de dispositivos históricos que a organizam segundo modalidades diversas e, até hoje, em relação com dispositivos de aliança na forma da família. Dessa forma, o filósofo francês, quando trata de relações homens-mulheres, parece pôr em xeque qualquer

⁹¹ Infelizmente, mais uma vez por questões de extensão, não poderemos adentrar essas diversas perspectivas. A esse respeito, sugere-se a leitura do capítulo “Diferencia e diferendo: la cuestión de las mujeres en filosofía”, da obra citada, *Historia de las mujeres – 5. El siglo XX* (1993b).

análise reducionista e pretensiosamente verdadeira sobre definições: da mesma forma que não há sociedade sem poder, mas somente deslocamentos de poder, não haveria uma “essência” da sexualidade, mas somente modalidades flutuantes no decorrer da história. Ainda que os papéis sexuais não existam em estado puro, em *A ordem do discurso* (1970 [2005]), Foucault pontua que há um discurso de verdade, apoiado na tradição, na ciência e na religião, que constrói a naturalização desses papéis de forma arbitrária. Em *Microfísica do poder* (1988 [2012], p. 180), o filósofo francês assevera que “[...] Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.”.

Retomando a ideia de uma naturalização arbitrária dos papéis sexuais, não podemos deixar de nos remeter a Pierre Bourdieu, em sua obra *A Dominação Masculina* (1998 [1999]). Nela, de forma similar ao proposto por Foucault, Bourdieu pontua a existência de um fenômeno de *des-historicização de estruturas de divisão sexual*. Segundo o sociólogo, haveria, nas relações de poder construídas sócio-culturalmente entre os gêneros, a *tentativa de naturalização e de eternização* – por instituições fundantes como a Família, a Igreja e a Escola – das supostas diferenças “essenciais” entre homens e mulheres, biológicas ou psicanalíticas. Bourdieu defende que ações políticas como as do feminismo deveriam se opor a essas tentativas de mascaramento das tensões, devolvendo à história o que seria fruto dela, devolvendo à doxa seu caráter paradoxal, devolvendo à diferenciação masculino/feminino seu caráter contingente, arbitrário:

[...] é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes. [...] Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas como a família, a igreja, a escola [...] é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca [...] É contra estas forças históricas de des-historicização que deve orientar-se, prioritariamente, uma iniciativa de mobilização visando repor em marcha a história, neutralizando os mecanismos de neutralização da história. Esta mobilização marcadamente política, que abriria às mulheres a possibilidade de uma ação coletiva de resistência, orientada no sentido de reformas jurídicas e políticas, opõe-se tanto à resignação a que encorajam as visões essencialistas (biologistas e psicanalíticas) da diferença entre os sexos quanto à resistência reduzida a atos individuais [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 5.).

Bourdieu acrescenta que, sustentando a silenciosa *dominação masculina*, forma de violência simbólica, estaria uma divisão sexualizante do mundo – vista como inevitável e até

incorporada pelas mulheres, de tão naturalizada –, que separaria masculino e feminino em dicotomias representacionais referentes a suas posições sociais e a suas constituições como sujeitos:

Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público) /dentro (privado) etc. [...]. A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável [...]. Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. (*op. cit.*, 1999, p. 16-17).

A partir desse trecho, é interessante perceber como os traços associados ao feminino, a exemplo de embaixo, atrás, esquerda, falso, curvo, mole, escuro, dentro, são sempre a metade negativa do sistema de oposições homólogas, o que acaba por se estender ao papel social e cultural a ser desempenhado pelas mulheres. Dessa maneira, elas são aquelas que se localizam, frequentemente, em posições subalternas, à margem, obscurecidas, assim como são associadas, historicamente, ao que é falso, sinistro, torto. Como não poderia deixar de ser, oposições tradicionais retratadas por nós neste capítulo, como doméstico/público, interior/exterior, sensibilidade/razão, passividade/atividade também compõem esse quadro de uma divisão sexualizante do mundo, dando um aspecto natural ao que seria, em verdade, construído.

A respeito da manifestação dos afetos pelas mulheres, Bourdieu também os enxerga como uma forma de resposta à opressão masculina. Algumas emoções manifestadas pelas mulheres poderiam contribuir, sem que soubessem ou contra sua vontade, para o reforço da violência simbólica que as subjuga:

Os atos de reconhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões* e de *sentimentos* – amor, admiração, respeito –; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 51).

Bourdieu argumenta, portanto, que é possível verificar, nas sociedades, um longo trabalho produzido nos corpos e nas mentes a fim de se inverter a relação entre as causas e os efeitos desse esquema dóxico, fazendo-nos ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus*⁹² sexuais), na verdade, como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão de mundo que está no princípio da realidade e da representação da realidade. Assim, a *socialização do biológico* e a *biologização do social* (*op. cit.*, p. 9-10) inverteriam-se para produzir tal percepção a-histórica das características de homens e mulheres.

2.3.6 Contra a biologização do social: *ser mulher é ter sido feita mulher*

Pensar na tentativa de *biologização do social* no que diz respeito às categorias homem/mulher significa, obviamente, ter de resgatar os estudos fundadores de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1967 e 1970). Mesmo que, em sua extensa obra, a filósofa e feminista francesa não utilizasse ainda o conceito de *gênero social*⁹³, ela acabou por, indiretamente, erigi-lo, a partir de seu entendimento das dinâmicas de poder entre feminino e masculino.

Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. (*op. cit.*, 1967, p. 9).

⁹² O conceito de *habitus*, para Bourdieu, relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos indivíduos por meio de disposições para sentir, pensar e agir, ou seja, por meio de esquemas de percepção, avaliação e ação que estão aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, travando “uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma”. (BOURDIEU, 1999, p. 49-50).

⁹³ Ainda que haja relativas variações no conceito de *gênero social*, transcrevemos aqui uma definição bastante didática de Pateman (1993, p. 330), que dialoga diretamente com Beauvoir: “O termo gênero foi introduzido como uma arma na luta contra o *patriarcado* [nomeação dada à dominação masculina a partir da década de 70, com o advento do Feminismo de Segunda Fase]. O argumento patriarcal deixa claro que as mulheres estão naturalmente submetidas aos homens, ou seja, a submissão decorre de sua biologia, de seu sexo. Falar em gênero, em vez de se falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política. Realmente, o que os homens e as mulheres são, e como as relações entre eles estão estruturadas, depende muito da importância política atribuída à masculinidade e à feminilidade. Utilizar a linguagem do gênero reforça a linguagem do civil, do público e do indivíduo, uma linguagem que depende da supressão do contrato sexual”. Por fim, podemos citar Butler (2006, p. 35), que considera o gênero uma “forma de fazer”, uma “atividade incessante performada” feita, todo o tempo, de forma relacional. Os gêneros, para ela, também não seriam essenciais ou “automáticos”, mas construídos pela coerção da *norma*, que possibilitaria ao indivíduo partilhar de alguns traços essenciais de sua sexualidade (reconhecendo-se nessa norma), mas também o restringiria, de forma coercitiva, fazendo com que ele pudesse questioná-la e “alargar seus limites” (o que nos recorda, mais uma vez, o sujeito da AD, livre e assujeitado ao mesmo tempo).

Beavoir já asseverava, portanto, a evidência de que o feminino é, incontestavelmente, uma construção social, e não um dado biológico: *ser* mulher é *ter sido feita* mulher⁹⁴.

[...] quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra *ser* que precisamos entender-nos; a má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: *ser* é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. (BEAUVOIR, 1970, p. 18).

Muito além de definições biologizantes (ou ainda psicanalíticas, ou mesmo provenientes da perspectiva do materialismo histórico), a autora defende detalhadamente, em um compêndio de mais de 800 páginas (BEAUVOIR, 1967 e 1970), que o sujeito feminino constituir-se-ia, em verdade, imerso na cultura, na história, nas tramas relacionais dos indivíduos. O corpo feminino, portanto, entendido não somente como matéria física, mas como portador simbólico de uma série de mecanismos de poder que agiriam sobre o indivíduo, traria em si marcas de uma gama de representações sociais reveladoras dos inúmeros discursos que o compõem⁹⁵. E esse corpo, inevitavelmente, carregaria consigo certa sobredeterminação mais ou menos consciente em suas ações e comportamentos, a fim de procurar se enquadrar ao que é dito “feminino” ou a fugir do que seria dessa esfera do Outro. Obviamente, os comportamentos ditos “emocionais” associados historicamente ao feminino não se excluem dessa lógica de um aprendizado de gênero.

⁹⁴ Neste ponto, é importante que esclareçamos: obviamente, sabemos que *feminino* não deve ser entendido como sinônimo de *mulher*, entendimento confirmado a partir dos extensos estudos de gênero das últimas décadas, a exemplo da teoria *queer*. Cabe lembrarmos importante citação de Denise Riley (apud COSTA, Claudia de Lima, 2002, p. 71-72) sobre a mutabilidade, inclusive, da categoria “mulheres”: “A categoria ‘mulheres’ é histórica e discursivamente construída, sempre em relação a outras categorias que também se modificam; ‘mulheres’ é uma coletividade volátil na qual os seres femininos podem estar posicionados de formas bastante diferentes, de modo que não se pode confiar na aparente continuidade do sujeito ‘mulheres’; ‘mulheres’, como coletividade, é uma categoria sincrônica e diacronicamente errante, enquanto que, a nível individual, ‘ser mulher’ também é algo inconstante, que não consegue oferecer uma base ontológica. Ainda assim, deve ser destacado que essas instabilidades da categoria são o *sine qua non* do feminismo, que de outra forma se perderia por um objeto, ficando despojado de lutas e, em resumo, sem muita vida.” Entretanto, por contarmos com severas restrições de espaço diante de tão ampla discussão e, também, graças a nosso *corpus*, optamos, arriscadamente, por tratar do feminino sob essa perspectiva em parte restritiva, similar à do feminismo de 2ª fase: como o idêntico de uma *mulher supostamente universal*. Nas obras de autoajuda a serem analisadas, deparamo-nos com este perfil bastante padronizado do dito feminino: lidamos com mulheres biologicamente “fêmeas”, por assim dizer; além disso, heteronormativas, e, arriscamos dizer, sobretudo brancas e de classes médias. No capítulo de análise, tal perfil será mais delineado. Por fim, lembremo-nos de que o uso de tal perfil feminino como o da “mulher universal” já nos remete à complexa e atual discussão da transversalidade/interseccionalidade (cruzamento de categorias de vitimização): há que se estudar não somente essa *falsa mulher arquetípica* como categoria subalternizada, mas também a mulher negra, a mulher pobre, a mulher lésbica etc., tal como sugerem AMOTT & MATTHAEI (1996, p. 5).

⁹⁵ A esse propósito, cabe-nos resgatar, ainda mais uma vez, Berger & Luckmann (2004, p. 124), a respeito de como o corpo comporta a realidade: “A realidade é definida no social. Mas as definições são sempre *corporalizadas*, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade. Para entender o estado do universo construído pela sociedade, em qualquer momento, ou a sua variação com o tempo, é preciso entender a organização social que permite aos definidores fazer a sua definição.”

Finalmente, uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; [...] os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem o que o existente lhes confere. [...] Mas não é ele [o corpo] tampouco que basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (*op. cit.*, p. 56-57).

Ainda Beauvoir (1967), no tomo *A experiência vivida*, traça um perfil exaustivo da criação feminina, desde o nascimento até sua velhice, procurando mostrar de que forma a educação da mulher acaba por *construir* o sujeito feminino, *aos olhos da sociedade*, como alguém dependente do homem, frágil, emotivo. Segundo ela, a “passividade” que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. “Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade” (*op. cit.*, p. 21). A imensa possibilidade do menino frente a ela está em que “sua maneira de existir para outrem encoraja-o a por-se para si”, diferentemente da menina, que é criada e vive *pelo e para* o olhar do masculino, pela experiência de ser o *corpo-para-o-outro*, de ser *objeto* do sujeito, de ser *instrumento* do agente, como nos fala Bourdieu (1999, p. 79). Assim sendo, em plena segunda metade do século XX, Beauvoir (*op. cit.*, p. 77) ainda reconhece que “O privilégio econômico detido pelos homens, seu valor social, o prestígio do casamento, a utilidade de um apoio masculino, tudo impele as mulheres a desejarem ardorosamente agradar aos homens. Em conjunto, elas ainda se encontram em situação de vassalagem” e, muitas vezes, nem se dão conta de que seus desejos são, na verdade, pautados pela lógica falocêntrica de mundo.

A construção desse ser passivo, segundo Beauvoir, começa cedo na infância, quando a menina entroniza o mito do príncipe encantado: para ser feliz é preciso ser amada, e para que seu príncipe lhe venha é preciso que a doce e delicada princesa seja bela e o aguarde esperançosamente. Desde pequenas, elas devem ter modos comportados⁹⁶ e delicados, ser carinhosas, gostar de brincadeiras não violentas e domésticas e, não menos, ter intimidade

⁹⁶ Assim como as emoções sempre deveriam ser contidas, como vimos, por remeterem ao descontrole, também as mulheres teriam sua moral imposta a partir de “uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo”, “[...] como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’, [...] mantendo a mulher em uma espécie de cerco invisível” (BOURDIEU, 1999, p. 38-39). Veremos, na análise de nosso *corpus*, que o comedimento e a discricção são recomendações constantes feitas às mulheres leitoras das obras de autoajuda.

com as lágrimas, serem sensíveis⁹⁷: “em grande parte porque lhes apraz fazerem de vítimas; é a um tempo um protesto contra a dureza do destino e uma maneira de se tornarem comoventes” (*op. cit.*, p. 38). Na adolescência/juventude, a leitura de romances “água-com-açúcar” e de revistas femininas ajudar-lhes-ia a pensar que a conquista de um parceiro seria o mais importante dos empreendimentos: “No homem encarna-se a seus olhos o *Outro*, como este para o homem se encarna nela; mas esse *Outro* apresenta-se a ele como o essencial e ela se apreende perante ele como o inessencial” (*op. cit.*, p. 67), o que colocaria a mulher, desde o início da vida amorosa, à mercê do interesse masculino sobre ela, não se vendo como sujeito. Mesmo que ela venha escolher a independência, segundo a autora, sempre reservaria um lugar em sua vida para o homem, para o amor e, frequentemente, esse sentimento permaneceria inconfessado, pois ela terá muitas vezes “medo de falhar em seu destino de mulher” (*op. cit.*, p. 107) dedicando-se por inteiro a outro propósito de vida mais “duro” e não afetivo.

Já adulta, para a autora, o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher⁹⁸ é o casamento propriamente dito: “Em sua maioria, ainda hoje [décadas de 1960/1970], as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser” (*op. cit.*, p. 165), o que faria das celibatárias “párias” sociais, distanciadas da feminilidade. “Pegar um marido” seria uma arte⁹⁹; “retê-lo” seria um duro ofício para a mulher (*op. cit.*, p. 228): ela teria de se vestir, falar e comportar de forma a ser, por exemplo, sempre atraente ao homem.

⁹⁷ A esse respeito, Le Breton, na já citada entrevista à revista *Sociologia*, é questionado sobre o fato de, no mundo atual, ser válido o entendimento do senso comum de que as “mulheres são emoção” e os “homens são razão” ou se isso seria apenas uma crença cultural. Endossando as colocações de Beauvoir, Le Breton responde: “No primeiro momento isso é um julgamento de valor e também tem a ver com a educação que meninos e meninas recebem desde pequenos. Recuso essa ideia porque existe o fato de que há homens mais emocionais e mulheres mais racionais. Isso não quer dizer nada. Para algumas ações, somos emocionais e para outras, racionais. Mas temos de levar em conta que é verdade que a educação que mulheres e homens recebem é diferente. As meninas são educadas pelo lado do amor, do carinho e da emoção; já os homens são educados pelo lado do desafio, sempre no intuito de serem mais fortes que os outros. Para os profissionais que trabalham com jovens (professores, psicanalistas etc.) é muito perceptível esta tendência. No caso das mulheres, elas interiorizam mais os seus sofrimentos, e, portanto, são elas que têm maior vulnerabilidade a contrair doenças psicossomáticas, bulimia, anorexia e tentativas de suicídio. Agora, na realidade masculina, os homens que sofrem conseguem exteriorizar mais seus sentimentos. Daí que os vemos partindo para a delinquência, violência, desafios (como os rachas em alta velocidade nas ruas), álcool, drogas e até suicídio.” (Disponível em: <http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/23/artigo133356-2.asp>. Acesso em: 25 jan. 2014).

⁹⁸ Vejam-se ditados populares como “Antes filha malcasada que bem amancebada” e “Filha crescida, dá-lhe marido; aos vinte criada, logo casada”.

⁹⁹ Interessante perceber que, na perspectiva do senso comum, apesar de a mulher precisar conquistar um homem para si, ela não deve fazê-lo de forma demasiadamente “oferecida”, pois os *homens teriam medo de mulheres que não têm medo de homens* ou mesmo repulsa daquelas que tomam a iniciativa. Eles teriam, em certa medida até hoje, de “comandar” o jogo da conquista, tal qual sua posição de comando na sociedade. “A mulher não pode portanto possuir senão fazendo-se presa: é preciso que se torne uma coisa passiva, uma promessa de submissão.” (BEAUVOIR, 1967, p. 459). No caso de um dos livros de nosso corpus, *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?*, tal questão é perceptível. A mulher dita “poderosa”, paradoxalmente, não é aquela que explicitamente “bate o martelo” na conquista ou no relacionamento, mas a que leva o homem a tomar as decisões que ela quer sem que tenha de demonstrar seus desejos a todo o tempo.

Mesmo o casamento não significando reciprocidade ou simetria nas relações de poder travadas entre homem e mulher, no espaço doméstico ou fora dele, a mulher desejaria contrair o matrimônio, porque seria protegida pelo homem, tornando-se necessária, iludindo-se em ser “rainha de sua colmeia”¹⁰⁰ e escapando do “abandono original” da fragilidade que lhe foi imputada por sua criação: seria a conquista de um “capital marital” (GOLDENBERG, 2013, p. 47). Já no casamento, comumente se agravaria entre eles um mal-entendido sério: “ele não procuraria compreender sentimentos, reações que ela não sabe justificar habilmente, mas que têm nela raízes profundas; ela não compreende o que pode haver de vivo sob a lógica pedante com que o marido a esmaga.”¹⁰¹ (*op. cit.*, p. 221).

Dessa forma, o amor, como afeto maior, não teria em absoluto o mesmo sentido para o homem e para a mulher. Lorde Byron, o poeta britânico, dizia que o amor era apenas uma ocupação na vida do homem, ao passo que era a própria vida da mulher. Ressaltaria Beauvoir, mais uma vez, que essa aparente diferença não é “uma lei da natureza”, mas sim fruto da diferença das situações ontológicas de homem e mulher:

Encerrada na esfera do relativo, destinada ao macho desde a infância, habituada a ver nele um soberano a quem não é dado igualar-se, a mulher que não sufocou sua reivindicação de ser humano sonhará em ultrapassar-se para um desses seres superiores, em unir-se, confundir-se com o sujeito soberano. Não há para ela outra saída senão perder-se de corpo e alma em quem lhe designam como o absoluto, o essencial. (*op. cit.*, p. 412).

Ideia semelhante expressa Nietzsche em *Gaia Ciência*, quando diz que a ausência de condição da mulher faz com que ela torne seu amor uma *fé*, enquanto o homem, se ama uma mulher, é o amor que *quer* dela. Ele estaria, portanto, muito longe de postular para si o mesmo sentimento que para a mulher. A mulher, então, entregar-se-ia ao amor para se salvar, como se estivesse à direita de um deus, mas o paradoxo do amor idólatra está em que, para se salvar, ela acaba por se renegar (*op.cit.*, p. 419).

Posterior ao casamento, em sequência, seria pela maternidade que a mulher realizaria integralmente seu destino “fisiológico”, sua completude (*op. cit.*, p. 248); reafirmando as

¹⁰⁰ Ilusão que dialoga com o conselho de Balzac de que “os homens devem tratar suas mulheres como escravas persuadindo-as de que são rainhas.” (apud BEAUVOIR, 1967, p. 236).

¹⁰¹ Apesar de essa citação de Beauvoir parecer, à primeira vista, reforçar certa perspectiva essencialista no entendimento de mulheres passionais e homens racionais, decidimos utilizá-la por acreditar que a autora se referia ao fato de que a *criação* diferenciada deles os levaria a tal impasse. Ou seja, a maneira como a sociedade acaba por construir o feminino e o masculino, da infância à maturidade, levaria ambos a essa percepção da mulher como sentimental, fragilizada, incompreendida pelo marido, este um ser lógico e frio.

perspectivas biologizantes sobre o feminino, seria o ato de ser mãe sua vocação “natural”¹⁰², a oportunidade de ela canalizar toda sua capacidade afetiva no cuidado de um novo ser e, ainda mais, se como esposa ela não fosse um “indivíduo completo”, iria sê-lo como mãe – por mais que a mulher, há mais de um século, graças aos métodos contraceptivos, pudesse controlar sua função reprodutora pela vontade.

Por fim, é interessante acrescentar que, mesmo Beauvoir tendo escrito *O Segundo Sexo* no início da segunda metade do século XX, e, depois de quase 50 anos, a trajetória das mulheres já tê-las distanciado de muitos papéis antigamente vistos quase como “obrigatórios”, como o casamento, a maternidade e os afetos (especialmente graças às conquistas iniciadas pelo movimento feminista¹⁰³), seu livro ainda nos faz lembrar de uma série de vozes estereotipadas e biologicizantes que parecem apagadas, mas voltam a ressoar de forma persistente nos imaginários acerca do feminino até hoje – por exemplo na medicina, na mídia e na literatura popular, como é o caso das obras de autoajuda que nos pretendemos analisar.

¹⁰² Podemos perceber, a partir desse percurso de entendimento do feminino, que a maioria das noções culturais acerca da mulher fazem-na parecer mais próxima de sua *natureza original* que o homem (suas paixões, seus hormônios, a menstruação, a maternidade, sua fragilidade física), conforme nos lembram Rosaldo & Lamphere (1993, p. 31). Essa comparação, obviamente, é sustentada pela construção histórica desse gênero de que tratamos até aqui.

¹⁰³ Acreditamos que, se tratamos neste capítulo da noção gênero social, é interessante pontuarmos brevemente algumas noções gerais sobre a ampla questão do *movimento feminista*. O feminismo é entendido em sua dupla dimensão de movimento social e de tradição intelectual como uma crítica moral, política e antropológica à dominação masculina (COBO, 2011, p. 192), ou ainda como um conjunto de teorias e de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da capacitação dos sujeitos femininos (DUBY & PERROT, 1993b, p. 598) que oscila entre a necessidade de construção e de desconstrução de uma possível feminilidade. A igualdade *de direitos* (por mais controverso que este paradigma possa ser ao movimento graças a seus variados entendimentos), *não de identidades* entre homens e mulheres tem sido a bandeira que articula historicamente as diversas defesas feministas. Negar as diferenças de identidade entre homem/mulher, obviamente, seria também reproduzir a desigualdade. O feminismo tem sua origem mais aceita no século XIX, a partir de reivindicações diversas relativas aos direitos civis das mulheres, como por exemplo o movimento sufragista. Nos anos setenta do século XX, período entendido como 2ª fase do feminismo, o movimento retomou grande força popular e assumiu novas lutas, especialmente no combate à dominação do patriarcado sobre o corpo da mulher e sobre seu papel doméstico. Na contemporaneidade, o movimento tem diversificado e complexificado suas bandeiras, o que nos leva a falar na existência de variados *feminismos*, inclusive aqueles que contemplam questões de dominação transversal, como gênero, raça e classe (a exemplo do feminismo negro). Apesar de ainda serem vistas de forma preconceituosa por certas pessoas e grupos – que acreditam que o movimento prega a dominação feminina e a dispensa do masculino –, as teorias feministas, ao contrário, ajudariam a compreender uma série de questões de poder sociais, afinal, não são teorias sobre *as mulheres*, mas sim teorias sobre *a sociedade que olha as mulheres*, produzidas a partir do ponto de vista delas.

2.3.7 O patriarcado parece reconfigurar-se: novas roupagens biologicizantes do feminino

Cobo (2011) defende que, nas três últimas décadas, tem-se podido detectar uma nova reação do patriarcado como forma de “revide” à força das mudanças conquistadas pelas mulheres a partir do ressurgimento do feminismo dos anos 70:

[...] es plausible sostener que la conquista de derechos de muchas mujeres em distintas partes del mundo, la ampliación de sus esferas de libertad y el aumento de su conciencia de subordinación han alertado las antenas patriarcales. El miedo a la pérdida de privilegios y el temor a compartir recursos y poder han inquietado al mundo masculino y han favorecido el rearme ideológico del patriarcado. (*op. cit.*, p. 185).¹⁰⁴

Esse movimento de repatriarcalismo, segundo a autora, tem apregoado, sob novas e diversas roupagens¹⁰⁵, o resgate do *contrato sexual*¹⁰⁶ e um retorno silencioso ao antigo lugar da mulher – este que vinha sendo pouco a pouco desconstruído no século XX. Uma das formas, segundo Cobo, de se promover esse retorno seria, mais uma vez, *renaturalizar a desigualdade de gêneros*, justificando tal hierarquia sexual por meio de novos discursos que a relegitem, inclusive no tocante à racionalidade feminina:

En el caso de las mujeres, la renaturalización es la columna vertebral del nuevo pensamiento patriarcal y misógino. Estas producciones discursivas y materiales tienen como efecto que contemplemos la inferioridad social de las mujeres como si formase parte de un orden natural de las cosas. El patriarcado promueve la idea de que la inferioridad es inherente a la naturaleza femenina, caracterizada por el déficit de fuerza y de racionalidad. [...] (*op. cit.*, p. 180).¹⁰⁷

¹⁰⁴ Tradução livre da autora: “[...] É possível sustentar que a conquista de direitos de muitas mulheres em distintas partes do mundo, a ampliação de suas esferas de liberdade e o aumento de sua consciência de subordinação têm alertado as antenas patriarcais. O medo da perda de privilégios e o temor de compartilhar recursos e poder têm inquietado o mundo masculino e têm favorecido o rearme ideológico do patriarcado.”

¹⁰⁵ Inclusive por meio de argumentos falaciosos, como o de que as mulheres já conquistaram a igualdade “tão sonhada” frente aos homens, que já têm o mesmo poder que eles, ou que, agora, têm de arcar com as inevitáveis consequências negativas advindas dessa pretensa igualdade (*op. cit.*, 2011, p. 16). Os livros de autoajuda de nosso *corpus*, como produtos midiáticos contemporâneos que são, parecem endossar tais argumentos, como veremos no capítulo de análise.

¹⁰⁶ Em *O contrato sexual* (PATEMAN, 1993), a autora argumenta que a situação de subordinação social das mulheres contemporâneas se explica a partir de um pacto fundacional histórico (tal qual o contrato social, mas camuflado na história oficial) por meio do qual aos varões eram concedidos a propriedade das mulheres e o acesso sexual a seus corpos, especialmente através do casamento e da interdição das instâncias civis e políticas. A sólida herança desse pacto se observaria, de forma diversa, na desigualdade de gêneros de todas as sociedades humanas. Pateman, nesse sentido, rejeita o mito do matriarcado original na história da humanidade.

¹⁰⁷ Tradução livre da autora: “No caso das mulheres, a renaturalização é a coluna vertebral do novo pensamento patriarcal e misógino. Essas produções discursivas e materiais têm como efeito que contemplemos a inferioridade social das mulheres como se formasse parte de uma ordem natural das coisas. O patriarcado promove a ideia de que a inferioridade é inerente à natureza feminina, caracterizada pelo déficit de força e racionalidade.”

Cobo acrescenta que, enquanto a tese das diferenças irreduzíveis entre os sexos não é empiricamente demonstrável, a desigualdade entre os gêneros se pode mostrar e verificar claramente. Apesar da dificuldade de se comprovar irreduzivelmente habilidades ou inaptidões de determinado gênero para determinada característica ou ação, o discurso científico (ou mesmo o pseudocientífico) contemporâneo tem se valido das modernas tecnologias e da grande circulação de dados de pesquisa para tentar trazer à tona, novamente, uma tentativa de “verdade” quanto às diferenças homem/mulher. Inúmeras pesquisas de neurocientistas, por exemplo, são desenvolvidas atualmente no intuito de comprovar que homens e mulheres são biologicamente diferentes em essência¹⁰⁸, à parte de seu estar-no-mundo.

À medida que as barreiras de uma sociedade sexista continuam a ruir, parece haver um número cada vez menor de bodes expiatórios sociais aos quais apelar para explicar as persistentes desigualdades de gênero e de segregação profissional. Quando não conseguimos atribuir a culpa a forças externas, todos os olhos se voltam para o interior – as diferenças na estrutura ou no funcionamento dos cérebros masculino e feminino. (FINE, 2013, p. 15-16).

Como seria de se esperar, tais pesquisas acabam se configurando como discursos que visam a resgatar a violência simbólica patriarcal e são amplamente divulgadas apesar de sua incompletude ou de problemas metodológicos grosseiros em seu desenvolvimento. Em adendo, a mídia assume um papel muito importante na divulgação desses precários resultados (e em sua consolidação no senso comum), alardeando-os como “certezas” científicas e, muitas vezes, lucrando com uma abordagem hiperdimensionada e apressada desses dados.

Até agora, os itens da lista de diferenças que supostavam explicavam o *status quo* do gêneros sempre acabaram sendo removidos. Mas, antes que isso aconteça, a especulação se eleva à condição de fato, especialmente na mão de alguns autores populares. Uma vez que chegam ao domínio público, esses supostos fatos a respeito do cérebro masculino e feminino se tornam parte da cultura, não raro subsistindo bem além de sua data de vencimento. Aqui, eles reforçam e legitimam os estereótipos de gênero que interagem com a nossa mente, ajudando a criar as próprias desigualdades de gênero que as afirmações neurocientíficas procuram explicar. (FINE, 2013, p. 240).

Esse é o caso, por exemplo, do filão de obras de autoajuda “pseudocientíficas” que descrevemos no capítulo anterior: livros como *Homens são de Marte, Mulheres são de Vênus*

¹⁰⁸ Perrot (2007, p. 97) cita, como exemplo dessas pesquisas, o recente livro *Cerveau, sexe et pouvoir* (VIDAL & BENOIST-BROWAEYS, 2005), em que se recusam às mulheres, de forma geral, as qualidades de abstração (as ciências matemáticas lhes seriam particularmente inacessíveis), de invenção, de síntese. Reconhecem para elas outras qualidades: intuição, sensibilidade, paciência – segundo as autoras, baseando-se em investigações científicas.

(GRAY, 1992), ou *Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?* (PEASE & PEASE, 2000), com frequência, valem-se inapropriadamente de pesquisas científicas inconclusivas ou já superadas para procurar trazer credibilidade à sua abordagem naturalista da diferença entre os sexos.

Toda essa é a defesa de Fine (2013), em sua recente obra *Homens não são de Marte e Mulheres não são de Vênus: como a nossa mente, a sociedade e o neurosexismo criam a diferença entre os sexos*. Por meio de um resgate exaustivo de inúmeras pesquisas cerebrais sobre a diferença entre os sexos, a psicóloga acaba por demonstrar que a grande maioria delas ainda se desenvolve sob um terreno movediço e perigoso – não minimizado nem pelas novas tecnologias de mapeamento cerebral, incapazes de dar conta dessas diferenças –, o que faz com que sejam frequentemente derrubadas por constatações contrárias ou mesmo que acabem por se esquecer da influência, sobre o cérebro, do *aprendizado social do gênero* de que já tanto tratamos¹⁰⁹. Fine ainda nos incita ao questionamento: será que as perspectivas neurosexistas não estariam invertendo o elo causal, quando tentam defender que a desigualdade de gênero é produto da diferença de gênero? Não seria o contrário? (*op. cit.*, p. 295). Não seria hora de pensarmos no que pode esconder o termo *natural-mente*¹¹⁰?

Quanto mais eu era tratada como mulher, mais eu me tornava uma mulher. Eu me adaptei a contragosto. Se partiam do princípio de que eu era incompetente em inverter a marcha do carro ou abrir garrafas, eu dava comigo me tornando extraordinariamente incompetente. Se uma caixa era considerada pesada demais para mim, inexplicavelmente eu mesma a considerava pesada. (Jan Morris, transexual que mudou seu corpo de homem para mulher, descrevendo as suas experiências posteriores à transição em sua autobiografia, *Conundrum*, de 1987, apud FINE, 2013, p. 27).

Por fim, a autora ressalva que *podem existir, de fato, diferenças sexuais a serem investigadas no cérebro*, mas argumenta que a sedução da ciência também pode nos conduzir a equívocos, tal qual nossos antepassados (*op. cit.*, p. 23). Há séculos, “especialistas imparciais” nos ofereceram constatações incisivas sobre o fato de as mulheres serem perturbadas emocionalmente por seu útero e hormônios e sobre terem a cérebro pequeno demais para

¹⁰⁹ Apesar de complexa e extremamente pertinente à discussão efetuada neste capítulo, não poderemos, por questões de extensão, aprofundarmo-nos na tese desenvolvida por Fine (2013). Sugere-se a leitura de sua obra completa, inclusive para que se tome conhecimento de como a autora derruba o mito neurológico/hormonal de mulheres emotivas e homens racionais – associando-o às influências culturais da sociedade sobre as estruturas plásticas do cérebro – por meio de inúmeros exemplos bastante esclarecedores e da apresentação das controvérsias das pesquisas.

¹¹⁰ Duby & Perrot (1993b, p. 352), originalmente, efetuam esse jogo de palavras a partir do termo francês: *nature-elle-ment*.

racionalizar, através do que havia de mais moderno na época. De forma semelhante, não seria possível que as constatações atuais da neurociência sobre as diferenças entre homem e mulher também estejam destinadas, daqui a séculos, a se juntarem ao monte de “sucata” das medidas do volume do crânio, do peso do cérebro e da configuração uterina e menstrual? É aguardar o curso da história para sabermos.

Além das pesquisas científicas, também a mídia tem oferecido contribuições notórias a tais reconfigurações contemporâneas do patriarcado. Tânia Navarro Swain, ao analisar representações de mulheres em revistas femininas ditas “modernas”, reforça a ideia de como a mídia age de maneira paradoxal: apesar de esta decretar o “fim do feminismo”, por disseminar que as mulheres alcançaram as metas que tanto buscavam, já assumindo outros papéis sociais, essa mesma mídia acaba por reforçar os locais tradicionalmente atribuídos à mulher (como a emotiva, a esposa, a mãe, a delicada, a frágil, a constituída para o olhar do outro), reforçando as divisões binárias e o naturalismo de que tanto falamos.

A análise dos mecanismos de condensação discursiva e representacional da carne em corpos sexuais permite detectar agentes estratégicos na reprodução, reatualização, ressemantização de formas, valores e normas definidoras de um certo feminino naturalizado, travestido em slogans modernos, em imagens de “liberação”, cujos sentidos, constituídos em redes significativas, são expressão de um assujeitamento à norma instituída. [...] se o discurso da mídia em seu dialogismo com o rumor social decreta o fim do feminismo, o campo conotativo do que é dito e do dizível indica a recuperação e/ou atualização de representações binárias, excludentes e hierarquizadas sob novas roupagens. Mulheres e homens continuam a ocupar lugares tradicionalmente traçados segundo sua “natureza” feminina ou masculina, esta mesma “natureza” desconstruída pelo feminismo contemporâneo. Essas imagens do feminino ancoradas na memória discursiva se incorporam às representações de mulheres atuais, transformadas, mas guardando as nuanças que fazem das práticas sociais um espaço binário assimétrico, cujas polarizações reforçam e justificam a divisão *generizada* do mundo. Ao feminino, o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino, a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal. (SWAIN, 2001, p. 68-69.).

Assim, a enorme gama de manifestações midiáticas que nos circunda parece ser um espaço frutífero para que se observem quais são as representações sócio-discursivas associadas ao feminino, ao ser mulher e, conseqüentemente, quais são os mecanismos de poder subjacentes a essas representações. Muitos produtos culturais destinados ao público feminino – tais como certas revistas, livros, músicas ou filmes –, mesmo na contemporaneidade, parecem restringir o universo de interesse das mulheres a alguns poucos âmbitos, geralmente ligados à esfera do privado, do doméstico, das relações afetivas, como se ainda não lhes pertencessem

efetivamente outros universos, tal como o do mundo do trabalho ou do conhecimento científico.

Os produtos culturais destinados ao público feminino desenharam, em sua construção, o perfil de suas receptoras em torno de assuntos relacionados à sua esfera específica: sedução e sexo, família, casamento, maternidade e futilidades. (SWAIN, 2001, p. 69-70.).

Conforme Swain pontua, a pauta desses produtos não vai muito além dos temas relações homem-mulher (afetos, sexo, paquera, namoro, casamento, divórcio), maternidade, família e beleza física. De forma geral, é possível ainda se afirmar que a grande maioria das publicações, em pleno século XXI, ainda gira em torno das dificuldades de a mulher conseguir um bom parceiro e um relacionamento dito saudável e feliz, que culmine no casamento ou o mantenha, reafirmando a percepção já tratada por nós de que, também nesses impressos, a figura da mulher se constitui claramente a partir do olhar de aceitação do *outro*, no caso, o seu companheiro. É, mais uma vez, o patriarcado dando sinais de que não está adormecido.

2.4 Mulheres poderosas e mulheres que agem como damas, mas pensam como homens: abrindo-nos para a análise

Como vimos, o longo percurso que sedimentamos até aqui, acerca da construção social da inferiorização das emoções e, conseqüentemente, do feminino, por mais anacrônico que possa parecer, ainda é sustentado por inúmeros discursos patriarcais que insistem em assumir novas roupagens na ciência, na mídia e, claro, no senso comum. Conforme já havíamos anunciado no Capítulo 1, nas obras de autoajuda contempladas em nosso *corpus*, seja de maneira mais discreta ou mais explícita, a construção da imagem da mulher como um ser *naturalmente* emotivo, pouco raciocinante, impulsivo e, por isso, desempoderado na relação conjugal é uma constante da base argumentativa dos autores. O equilíbrio racional, a frieza, a contenção são tidas como características usualmente masculinas e, por isso, cabe às mulheres entender tais configurações e segui-las de alguma forma para obterem o sucesso amoroso, seja conquistando um parceiro ou mantendo o seu.

Harvey & Millner (2010), em *Comporte-se como uma dama, pense como um homem*, dizem querer dar às leitoras “mais poder sobre os homens” e, por isso, apregoam que, se elas adotarem “uma abordagem *sábia e objetiva* no trato com eles, do jeito deles, agindo como eles, aí elas conseguirão tudo o que quiserem” (p. 11). Para adotarem tal abordagem, que, segundo a obra, não parece fazer parte do comportamento feminino usual, Harvey diz que irá mostrar às leitoras o grande segredo que elas não detêm sobre os homens: “como funciona a mente masculina” (p. 5). Assim, podem racionalizar e planejar suas posturas diante de seu parceiro pensando da forma tal como ele o faz – mesmo que, externamente, isso se oponha a suas ações visíveis, vistas tradicionalmente como as de uma “dama”. *Pensar como um homem* é resultado garantido de empoderamento, segundo a obra; *comportar-se como uma dama* é, claro, uma necessidade para que ela seja não masculinizada e ainda atraente (e que a cultura androcêntrica ainda lhe impõe, o que parece desmascarar tal poder a ser obtido¹¹¹). A esse respeito, citações como as seguintes estarão presentes, no próximo capítulo, em nossa análise argumentativa das imagens da mulher:

- “Esse é o amor da mulher. E é um amor que vence a passagem do tempo, o raciocínio lógico e as adversidades da vida.” (p. 24)
- “O amor feminino é emocional, acalentador, sincero – doce, gentil, compassivo. Dá para pegar com a mão, de tão concreto.” (p. 40)
- “[...] há ocasiões em que nossa mulher fica uma fera conosco e quer que saibamos disso com todos os decibéis possíveis.” (p. 49)
- “Quando um homem fala e, principalmente, quando um homem escuta, é preciso que haja uma finalidade objetiva. Não somos do tipo que despeja emoções. Somos do tipo que conserta o que tem de ser consertado.” (p. 50)
- “Nossas ações e reações são fruto da lógica. Mas nossas mulheres agem e reagem emocionalmente – o que é um balde de água fria em cima da gente. Muitas vezes descobrimos que a reação de uma mulher se deve não a uma causa racional, mesmo que desconhecida, mas simplesmente à maneira como ela estava se sentindo naquele dia ou nos últimos cinco minutos.” (p. 53)

Argov (2010) não parece se distanciar dessa perspectiva, conforme descrevemos no Capítulo 1. Em *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?*, a autora assume o ponto de vista da especialista que pretende ensinar as leitoras a como serem pedidas em casamento por seus parceiros, também revelando às mulheres “os segredos roubados do Clube do Bolinha” (p. 11). Para tal, elas devem abandonar a postura de “boazinhas” – leia-se dependentes, emotivas, descontroladas, inseguras – e assumirem a de (supostamente) “poderosas”, por

¹¹¹ Problematizaremos essa questão ao fim de nosso trabalho.

exemplo, contendo suas emoções e falando pouco e de forma objetiva, a fim de agradarem (ou reproduzirem?¹¹²) o homem. Argov, para atribuir credibilidade a seus ensinamentos, diz retratar o próprio pensamento *dos homens*, e não os dela. As dicotomias fundantes tratadas por nós neste capítulo aparecerão na obra dessa autora por meio de colocações ora cômicas, ora exageradas, mas sempre aparentemente maniqueístas, como as seguintes (também a serem analisadas no próximo capítulo):

- Se você fosse uma mosquinha escutando a conversa de um grupo de homens, não seria incomum ouvi-los debater como os homens são “racionais” e as mulheres são canhões sem controle emocional. [...] “Penso em um homem. Daí, tiro toda a razão e a responsabilidade por seus atos.” É assim que muitos homens enxergam as mulheres. [...] Se você bater os pés, esguichar lágrimas pela casa toda e começar a soltar berros tão estridentes que seriam capazes de paralisar um rinoceronte em ataque, *ele saberá que tem plenos poderes sobre você.* (p. 120)
- Quando uma mulher fica atraída cedo demais *por causa de suas emoções* ou mostra sinais de que não está no controle depois do sexo *por causa de suas emoções* ou espera um final feliz digno de contos de fada *por causa de suas emoções*, ela está se oferecendo numa bandeja de prata. Por outro lado: se ela for menos tolerante e mantiver a posse das faculdades mentais, vai chamar a atenção dele quando ele tentar “condicioná-la” a receber menos. (p. 157-158).
- É isso o que a maior parte dos homens procura em uma esposa. Esta é a garota dos sonhos dele, completa: uma mulher feminina que não se deixa dominar pelas emoções e pela insegurança. Há uma dignidade silenciosa em algumas mulheres. [...] Ela não berra. Não grita. (p. 239-240).
- Você conquistará a atenção imediata dele quando usar palavras desprovidas de emoção (algo para o qual ele está completamente despreparado): [...] “Vamos analisar a situação de maneira *racional e lógica.*” [...] Agora é você quem está segurando as rédeas e decide o rumo da relação. (p. 147-149).

A partir de todo o resgate histórico e de todas as reflexões feitas por nós neste capítulo, não há como se negar o fato de que, de forma geral, as mulheres *de fato* parecem expressar mais suas emoções, exprimir-se de maneira explicitamente mais afetuosa e passional. Entretanto, outra certeza conjugada a esta é a de que tal quadro não parece ser essencialmente biológico, mas, sobretudo, fruto de uma complexa construção histórica, cultural e social, que acaba por “moldar” o ser-no-mundo feminino dessa forma.

If, following Durkheim, we are willing to suppose that the structure and nature of social relationships themselves influence cultural perceptions and modes of thinking, we can now illuminate this long-standing claim of social science. [...] Since women must work within a social system that obscures their goals and interests, they are apt to develop ways of seeing, feeling and acting that seem to be “intuitive” and unsystematic – with a sensitivity to other people that permits them to survive. They may, then, be “expressive”. [...] It is because men enter the world of articulated

¹¹² Também problematizaremos essa questão no fim de nosso trabalho.

social relations that they appear to us as intellectual, rational, or instrumental; and the fact that women are excluded from that world makes them seem to think and behave in another mode. (ROSALDO & LAMPHERE, 1993, p. 30)¹¹³.

Se as emoções femininas ainda insistem em ser vistas contemporaneamente mais como uma “falta de” – de controle, de autonomia, de razão, de poder – que como uma potência acional e racional, favorável ao sujeito que dela se utiliza – como queremos defender –, tal desequilíbrio parece refletir outros desníveis. Assim,

[...] torna-se bem claro o processo de *construção social da inferioridade*. O processo correlato é o da *construção social da superioridade*. Da mesma forma que não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a *construção social da supremacia masculina* exige a *construção social da subordinação feminina*. Mulher dócil é contrapartida de homem macho. Mulher frágil é contrapartida de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior. (SAFFIOTI, 1987, p. 13).

¹¹³ Tradução livre da autora: “Se, seguindo Durkheim, estamos dispostos a supor que a estrutura e natureza das próprias relações sociais influenciam as percepções culturais e modos de pensamento, podemos agora esclarecer essa afirmação de longa data da ciência social. [...] Uma vez que as mulheres têm de trabalhar dentro de um sistema social que obscurece seus objetivos e interesses, elas estão aptas a desenvolver formas de ver, sentir e agir que parecem ser “intuitivas” e assistemáticas - com uma sensibilidade direcionada para as outras pessoas que as permite sobreviver. Elas devem, então, ser “expressivas”. [...] É porque os homens entram no mundo das relações sociais articuladas que eles aparecem para nós como intelectuais, racionais, ou instrumentais, e o fato de que as mulheres são excluídas desse mundo faz com que pareçam pensar e se comportar de outro modo.”.

3 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IMAGENS E EMOÇÕES FEMININAS: DESVELANDO O PROJETO ARGUMENTATIVO

3.1 A Análise Argumentativa do Discurso e sua abordagem linguístico-discursiva- neorretórica

Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse, assim, uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas comunicação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, ela também articula o conjunto de relações necessárias da existência. E, neste sentido, o seu traço fundamental é a argumentatividade, a retórica, porque é este traço que a apresenta, não como marca de diferença entre o homem e a natureza, mas como marca de diferença entre eu e o outro, entre subjetividades cujo espaço de vida é a história. (VOGT, 1977).

No percurso que fizemos até este momento, efetuamos um resgate da noção de *gênero discursivo* e procuramos entender a constituição do *gênero autoajuda*, especialmente em sua vertente destinada ao público feminino. Em seguida, promovemos uma retomada da associação histórica entre o feminino e as emoções, a fim de compreender, ao menos em parte, a inferiorização que esse vínculo pode acarretar, inclusive nas obras a serem analisadas como nosso *corpus*. Neste capítulo – localizando-nos mais especificamente no campo linguístico da Análise do Discurso –, procederemos a um breve resgate inicial das teorias argumentativas que nos orientarão a partir de agora em nosso objetivo e, à medida que delinearmos nossa análise, procuraremos aprofundá-la de forma conjugada a breves inserções teóricas.

As diversas teorias sobre argumentação, tratadas recorrentemente, na atualidade, de forma paralela à Análise do Discurso, têm sua origem bem anterior a esta disciplina. Para Wander Emediato (2011, p. 3-4), é possível situar o complexo e profícuo problema da argumentação, contemporaneamente, em três grandes abordagens, cada uma delas com suas determinadas correntes de estudo¹¹⁴.

¹¹⁴ Por uma questão de extensão e de objetivos metodológicos, não nos aprofundaremos no tratamento das primeira e segunda abordagens, mas tão somente da terceira, em que se insere nossa opção teórica.

A primeira abordagem, para Emediato, contempla o entendimento da argumentação como *atividade de pensamento*. Essa problemática, oficialmente fundada com a tradição aristotélica da Lógica Clássica, afirma a autonomia do pensamento sobre a linguagem e tem como objeto de análise as proposições, sua função no raciocínio lógico e seus valores demonstrativos em busca da Verdade (enquanto isso, em contrapartida, a tradição retórica se contenta com o alcance do verossímil, com a aparência de verdade e com a ideia de eficácia discursiva). Filiam-se a essa corrente, na contemporaneidade, abordagens como o modelo de Toulmin, a Lógica Informal e seu estudo dos paralogismos, a Pragmadialética e, de certa forma, a proposição do Modo de Organização do Discurso Argumentativo de Charaudeau.

A segunda problemática, para o autor, vê a argumentação como *atividade da língua*. Essa abordagem acredita que o sentido de um segmento ou de um enunciado não é a informação que ele contém em si próprio, mas os encadeamentos discursivos que ele provoca como continuações. Dessa maneira, a argumentação seria algo interno à língua: haveria uma argumentatividade, uma orientação argumentativa própria das sentenças e dos itens lexicais. Nessa linha, destacam-se sobremaneira os estudos fundadores da *Argumentation dans la langue* (ADL) de Ducrot e Anscombre.

A terceira abordagem – e a mais antiga delas, segundo o autor – é a problemática *retórica*¹¹⁵ da argumentação, que, em sua origem, emergiu nas cidades gregas, associada à figura dos sofistas e à ideia da persuasão. A retórica, segundo o autor, é a disciplina que forneceu uma série de elementos conceituais (a exemplo da tríade de provas retóricas, *ethos*, *pathos* e *logos*) para o entendimento da argumentação como *atividade de discurso* – abordagem que adotaremos nesta dissertação. Filiando-se mais recentemente a essa terceira problemática, podemos destacar a *Nova Retórica* de Perelman e Tycheca, e, de forma ampla, os estudos da

¹¹⁵ Neste ponto, é interessante situarmos, brevemente, a pluralidade conceitual do termo *retórica*. Segundo Meyer (2007, p. 21), as diferentes definições de retórica podem ser classificadas em três categorias: (1) a retórica como manipulação do auditório, na esteira de Platão; (2) a retórica como arte do bem falar, a *ars bene dicendi*, de Quintiliano; (3) a retórica como exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir, no entendimento de Aristóteles. A primeira categoria privilegiaria o papel do auditório; a segunda, a importância do orador; e a terceira, o peso da linguagem mais racional. Ainda segundo Meyer (*ibid.*), a má compreensão ou a mescla desses três entendimentos acabou por reforçar o preconceito acerca da retórica, tornando-a uma “disciplina de contornos mal definidos, que, por tratar de várias questões, parece ela mesma confusa e sem objetivo próprio”, e seria desafio atual desse campo do saber incorporar essas três categorias em uma definição abrangente, mas específica. Meyer propõe, em sua obra, que a retórica seja entendida como a *negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada*, entendimento que se aproxima da proposta de Plantin (2008, p. 64) para a argumentação: em seu modelo dialogal, “a situação argumentativa típica é definida pelo desenvolvimento e pelo confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma mesma pergunta”. Nas páginas seguintes, apontaremos explicitamente o entendimento de *retórica* adotado por nós neste trabalho, também de forma próxima ao termo *argumentação* e privilegiando a categoria da persuasão.

escola francesa de segunda geração da AD (pós-pecheutiana): Charaudeau, Christian Plantin e Ruth Amossy.

Assim, segundo Emediato, essas três abordagens teóricas, apesar de serem integradas na argumentação cotidiana, geralmente se excluem umas às outras em suas análises, pois cada uma delas adota seus conceitos, seus métodos e seus objetos próprios:

[...] le raisonnement logique et les syllogismes, dans l'approche fondée sur la problématique de la pensée; les segments de la langue et leur orientation argumentative, dans l'approche fondée sur une problématique linguistique; les discours sociaux et leurs rapports d'influence dans l'approche rhétorique, qui reste d'ailleurs la plus ouverte et la plus diversifiée, aussi bien conceptuellement qu'au niveau de ses objets d'analyse. (EMEDIATO, 2011, p. 4)¹¹⁶.

Neste trabalho, ao nos situarmos no plural terreno da Argumentação, vamos nos filiar, sobretudo, aos caminhos epistemológicos de Ruth Amossy em *L'argumentation dans le discours* (2010). Nesta obra, assim como em suas publicações mais recentes, a pesquisadora propõe definir, no espaço das Ciências da Linguagem, um amplo posicionamento teórico-metodológico que chama de *Análise Argumentativa do Discurso* (doravante AAD). Apesar de não desenvolver propriamente uma teoria argumentativa autônoma e inédita, Amossy vale-se de diversos fundamentos retóricos, pragmáticos, lógicos e linguísticos – clássicos e contemporâneos – para construir esse entendimento da argumentação. Segundo a autora, a AAD baseia-se em seis tomadas de posição diante dos *corpora* estudados (AMOSSY, 2010, p. 31-32):

- (1) uma abordagem *linguagreira*, porque a argumentação é sempre construída a partir dos complexos meios que estruturam a linguagem ao nível das escolhas lexicais, das modalidades de enunciação, da ligação dos enunciados, das marcas de implícitos etc., ou seja, das propriedades que se vinculam mais especificamente à materialidade linguística, mas não reduzem o processo argumentativo a uma série de operações lógicas;
- (2) uma abordagem *comunicacional*, porque a argumentação visa a um auditório, e seu desenvolvimento não pode prescindir de uma ancoragem na interlocução. Assim, a

¹¹⁶ Tradução livre da autora: “[...] o raciocínio lógico e os silogismos, na abordagem fundada sobre a problemática do pensamento; os segmentos da língua e sua orientação argumentativa, na abordagem fundada sobre uma problemática linguística; os discursos sociais e suas relações de influência na abordagem retórica, que é também a mais aberta e a mais diversificada, tanto conceitualmente quanto no nível de seus objetos de análise.”.

articulação lógica de uma argumentação não pode ser dissociada da ampla situação de comunicação em que ela deve produzir seu efeito;

- (3) uma abordagem *dialógica*, porque a argumentação quer agir sobre um auditório e deve, portanto, adaptar-se a ele, mesmo que a situação condicione uma interação virtual em que não haja, de fato, um diálogo efetivo. Instaure-se, dessa forma, ainda que não haja polêmica aberta ou dissenso declarado, um confronto implícito de pontos de vista resgatados graças à rica interdiscursividade inerente à linguagem;
- (4) uma abordagem *genérica*, porque a argumentação se inscreve sempre em um gênero ou tipo de discurso, mesmo que eles sejam subvertidos ou que o repertório possa se encaixar em mais de uma classificação. Os gêneros de discurso (conforme já tratamos neste trabalho, no capítulo 1) determinam os objetivos, os quadros de enunciação e uma distribuição de papéis mais ou menos prévios aos sujeitos envolvidos na situação argumentativa, em consonância com a maneira como a sociedade os institucionaliza;
- (5) uma abordagem *figurativa*, porque a argumentação recorre aos efeitos de estilo que podem ter um impacto sobre o alocutário, reforçando a polêmica reflexão secular sobre a intenção persuasiva dessas figuras (vistas, por muito tempo, de forma limitada, somente como sinônimo de embelezamento dos textos, como engodos argumentativos);
- (6) uma abordagem *textual* (se entendemos o texto no sentido de uma junção coerente de enunciados que formam um todo), porque a argumentação deve ser estudada também a partir dos procedimentos de ligação/progressão que comandam seu desenvolvimento. É preciso investigar, por exemplo, como os processos lógicos (silogismos e analogias, estratégias de dissociação e de associação) são explorados no complexo quadro do discurso em situação.

Assumir o amplo espectro de abordagem da AAD como fundamento teórico básico deste trabalho significa, nesse sentido, entender a argumentação por meio de uma *perspectiva linguístico-discursiva-neorretórica*, intimamente entrelaçada ao campo de estudos em que nos situamos, a Análise do Discurso (AD). Para Amossy (2007, p. 128), a Análise Argumentativa do Discurso é um ramo da AD a) porque trata da inscrição da argumentação na materialidade linguageira, a fim de que esta participe do funcionamento global do discurso e b) porque leva em consideração a necessidade de examinar os funcionamentos argumentativos no entrecruzamento do linguístico e do social, apreendendo

[...] “o discurso como intrincação de um texto e de um lugar social” – de maneira que o objeto da AD “não seja nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas aquilo que os une através de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo concerne ao mesmo tempo ao verbal e ao institucional.”. (MAINGUENEAU apud AMOSSY, 2007, p. 128).

Dessa forma, a AAD e a própria AD propõem-se a efetuar uma análise simultaneamente micro e macro da linguagem – proposta assumida por nós neste trabalho ao procurarmos entender a construção argumentativa da imagem da mulher dita “emotiva” nas obras de autoajuda. Uma abordagem inserida na Linguística, que não abandona a materialidade, mas também amplamente situada fora dela, possibilitando a investigação de todo o contexto em que o objeto de estudo se situa e o diálogo com diversas outras áreas do conhecimento¹¹⁷. Afinal, AD e AAD entendem o discurso como o *lugar de encenação da linguagem*, conforme já abordamos brevemente no primeiro capítulo desta dissertação¹¹⁸. Assim sendo, para Amossy e os pesquisadores que se filiam a essa abordagem da Análise Argumentativa do Discurso, o objetivo maior desta prática seria o de

[...] analyser sous toutes ses faces le fonctionnement de la communication humaine comme phénomène langagier, cognitif et sociopolitique. Il s’agit, non de juger ou de dénoncer, non de fournir des critères et d’appliquer des normes d’évaluation, mais de décrire la réalité des échanges verbaux que construisent les relations intersubjectives et la réalité sociale. [...] Certains mettent l’accent sur l’élaboration conceptuelle, d’autres préfèrent utiliser les instruments d’analyse qui s’en dégagent pour appréhender l’actualité ou pour éclairer un corpus historique. (*op. cit.*, p. 6).¹¹⁹

De forma mais específica, portanto, a AAD:

- (1) estuda os argumentos em língua natural, na materialidade do discurso, como elemento-parte de um funcionamento discursivo global;

¹¹⁷ Cabe, neste momento, recordarmos o famoso dito de Maingueneau, ao postular que os analistas do discurso têm que ser linguistas e deixá-lo de ser, ao mesmo tempo.

¹¹⁸ Acreditamos, neste ponto, ser essencial esclarecer um pouco mais a conceituação de *discurso* com que esta dissertação trabalha, por mais complexo que seja defini-lo. Utilizar a definição charaudiana de discurso como “lugar de encenação da linguagem” é entendê-lo, na esteira de Marcuschi (2008), como uma prática linguística codificada, sócio-histórica e cognitivamente situada, portanto um modo de apreensão da linguagem que leva em conta a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados. Sob esse entendimento, usamos o termo discurso quando queremos dar a tônica ao caráter abrangente da enunciação em si, e não ao objeto empírico (o enunciado, o texto, a fala).

¹¹⁹ Tradução livre da autora: “[...] analisar sob todas as faces o funcionamento da comunicação humana como fenômeno linguageiro, cognitivo e sociopolítico. Não se trata nem de julgar ou de denunciar, nem de fornecer os critérios e de aplicar normas de avaliação, mas de descrever a realidade das trocas verbais que constroem as relações intersubjetivas e a realidade social. [...] Alguns focam na elaboração conceitual [frente à abordagem da argumentação], outros preferem usar as ferramentas analíticas que emergem para apreender a atualidade ou para iluminar um *corpus* histórico.”

- (2) situa a argumentação, assim compreendida, em uma determinada situação de comunicação, da qual importa conhecer todos os elementos (participantes, lugar, momento, circunstâncias etc);
- (3) estuda a maneira como a argumentação se insere no interdiscurso, situando-a, antes e no momento da enunciação, como retomada, modificação, refutação, ataque etc.;
- (4) considera a maneira como o *logos*, ou o emprego dos argumentos em língua natural, une-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente (AMOSSY, 2011, p. 134).

Ainda acerca dos postulados de Amossy, a autora apresenta uma de suas principais contribuições aos estudos neorretóricos nessa mesma obra, quando propõe estender o conceito de argumentação para além da percepção *explícita* de uma questão antagônica ou divergente no discurso. Aproximando-se do modelo dialogal de Plantin (2008, p. 64), já aludido nas páginas anteriores, a argumentação como fenômeno discursivo estaria atrelada, para a pesquisadora, à existência de uma situação de debate, de pluralidade de pontos de vista, mesmo que silenciosa, na enunciação:

Globalement, on peut dire qu'il y a argumentation quand une prise de position, un point de vue, une façon de percevoir le monde s'exprime sur le fond de positions et de visions antagonistes ou tout simplement divergentes, en tentant de prévaloir ou de se faire admettre. Ainsi, il ne peut y avoir de dimension argumentative des discours en dehors d'une situation où deux options au moins sont envisageables. D'Aristote à Perelman, les rhétoriciens insistent sur le fait qu'on n'argumente pas sur ce qui est évident. [...] Encore faut-il souligner que la situation de débat peut rester tacite. Ni la question rhétorique ni la, ou les, réponses antagonistes n'ont besoin d'être expressément formulées. (*op. cit.*, p. 32)¹²⁰.

Para Amossy, nesse sentido, a argumentatividade aparece como uma consequência do dialogismo inerente ao discurso, da teia de enunciados que se permeiam uns aos outros e que se marcam por uma divergência constitutiva:

Tout énoncé confirme, réfute, problématise des positions antécédentes, qu'elles soient exprimées de façon précise par un interlocuteur donné, ou de façon diffuse

¹²⁰ Tradução livre da autora: “Globalmente, pode-se dizer que há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, uma maneira de perceber o mundo se exprime sobre o fundo de posições e de visões antagonistas ou simplesmente divergentes, tentando prevalecer ou se fazer admitir. Assim, não se pode ter uma dimensão argumentativa no discurso fora de uma situação em que duas opções ao menos sejam possíveis. De Aristóteles a Perelman, os retóricos insistem sobre o fato que não se argumenta sobre o que é evidente. [...] Mais uma vez, deve-se ressaltar que a situação de debate pode permanecer tácita. Nem a questão retórica nem a, ou as, respostas antagônicas não têm necessidade de ser expressamente formuladas.”.

dans l'interdiscours contemporain. [...] À l'opposition problématique de l'argumentatif et du non-argumentatif se substitue dès lors la conception d'un *continuum* qui présente des modalités argumentatives diverses [...]. (*op. cit.*, p. 33)¹²¹.

Propondo uma divisão para esse contínuo argumentativo, Amossy diferencia os mais variados discursos que possuem uma *dimensão argumentativa* – aqueles não têm a intenção clara de defender um ponto de vista, como as narrativas ficcionais ou biográficas, as notícias, as correspondências pessoais, as conversações cotidianas – daqueles que possuem explicitamente uma *visée/intenção argumentativa* – geralmente associados a gêneros claramente argumentativos, como as pregações religiosas, os debates políticos, os artigos de opinião ou as publicidades.

En d'autre termes, la simple transmission d'un point de vue sur les choses, qui n'entend pas expressément modifier les positions de l'allocutaire, ne se confond pas avec une entreprise de persuasion soutenue par une intention consciente et offrant des stratégies programmées à cet effet. (*op. cit.*, 2010, p. 34)¹²².

Explorando a *visée* e a dimensão argumentativa da linguagem, a AAD pretenderia abarcar um vasto alcance de discursos que não somente alinham fortemente a opinião, com um claro intuito de convencimento ou de persuasão¹²³, mas também aqueles que orientam sutilmente o olhar dos sujeitos, ainda que de forma silenciosa. Por esse motivo, a autora destaca que, na Análise Argumentativa do Discurso, “[...] on maintiendra ici l’usage autorisé par Aristote et

¹²¹ Tradução livre da autora: “Todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições antecedentes, quer elas sejam expressas de maneira precisa por um interlocutor dado, ou de maneira difusa no interdiscurso contemporâneo. [...] A oposição problemática do argumentativo e do não argumentativo se substitui, portanto, pela concepção de um *continuum* que apresente as modalidades argumentativas diversas [...]”

¹²² Tradução livre da autora: “Em outros termos, a simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, que não significa expressamente modificar as posições do alocutário, não se confunde com uma campanha de persuasão sustentada por uma intenção consciente e que fornece estratégias programadas para esse efeito.”

¹²³ A esse respeito, cabe-nos lembrar que, retomando a Nova Retórica de Perelman (apud KOCH, 2011, p. 18-19), o ato de *convencer* dirigir-se-ia unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e demonstrativo, sendo capaz de atingir um auditório pretensamente universal por meio da procura por certezas. Já o ato de *persuadir* procuraria atingir a vontade, o sentimento dos interlocutores, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, com caráter “ideológico, subjetivo, temporal”, dirigindo-se a um auditório particular e levando esse público, ou parte dele, à adesão aos argumentos apresentados. Por acreditarmos que essa distinção é problemática se entendemos a argumentação de forma mais ampla, como Amossy, e inclusive como um processo de mobilização razão/emoção integrada entre as três provas retóricas (assunto a ser tratado nas próximas seções), optamos por não trabalhar com essa separação conceitual neste trabalho. Privilegiaremos, entretanto, o uso da palavra *persuasão*, por acreditarmos que ela parece mais capaz de recobrir o amplo espectro de nosso entendimento da argumentação. Abreu (2009, p. 26), entretanto, de forma englobante, procura conciliar essas duas nomenclaturas, convencer e persuadir, em sua definição de argumentação: “Argumentar é, em última análise, a arte de gerenciar informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que desejamos que ele faça.”

Perelman, pour qui les termes de rhétorique et d'argumentation sont interchangeable.” (*op. cit.*, p. 8)¹²⁴, posicionamento teórico também assumido por nós neste trabalho.

Abrindo um breve parêntese, Koch (2011, p. 17) também corrobora, de certa forma, a opção epistemológica de Amossy (ainda que se refira de forma mais específica à ADL de Ducrot) quando começa por afirmar que argumentar constitui o “ato linguístico fundamental”, sempre presente nos enunciados, e que a neutralidade “é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.” Koch também pontua a extrema proximidade dos termos *retórica* e *argumentação*, tendo-se em vista a presença de variados graus de argumentatividade em todas as manifestações discursivas. Esse entendimento da linguagem faria cair por terra, por exemplo,

[...] a distinção entre o que tradicionalmente se costuma chamar de dissertação e de argumentação, visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de ideias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Ocorre, porém, que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção. Também nos textos denominados narrativos e descritivos, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau. [...] É preciso ressaltar, ainda, que **os termos argumentação e retórica são aqui utilizados como “quase sinônimos”**, postulando-se, conforme se disse, a presença de ambas, em grau maior ou menor, em qualquer e todo tipo de discurso. (KOCH, 2011, p. 17-18, negrito nosso).

Voltando à Amossy, a autora, por fim, propõe reformular e alargar o conceito de *argumentação* fornecido pela Nova Retórica de Perelman (1958), entendendo esse objeto de saber em uma perspectiva acional, mobilizante frente a determinado objetivo, e ligada às crenças e representações das quais o sujeito partilha. Sendo assim, a argumentação compor-se-ia de

les moyens verbaux¹²⁵ qu'une instance de locution met en oeuvre pour agir sur ses allocutaires en tentant de les faire adhérer à une thèse, de modifier ou de renforcer les représentations et les opinions qu'elle leur prête, ou simplement d'orienter leurs façons de voir ou de susciter un questionnement sur un problème donné. (*op. cit.*, 2010, p. 36)¹²⁶.

¹²⁴ Tradução livre da autora: “[...] manteremos aqui o uso autorizado por Aristóteles e Perelman, para quem os termos retórica e argumentação são intercambiáveis.”

¹²⁵ Nesse momento, parece-nos que o entendimento de Amossy de que a argumentação está atrelada somente aos meios *verbais* utilizados para agir sobre o outro é um pouco restritivo. O poder argumentativo dos recursos *não verbais*, tais como imagens, gestos e sons, é inegável e fundamental, inclusive, em gêneros que trabalham com uma dimensão argumentativa, como as conversações cotidianas ou as mais diversas narrativas orais. Seria interessante, portanto, a nosso ver, que os mecanismos linguageiros não verbais fossem inseridos nessa definição, apesar de sabermos da evidente carência de instrumentais teóricos para analisá-los no terreno da AD.

¹²⁶ Tradução livre da autora: “os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela

Nas páginas seguintes, ancorados nas amplas frentes de ação da AAD e no diálogo com outras áreas do conhecimento efetuado nos capítulos anteriores – que ajudarão a alinhar a utilização da materialidade linguística ao contexto macro de encenação da linguagem –, nossa análise procurará abordar as estratégias por meio das quais essas obras de autoajuda procuram orientar, de forma mais ou menos explícita, as opiniões e as posturas de seu público-alvo, acionando valores e representações sociodiscursivas comumente associadas ao feminino e às emoções. Antes disso, porém, procederemos a um sintético percurso acerca da importância da releitura da tríade retórica *ethos*, *pathos* e *logos* para nosso trabalho de investigação argumentativa.

Como sabemos que inúmeros trabalhos da AD contemporânea já têm procedido à releitura dessa tríade retórica, proporemo-nos a efetuar, neste capítulo, não uma retomada exaustiva dessas provas e de seus desdobramentos teóricos, mas tão somente contextualizar o leitor acerca do assunto e da nomenclatura referente a ele, a ser usada em nossa análise seguinte. Temos consciência, portanto, de que inúmeras abordagens sobre a tríade, bastante relevantes aos estudos argumentativos contemporâneos, acabarão não sendo contempladas aqui, já que, por questões de extensão e ineditismo, preferimos privilegiar a investigação sequente de nosso *corpus*.

3.2 Relendo contemporaneamente *ethos*, *pathos* e *logos*, as três dimensões retóricas da argumentação

Segundo Christian Plantin (apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 52), “a argumentação está no centro da concepção antiga da Retórica”. Foram os preceitos desenvolvidos e sistematizados por Aristóteles, a respeito da utilidade da disciplina Retórica, que serviram de base para o desenvolvimento de todas as teorias da argumentação que surgiram depois dele, segundo Lima (2006, p. 91). Dentre esses preceitos, há que se destacar, especialmente, as três provas inerentes ao discurso: *ethos*, *pathos* e *logos*, relidas contemporaneamente pelos estudos da AD de linha francesa. Carrilho (apud LIMA, 2006, p. 92) assim relê as definições aristotélicas sobre a tríade:

lhes atribui, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver ou de suscitar um questionamento sobre um problema dado.”

O discurso do orador (*logos*) leva em conta as disposições e as características do auditório (*pathos*) e tem êxito ao interferir com eles, considerando a maneira com que o orador revela ou coloca em evidência seus traços de caráter pertinentes (*ethos*)¹²⁷.

Grosso modo, na definição aristotélica, o *logos* refere-se a “tudo aquilo que está em questão” (MEYER, 2007, p. 45), ou seja, à construção do discurso em si mesmo, enquanto o *pathos* se vincula à relação com o Outro – com o auditório e suas disposições emocionais – frente ao que este recebe da instância do locutor, que utiliza a palavra para se revelar como alguém digno de confiança (*ethos*).

Inicialmente, a fim de entender as três provas retóricas de forma mais ampla e atualizada, filiaremos-nos à proposta teórica elaborada por Lima em sua tese de doutorado *Na tessitura do Processo Penal: a Argumentação no Tribunal do Júri* (2006). Em sua tese, Lima propõe que a argumentação, característica inerente de qualquer discurso, seria constituída de três dimensões que se interpenetram, mas que possuem também vida independente: a dimensão da *construção das imagens*, a dimensão *patêmica* e a dimensão *demonstrativa* – fundadas e relidas a partir da tríade retórica *ethos*, *pathos* e *logos*, mas indo além delas.

Lima sugere que se utilize o termo *construção de imagens* em vez de *ethos* ou *ethé* – o que torna possível observar, inclusive, como se dá a representação da imagem do *outro*, e não somente de si mesmo, no discurso do enunciador¹²⁸:

A dimensão da construção de imagens (de si e do outro), por sua vez, relaciona-se à ideia do *ethos* retórico, embora não se restrinja à construção da imagem de si no discurso. O outro – e a imagem que se constrói acerca dele – não se faz presente apenas como um destinatário ideal, mas, também, e, sobretudo, como um sujeito construído no discurso pelo enunciador. Através dessa construção o enunciador pode melhor erigir sua própria imagem e melhor persuadir seu auditório. (*op. cit.*, p. 118).

Ainda para a autora, a dimensão *patêmica* se referiria à mobilização das emoções com fins persuasivos, emoções movidas por uma *visée*, e a dimensão *demonstrativa* direcionar-se-ia para um uso da linguagem sob as bases de uma racionalidade mais calculada, embora essa racionalidade também se fizesse presente em outras dimensões. Em seus últimos trabalhos,

¹²⁷ Utilizamos, aqui, já a tradução do original em francês, de Carrilho, feita na tese de Lima (2006).

¹²⁸ Outros linguistas importantes, como Michel Pêcheux e Kerbrat-Orecchioni, também abordam a construção da imagem do outro no discurso, entendendo-a como um processo simultâneo ao da construção da imagem de si. Por motivos de extensão, todavia, não os analisaremos neste trabalho.

Lima tem revisto essa última dimensão, a qual tem preferido nomear de *dimensão da construção discursiva*, a fim de reforçar como essa instância não somente expressa uma perspectiva mais racionalizante e demonstrativa da linguagem, mas, de forma ampla, conjuga, na materialidade linguística, as duas outras dimensões. Mais adiante, retomaremos essa abordagem integrada nas propostas de Galinari (2011). Detenhamo-nos um pouco mais, agora, sobre cada uma dessas provas.

3.2.1 A construção de imagens como estratégia argumentativa: relendo o *ethos*

Eu sou o que desejo ser, sendo efetivamente o que digo que sou. (BARTHES, 1970).

Amossy (2005, p. 10) relembra que os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório. Resgatando os componentes da antiga retórica, Roland Barthes define o *ethos* como “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu *jeito*. [...] O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo”.

O autor francês retoma, dessa forma, as ideias de Aristóteles, que afirmava em sua *Retórica*: “É [...] ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo o seu poder de persuasão”. Assim, na visão de Aristóteles, assim como na de outros filósofos anteriores e posteriores a ele, o *ethos* consiste na mais eficaz das provas: “as pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos [...]; o caráter moral deste constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência” (ARISTÓTELES apud LIMA, 2006, p. 144). Vale ressaltar que, sob essa visão grega, trata-se da *imagem de si que o orador produz em sua fala*, e não de sua pessoa real, de carne e osso, podendo o *ethos* ser considerado como uma prova discursiva.

Se para os gregos, baseados em Aristóteles, o *ethos* seria construído discursivamente, já para os latinos, baseados mais em Isócrates, haveria um *ethos prévio* ao discurso, como um dado preexistente fundado na autoridade individual e institucional do orador – sua reputação, seu estatuto social, sua posição na hierarquia de bens econômicos e morais –, o que faria com que o auditório formulasse conceitos sobre aquele que fala não só por sua enunciação, mas por sua interação e inserção social.

A partir de gregos e latinos, duas heranças podem ser percebidas nos muitos estudos posteriores sobre o *ethos*: uma, defensora de que a construção da imagem de si só existiria no e pelo discurso; outra, mais abrangente, defensora de dois tipos de *ethos*, o prévio e o discursivo. Neste trabalho, por uma opção teórico-metodológica, adotaremos o segundo ponto de vista, filiando-nos a autores como Patrick Charaudeau e a própria Ruth Amossy.

Para Charaudeau (apud LIMA, 2006, p. 146), por exemplo, para quem o *ethos* estaria relacionado ao cruzamento de olhares: “olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira que ele pensa que o outro o vê”, tal prova retórica referiria-se tanto ao locutor quanto ao enunciador, compondo-se de uma instância pré-discursiva e de outra propriamente discursiva. Dessa maneira, “o sentido que veiculam nossas falas depende ao mesmo tempo do que somos e do que dizemos. O *ethos* resulta dessa dupla identidade, a qual acaba por se fundir em apenas uma” (*op. cit.*, p. 147).

Também Ruth Amossy (2005) corrobora essa opinião, uma vez que acredita que a construção da imagem do sujeito dá-se tanto por meio de traços linguísticos quanto pelos situacionais, o que faz com que se fundam identidades discursivas e sociais: “Parece, portanto, que a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira)” (*op. cit.*, p. 136). A autora também nos conduz a uma certeza inabalável dos estudos contemporâneos sobre o *ethos*: “Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (*op. cit.*, p. 9), ou seja, deliberadamente ou não, a todo instante, nos deparamos com essa necessidade discursiva.

As contribuições de Amossy para a releitura do conceito de *ethos* (2005) vão além, no momento em que ela aponta o conceito de *estereótipo* como determinante para a construção de imagens de si e do outro. A estereotipagem, como “operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (*op. cit.*, p. 125), não pode ser entendida somente como uma prática negativa do “pronto-para-pensar”, que encarnaria uma das formas da naturalização dos pressupostos ideológicos. Ao contrário disso, “o locutor não pode se comunicar com os seus alocutários, e agir sobre eles, sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas familiares e crenças partilhadas” (apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 216). Assim sendo, para que a ideia prévia que se faz do locutor e a imagem que ele constrói de si e do outro em seu discurso

pareçam legítimas, é preciso que elas pertençam a essas representações partilhadas por uma dada comunidade sociocultural. A partir disso, os estereótipos poderiam nos levar a pensar em um *ethos coletivo*¹²⁹, segundo a releitura de Charaudeau por Lima (2006, p. 148), conforme o qual se teriam, por exemplo, homens como “indivíduos mais racionais e sérios” e mulheres como “pessoas mais passionais e emotivas”, à maneira do que aprofundaremos em nossa análise. Entende-se, portanto, que a estereotipia, ao mesmo tempo em que proporcionaria maior facilidade na leitura de uma sociedade, também poderia ser prejudicial, devido a seu caráter taxativo e generalizante.

Neste ponto, é interessante que nos detenhamos um pouco mais: o potencial argumentativo da estratégia de construção de imagens no discurso está diretamente apoiado nas representações do mundo de que partilham orador e auditório, a partir de seu universo de crenças e valores. Tais representações fazem-nos aludir a categorias diversas (e muitas vezes imprecisas em sua distinção), tais como *elementos dóxicos*, *lugares comuns*, *topöi*, *imaginários sociodiscursivos*, *saberes de crença* e a própria noção de *estereótipo*, adotadas, cada qual, por determinados teóricos das ciências humanas¹³⁰. A utilização de tal universo de evidências partilhadas socialmente, chamado genericamente por Amossy (2010) de *doxa*, é a base, o *fundamento da natureza argumentativa da língua*:

On rattachera donc la notion de “doxa” ou opinion commune d’une part à celles des ensembles discursifs – discours social ou interdiscours – qui la portent, d’autre part aux formes (logico-)discursives particulières – topöi (lieux communs) de tous types, idées reçues, stéréotypes, etc. – où elle émerge de façon concrète. (*op. cit.*, p. 85)¹³¹.

A doxa, como espaço do verossímil, do plausível, do provável – e não do verdadeiro, ao qual comumente é atrelado a episteme, o saber científico –, é, por muitos, desde Platão, vista com certo descrédito. Mas, tendo em vista o inegável potencial argumentativo desse universo de representações socialmente partilhadas, reforça-se a evidência de que, para se ter sucesso na

¹²⁹ “O *ethos coletivo* corresponde a uma visão global, mas à diferença do *ethos* singular, ele é construído apenas pela atribuição apriorística de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a um outro grupo.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 117).

¹³⁰ Obviamente, por questões de extensão e relevância, não poderemos nos deter na definição e tentativa de diferenciação entre esses termos. A esse respeito, sugere-se a leitura do capítulo “Le soubassement de l’argumentation: les évidences partagées” (AMOSSY, 2010, p. 85-108). Também Charaudeau (2006, p. 194-208) se propõe a abordar o tema por meio dos conceitos de *representação social*, *saberes de crença* e *imaginários sociodiscursivos*.

¹³¹ Tradução livre da autora: “Vincularemos, então, a noção de ‘doxa’ ou opinião comum, de um lado, aos conjuntos discursivos – discurso social ou interdiscurso – que contêm, de outro lado, as formas (lógico)discursivas particulares – topöi (lugares comuns) de todos os tipos, ideias recebidas, estereótipos, etc. – nas quais ela emerge de maneira concreta.”

empreitada da persuasão, não é necessário que se demonstrem teses por meio de verdades seguras (o que nos conduz à já referida distinção entre persuadir e convencer). No caso, por exemplo, de um intuito claramente persuasivo (*visée* argumentativa), como o das obras de autoajuda a serem analisadas por nós, é preciso que o locutor se adapte ou recorra diretamente ao universo dóxico de seu interlocutor a fim de obter a adesão deste às imagens “familiares” que tenta construir, de si e do outro, em sua fala:

A importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras, conduz a uma doxa comum. É mediante um trabalho sobre a doxa que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista. (AMOSSY, 2005, p. 123-124).

Como era de se esperar, apoiando-se na doxa, a construção de imagens no discurso inter-relaciona-se obrigatoriamente à dimensão patêmica: erigir uma imagem de si que compartilhe do universo de crenças e, conseqüentemente, das disposições emocionais do outro gera confiabilidade na figura do orador e maior identificação com este:

“Ele sente como nós”; o *ethos* tem ainda uma “estrutura emocional” na medida em que a emoção (ou o controle emocional) manifestada no discurso repercute inevitavelmente sobre a fonte dessas manifestações, o que estabelece uma primeira ligação entre *ethos* e afetos. (PLANTIN, 2008, p. 115)

Vários outros teóricos retomaram e desenvolveram o conceito de *ethos* explicitamente e de diferentes maneiras, a exemplo de Oswald Ducrot e sua teoria polifônica, Maingueneau e sua ideia de *tom*, Meyer e Eggs e suas releituras da proposta aristotélica. Inúmeros outros estudos da grande área da Linguagem ainda abordaram ou abordam a questão da construção de imagens de si e do outro sem, no entanto, fazer referência explícita a esse conceito: Benveniste e seu quadro figurativo, as abordagens interacionais de Goffman e Kerbrat-Orecchioni, Pierre Bourdieu e seu conceito de *habitus*, Searle e suas condições de sinceridade, Grice e suas máximas conversacionais etc.. Tal profusão de estudos relacionados a essa prova retórica só vem a confirmar sua eficácia argumentativa e sua realidade sócio-histórica – e, portanto, discursiva:

Ao trabalhar [...] com esquemas coletivos e representações sociais que pertencem à doxa, o *ethos* se torna sócio-histórico. Se ele escapa assim à universalidade que reivindicam certas correntes, ele não é menos fiel a uma concepção retórica de eficácia discursiva. (AMOSSY, 2005, p. 142).

Sigamos, agora, para uma breve releitura de algumas noções sobre o papel das emoções na argumentação, partindo do *pathos* aristotélico e chegando a alguns estudos contemporâneos da Análise do Discurso.

3.2.2 A expressão e mobilização das emoções como estratégia argumentativa

Incontestablement, les émotions sont aujourd’hui à la mode: elles envahissent nos médias, sont reconnues comme constituant un facteur fondamental de la rationalité et de l’adaptation au monde environnant. [...] Surtout, les émotions sont au couer de rencontres scientifiques de plus en plus nombreuses, organisées par des spécialistes de différentes disciplines, et même des sciences du langage. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2000)¹³².

Desde os gregos, o *pathos*, sendo considerado a prova do discurso relacionada às disposições persuasivas dos ouvintes e à inspiração de suas paixões para o convencimento, é entendido como parte fundamental do processo de argumentação. Segundo Charaudeau (2007, p. 242), na obra de Aristóteles, “persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predisõem a partilhar o ponto de vista do orador”.

Abordada em nosso segundo capítulo, também outra visão das emoções persistiu (e ainda parece persistir) durante os séculos, a partir dos princípios retóricos gregos e latinos: a de que os afetos, embora parte da natureza humana, devem ser controlados, uma vez que a sensatez do homem está vinculada à contenção das paixões – estas vistas como sinônimo de fraqueza e de instabilidade – e à sobreposição do *logos*, da racionalidade. Tal premissa, por conferir descrédito ao *pathos*, acabou por inferiorizar o feminino, aproximado das emoções, mas também prejudicou por um bom tempo os estudos das emoções na argumentação.

Kerbrat-Orecchioni (2000, p. 33) ao fazer um resgate da abordagem dos afetos nos estudos linguísticos do século XX, pergunta-se: “Quelle place la linguistique du XX^e siècle accorde-t-elle aux émotions? À cette question je répondrai globalement: une place relativement

¹³² Tradução livre da autora: “Incontestavelmente, as emoções estão na moda hoje: elas invadem nossos meios de comunicação, são reconhecidas como constituintes de um fator fundamental da racionalidade e da adaptação ao mundo ao redor. [...] Sobretudo, as emoções estão no coração de encontros científicos cada vez mais numerosos, organizados por especialistas de diferentes disciplinas, até mesmo das ciências da linguagem.”.

minime.”¹³³ Segundo Lima (2006, p. 120), a própria tendência mais racionalista das principais correntes do advento da Linguística Moderna (como o Estruturalismo, o Transformacionalismo e o Funcionalismo) comprovaria tal descrédito persistente das emoções dentro dos estudos da linguagem. Para Plantin (2008, p. 111), o campo da argumentação pura redefiniu-se historicamente por sua “rejeição dos afetos e do comprometimento da pessoa com o próprio discurso”. A fim de fundar sua pretensão a uma suposta verdade, o discurso argumentativo deveria ser impessoal e impassível, preso a uma suposta racionalidade incontestável.

Foi somente na década de 1990 que os estudos da Análise do Discurso, aliados aos de outras áreas afins, revalorizaram efetivamente os princípios retóricos e começaram a desenvolver pesquisas que privilegiavam o *ethos* e o *pathos*, o que fez com que se investigasse mais a fundo a relação, até então marginalizada, entre emoção e linguagem. É óbvio que tais pesquisas da AD não prescindiram das inúmeras e valiosas contribuições sobre a emoção fornecidas por áreas como a Sociologia, a História e até mesmo a Biologia, algumas delas mencionadas neste trabalho no capítulo dois; entretanto, neste momento, conforme havíamos anunciado, optaremos por fazer um breve recorte do entendimento das emoções como estratégias argumentativas, especificamente filiando-nos a uma abordagem linguístico-discursiva-neorretórica dentro do terreno da AD.

Plantin (2008, p. 124) pontua que podemos distinguir, de forma geral, três tratamentos das emoções na argumentação: por um lado, uma visão negativa dos afetos, como essencialmente falaciosos (aqui, por exemplo, pode-se pensar nas teorias linguísticas que se esforçam para inventariar os paralogismos); em seguida, uma teoria do paralelismo, que isola as emoções em um “modo emocional”, paralelo a um “modo lógico”; por fim, a tese da indiscernibilidade, segundo a qual é impossível construir um ponto de vista, um interesse, sem a eles associar um afeto, dado que “as regras de construção e de justificação dos afetos não são diferentes das regras de construção e justificação dos pontos de vista”. Essa última visão, assumida por nós neste trabalho, partiria da constatação da “presença de um elemento irredutivelmente emocional nas situações argumentativas”.

¹³³ Tradução livre da autora: “Que lugar a linguística do século XX concedeu às emoções? A essa questão eu responderei globalmente: um lugar relativamente mínimo.”.

Variados autores contemporâneos da área da Linguagem e, mais precisamente, da AD trabalham no sentido de endossar a tese de que as emoções são, em boa medida, racionais, o que faz delas excelentes ferramentas argumentativas nas mais diferentes situações. Para Helcira Lima (2006, p. 117) – já mencionada anteriormente em sua proposta sobre as três dimensões da argumentação –, a instância patêmica da argumentação diz respeito à mobilização das emoções dos sujeitos com fins persuasivos. Essas emoções seriam, nesse sentido, movidas por uma *visée*, por um objetivo – o que as vincularia a uma perspectiva, de certa maneira, racional. Também compartilham dessa visão racionalizante dos afetos, em sua relação com a linguagem, Amossy, Charaudeau, Meyer e Plantin, e alguns outros estudiosos já citados no segundo capítulo deste trabalho, como Elster e Nussbaum.

Amossy (apud ALVES, 2007, p. 67) reforça o entendimento de que o pensamento é racional e de que a racionalidade é necessariamente afetiva, ou seja, razão e sentimento, *logos* e *pathos*, coexistem na elaboração de um argumento. Afirmando que a lógica das paixões é uma lógica de consequências, regida pelo princípio da finalidade – já que se ergue sobre a proposta de realização de um objetivo –, a autora pontua que “la raison n’est plus dès lors que le masque revêtu par la passion pour pouvoir arriver plus sûrement à ses fins”¹³⁴. Dessa forma, para Amossy, o *pathos* exerce sua função no discurso argumentativo quando se manifesta pelo *logos* para deflagrar a adesão (tanto afetiva quanto racional) do auditório.

Charaudeau (2007 e 2010) também compartilha dessa visão sobre as emoções e a justifica. Para ele, as emoções se originam de uma *racionalidade subjetiva* porque emanam de um sujeito do qual se supõe ser fundado de intencionalidade. Dessa maneira, elas teriam certa base cognitiva que ultrapassaria o nível da pura sensação e se orientariam para um outro objeto ou um outro sujeito. Todavia, para Charaudeau, o fato de as emoções se filiarem a certa racionalidade/intencionalidade não é o suficiente para analisá-las satisfatoriamente. Para o autor, as emoções também estariam ligadas a um sistema de valores próprio do sujeito, aos seus saberes de crenças, assim como seriam inscritas numa problemática de *representação psicossocial*. Nesse sentido, não só as representações do sujeito sobre si mesmo e o mundo seriam determinantes para sua relação com as emoções, como haveria representações sociais consideradas *patêmicas* – ou seja, haveria comportamentos e reações emocionais

¹³⁴ Tradução livre da autora: “A paixão não é mais que uma máscara usada pela razão para chegar com maior segurança a seus fins.”

razoavelmente “previsíveis” em cada comunidade cultural (como a ideia de que meninos têm se mostrar frios e meninas têm de mostrar emotivas).

[...] as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores socialmente partilhados; o sujeito mobiliza uma ou várias redes inferenciais propostas pelos universos de crenças disponíveis na situação em que ele se encontra, o que é suscetível de desencadear nele um estado emocional; o desencadeamento do estado emocional (ou sua ausência) o coloca frente a uma sanção social que resultará em julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral. (CHARAUDEAU apud LIMA, 2006, p. 137)¹³⁵.

Neste ponto, fica bastante clara também a relação dos afetos com a doxa: os imaginários sociodiscursivos que cercam os sujeitos seriam, claramente, fonte de influência nas emoções que estes sentem ou são levados a sentir e, ao mesmo tempo, tais imaginários seriam erigidos por esse universo de crenças – movimento que tentaremos, também, verificar na análise de nosso *corpus*, ao analisar as representações socialmente partilhadas do feminino que são resgatadas pelos autores para garantir a adesão patêmica dos leitores às suas teses.

Ainda pensando na relação das emoções com o universo dóxico que circunda os sujeitos, cabe resgatar a releitura ampliada que Meyer (2003, p. 39) efetua do conceito do *pathos* aristotélico. O autor entende que as paixões, como componentes argumentativos, estão relacionadas à doxa e à forma como interagimos com a realidade pois seriam “uma representação sensível do outro, uma reação à imagem que ele cria de nós, uma espécie de consciência social inata, que reflete nossa identidade tal como essa se exprime na relação incessante com outrem”. Dessa forma, as paixões seriam uma forma de resposta, de julgamento frente ao mundo, refletindo as imagens recíprocas que são feitas entre os sujeitos e seu universo de crenças, de forma similar ao que sinaliza, mais uma vez, Charaudeau:

Non seulement le sujet doit percevoir quelque chose, non seulement ce quelque chose doit s’accompagner d’une information, c’est-à-dire d’un savoir, mais il faut en plus que le sujet puisse évaluer ce savoir, puisse se positionner par rapport à celui-ci pour pouvoir éprouver ou exprimer de l’émotion. (CHARAUDEAU apud LIMA, 2007, p. 146)¹³⁶.

As paixões seriam, portanto, uma forma de regulação de distâncias entre os indivíduos, um jogo de identidade e alteridade. Tal regulação de distâncias poderá ser percebida adiante, na

¹³⁵ Utilizamos, aqui, já a tradução do original em francês, de Charaudeau, feita na tese de Lima (2006).

¹³⁶ Tradução livre da autora: “Não apenas o sujeito deve perceber alguma coisa, não somente essa coisa deve se acompanhar de uma informação, isto é, de um saber, mas é preciso ainda que o sujeito possa avaliar esse saber, possa se posicionar em relação a ele para poder provar ou exprimir a emoção.”

análise de nosso *corpus*, quando as obras procurarem mobilizar argumentativamente as emoções de suas leitoras por meio do reforço das diferenças entre feminino e masculino.

Também Galinari (2007, p. 229-231), que define o *pathos* como “todos e quaisquer aspectos (*moyens*) linguístico-discursivos que, numa circunstância determinada, seriam capazes de desencadear no auditório algum tipo de reação afetiva”, “uma tentativa, uma expectativa ou uma possibilidade contida nos discursos sociais, no sentido de despertar algum sentimento no alocutário”, acredita que a doxa é o fundo racional das emoções, as suas verdadeiras razões: “[...] des normes, des valeurs, des croyances implicites sous-tendent les raisons que suscitent les sentiment. L’adhésion de l’auditoire aux prémisses détermine l’acceptabilité des raison du sentiment.”¹³⁷

Diante da retomada recente do tema das emoções no discurso e, obviamente, do ainda carente instrumental teórico e analítico dessa interface, as perguntas que se colocam aos analistas do discurso são: como analisar as emoções na linguagem? Como teorizar e estabelecer categorias para estudá-las discursivamente? E, mais ainda, como não correr o risco de proceder a uma análise das emoções mais social ou psicológica que linguístico-discursiva? A respeito desse polêmico lugar do analista do discurso frente às outras áreas do conhecimento no que concerne à abordagem das emoções, filiamo-nos ao ponto de vista de Emediato (2007, p. 290):

Tratar do problema da emoção no discurso exigiria do linguista, numa primeira abordagem, a delimitação de uma perspectiva própria que se diferenciase de outras que também investigam o problema, como a psicologia e a sociologia? [...] De um lado, não há como negar que caberá à Análise do Discurso, ao buscar as extensões dessa categoria na produção de sentidos, situar-se em seu próprio campo. De outro lado, não se pode recusar o fato, já amplamente aceito, de que a Análise do Discurso não é uma linguística da língua, mas do discurso, e que o próprio conceito de discurso supõe que o ato de comunicação é um fenômeno de ordem psicossocial, portanto, psicológico e sociológico *à la fois*. (*op. cit.*, p. 290).

Concordamos, por extensão, com Kerbrat-Orecchioni (2000, p. 57), quando a autora reflete que as emoções apresentam à linguística verdadeiros problemas e um desafio, graças a, dentre outros fatores, seu caráter “escorregadio”: elas lhe “deslizam” entre os dedos. De fato, ainda

¹³⁷ Citação de Amossy (2006, p. 188) feita por Galinari. Tradução livre do autor: “[...] as normas, os valores, as crenças implícitas subentendem as razões que suscitam o sentimento. A adesão do auditório às premissas determina a aceitabilidade das razões do sentimento.”

faltam bases consistentes para que as teorias do discurso consigam focalizar as emoções como objeto argumentativo.

Conforme Charaudeau (2010, p. 23), para confirmar que os afetos podem ser alvo de um estudo especificamente linguageiro, cabe que “delimitemos o quadro de tratamento no qual esta noção se insere, que descrevamos as condições do seu surgimento e que mostremos como isso se dá.” Ainda, segundo ele,

[...] três tipos de problemas, pelo menos, se colocam para tratar esta questão de maneira discursiva: um refere-se à determinação do objeto do tratamento discursivo; outro, à organização do campo temático da emoção; o terceiro, diz respeito à determinação das marcas que seriam traços de emoção. (CHARAUDEAU, 2010, p. 33).

Charaudeau, por fim, também nos chama a atenção para as possibilidades e restrições dos estudos da AD acerca das emoções. As ferramentas dessa disciplina não nos possibilitariam verificar, por exemplo, as emoções efetivamente produzidas ou sentidas nos sujeitos, mas somente as possíveis emoções a serem suscitadas por meio do discurso e seus prováveis efeitos sobre os indivíduos:

L’analyse du discours ne peut s’intéresser à l’émotion comme réalité manifeste, éprouvée par un sujet. Elle n’en a pas les moyen méthodologiques. En revanche, elle peut tenter d’étudier le processus discursif par lequel l’émotion peut être mise en place, c’est-à-dire traiter celle-ci comme un effet visé (ou supposé), sans jamais avoir de garantie sur l’effet produit. (CHARAUDEAU, 2007, p. 274)¹³⁸.

Ainda acerca dos caminhos que podem ser seguidos pela AD na abordagem instrumental das emoções, outros pesquisadores têm tentado especificar e/ou ampliar o escopo que Charaudeau atribui a essa área do conhecimento. A própria Kerbrat-Orecchioni (2000, p. 59) propõe que, para que se possa operacionalizar um trabalho com as emoções no discurso, devemos distinguir três manifestações dos afetos: *emoção experimentada* (referente, mais propriamente, aos campos da Psicologia e das Ciências Sociais), *emoção expressa* (campo próprio da investigação linguística, por meio dos índices da materialidade) e *emoção suscitada* (campo da Retórica/Argumentação, por estar ligada à intenção de agir sobre o

¹³⁸ Tradução livre original do artigo: “A análise do discurso não pode se interessar pela emoção enquanto realidade psicofisiológica experimentada por um sujeito, por não dispor de procedimentos metodológicos para isso. Por outro lado, ela pode tentar estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser encenada enunciativamente, buscando analisá-la na dimensão das estratégias utilizadas em uma determinadas situação de interação verbal, em função de um efeito de sentido visado, sem jamais ter garantia sobre o efeito de sentido produzido efetivamente.”.

auditório). No caso da emoção expressa linguisticamente, a autora ainda propõe que se distingam emoções denotadas de emoções conotadas, que serão investigadas por Kerbrat por meio de uma série de categorias na materialidade discursiva. As primeiras apareceriam explicitamente marcadas por meio de termos de sentimento (como “Estou feliz” ou “Ele se irritou”), enquanto as segundas seriam percebidas indiretamente através de qualquer outro meio linguístico (como “Meu querido” ou “Adorei!”). Charaudeau (2010, p. 37) também sinaliza que o efeito patêmico pode ser obtido “tanto por um discurso explícito e direto, na medida em que as próprias palavras têm uma tonalidade patêmica, quanto implícito e indireto, na medida em que as palavras parecem neutras desse ponto de vista”. Na análise de nosso *corpus*, procuraremos caminhar nessas duas direções.

A nossa defesa é que AD poderia tratar, com mais propriedade, das duas últimas manifestações (emoções expressa e suscitada), propondo-se a pensar em uma *construção argumentativa das emoções* que contemple: a) a análise dos afetos já expressos discursivamente; b) a investigação dos indícios daqueles que se pretenderia suscitar; ambas conjugando uma análise micro e macro da linguagem, conforme é propósito dessa disciplina. Ou mesmo, retomando Lima (2006, p. 130), de forma mais ampla, “a Análise do Discurso pode ver, através do encadeamento dos signos, como a linguagem funciona patemicamente”.

Plantin (2011), analista do discurso que mais tem se debruçado sobre o estudo das emoções contemporaneamente, procura desenvolver um aparato teórico¹³⁹ que confirme a tese de que

Représentation rationnelle et émotion sont portées par les mêmes mots, les mêmes constructions, les mêmes arguments; elles correspondent aux mêmes intentions de discours. [...] Au fond, nous retrouvons les positions de la rhétorique argumentative aristotélicienne: il est possible de faire et de défaire les émotions par le discours des bonnes raisons. (*op. cit.*, p. 2)¹⁴⁰.

Em seu artigo “As razões das emoções” (2010), Plantin defende que, da mesma forma que o discurso argumentativo funda um “dever crer” e um “dever fazer”, seria possível se fundar um “dever experienciar”, ou seja, seria possível que se *argumentassem emoções* por meio de variados tipos de construções linguísticas (designação direta da emoção; designação indireta

¹³⁹ Por motivos de extensão, não poderemos nos deter de forma aprofundada no construto teórico de Plantin em sua mais recente obra. Cf. *Les bonnes raisons des émotions* (PLANTIN, 2011).

¹⁴⁰ Tradução livre da autora: “Representação racional e emocional são sustentadas pelas mesmas palavras, pelas mesmas construções, pelos mesmos argumentos; elas correspondem às mesmas intenções de discurso. No fundo, nós retornamos às posições da retórica argumentativa aristotélica: é possível fazer e desfazer as emoções pelo discurso de boas razões.”

por meio de reconstrução sobre a base de índices linguísticos e sobre a base de lugares comuns e atitudinais; enunciados psicológicos e enunciados de emoção). O autor também propõe, a partir de trabalhos de Lausberg, Ungerer, Caffi e Janney e Scherer, uma *tópica das emoções*, composta por doze categorias interrogativas a serem investigadas nos *corpora* sob análise a fim de que se examine, linguisticamente e a partir de elementos dóxicos, como se dá a argumentação das emoções em determinadas situações de enunciação¹⁴¹. A proposta de Plantin, apesar de parecer, em partes, restrita frente à ampla complexidade das manifestações das emoções argumentadas, oferece a vantagem de já servir, a nosso ver, como uma primeira elaboração de um construto teórico mais específico da AD, de fácil aplicação em diferentes *corpora*. Na análise subsequente de nosso *corpus*, ainda que de forma indireta, procuraremos utilizar alguns dos caminhos sugeridos por esse autor. Também os estudos de Raphaël Micheli (2008, p. 128), na esteira de Plantin, reafirmam que se pode argumentar uma emoção, e seria papel dos linguistas analisar a maneira pela qual os locutores se esforçam para legitimar ou deslegitimar certas disposições afetivas¹⁴².

Para encerrar nosso percurso acerca do *pathos* como estratégia argumentativa, retornemos a Galinari (2007, p. 237). O autor defende – de forma pertinente, a nosso ver – que essa prova retórica não possuiria uma especificação linguístico-discursiva, já que ela configurar-se-ia ora nos componentes da doxa, ora no *logos*, ora no *ethos*, ou mesmo na mistura de todos esses elementos, o que torna mais desafiante a tarefa do analista. É à fusão dessas instâncias que nos referiremos brevemente agora, ao tratarmos da última dimensão retórica, o *logos*, de forma integrada às demais no processo argumentativo.

3.2.3 Integrando o *logos* às demais provas retóricas

Se entendido somente como a dimensão demonstrativa, lógica e mais racionalizante da argumentação, o *logos* parece tornar-se uma prova retórica “encapsulada” das demais, reforçando a ideia de que emoção e razão não se mesclam no projeto da persuasão e de que a própria argumentação é um empreendimento meramente propositivo e intelectualizante. Galinari (2011, p. 95) aponta que tal visão restritiva do *logos* parece advir do conhecido desprezo à tradição sofística (que apresenta outras concepções para essa prova) e de uma

¹⁴¹ Por questões de extensão, não pudemos detalhar aqui nenhum dos aspectos citados do artigo de Plantin (2010). Entretanto, sugere-se a leitura desse artigo, dada a riqueza instrumental oferecida por ele.

¹⁴² Para maiores informações, cf. *L'émotion argumentée: l'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français* (MICHELI, 2010).

releitura provavelmente equivocada do próprio Aristóteles¹⁴³. Galinari também acredita que esse olhar reducionista acerca do *logos* foi reforçado por autores da Linguística Textual, como Jean-Michel Adam, e pela proposição do Modo de Organização do Discurso Argumentativo, da Teoria Semiolinguística de Charaudeau. Segundo o crítico, o deslize desses teóricos foi, sobretudo, “confundir a dimensão lógico-demonstrativa do discurso com a própria argumentação”, o que fez com que o *logos* acabasse ganhando o estatuto puramente demonstrativo.

[As formas possíveis de adesão] são “calculadas” com base na recuperação de dados situacionais, sócio-históricos e psicológicos do par orador/auditório, sendo que os seus “elementos deflagradores” – os argumentos – se constroem com os diversos **elementos da estrutura discursiva ou *logos*** (o componente lógico, narrativo, descritivo, enunciativo, dialogal, lexical, temático, prosódico etc.), **que não seriam, em si, a argumentação, mas as suas diversas possibilidades de materialização formal.** (*op. cit.*, 2011, p. 100, negritos nossos).

Concordamos com Galinari na defesa de que o *logos* é a *própria construção discursiva, a materialização formal da argumentação*, e não um componente “racional” e isolado da proposta argumentativa. Dessa forma, adotamos a proposta do autor de que, quando se trata de *ethos* e de *pathos*, apreendidos numa análise por toda a sorte de elementos linguístico-discursivos, estamos, “mesmo que não nos demos conta, tratando também do *logos*, o que invalidaria qualquer diferenciação conceitual dicotômica em termos de objetividade/subjetividade” (*op. cit.*, p. 102). Nesse sentido, tentaremos colocar em prática, na análise que iniciar-se-á na próxima seção, uma abordagem inter-relacional das três provas retóricas, entendendo-as como indistintas frente a um suposto componente mais racional ou demonstrativo da argumentação.

3.3 Análise do corpus: investigando o projeto argumentativo de *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* (ARGOV, 2010) e *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* (HARVEY & MILLNER, 2010)

A literatura de autoajuda caracteriza-se textualmente pelo discurso prescritivo, tendo como principal objetivo propor regras de conduta e fornecer conselhos. [...] O consumo destes manuais constitui, portanto, uma prática que, intencionalmente, deve transcender a

¹⁴³ Para maiores detalhes sobre esses questionamentos de Galinari (2011), sugere-se a leitura do artigo completo: “A polissemia do *logos* e a argumentação: contribuições sofisticadas para a Análise do Discurso”.

simples leitura: supostamente, prolonga-se em técnica de ação sobre si próprio e sobre os outros no contexto de nossa cultura. Em vista disso, o significativo no seu estudo não é a preocupação com o conteúdo dos textos, mas a possibilidade de compreender, através deles, como se articula um conjunto de práticas sociais, anônimo e disperso, que circunscreve um território de conhecimento, ação e exercício de poder e projeta um regime de governo e autogoverno em nossa sociedade. (RÜDIGER, 2010).

Em nosso primeiro capítulo, procuramos delinear alguns traços definidores da chamada *literatura de autoajuda*, embasados em um breve resgate da teoria de gêneros e de uma análise sócio-histórica dos fatores que colaboraram/colaboram para a ascensão desse tipo de literatura. Também em nosso primeiro capítulo, propusemos uma categorização para o que chamamos de *autoajuda feminina* e descrevemos metodologicamente como foi a seleção das duas obras que compõem nosso *corpus*. Apresentadas essas duas obras e seus autores, já em nosso segundo capítulo procedemos a um resgate histórico do percurso que culminou na inferiorização das emoções e, conseqüentemente, do *feminino* a elas relacionado. No fim do segundo capítulo, sinalizamos, ainda que brevemente, o fato de as duas obras a serem aqui analisadas corroborarem para a confirmação desse processo de inferiorização das emoções e das mulheres a partir da dicotomização entre razões e emoções. No início deste terceiro capítulo, procuramos retomar algumas das abordagens teóricas da AD que nos nortearão em nossa análise linguístico-discursiva-neorretórica, dando destaque à Análise Argumentativa do Discurso, à dimensão da construção de imagens de si e do outro, à dimensão patêmica e à dimensão da construção discursiva, em suas devidas relações com a doxa.

A partir de agora, começaremos a verificar, de forma mais detida na materialidade linguístico-discursiva, de que forma as nossas obras, já devidamente contextualizadas nas seções anteriores, constroem seu projeto argumentativo de prescrição que intenta persuadir seu público-alvo feminino e modificar suas ações nas relações afetivas. A fim de organizar nossa análise e de instrumentalizá-la para que não pareça exaustiva, propusemo-nos a dividi-la em algumas seções. Inicialmente, investigaremos a imagem que os autores das duas obras pretendem construir sobre si mesmos e sobre seus livros, a fim de garantir a adesão inicial de suas leitoras e lhes passar uma imagem credível. Simultaneamente, nesta seção, verificaremos, de forma global, como se dá a estruturação composicional e linguística dessas duas obras e como essa estruturação pode contribuir para a eficácia do projeto argumentativo próprio do gênero.

Após isso, procuraremos analisar as imagens que vinculam mulheres e emoção em nosso *corpus*, abordando, por meio de índices linguístico-discursivos, seu potencial como estratégias argumentativas. Os imaginários sociodiscursivos encontrados nas obras permitiram, graças às suas similaridades, o agrupamento dessas imagens em três eixos temáticos e, em cada um desses eixos, tentaremos verificar a interrelação entre as três provas retóricas e a doxa na materialidade textual. Mais ao fim de nossa dissertação, essa divisão das representações femininas em três grupos servirá para que alinhavemos nossas respostas aos questionamentos iniciais de nosso trabalho.

Adiante, ainda em nossa análise, procuraremos mostrar qual é o perfil “ideal” de mulher – e de sua relação com as emoções – defendido por essas obras para garantir a esses sujeitos um suposto poder nas relações afetivas. Por fim debateremos, já nos encaminhando para nossas considerações finais, quais os problemas acarretados por essa proposta de suposto empoderamento, pensando nas discussões da contemporaneidade sobre gênero social.

Nossa opção pouco usual de reunir aspectos teóricos e analíticos em um só capítulo justifica-se por um critério metodológico, conforme já pontuamos em nossa Introdução. Decidimos por agrupar, sequencialmente, todo o conteúdo mais propriamente argumentativo de nosso trabalho. Nesse sentido, os Capítulos 1 e 2 conduziram-nos, por distintas áreas do saber, a percursos mais amplos, que nos permitiram investigar o macrocontexto de nossas questões de pesquisa. Já aqui, no Capítulo 3, resgatamos há pouco as abordagens teóricas especificamente neoretóricas que nos possibilitarão, a partir de agora, examinar o projeto argumentativo dos dois livros escolhidos, efetuando a análise da própria materialidade linguístico-discursiva. Temos consciência, é claro, de que nossa análise do *corpus* não contemplará somente as abordagens teóricas argumentativas tratadas neste capítulo, uma vez que se valerá, por diversas vezes, de discussões efetuadas nos capítulos 1 e 2. A base teórica da AAD e a releitura das três provas retóricas é, entretanto, o pilar de nossa investigação seguinte.

Antes de finalmente passarmos à análise, é importante que esclareçamos outros dois pontos relevantes acerca dos caminhos teórico-metodológicos seguidos nesta pesquisa. O primeiro deles é relativo ao fato de ambas as obras de nosso *corpus* serem traduzidas. Obviamente, temos consciência de que, no processo de tradução, muitos aspectos linguístico-discursivos da obra original, em inglês, podem ter se perdido e/ou transformado. Optamos, entretanto, por

trabalhar com o conteúdo recebido pelo público-leitor brasileiro, em língua materna, nas já referidas edições analisadas.

O segundo ponto diz respeito às diferenças culturais no tratamento das emoções entre norte-americanos e brasileiros. Conforme esclarecemos em nosso Capítulo 1, selecionamos as duas obras dos EUA pelo fato de esse país ser, atualmente, o campeão de publicações e vendas do gênero autoajuda. Pretendíamos, no decorrer de nosso trabalho, investigar algumas peculiaridades do entendimento das emoções por esses dois povos, mas, infelizmente, devido à complexidade dessa proposta e por esse não ser, especificamente, o objetivo de nossa dissertação, optamos por não fazê-lo. Ressaltamos, entretanto, ter ciência da riqueza que tal investigação traria à nossa análise. Sigamos, finalmente, neste momento, à investigação do *corpus*.

3.3.1 Argov e Harvey: (pretensas) imagens de confiabilidade da figura autoral

Em regra, verifica-se que eles [os pregadores de autoajuda] não são autoridades políticas, literárias e outras, com exceção talvez daqueles oriundos dos círculos religiosos. Ao contrário, trata-se de gente como a gente, pessoas comuns, sem feitos objetivos com que se credenciar, cuja popularidade advém de terem publicado livros de sucesso no mercado. A perspectiva se revela de maneira bastante clara na mitologia da autoajuda, gerada, através desses tratados, entre as camadas médias urbanas de nossa sociedade. (RÜDIGER, 2010).

Conforme já havíamos anunciado em nosso primeiro capítulo – ao apresentar as obras que compõem o nosso *corpus* –, seus autores, Argov e Harvey (somente auxiliado por Denene Millner, o que também já esclarecemos anteriormente¹⁴⁴), não são figuras de reputação acadêmica na área de relacionamentos. Ambos não possuem nenhuma formação profissional formal que possa os creditar para a empreitada “terapêutica” e prescritiva efetuada em suas obras, o que costuma ser o caso da maior parte de autores de autoajuda. Entretanto, a fim de construir uma imagem confiável de si mesmos que garanta a adesão inicial de suas leitoras a suas teses – o que, como vimos, desde o *ethos* aristotélico, é entendido como um pilar de uma

¹⁴⁴ Para fins de simplificação, todas as vezes que citarmos a obra de Harvey & Millner neste capítulo o faremos por meio da indicação somente do autor principal (HARVEY, 2010), figura masculina que é o foco de interesse de nossa análise.

boa argumentação –, esses dois autores procurarão, por meio de variadas estratégias, representar-se como *conselheiros* em quem se pode confiar.

No caso de Harvey (2010), seu grande trunfo, segundo ele, é o *conhecimento de causa*: como homem falando a um público feminino, já na introdução de sua obra ele se coloca no lugar privilegiado daquele que detém os “segredos masculinos”, aos quais as mulheres normalmente não têm acesso e, por isso, não conseguem obter sucesso no jogo amoroso.

Se há uma coisa que aprendi nesta vida é que: a) a maioria das mulheres não sabe nada sobre os homens; b) os homens sempre levam a melhor nos relacionamentos; c) eu posso mudar essa situação. [...] Minha conclusão é que o que parece verdadeiro e óbvio para elas não é para os homens. Elas não nos conhecem. [...] Uma única verdade nos une: somos todos muito simples. Pensamos de uma só maneira. (*op. cit.*, p. 9-11).

Por meio de um relato em 1ª pessoa, com uma linguagem semiformal e intimista, a fala de Harvey assume um tom quase confessional (“Se há uma coisa que aprendi nesta vida”), que faz com que a leitora se aproxime dele. O autor é bastante taxativo em seus *enunciados assertivos e nada modalizados epistemicamente*, o que perceptível por meio de vários índices lexicais: a maioria das mulheres não sabe nada sobre os homens; estes sempre levam a melhor nos relacionamentos; elas não os conhecem; todos os homens são muito simples e pensam de uma só maneira (maneira esta que o autor, como homem, pode, portanto, revelar); o que parece verdadeiro e óbvio para elas não é para os homens. A nosso ver, a ocultação da modalidade epistêmica (eixo da probabilidade ↔ certeza), descrita por Koch (2011), é recorrentemente estratégia para a construção da força argumentativa dos enunciados de autoajuda:

Pode-se conceber um sujeito de enunciação que, a despeito de suas informações insuficientes, inclina-se a dizer *eu sei que* no lugar de *eu creio que*, por um ato de autoridade ou de bravata. [...] A ocultação da modalidade epistêmica, contudo, deixa sempre um traço: a enunciação está aí, o locutor apenas finge esquecê-la para dar a impressão de que seu ato é neutro, de que ele não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que o valor dos seus enunciados é objetivo. (*op. cit.*, p. 81-82).

Voltando ao excerto sob análise, a simplificação estrutural do raciocínio do autor (notada, inclusive, na enumeração de suas teses principais¹⁴⁵ em “a, b, c”), além de ser uma característica didatizante típica do gênero autoajuda, ilustra a tentativa de simular uma

¹⁴⁵ Segundo Abreu (2009, p. 44), seguindo os trabalhos de Perelman, essa tese preparatória chama-se *tese de adesão inicial*: “Uma vez que o auditório concorde com ela, a argumentação ganha estabilidade, pois é fácil partir dela para a tese principal.”

aparência demonstrativa e mais “racional” a seus argumentos: as mulheres não sabem nada sobre os homens → *por consequência*, os homens sempre levam a melhor → como sou homem, *portanto*, posso mudar essa situação.

Ainda a respeito da simplificação organizacional da escrita de autoajuda, é de fácil constatação, nesse gênero literário, a recorrência de textos bastante concisos, estruturados em parágrafos curtos, enumerações em tópicos, caixas de destaque, com letras grandes e espaços em branco. Essas estratégias estruturais e gráficas parecem ter o intuito de facilitar a leitura do amplo público, de esclarecer as prescrições recomendadas pelo autor ou, até mesmo, de “camuflar” certa carência de aprofundamento argumentativo típica do gênero, o que é sinalizado desde o início das duas obras em questão.

Ainda retornando ao excerto sob investigação, a convicção extrema de Harvey (sinalizada sobremaneira na carga semântica de capacidade do verbo poder¹⁴⁶, em “eu posso mudar essa situação”¹⁴⁷) é outra constante persuasiva desse gênero:

O discurso de autoajuda, em linhas gerais, é um discurso persuasivo e sedutor. O escritor de livro de autoajuda demonstra segurança e determinação naquilo que diz e na maneira como diz. Dessa forma, engendra um sentido de *certeza* e *convicção* para atingir o leitor. Em suas proposições, subsiste a tentativa – sempre renovada – de induzi-los a um caminho – “prodigioso” – que aponta para a concretização de ideais. O leitor, por sua vez, influenciado pela (fé) crença, lança-se na busca da dádiva prometida. Essa busca incessante, acredita-se, se estabelece pelo caminho da *ilusão*. (CHAGAS, 2002, p. 150).

Além disso, Harvey coloca em destaque a *experiência vivida* como argumento de autoridade: ele tem vivência suficiente para aconselhar as leitoras que compraram seu livro, não somente porque comanda, há muitos anos, um programa de rádio que responde cartas e e-mails de “milhões” de ouvintes¹⁴⁸ que pedem ajuda para seus relacionamentos, mas também porque é um filho, marido e pai supostamente exemplar – *ethos* de virtude que tenta ser comprovado por meio de inúmeras narrativas¹⁴⁹ pessoais dele no decorrer da obra. Nesse momento, Harvey recorre a tão conhecida estratégia retórica da argumentação pelo *modelo*¹⁵⁰:

¹⁴⁶ A esse respeito, Brunelli (2004, p. 33), em sua tese de doutorado, faz um levantamento quantitativo e qualitativo do verbo *poder* em variadas obras de autoajuda e conclui que a esmagadora ocorrência desse vocábulo se dá em sua acepção dinâmica (de capacidade), o que confirma o discurso de convicção dessas obras.

¹⁴⁷ Cf. *ethos* de potência de Charaudeau (2006).

¹⁴⁸ Ressalte-se o peso argumentativo da utilização desse lugar retórico da *quantidade* (cf. PERELMAN, 1958).

¹⁴⁹ Veremos, mais adiante, o forte poder argumentativo das narrativas (vistas como *recursos de presença* por ABREU, 2009, p. 73) nas obras de autoajuda.

¹⁵⁰ Cf. Perelman (1958).

Sei – graças a minha mãe, esposa, filhas e milhões de ouvintes do meu programa – que as mulheres precisam de ajuda nessa questão. E acho que posso dar essa ajuda, posso ser o cara que berra por cima do muro para o lado de lá: “Vou contar tudo! Tudo o que gostaríamos que vocês soubessem sobre nós, mas que nenhum homem quer contar, porque, assim, vocês passariam a ter todo o poder.” (*op. cit.*, p. 12).

Veja-se, nesse trecho, como o autor, por meio da oscilação entre diferentes graus de modalização¹⁵¹ (da modalidade elocutiva do saber, “eu sei”, para a da opinião, “eu acho que posso”), transita do *ethos* de competência que vinha utilizando (o qual lhe trazia um ar, em parte, também arrogante) para um *ethos* de humildade, a fim de mais uma vez aproximar-se empaticamente das leitoras. Harvey também constrói para si, ao mesmo tempo, um *ethos* de solidariedade/humanidade¹⁵², pois quer aparentar se compadecer de suas leitoras a ponto de ajudá-las, repartindo seu saber “redentor”. Mais uma vez, é interessante perceber como a seleção lexical (feita, nesse trecho, especialmente por meio do uso de pronomes indefinidos generalizantes) contribui para transmitir a certeza argumentativa de Harvey sobre seus conhecimentos e poder de aconselhamento à leitora: ele vai contar tudo o que nenhum homem quer contar porque, do contrário, as mulheres passariam a ter todo o poder. Assim, Harvey se coloca no papel daquele que possui um discurso *revelador*, que dará às suas leitoras – interpeladas de forma direta e forte por meio da modalidade alocutiva no trecho a seguir – a vantagem no jogo amoroso:

Atenção, mulheres! *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* é como filmar o treino do adversário na véspera de uma competição esportiva: pode lhe render uma vantagem real na hora em que o jogo for pra valer. Esqueçam tudo o que já escutaram sobre os homens. Apaguem os mitos, as teorias, tudo o que sua mãe ensinou, as amigas disseram, aquilo que leram em revistas ou viram na televisão. Aqui vocês vão descobrir quem os homens são de fato. (*op. cit.*, contracapa¹⁵³).

¹⁵¹ Para maiores detalhes sobre o modo de organização enunciativo e suas modalidades alocutiva (relação de influência entre locutor e interlocutor), elocutiva (ponto de vista do locutor) e delocutiva (retomada da fala de um terceiro), cf. Charaudeau (2009, p. 81-105). O semiolinguista entende o termo “modalidade”, proposto por ele, como uma categoria do discurso, e “modalização”, comumente usado pela Linguística Textual, como uma categoria da língua. Para maiores detalhes sobre a modalização e suas manifestações tipológicas, cf. Koch (2011, p. 71-85). Tais nomenclaturas e categorias serão utilizadas inúmeras vezes em nossa análise de forma conjugada, mas, por motivos óbvios de extensão, não poderemos abordá-las detidamente. Por ora, restringimo-nos a definir, de forma genérica, a ideia de modalização/modalidades como a manifestação da subjetividade no discurso por meio dos índices da atitude do falante perante o enunciado que produz.

¹⁵² Cf. *ethé* de credibilidade de Charaudeau (2006).

¹⁵³ A respeito dessa estrutura paratextual das obras de autoajuda, cabe resgatar a seguinte observação de Rüdiger (2010): “Na literatura de autoajuda é comum, com efeito, encontrar-se, nas primeiras páginas, capa, ou contracapa, um conjunto de chamadas em destaque, redigidas em estilo comercial, onde se lê o que este livro pode fazer por você. O procedimento funciona como propaganda da obra, mas, ao mesmo tempo, como receita de leitura, que delimita o perfil de seu público.” (*op. cit.*, p. 242).

No trecho anterior, Harvey se vale do recurso da *figurativização* para ilustrar a vantagem da mulher que lê sua obra. Para Amossy (2010, p. 178-193), as figuras (tais como a metáfora e a metonímia) podem ser procedimentos argumentativos de grande eficácia, aptos a “tocar o coração”, a mobilizar as emoções do interlocutor por meio da recorrência a um universo de representações partilhadas, à doxa, o que coloca em evidência “a força viva dos valores que unem o orador e o auditório” e reforça o sentimento de comunidade, de partilha que existe entre eles. Para a autora, além disso, as figuras são *analogias didáticas* de grande valor – o que, em um gênero como o da autoajuda, que se vale de uma organização linguageira clara e simplificada, é extremamente útil. Nas obras de nosso *corpus*, tal recurso à figurativização é frequente e aparecerá novamente em outros excertos de nossa análise. No trecho anterior, Harvey utiliza o campo semântico das metáforas esportivas¹⁵⁴ (treino, adversário, competição, jogo), muito frequentes no imaginário popular, e recorre a construções linguísticas imperativas, de injunção (esqueçam, apaguem), também recorrentes às prescritivas obras de autoajuda, para dar destaque à sua escrita pretensamente inédita.

Sherry Argov (2010) também constrói a sua imagem e a de sua obra de forma a se colocar como uma conselheira credível às leitoras:

[Esta obra] não é mais um daqueles livros sobre “como arrumar marido”. [...] Ao contrário. Este livro está aqui para desafiar as convenções, ampliar sua compreensão a respeito de por que alguns relacionamentos não progridem e propõe modernizar a maneira como você acha que um homem *escolhe* sua companheira. [...] Nos capítulos que você está prestes a ler, aprenderá a modificar sua abordagem. (*op. cit.*, p. 17-19).

Já na introdução, de maneira similar a Harvey, Argov atribui certo ineditismo a sua obra, situando-a como um livro de autoajuda moderno e inovador (que não é “mais um daqueles”, pois desafia as convenções), pouco prescritivo (que se distancia do modelo de “como fazer algo”) – apesar de, ironicamente, *ensinar* a leitora a modificar sua abordagem – e mais reflexivo (pois ampliará a compreensão da mulher sobre seus relacionamentos de insucesso).

Também nas primeiras páginas da obra, na seção *Agradecimentos*, Argov reforça indiretamente seu *ethos* de competência como conselheira afetiva. Em certo momento, declara: “Obviamente, quero agradecer aos dois homens da minha vida: meu querido noivo e meu gatinho de estimação.” e parabeniza Michelle De Nicola, uma mulher “poderosa”, que

¹⁵⁴ Cf. Abreu (2009, p. 122).

seguiu seus conselhos, pelas “núpcias” (*op. cit.*, p. 14). No primeiro caso, mencionar explicitamente seu noivo (com o auxílio de categorizações extremamente patêmicas como “querido” e “homem da minha vida”) é dar prova de que seus conselhos são confiáveis, pois a própria Argov conseguiu o tão almejado objetivo de ser pedida em casamento pelo homem que ama. No segundo caso, o “parabéns” a Michelle pelas núpcias serve, indiretamente, também como uma comprovação de que seus ensinamentos são eficazes e conduzem ao matrimônio – valorizado socialmente como uma “vitória”, digna de congratulações.

Ainda na seção *Agradecimentos*, Argov é grata às “mulheres notáveis” que escreveram para ela e que contaram para as amigas sobre seus livros, completando: “Obrigada [...] por fazer com que 58 cartas de rejeição, overdoses de café e horas de trabalho infinitas tenham valido a pena.” (*op. cit.*, p. 15). Nesse excerto, já se percebe uma primeira tentativa de Argov de atribuir o resultado final de seu trabalho a um processo exaustivo de escrita e estudos de caso verídicos (58 cartas recebidas de leitoras rejeitadas por seus companheiros, aparentemente), o que serviria, de forma indireta, como argumento de autoridade e atribuiria um tom mais objetivo e de menos suposições a seu discurso. É interessante perceber que a utilização do numeral 58, do substantivo *overdoses* e do adjetivo *infinitas*, associada à estrutura verbal *valer a pena*, faz com que se reforce não somente o trabalho de perícia técnica da autora, mas também com que, provavelmente, mobilizem-se determinadas emoções sobre Argov (tais como orgulho e admiração) nas mulheres que acabaram de abrir o livro e provavelmente reconhecerão o esforço profissional da escritora. Tal estratégia clara de argumentação indireta de emoções parece se relacionar com outro aspecto notório no livro da norte-americana: a tentativa de conferir à sua obra uma aparência mais científica, objetiva, e a si mesma uma postura de pesquisadora, o que garantiria mais credibilidade a seu projeto argumentativo.

O material dos meus livros advém menos da minha opinião e mais das informações que reuni em centenas de horas de entrevistas com homens que se sentaram e conversaram abertamente comigo. Eles me apresentaram sua perspectiva em relação às informações que em geral estão reservadas apenas ao sexo masculino, a respeito do que realmente faz um homem se apaixonar e fazer um pedido de casamento. Para mim, a precisão é tão importante que cheguei a reler o material para os homens antes de o livro ser impresso, para garantir que o texto refletisse fielmente a maneira como se sentem. Eles disseram: “Se as mulheres tivessem essas características, teríamos muito mais vontade de casar. Fico muito contente de saber que você vai dizer tudo isso a elas. Só não use meu nome verdadeiro...”. (*op. cit.*, p. 20).

Nesse trecho citado, é importante que percebamos vários aspectos, não só relativos à suposta “metodologia científica” da autora, como também ao estabelecimento de seu lugar de fala. A

partir dessa citação e da leitura de todo o livro, percebemos que Argov busca trazer veracidade a seu discurso, atribuindo-o, em grande parte, à voz dos homens que entrevistou – hiperbolicamente, por “centenas de horas”. A autora também destaca, assim como Harvey, a confidencialidade e validade das informações masculinas obtidas e reveladas por ela, o que se percebe em variadas marcas lexicais: “conversaram abertamente comigo”, “informações reservadas apenas ao sexo masculino”, “o que realmente faz um homem se apaixonar”. A preocupação com o tratamento acurado e objetivo dos dados recolhidos, “tão importante” para a autora, faz com que ela expresse um procedimento duvidoso: ela teria chegado a reler o material para seus diversos entrevistados antes de o livro ser impresso, a fim de garantir que não teria manipulado nenhum depoimento.

Nesse sentido, a leitora teria, naquelas páginas escritas por Sherry, não o que ela, como uma mulher comum, pensaria dos homens subjetivamente, mas sobretudo o que eles mesmos pensariam delas, de forma fiel: “Fiz um apanhado de algumas das confissões mais verdadeiras neste capítulo, *sem lhes alterar o sentido.*” (*op. cit.*, p. 204). No decorrer do livro, todavia, percebe-se que esse pretense “método científico” de Argov parece bastante inconsistente: veja-se que ela, por exemplo, não detalha verdadeiramente, em momento algum, quais teriam sido as condições de recolhimento desses dados (não há, inclusive, nenhuma referência bibliográfica ou anexo na obra), mas apenas cita algumas falas soltas de homens, entre aspas.

Os marqueteiros da autoajuda raramente se reportam a estudos científicos ou utilizam dados confiáveis. Quando o fazem, com frequência tomam enorme liberdade em seus achados e conclusões. [...] O que me incomoda nos especialistas em fama é que eles estão praticando um tipo de cientificismo da Psicologia pop. Eles advogam objetividade e observação acurada, mas, muitas vezes, observam um fenômeno, interpretam-no subjetivamente segundo o seu ponto de vista original e aí oferecem conselhos tendo por base esse sistema fechado. (PEARSALL, 2006, p. 13-14).

Sobre os entrevistados, Argov unicamente diz que eles pertenciam “a todas as camadas sociais, todas as nacionalidades e todas as idades. Alguns eram casados; outros, solteiros.” (ARGOV, 2010, p. 204). Em certos momentos, a autora até mesmo ridiculariza os supostos entrevistados, humilhando a figura masculina de forma grosseira e nada inocente (o que, segundo ela, faz parte de seu discurso bem-humorado):

Nós, aqui do QG das Mulheres Poderosas, não acreditamos em testes com animais. Portanto [durante as entrevistas] nenhum homem foi prejudicado *fisicamente*. (Não posso fazer comentários a respeito de seu estado mental atual). (*op. cit.*, p. 203).

Apesar de claramente falha, essa “metodologia” nos parece traduzir uma estratégia perspicaz da autora: na maioria das vezes em que ela emite opiniões em seu livro, por exemplo a respeito da postura “irracional” e “emotiva” das mulheres em contraposição à “racionalidade” e “controle” masculinos, reproduzindo o ideário do senso comum, o leitor pode ser levado a acreditar que Argov simplesmente serve como porta-voz do pensamento masculino, mas não obrigatoriamente atribui a ela a autoria daquele discurso – pelo contrário: a autora, como mulher, seria partidária de suas iguais, revelando-lhes o que seria necessário para que vencessem no jogo amoroso. Por meio dessa construção argumentativa pretensamente neutra, objetiva, Sherry procura construir para si uma imagem mais confiável, já que a autora, como já dissemos, também não possui nenhuma formação acadêmica ou prática divulgada na área.

Após termos investigado brevemente as imagens de confiabilidade construídas pelos autores para si mesmos, sigamos, agora, para as imagens erigidas sobre o *outro*, a possível leitora de suas obras. A partir deste momento, a análise dos três eixos temáticos *mulheres e emoções*, recortados por nós a partir do *corpus*, procurará investigar, na materialidade linguístico-discursiva, em que representações sociais sobre o feminino elas se embasam e qual é seu potencial argumentativo dentro das obras.

3.3.2 A mulher *princesa*: imagens negativas de romantismo e idealização

Já no encerramento de seção *Introdução*, Argov, após delinear sua imagem de credibilidade “científica” e de certo distanciamento emocional frente ao assunto tratado, estabelece, entretanto, seu lugar de proximidade afetiva com a leitora. A autora, apesar de seu conhecimento técnico, é como uma *amiga* para a mulher que nela procura conselhos:

Então pare de olhar para tudo como se você vivesse em um mundo cor-de-rosa. Chegou a hora de se perguntar se ele serve mesmo *para você*. Você vai conquistar aquele não-sei-quê para sentir que está sempre no controle. E vai aprender a fazer com que ele fique achando que você é aquela pessoa especial e que é *impossível viver sem você*. Vá pegar uma taça de vinho, ou uma xícara de café. Tire os sapatos e coloque os pés para cima, porque agora vamos ter uma conversinha muito séria de mulher para mulher. Garotas, preciso dar um aviso: este aqui não é um livro do tipo “dê vazão à sua criança interior”. (*op. cit.*, p. 21).

O uso do imperativo (expresso nas construções de ordem “pare de olhar”, “vá pegar”, “tire os sapatos”, “coloque os pés pra cima”); das locuções verbais compostas no futuro (“você vai conquistar”, “vai aprender a fazer”) e da interlocução clara (graças ao uso reiterado e, por

vezes, em itálico do *você*, do vocativo *garotas* e da construção “agora [nós] vamos ter uma conversinha muito séria de mulher para mulher”), todas essas estratégias linguísticas acabam por passar a impressão de que Argov é íntima de quem lê, de que a autora se preocupa com a “amiga” leitora e, por consequência, trata-a de forma firme/encorajadora. Argov parece tomar as dificuldades afetivas dessa mulher de forma proativa/otimista, mas não menos realista, procurando mobilizar as emoções da interlocutora de forma mais enérgica – afinal, ela não deveria viver em um “mundo cor-de-rosa”, e a obra não deve servir para dar “vazão à criança interior” dessa mulher.

Neste caso, Argov *pressupõe* que a mulher que procura aconselhamento em sua obra vive em um mundo idealizado e que costuma lidar de forma infantilizada com suas questões afetivas. A pressuposição é, grosso modo, para a Linguística, uma forma de implícito marcada linguisticamente (portanto se difere dos subentendidos, que são implícitos construídos e recuperáveis pelo contexto). A respeito do forte papel argumentativo da pressuposição, Ducrot (apud KOCH, 2011, p. 56) pontua que “pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na *hipótese de que ele já soubesse*”. No caso do trecho em questão – e de nossas obras de autoajuda de forma geral –, a utilização de estruturas de pressuposição para compor as imagens pejorativas da mulher que as lê é uma frequente, a fim de que as representações erigidas sobre o feminino sejam apresentadas de forma naturalizada, como pertencentes ao senso comum, como se fossem certas. Dessa forma, as pressuposições têm relação direta com o universo dóxico e são uma eficaz arma retórica na medida em que, discretamente, parecem eximir o locutor da responsabilidade sobre aquele julgamento de valor e ajudam a fundar seu direito à fala.

Dizer que a mulher leitora vive em um “mundo cor-de-rosa” e costuma lidar como uma criança com o que diz respeito a seus relacionamentos nos sinaliza, neste momento, o primeiro conjunto de imagens que relacionam feminino e emoção nas obras de nosso *corpus*. Analisaremos, nesta seção, imagens pejorativas que Argov (2010) e Harvey (2010) constroem de suas leitoras em potencial – aquelas que são malfadadas em suas relações amorosas e precisam inverter essa posição, não esqueçamos – como mulheres excessivamente românticas e sonhadoras. Estas mulheres, que acreditariam em um modelo utópico de relação conjugal (nomeado aqui, por nós, de *configuração princesa/príncipe*), colocariam as emoções sempre em primeiro plano em seus envolvimento afetivos e, graças a essa postura idealizada e a suas

altas expectativas frente a seus parceiros, frustrariam-se com frequência, pois não conseguiriam aplicar o nível de realismo necessário aos relacionamentos contemporâneos.

Antes de passarmos à análise de mais alguns excertos nos quais é possível se verificar a manifestação dessa imagem feminina, cabe lembrarmos que, no imaginário popular, é frequente a vinculação das meninas à figura das princesas dos contos de fada e a seu “universo cor-de-rosa”¹⁵⁵ – nos dias atuais, especialmente devido ao grande potencial mercadológico das referências Disney. O *querer ser princesa* que se estende à idade adulta (veja-se a menção anterior de Argov ao “dar vazão à sua criança interior”) e, por extensão, certa resistência a aceitar a maturidade, à postura de assumir que se cresceu, também é comportamento recorrente na pós-modernidade¹⁵⁶. Nesse sentido, é claro que tais dinâmicas não deixariam de se manifestar na estrutura das relações afetivas descritas por essas obras.

Sigamos, então, inicialmente, à análise de mais alguns trechos retirados de *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* (ARGOV, 2010) em que é possível se perceber o perfil romântico e idealista da “mulher princesa” que descrevemos há pouco:

Nada de ficar lançando olhares de adoração [ao parceiro]. Para você, isso é romântico. Mas para ele é o mesmo que ser observado do mesmo modo que um leão olha para uma gazela que deseja atacar. (*op. cit.*, p. 69).

No trecho anterior, Argov utiliza o eixo da proibição da modalidade deontica (“nada de”), muito caro ao tom prescritivo dos manuais de autoajuda, para instruir sua leitora a controlar a manifestação de suas posturas românticas – as quais, para o homem, pareceriam uma forma de coação, de intimidação, de fragilização de seu papel masculino (o que se percebe pela analogia zoológica entre o leão e a gazela). Neste caso, também se reforça a oposição entre o universo de crenças feminino e masculino no que diz respeito à ideia de romantismo.

Se depois do sexo você não se sentir completamente abobada e continuar a prestar atenção na própria vida, ele vai automaticamente começar a olhá-la de outro jeito. Aí é que vai querer garantir um relacionamento estável. (*op. cit.*, p. 111).

¹⁵⁵ Para mais detalhes a respeito do processo histórico de assimilação das referências da *mulher princesa* no universo da doxa, cf. *Os contos de fada: origens, história e permanência no mundo moderno* (MEREGE, 2010).

¹⁵⁶ Infelizmente, por questões de extensão, não poderemos nos aprofundar sobremaneira nessa discussão. Veja-se, todavia, como exemplo para essa tendência contemporânea de querer ser princesa, ainda que na idade adulta, o polêmico *Culto das Princesas*, realizado regularmente pela pastora Sarah Sheeva em uma igreja evangélica de São Paulo. Nesse famoso culto destinado especificamente a mulheres solteiras e realizado a portas fechadas, centenas de mulheres são orientadas a assumirem comportamentos “de princesa”, tais como rigorosa castidade à espera do “príncipe” de suas vidas e vestimentas adequadas a uma feminilidade contida e elegante.

Neste excerto, retirado do capítulo “O sol nasce e se põe dentro da cueca dele: como despertar nele um fogo que nunca se apaga”, a autora dá dicas de como a leitora deve conduzir o envolvimento sexual com um parceiro recente de forma a fazer como ele se mantenha com ela, prosseguindo em um relacionamento sério. Mais uma vez, aparentar uma postura apaixonada (neste caso, pós-relação sexual), marcada negativamente pelo termo axiológico *abobada*, seria sinal, para o homem, de que a mulher não teria foco em sua própria vida. Tal postura “abobada” seria tão comum, tão recorrente e naturalizada que, quando a parceira não a apresentasse, o homem surpreenderia-se e *automaticamente* começaria a olhá-la de outra forma. Mais à frente, o perfil romantizado da mulher princesa é novamente aludido por Argov:

Os homens formam um conceito sobre as mulheres e tentam prever seus atos. Ele quer saber se você vive num conto de fadas e deseja se transformar numa “princesa” – ou se é independente e equilibrada, com objetivos próprios. (*op. cit.*, p. 158).

Neste trecho, a homogeneização e simplificação das imagens construídas sobre o feminino é explicitamente pontuada por Argov, que atribui essa forma binarizante de pensar ao universo masculino: de um lado, está a mulher romantizada, que quer se transformar em uma “princesa”, pois vive em um “conto de fadas” e, além de dependente e desequilibrada (pouco racional, diga-se de passagem), não possui objetivos próprios. Do outro, está a mulher poderosa de que trata a obra. Brunelli (2012) pontua que construções binarizantes, dicotômicas, maniqueístas (mulher certa *versus* mulher errada) e, portanto, estereotipadas são constantes nessas obras destinadas ao público feminino:

[...] os livros de autoajuda se constroem a partir de duas imagens de mulheres: uma que é a imagem positiva e que corresponde ao comportamento que os livros pretendem ensinar às suas leitoras e outra que é a imagem que os livros rejeitam e que associam a maioria das mulheres, entre as quais incluem suas leitoras. (*op. cit.*, p. 103-104).

No fim do livro, mais uma vez valendo-se do universo semântico-discursivo dos contos-de-fadas infantis, Argov propõe-se a reescrever uma dessas narrativas de “era uma vez”, desta vez estrelada pela princesa *poderosa*. Esta, a que seguiu rigidamente seus conselhos, foi, finalmente, pedida em casamento pelo seu parceiro, conseguindo seu objetivo final, o seu “felizes para sempre”:

Antes de terminarmos, acho que há mais uma coisa importante a ser dita. Vamos reescrever o conto de fadas, que tal? Vamos esquecer tudo que aprendemos com Cinderela, Bela Adormecida, com Dorothy, Totó e a Terra de Oz – e vamos reconfigurar o conto de fadas. A história devia ser a seguinte:

Era uma vez uma princesa. Apareceu um príncipe que a convidou para um passeio em seu cavalo branco. Ela disse: “Eu bem que gostaria de passear no seu cavalo, mas agora não posso, porque estou ocupada cuidando do meu cavalo. Vá cavalgar ao pôr-do-sol sem mim e eu alcanço você daqui a pouco.” De repente, o príncipe fica estupefato. Ele nunca ouviu algo assim antes. Alguma coisa se acende em seu interior e dá início a um fogo que ele não consegue apagar, porque ela não precisa dele. E, então, ele diz: “Preciso ficar com ela para o resto da vida.”

Então, eles se apaixonam, se casam e saem cavalgando ao pôr-do-sol. E, então, ela o tortura... *com amor, para sempre*. (ARGOV, 2010, p. 250).

Argov propõe que suas leitoras e ela mesma, criadas em uma cultura que incentiva a sentimentalização excessiva por parte da mulher, esqueçam *tudo* o que aprenderam com as personagens clássicas dessas histórias e surpreendam os homens com sua postura nada romântica, independente e desprezada (“meu cavalo”, “Vá cavalgar [...] sem mim”, “ela não precisa dele”), inédita ao universo feminino (“o príncipe fica estupefato”, “Ele nunca ouviu algo assim antes”). Paradoxalmente, no desfecho da releitura, o lugar comum do amor como mantenedor de uma relação eterna é mantido (“com amor, para sempre”), apesar de tentar se atribuir a essa princesa uma posição superior de poder, já que ela o “tortura” com seu sentimento.

Neste caso, mais uma vez, ressalte-se o poder persuasivo dessas pequenas narrativas inseridas em meio aos ensinamentos das obras de autoajuda. Emediato (2007, p. 308) sinaliza, inclusive, o grande potencial patêmico da organização narrativa. Esta seria responsável pela “produção de tensões dentro dos universos narrados correspondentes, levando o leitor a inserir as ações em uma lógica axiológica da ação e julgá-las de acordo com padrões morais de condutas”, o que marca, mais uma vez, a relação entre as emoções suscitadas no leitor e seu universo de crenças. No caso da pequena narrativa analisada, vê-se que a leitora é persuadida a projetar-se – de forma confiante, orgulhosa e satisfeita – no lugar da princesa bem-sucedida, uma vez que seguirá os bons conselhos de Argov e, em seu horizonte positivo de expectativas, conseguirá agir de forma parecida com a personagem em suas relações amorosas, obtendo os mesmos resultados.

Passemos agora a Harvey (2010), que também constrói, em sua obra, tal estereótipo da mulher romântica e idealista. Logo no primeiro capítulo de sua obra, o autor procura definir as três condições básicas que fariam um homem estar efetivamente pronto para se envolver em uma

relação amorosa mais séria: sua identidade social (como ele se vê frente aos outros), sua profissão e sua remuneração. Esses três pilares básicos, bastante ligados a uma postura prática e racional diante da vida, servem para opor homens e mulheres:

Se ele não sabe ainda quem ele é, o que quer fazer da vida e quanto dinheiro vai ganhar, não vai conseguir se tornar o homem que ele gostaria de ser para você. Ele não vai parar para bater papo e pensar no futuro com você. Vai pensar no momento presente dele. Até onde sei, mulheres não concordam muito essa atitude. Em geral, partem do princípio de que se o homem de fato ama a mulher, os dois juntos serão perfeitamente capazes de perseguir, juntos, os sonhos em comum. Mesmo quando estabilidade financeira é uma preocupação para a mulher, ela ainda assim buscará a estabilidade do relacionamento antes. Isso é muito bonito, mas, infelizmente, não é assim que a coisa funciona para o homem. (*op. cit.*, p. 21).

Harvey, suavizando a força de suas colocações a partir do esclarecimento de que se baseia em uma observação genérica (“as mulheres não concordam muito”, “Em geral”) e em seu conhecimento de mundo (“Até onde sei”), volta a ser enfático logo em seguida. Para a mulher, se o homem de fato a ama, haveria um caminho óbvio a ser atingido com o auxílio desse sentimento: eles poderiam se estabilizar juntos, não necessitariam de esperar. A ingenuidade desse raciocínio romantizado das mulheres é marcada linguisticamente não só por meio do advérbio “perfeitamente” (“eles seriam perfeitamente capazes de”), como também pela construção adversativa do último período. O uso do operador argumentativo “mas”¹⁵⁷, associado aos advérbios “infelizmente” e “não”, opõe a beleza do “mundo cor-de-rosa” dessa mulher (“Isso é muito bonito”) à praticidade e à realidade do cotidiano masculino.

Pergunte a qualquer mulher. Vai ouvir que ela quer um homem suave e inteligente, engraçado e romântico, sensível e gentil e, mais do que tudo, companheiro. Vai ouvir: gosto quando ele olha em meus olhos e diz que eu sou linda e completo a vida dele. Gosto que seja vulnerável o suficiente para chorar quando está triste. [...] Amém. Bem, meu papel aqui é o de garantir a você que isso é loucura sua. Isso mesmo, você leu certo. L-o-u-c-u-r-a. Não há a menor possibilidade de tal homem existir. O amor de um homem não é o amor de uma mulher. (*op. cit.*, p. 24).

No trecho anterior, Harvey, por meio de um discurso intencionalmente bem-humorado, apresenta o homem ideal que a mulher romântica espera. A *sequência descritiva* utilizada pelo autor para categorizar esse homem perfeito funda “generalizações e, por via desse efeito, implicações afetivas” (EMEDIATO, 2007, p. 308) na leitora, que provavelmente se identificará com algumas das características listadas, dando-se conta de suas elevadas expectativas acerca do parceiro desejado. A fim de suscitar essa sensação de identificação

¹⁵⁷ Para mais informações acerca do valor retórico dos operadores argumentativos, especificamente do conectivo *mas*, cf. Koch (2011, p. 101-107;153-154).

com o público feminino, o autor vale-se da simulação do discurso direto (verbos em 1ª pessoa). Já para argumentar em defesa da inviabilidade dos sonhos dessa mulher *princesa*, Harvey encerra sua listagem com um “amém” (sinalizando que tais pedidos seriam próprios de uma atmosfera surreal, ou mesmo frutos de uma oração fervorosa visando a conseguir tal parceiro) e enfatiza grandemente a irrazoabilidade da leitora, destacando sua loucura e utilizando a força assertiva da construção “Não há a menor possibilidade de tal homem existir”, já que, mais uma vez em lados opostos, o amor racional de um homem não é o amor passionnal de uma mulher.

Da mesma forma, no trecho seguinte, o ato sexual para “muitas” mulheres é vinculado ao aspecto emocional, a um quê de romantismo, enquanto para os homens essa perspectiva “bonita” do sexo não existe, “e pronto” – ou seja, ainda que a mulher tente “enfeitar o quanto quiser”, ainda que ela se esforce, como de praxe, para argumentar em defesa das emoções em suas relações:

Pode tentar enfeitar o quanto você quiser, mas homens não encaram sexo da mesma maneira que você, e pronto. Para muitas mulheres, o ato sexual é emocional, é um ato de amor. (*op. cit.*, p. 90).

Para encerrarmos esta categoria de imagens acerca do feminino e das emoções, reportamo-nos a um último excerto da obra de Harvey. Nele, o autor, por meio de um discurso pretensamente progressista, que se diz pouco fixado aos papéis convencionais de homens e mulheres¹⁵⁸, convida a leitora a superar concepções cristalizadas acerca da iniciativa do noivado:

Nota importante: não se trata de pedi-lo em casamento. Trata-se de escapar da mentalidade do século passado, em que você ficava esperando que um cara pedisse a sua mão. Você tem essa atitude tão inculcada em sua cabeça – “Nunca que eu vou me rebaixar a ponto de pedir um homem em casamento” –, que agora você nem se lembra mais do que *você* quer. Mas o século passado acabou! (*op. cit.*, p. 169).

Para Harvey, a mulher *princesa* deve deixar claros quais são seus planos em relação ao matrimônio, sem fingir que não se importa com os rumos da relação. Assim, ela abandonaria a mentalidade sonhadora, ultrapassada (“do século passado”), tão naturalizada em sua forma de ver o mundo (“tão inculcada em sua cabeça”), relativa à expectativa de que o homem romanticamente tome a iniciativa de pedir a sua mão. Nesse sentido, tomar essa iniciativa não

¹⁵⁸ Perceba-se que, no excerto em questão, Harvey pontua uma “Nota importante: não se trata de pedi-lo em casamento.” Por meio dessa consideração, a tentativa do autor de mitigar seu discurso conservador e machista parece ser falha, já que somente ao homem caberia efetivamente o papel de propor o noivado.

deveria ser visto como uma forma de se “rebaixar”¹⁵⁹, mas sim como uma postura de firmeza e autoconfiança. A exclamação da última sentença também se apresenta como um indicador patêmico, uma vez que apela emotivamente à leitora para que ela mude suas concepções idealistas.

Nesta seção, contemplamos, portanto, a vinculação entre o feminino e as emoções, nas obras de nosso *corpus*, por meio da imagem da *mulher princesa*. Segundo Argov e Harvey, insistindo em esperar uma postura ideal de seu parceiro ou em aguardar uma relação conjugal nos moldes das histórias romantizadas da ficção, tal mulher careceria de um olhar mais realista dos fatos, e tal ingenuidade e passionalidade a fariam assumir uma posição frágil em suas tentativas de obter o sucesso amoroso. Passemos, então, à segunda categoria de imagens verificadas nas duas obras sob análise.

3.3.3 A mulher *doadora*: imagens depreciativas de entrega e dependência afetiva

Nesta seção, identificaremos em nosso *corpus* mais uma categoria de imagens do feminino, sobretudo negativas, em sua relação com os afetos. Essa representação associa-se à ideia de uma mulher que se doa integralmente à relação com seu parceiro, que possui um sentimento amoroso incondicional/ilimitado (e o deixa claro). Até este ponto, tudo bem: a mulher parece valorizada por se associar aos imaginários da “santa”, da “mãe/mulher ideal”, da “amélia”. Ela, entretanto, entregar-se-ia tanto ao homem, voltaria tanto seus esforços à atenção dele, submeter-se-ia tanto a seus defeitos, que acabaria se tornando quase “cega” de tão tola, além de insegura, dependente afetivamente, sem firmeza e iniciativa, muito mais passional que racional, mais uma vez. Dessa forma, por não se afirmar autonomamente e esperar do homem bem mais atenção do que ele *naturalmente* poderia lhe dar, ela acabaria por fracassar afetivamente, já que o sufocaria e faria com que ele perdesse o interesse por ela. Vejamos alguns trechos em que essa categoria de imagens pode ser verificada.

Harvey (2010), em seu segundo capítulo, nomeado “Há o amor masculino e o amor feminino”, ressalta, por meio de uma listagem de adjetivos, o sentimento incondicional que a mulher nutre pelo homem em sua relação afetiva:

¹⁵⁹ Verifique-se, nesse caso, o potencial argumentativo desse verbo atitudinal. A esse respeito, leia-se mais em Emediato (2011).

Não há nada no mundo que se compare ao amor feminino. **Gentil e compassivo, paciente e companheiro, generoso, doce, incondicional.** Amor em estado puro. [...] E não importa o que ele faça, e quantas vezes os amigos dela digam que ele não presta, o que ele mesmo já cansou de provar ao sair batendo a porta na cara dela. Ainda assim, ela vai dar a ele o melhor de si e mais um pouco, e continuará a tentar ganhar o coração dele, mesmo quando tenta, em vão, fazer todo o possível para convencê-lo de que ela é a mulher para ele. Esse é o amor da mulher. E é um amor que vence a passagem do tempo, o raciocínio lógico e as adversidades da vida. E é isso que você acha que vai receber de volta. (*op. cit.*, p. 23-24, negrito nosso).

Perceba-se também a exclusividade/raridade (“Não há nada no mundo que se compare”) e o caráter dito essencial desse sentimento (“amor em estado puro”), o que faz com que tal amor feminino – marcado, mais uma vez, em oposição ao masculino – assuma, neste trecho, uma *falsa* aparência valorativa. A definição do amor em estado puro é, em seguida, estruturada por meio de um raciocínio concessivo, que atribui, semanticamente, menor gravidade aos problemas da relação e destaca o caráter resiliente e dedicado dessa mulher: *apesar de* todos os maus-tratos do homem (não importa *o que* ele faça, *quantas* vezes os amigos digam que ele não presta, as provas práticas que *ele* lhe dá disso), ainda assim ela vai dar a ele *o melhor de si e mais um pouco*, mesmo quando tenta, *em vão*, fazer todo o possível para convencê-lo de que ela é a mulher para ele. Esse amor feminino incondicional, que se esforça *em vão* é, portanto, um sentimento distanciada da razão, passional – porque vence o “raciocínio lógico” – e, é claro, faz com que a mulher, de forma idealista, decepcione-se por não receber do homem, em hipótese nenhuma, afeto em igual medida. Afinal, “esse é o amor da mulher”, tão somente dela, e, apesar de lhe trazer sofrimento, tal entrega abnegada é expressa quase como uma característica biológica, naturalizada, algo próximo da “essência do feminino” (conforme discutimos no Capítulo 2), que parece bastante difícil de ser mudada.

As mulheres passam a ser socializadas para o desenvolvimento do bem-estar, cuidado e manutenção das relações afetivas. Ressalta-se, ainda, o desenvolvimento de uma capacidade de estar sempre disponível e a renúncia pessoal com sacrifício e abnegação. Este conjunto de requisitos direcionado à categoria social mulher traz como consequência uma imagem (e ações) relacionada com a dependência, submissão e vitimização. (NATIVIDADE & PIMENTA, 2010, p. 226).

Já em seu capítulo 8 (“Por que os homens traem”), Harvey (2010) recorre novamente à imagem da mulher doadora, abnegada, para apresentar um dos motivos pelos quais, segundo ele, os homens são infiéis a suas mulheres: eles acham que não vai haver consequências após a traição, o que, na maioria das vezes, de fato, conforme o autor, não aconteceria.

Mas os homens nunca acham que serão pegos – nós nos consideramos espertíssimos. E tomamos muito, mas muito cuidado mesmo, para esconder nossa

infidelidade. E pensamos sempre: o que os olhos não veem, o coração não sente. Estamos bastante seguros de que a vontade que vocês têm de manter o relacionamento fará com que passem batido por tudo o que pareça meio suspeito. Achamos que vocês preferem ficar conosco e com nossas imperfeições do que sozinhas. (*op. cit.*, p. 93).

Neste trecho, a imagem da mulher que é capaz de perdoar tudo em nome de seu “amor puro” é visualizada, indiretamente, por meio das enfáticas imagens masculinas de sagacidade (“nos consideramos espertíssimos”), precaução (“tomamos muito, mas muito cuidado mesmo”) e autoconfiança (“estamos bastante seguros de que”, “achamos que”). Os homens, representados, neste caso, em 1ª pessoa do plural – Harvey é o porta-voz dessa suposta “classe” masculina – estariam certos de que, graças ao empenho das mulheres para manter a relação, elas ignorariam “tudo” o que parecesse ser um indício de infidelidade, inclusive porque prefeririam se sujeitar às *imperfeições* de seu companheiro a ficarem sozinhas. Note-se, neste último argumento, o forte valor axiológico da construção comparativa associada ao verbo *preferir*: as mulheres dependeriam tanto afetivamente de seus homens que a solidão seria pior que qualquer defeito que estes demonstrassem. O peso argumentativo da doxa em relação aos imaginários sobre adultério também se mostra presente por meio do ditado popular/provérbio “o que os olhos não veem, o coração não sente”.

Neste momento, cabe-nos fazer uma pequena pausa em nossa análise para nos remetermos à grande relevância dos *ditados populares*, *provérbios*, *máximas*, *clichês*, *aforismos*¹⁶⁰, todos eles *expressões consagradas pelo uso*, para o projeto persuasivo das obras de autoajuda. Indiretamente podendo ser entendidos também como argumentos de autoridade (KOCH, 2011, p. 152), esses enunciados procuram trazer o traço semântico [+ universalidade] ao repertório – traço esse não somente característico dessas construções, mas do *próprio discurso de autoajuda*, segundo Brunelli (2004, p. 102). Dessa forma, procuram adaptar-se ao máximo a seus interlocutores, sustentando-se na expectativa de que todos partilham dessas verdades populares, as quais não necessitam de grande justificação e se encontram, nesse sentido, no domínio da doxa, mas não menos inscritos na própria língua:

Oferecendo conselhos estereotipados para problemas recorrentes, os provérbios não observam o que indivíduos podem sentir como algo único ou pessoal em uma determinada situação; e, sejam metafóricos ou abstratos, logram seu intento de maneira indireta, em terceira pessoa, deixando que o ouvinte tire suas próprias conclusões. Anônimos, tradicionais, autoritários, têm uma existência própria,

¹⁶⁰ Por questões de extensão, não poderemos nos deter, neste momento, à complexa diferenciação entre essas categorias.

independente de autores, falantes e ouvintes. Quando um provérbio é citado, ele com frequência é marcado por alguma fórmula introdutória ("Como dizem...") ou por uma mudança do tom de voz do falante: suas palavras não são suas, mas as da comunidade ou do senso comum que falam por intermédio dele. De fato, a autoridade dos provérbios está arraigada na própria língua. (...) (OBELKEVICH, 1997, p.45).

Dessa forma, conforme nos pontuam Gréssilion e Maingueneau (apud BRUNELLI, 2004, p. 101), captando o gênero proverbial, uma enunciação se apresenta como eco de um número ilimitado de enunciações anteriores, de forma a fazer esquecer seu caráter essencialmente contingente e relativo. Caso bem-sucedido, “esse simulacro se transforma em verdade que, repetida por todo o mundo se instalará solidamente no número das evidências coletivas”.

Neste ponto, é ainda interessante resgatarmos aqui – devido às discussões efetuadas por nós, no Capítulo 1, acerca da literatura de autoajuda e a ascensão do individualismo moderno – breves considerações de Brunelli (2004) sobre o papel da linguagem proverbial no mundo contemporâneo. Para a autora, é curioso o fato de que a literatura de autoajuda tenha alcançado grande sucesso no mundo ocidental no final do século XX, justamente num momento em que os provérbios não desfrutariam de muito crédito. Segundo ela, talvez os provérbios não estejam exatamente nessa situação. Ou, ainda, talvez a autoajuda esteja ocupando uma lacuna aberta nas sociedades ocidentais pela provável redução do prestígio dos provérbios, o que faz se adequando às exigências impostas pelo individualismo moderno. Assim, o aconselhamento, como tantas outras coisas, teria passado a ser “um produto comercializável, que vem agora com um revestimento adequado à situação [...]” (*op. cit.*, p. 102-103).

Voltando à maneira como a obra de Harvey (2010) trata a postura feminina diante da traição masculina, é interessante nos remetermos a uma pequena narrativa contada pelo autor no fim do capítulo em questão. Dizendo se referir ao que aconteceu com *um de seus melhores amigos* (o que, obviamente, traz mais veracidade e credibilidade ao caso), Harvey conta que, após o homem ter traído sua mulher e ela ter descoberto a infidelidade, a família desmoronou, pois a esposa foi morar na casa da mãe com o filho do casal. Após ter passado um bom tempo recluso e desmotivado, praticamente depressivo, pedindo insistentemente à sua esposa que o perdoasse e voltasse para o lar, o homem finalmente conseguiu reestabelecer a união conjugal com o aceite da mulher. O autor, em seguida, diz não saber o que ocorreu na intimidade do casal para que eles se acertassem, mas ressalta que ouviu a mulher do amigo dizer que ele era

um “novo homem”. E encerra o capítulo afirmando: “Estão comemorando trinta e três anos de vida em comum. Ele é um cara **incrível**, e, ela, uma mulher **de sorte**.” (*op. cit.*, p. 10, negritos nossos). Percebam-se as implicações valorativas expressas por meio das qualificações “incrível” e “de sorte”: o esposo adúltero, por ter se redimido e transformado em “novo homem”, é visto positivamente *por seus feitos*; já a esposa, apesar de ter sofrido a traição e tê-lo perdoado, é vista positivamente *pelos feitos de seu marido* (ela é uma mulher de sorte, não de atitude). Veja-se, nesse caso, resgatando o que discutimos em nosso Capítulo 2, como frequentemente a construção do *ser mulher* dá-se a partir do olhar do Outro, o homem, mesmo quando ela demonstra firmeza e independência frente ao cônjuge, e como a naturalização de enunciados como esse reverberam papéis de valorização e depreciação relativos aos gêneros. A ideia de que as mulheres deveriam ser sempre *gratas* por *terem* um homem, mesmo quando este é alguém moralmente condenável, um traidor, faz-nos recordar, inclusive, da sugestão de Aristóteles – também exposta no Capítulo 2 – de que as mulheres precisariam da *tutoria* masculina, assim como as crianças, por serem incapazes de se governar sozinhas.

Ainda a respeito da possibilidade de a mulher *doadora* ser traída por seu parceiro com várias mulheres, Harvey (2010), no excerto a seguir, ressalta que ela precisa perder a insegurança de confrontar seu homem – pressupondo que suas leitoras ajam de forma amedrontada diante de seus parceiros:

O primeiro passo para conseguir isso [não estar em um harém], acho, é perder o medo de perder o homem. Confronte-o. Pare de ser tão medrosa. [...] Como? Comece se informando muito bem, e *no começo*, sobre o que o homem quer da vida e do relacionamento. Você consegue isso fazendo essas cinco perguntas – que irão determinar de imediato quais são os valores dele e como ele vê você nos planos dele. Formulei essas perguntas depois de ver, por anos a fio, os homens armarem pra cima das mulheres e elas caírem na esparrela. (*op. cit.*, p. 117).

Mais uma vez, o tom imperativo, constante no discurso de autoajuda (“confronte-o”, “pare de ser tão medrosa”), serve não só para aproximar autor e leitora, mas também para imprimir força patêmica aos argumentos de Harvey, impelindo a mulher a assumir uma postura mais firme e corajosa, segundo o ponto de vista dele. E o primeiro passo a ser tomado para essa mudança de comportamento está bem diante dos olhos da leitora, indubitavelmente: ela “consegue isso” fazendo ao homem as cinco perguntas a serem propostas por Harvey, que solidariamente diz tê-las formulado após se compadecer do sofrimento feminino. As mulheres, sem conseguirem escapar das trapaças masculinas (pois padecem, enfaticamente, “por anos a fio”), caem “na esparrela”, deixam-se enganar, ingenuamente.

De forma parecida, em seu capítulo 14 (“Como conseguir a aliança em seu dedo”), Harvey pontua que essa mulher complacente, abnegada, que espera indefinidamente a decisão de seu companheiro de pedi-la em casamento, é claramente tola:

E estou aqui para dizer isso e repetir mil vezes: a única razão de um homem se dar bem com essa proposta de longo “noivado”, evitando por completo um pedido de casamento, é porque a mulher não exigiu que ele marcasse uma data. Ela está como uma idiota, sentada, esperando que seu namorado diga a ela que está pronto. Isso depois de ela ter dormido com ele, eliminado todos os outros candidatos e, em alguns casos, se mudado para a casa dele, tido filhos com ele etc. Não dá pra ser muito delicado aqui. Isso é burrice. (*op. cit.*, p. 168)

A seleção lexical do excerto demonstra a severidade proposital que o autor pretende atribuir às suas colocações e o julgamento fortemente pejorativo dado a esse perfil de mulher: “estou aqui para dizer isso e repetir mil vezes”, “a única razão”, “como uma idiota, sentada”, “não dá pra ser muito delicado aqui”, “isso é burrice”. Mais uma vez, é nítido como tais escolhas vocabulares são carregadas de potencial patêmico, pois visam a suscitar, na leitora, possíveis emoções (como a vergonha de sua postura não proativa e pouco inteligente) que a levarão a aderir às propostas de Harvey, caso ela se identifique com a situação descrita.

O livro de Argov (2010) também contempla o perfil da mulher *doadora* de que tratamos nesta seção, inclusive nos trechos de resenhas críticas publicadas sobre a obra e citadas no interior dela. Veja-se este, da Revista Playboy, em que se observa o caráter nitidamente pejorativo da nomeação “capachos”, atribuída a tal perfil feminino:

“Um manifesto contra o chororô¹⁶¹, uma obra capaz de estimular as mulheres que se sentem capachos a desenvolver sua independência.” – Revista Playboy (*op. cit.*, p. 6).

A obra de Argov (2010), em relação a essa categoria de imagens femininas, trabalha sobretudo com a ideia de que a mulher que se esforça demais para agradar seu parceiro e demonstrar-se desejosa da relação (especialmente desejosa do matrimônio) – a dita “boa moça” – é vista como insegura, fraca e dependente, por isso desinteressante. Já no início de seu primeiro capítulo (“Jogue fora o manual: por que a mulher forte conquista o coração

¹⁶¹ Também é interessante que nos atentemos ao uso desse termo, “chororô”, que será sobremaneira justificado na próxima seção, quando nos referirmos à terceira categoria de imagens femininas identificadas nessas obras.

masculino”), para começar a defender essa ideia, Argov propõe à leitora um exercício imaginativo, hipotético¹⁶², segundo ela, de inversão de papéis:

Diretrizes da sociedade para as boas moças: Imagine um mundo em que os papéis fossem invertidos e os homens cozinhassem para as mulheres, recolhessem meias espalhadas pelo chão e vivessem doidos para se casar. Finja que você tem um namorado que guarda uma caixinha especial com seis gravatas-borboletas lilases reservadas para serem usadas por seus padrinhos no dia do casamento. Imagine que ele sinte uma espécie de nó na garganta toda vez que passa pela vitrine de uma loja de roupas de bebê. [...] Talvez você achasse que o sujeito surtou de vez. E começasse a bolar o seu melhor plano de fuga. “Não é você, sou eu. [Tradução: É você, sem sombra de dúvida.] Estou ocupada demais com o trabalho. Eu amo você, mas não estou apaixonada.” Então você sairia em disparada pela porta... Como um carro de Fórmula 1. Por mais assustador que isso pareça, é exatamente assim que as mulheres agem quando querem arrumar um marido, porque assim foram ensinadas. É o compromisso de qualquer “boa moça”: colocar as necessidades de todo mundo antes das suas e achar que não chega à altura da barra da calça de seu homem. [...] Quando a mulher se esforça demais, o homem geralmente começa a testá-la para ver até onde está disposta a ir: é como se ele lançasse um *frisbee* só para ver o quanto ela correria e quão alto pularia pra agarrá-lo. (*op. cit.*, p. 24-25; 33).

Logo no começo do trecho, é interessante observar como, de maneira muito sutil e naturalizada, a autora acaba por reforçar as funções sexistas tradicionalmente atribuídas a homens e mulheres, a despeito das mudanças já sofridas por essas configurações: no mundo em que os papéis *não* são invertidos, as mulheres cozinham *para* os homens, recolhem suas meias *do chão* e vivem *doidas* para casar. A percepção do reforço desses lugares estereotipados acaba sendo mitigada por um discurso leve e bem-humorado, perceptível por meio de cenas socialmente excêntricas, como a do homem que guarda “uma caixinha especial com seis gravatas-borboletas lilases” ou a daquele que sente “um nó na garganta” toda vez que passa pela vitrine de uma loja de roupas de bebê. Logo em seguida, comicamente, a alusão a uma fala dita masculina (“não é você, sou eu”) e sua real interpretação, somada à ideia da fuga como um carro de Fórmula 1, completa a imagem mental a ser construída pela leitora. Neste momento, Argov esclarece a função desse argumento ilustrativo (e claramente carregado de índices de emoção) para seu projeto persuasivo: induzir a leitora a projetar-se no lugar do homem que se vê frequentemente sufocado pela mulher em relação ao casamento, desejando fazê-la experienciar sentimentalmente o pânico que este sentiria em tal situação (“por mais assustador que isso pareça”), mais uma vez por meio da recorrência a estereótipos.

¹⁶² Há que se destacar, no trecho, a utilização de tempos verbais associados a essa ideia de hipótese, como o *pretérito imperfeito do subjuntivo* (fossem, cozinhassem, recolhessem, vivessem, achasse, começasse), o *presente do subjuntivo* (tem, sinta, passa, pareça, agem) e o *futuro do pretérito do indicativo* (sairia).

[...] os estereótipos cristalizam formas de sentir: ações, comportamentos e sentimentos são previamente avaliados, julgados desejáveis ou não, agradáveis ou não, positivos ou não. Antecipadamente se constrói uma significação afetiva para experiências individualizadas, significação que passa a integrar os valores de uma sociedade e que, de alguma forma, molda nossas relações, pois ela é internalizada. Assim os modelos de ação interiorizados estão estreitamente ligados a valores afetivos que fazem parte dos processos de socialização aos quais estamos expostos no nosso dia a dia. Portanto, ao categorizar e generalizar, o estereótipo atua nos processos cognitivos e assume igualmente um papel fundamental na constituição e percepção do nosso universo afetivo. (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 101).

Ainda em relação ao último excerto, Argov procura suavizar o tom de sua crítica a essas mulheres, atribuindo a culpa do comportamento delas ao que a sociedade lhes ensina (“porque assim foram ensinadas”). Dessa forma, a autora tenta delinear para si uma imagem que procurará consolidar no decorrer da obra: a de uma escritora moderna, feminista, defensora do empoderamento das mulheres frente aos lugares tradicionalmente atribuídos a elas¹⁶³, aquela que “abrirá os olhos” das *boas moças* a fim de transformá-las em legítimas *poderosas*. Por fim, Argov apela a um argumento figurativo de grande força emocional: ela compara a mulher esforçada a um animal de estimação que é condicionado com um brinquedinho (*frisbee*) a pular cada vez mais alto – nesse caso, pela ação do homem, colocado em uma posição de superioridade e racionalidade clara (a do dono do animal ou do adestrador). Dessa forma, parece-nos claro que a autora pretende jogar com certas emoções de sua leitora, como a raiva ou a humilhação, fazendo-a reconhecer-se no indigno papel do cão que persegue o *frisbee* e, conseqüentemente, fortalecendo o objetivo argumentativo de seu capítulo.

Passemos, agora, ao último trecho da obra de Argov (2010) a ser analisado nesta seção. Nele, a autora utiliza um procedimento argumentativo recorrente em seu livro: valer-se de uma cena ficcional de longa-metragens hollywoodianos (ou mesmo do depoimento real de alguma estrela desses filmes), como pretensos argumentos de autoridade, para ilustrar o que pretende defender acerca do melhor comportamento feminino frente ao homem. Percebe-se que, com essa estratégia de acessar o repertório cultural popular de seu provável público-alvo, Argov, mais uma vez, recorre a caminhos persuasivos não tão explícitos e prescritivos em seu projeto de persuasão, a fim de tornar seu discurso mais descontraído e menos autoritário.

Claro que não é isso [firmeza e independência] que é ensinado às mulheres. No filme *O clube da felicidade e da sorte*, há uma cena que exemplifica a atitude de abnegação e de menosprezo que Rose adota para conquistar o marido, sem entender por que aquilo está surtindo o efeito oposto [...].

Rose: Querido, você acha que devemos jantar em casa ou ir a um restaurante hoje?

¹⁶³ Como veremos na última seção deste capítulo, a nosso ver, tal tentativa mostrar-se-á falha.

Ted: Você resolve.

Rose: Se comermos em casa, teremos costeleta de cordeiro. Ou posso ligar para a Square One. Eu não queria interromper seu trabalho.

Ted: Você não está interrompendo. Eu falei sério. Quero saber o que você quer.

Rose: Seu dia foi difícil e pra mim tanto faz. Eu só quero que você seja feliz... Querido, qual é o problema?

Ted: De vez em quando, eu queria saber o que *você* quer. Eu gostaria de ouvir *sua* voz, mesmo que seja para discordar de mim. Você era diferente. Você costumava ter opinião. (*op. cit.*, p. 246).

No excerto anterior, para ilustrar como as mulheres doadoras se tornam desinteressantes por sua falta de iniciativa e abnegação, Argov recorre à transcrição do diálogo entre as personagens Rose e Ted. Por meio desse argumento de *antimodelo*¹⁶⁴, Argov procura transparecer que esse perfil de mulher, de forma “cega” e ingênua, não consegue perceber (“Querido, qual é o problema?”) que seus insistentes esforços passionais para agradar e demonstrar amor (“Eu só quero que você seja feliz”) estão surtindo “o efeito oposto”, desvalorizando-a frente a seu parceiro. A resposta final do marido, que reitera referências dêiticas em 2ª pessoa (“o que você quer”, “sua voz”, “você era diferente”, “você costumava ter opinião”), enfatiza que tais esforços diminuem mesmo o valor de sua mulher. Recorre-se, portanto, a tão conhecida imagem da mulher que se anula pelo homem, que se doa por completo para que ele se sobressaia – estereótipo possível de ser verificado no caricato diálogo.

Investigamos, portanto, nesta seção, a categoria de imagens da *mulher doadora*, a fim de identificar nessa representação uma vinculação pejorativa entre o feminino e as emoções. Esse perfil de mulheres, segundo os autores de nosso *corpus*, situar-se-ia em uma posição desempoderada em suas relações conjugais por dedicarem seus afetos desmedidos à figura masculina e, por extensão, demonstrarem-se dependentes de sua atenção, inseguras e sem iniciativa, incapazes de um controle racional sobre sua própria autoestima. Passemos, agora, ao último – e mais frutífero – grupo de imagens que relacionam feminino e emoções em nossas obras: o que as vincula a certo descontrole nas ações e na linguagem.

¹⁶⁴ Argumento retórico também frequente no discurso de autoajuda, segundo Aguiar (2009, p. 152).

3.3.4 A mulher *descontrolada*: imagens pejorativas de instabilidade e afetividade explícita

“Loucas”, “oscilantes”, “faladeiras”, “passionais”, “ilógicas”: neste momento, centramo-nos nas representações sociodiscursivas mais recorrentes, presentes no senso comum, acerca da ligação entre o feminino e as emoções. Nesta seção, vamos nos debruçar sobre alguns excertos que ilustram a grande tônica das duas obras: as mulheres seriam, em sua maioria, sujeitos extremamente emotivos e instáveis e, por isso, com frequência distanciados de uma postura equilibrada e racional. De forma mais específica, esse descontrole passional se faria presente não só nas ações femininas, mas também, sobretudo, em sua linguagem fortemente subjetiva e patêmica, vista sempre como prolixa, pouco objetiva. Esse perfil feminino (certamente, segundo as obras, o mais odiado pelos homens) faria com que a mulher saísse em grande desvantagem no jogo amoroso, por revelar suas fragilidades diante de seu companheiro e por colocá-la em posição de sujeição. Mais uma vez, vê-se a tradicional dicotomia homens racionais *versus* mulheres passionais, tão sustentada historicamente, e a inferiorização destas por sua associação às emoções.

É importante ressaltar que, devido ao alto número de ocorrências relativas a essa categoria de imagens nas duas obras, esta seção terá uma extensão maior. Entretanto, temos consciência de que, ainda assim, não conseguiremos contemplar a riqueza de formas sob as quais tal suposto perfil feminino aparece em nosso *corpus*. Sigamos, então, à nossa análise, iniciando por *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* (HARVEY, 2010):

Nossas ações e reações são fruto da lógica. **Mas** nossas mulheres agem e reagem emocionalmente – o que é um balde de água fria em cima da gente. Muitas vezes descobrimos que a reação de uma mulher se deve não a uma causa racional, mesmo se desconhecida, **mas** simplesmente à maneira como ela estava se sentindo naquele dia ou nos últimos cinco minutos. (*op. cit.*, p. 53, negritos nossos).

As construções adversativas, sinalizadas com o uso reiterado do “mas”, mais uma vez, são as responsáveis por estruturar sintaticamente a oposição masculino *versus* feminino (neste caso, homens lógicos, racionais, estáveis *versus* mulheres ilógicas, irracionais, instáveis) neste trecho. A popular imagem do “balde de água fria”, simbolizando a decepção masculina frente à reação feminina, é uma forma de, novamente, Harvey recorrer a elementos dóxicos para fazer a leitora partilhar do ponto de vista que pretende transmitir. O fato de a atitude feminina,

“muitas vezes”, segundo o autor, dever-se à maneira como a mulher está se *sentindo* – ressalte-se: não pensando ou agindo – *naquele dia ou nos últimos cinco minutos* destaca a rápida mudança de humor atribuída a elas¹⁶⁵, com o uso dessas locuções adverbiais que denotam tempo reduzido. Nessas obras, não somente a *mudança de humor* é uma característica atribuída à falta de lógica das mulheres, mas também a *mudança de desejos, vontades* – que sinalizaria pouca objetividade e, conseqüentemente, pouca racionalidade:

Não teremos jamais a menor ideia do que uma mulher precisa, porque as necessidades e vontades de uma mulher mudam de uma hora para outra como o vento de uma cidade para outra. Os homens são seres muito simples, são seres lógicos. (*op. cit.*, p. 107).

Neste trecho, o uso do advérbio “jamais” e do adjetivo “menor”, além do emprego da comparação com o “vento de uma cidade para outra”, enfatizam a impossibilidade de os homens, mesmo que de forma esforçada, entenderem as necessidades femininas, dada a *simplicidade* destes (e, por consequência, a complexidade delas). Esse recurso ao popular imaginário de que “as mulheres nunca estão satisfeitas” e de que são “incompreensíveis, pois sempre mudam de opinião” parece ser um argumento de boa aceitação frente a um pretense auditório universal. Afinal, recorrendo a esses estereótipos, Harvey, de certa forma, não se responsabiliza pela origem desse pensamento, mas o coloca como algo inquestionável, de conhecimento geral, conforme pontua Lysardo-Dias (2010):

[...] diríamos que o estereótipo, por ser de todos, não pertence a ninguém: essa autoria difusa nos coloca diante da questão relativa à responsabilidade sobre o dizer. Trata-se de uma voz instituída coletivamente por meio da qual o locutor se esconde e se protege, assumindo para si o dizer quando lhe for conveniente, atribuindo ao outro quando se sentir ameaçado. (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 102).

Vejamos, agora, no trecho extraído do capítulo “Precisamos conversar e outras pérolas que fazem os homens sumirem” (HARVEY, 2010), a representação que é feita da mulher que quer conversar com seu parceiro, seja para discutir a relação (a popular “DR”) ou mesmo para papear livremente:

“Precisamos conversar”. Para um homem, poucas palavras são mais ameaçadoras do que essas – especialmente quando a voz é da mulher e ele comparece só com a orelha. Essa frase tem dois significados instantâneos aos nossos ouvidos: ou fizemos alguma coisa de errado ou, pior, a mulher quer, de fato, literalmente, conversar.

¹⁶⁵ Neste ponto, é interessante constatar a profusão de imagens sociais que também associam as mulheres à instabilidade/descontrole devido a suas questões hormonais, como no período de TPM. No caso de nossas obras, tal associação não foi verificada, apesar de ser bastante recorrente na doxa.

Bem, sabemos que não somos a essência da perfeição e que há ocasiões em que nossa mulher fica uma fera conosco e quer que saibamos disso com todos os decibéis possíveis. Certo. Ok. Você tem razão. Mas, ainda assim, não necessariamente fico contente em aguentar um discurso de mais de uma hora sobre como consegui estragar absolutamente tudo. Se não for isso, é a segunda hipótese. Horror. Quer saber? Homem nenhum gosta de ficar sentado, papeando besteira, como se fosse uma amiguinha de sua mulher. Nenhum. Simplesmente não está no nosso DNA ficar recostado em uma poltrona, bebericando chás ou *cappuccinos* e, de vez em quando, enxugar o canto direito do olho com um lençinho de papel. Como se estivéssemos no analista extraindo parafusos da nossa cabeça. Ou em algum chá de bebê. Quando um homem fala e, principalmente, quando um homem escuta, é preciso que haja uma finalidade objetiva. Não somos do tipo que despeja emoções. Somos do tipo que conserta o que tiver de ser consertado. (*op. cit.*, p. 49-50).

É possível que destaquemos, no trecho, inúmeras marcas linguísticas que visam a desqualificar a conversa feminina, entendendo-a como motivo de repúdio, tédio ou desprezo masculino: as palavras “precisamos conversar” são *ameaçadoras* (o que os faz querer evitar o diálogo); o homem entende que, por vezes, a mulher fica, com razão, uma *fera* e quer fazer com que ele saiba disso *com todos os decibéis possíveis* (uma patente marca de descontrole); mas, *ainda assim*, ele *não fica contente* de *aguentar* um *discurso de mais de uma hora* sobre como conseguiu *estragar absolutamente tudo* (sinal não só da prolixidade, mas também da injustiça das falas femininas); homem *nenhum, nenhum* (reiteradamente) gosta de ficar sentado, *papeando besteira*, como se fosse uma *amiguinha* da sua mulher (o que destaca a inutilidade e o caráter prosaico dos diálogos femininos), porque *não está em seu DNA* (ou seja, está no delas, é algo biológico, natural) ficar *bebericando* e, de vez em quando, enxugar uma *lágrima de emoção*. Assim eles se sentiriam como suas mulheres no analista, com este *extraindo parafusos de sua cabeça* (veja-se o símbolo popular da insanidade mental), ou em um *chá de bebê* (evento tipicamente feminino e visto como tedioso). Finalmente, a conclusão de Harvey acerca da iniciativa de diálogo feminina visa a ressaltar a rígida oposição da fala das mulheres e dos homens: eles trabalham com finalidades *objetivas*, práticas, com o conserto do que está errado, pois não são do tipo que *despejam* emoções, como elas. Percebase, nesse caso, a carga axiológica depreciativa do verbo *despejar*: aquilo que despeja é porque está se excedendo ou porque não tem controle, é fluido e corrente, o que seria típico dos afetos femininos.

[...] il apparaît ainsi que dans nos sociétés, les femmes ont un “éthos” plus émotionnel que les hommes, ce qui veut dire, non qu’elles éprouvent plus d’émotions, mais qu’elles les *manifestent* davantage (par plus de rires, de larmes, d’interjections, de manifestations d’enthousiasme et d’engagement conversationnel), et qu’elles les décodent mieux que les hommes. En outre, certaines émotions (comme l’anxiété ou la honte – dans les sociétés méditerranéennes en particulier) sont considérées comme étant plus spécifiquement féminines, alors que d’autres types d’émotions (comme la colère) sont jugées plus typiquement masculines: les styles

émotionnels masculins et féminins se distinguent donc tant d'un point de vue quantitatif que qualitatif. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2000, p. 56)¹⁶⁶.

Neste momento, cabe-nos abrir uma ressalva: de fato, conforme pontua Kerbrat-Orecchioni na citação anterior, é inegável que, culturalmente (como vimos em nosso Capítulo 2), as mulheres são bem mais incentivadas a *manifestar* suas emoções, a deixá-las “transbordarem”¹⁶⁷ – o que não significa que elas as *sintam* mais que os homens, necessariamente. Há, inclusive, algumas emoções socialmente mais associadas ao perfil masculino, como a própria raiva. O fato é que o conteúdo das obras de Harvey e Argov parece, na maior parte do tempo, tentar invisibilizar a existência real desse “estilo emocional” masculino, a fim de destacar os “defeitos passionais” femininos¹⁶⁸.

De volta a Harvey (2010), no trecho a seguir (do capítulo “Homens gostam de seguir regras – apresente as suas”), o autor ensina à leitora a maneira supostamente correta de falar com seu recente parceiro sobre o fato de já ter filhos, de forma a não assustá-lo e a assumir as crianças. Ela deve conter seus sentimentos fortes (não deve *levantar o dedo na cara dele*, nem *berrar*, nem ser ameaçadora em suas colocações), mas não deve deixar de ser objetivamente suave e agradável – como caberia a uma mulher – a fim de que ele a julgue doce, responsável e racional, *de cabeça boa*, e não furiosa, *maluca* como *toda sua família* (veja-se a força dessa hipérbole), mais irritante que *giz arranhando quadro-negro* (destaque para a carga patêmica dessa imagem). Falando dessa forma, será *mais fácil* para ele compreender as exigências femininas, o que denota certo caráter de confusão associado ao passional discurso feminino.

¹⁶⁶ Tradução livre da autora: “[...] parece assim que, na nossa sociedade, as mulheres têm um “ethos” mais emocional que os homens, o que, podemos dizer, não que elas *experimentam* mais emoções, mas que elas as *demonstram* mais (por mais risos, lágrimas, interjeições, manifestações de entusiasmo e engajamento conversacional), e que elas as decodificam melhor que os homens. Além disso, certas emoções (tais como a ansiedade ou a vergonha – nas sociedades mediterrâneas, em particular) são consideradas como mais especificamente femininas, enquanto outros tipos de emoções (como a raiva) são julgadas mais tipicamente masculinas: os estilos emocionais masculinos e femininos se distinguem, portanto, tanto de um ponto de vista quantitativo como qualitativo.”

¹⁶⁷ Lembremos que, em certas culturas, como a brasileira, em determinados momentos, a mulher é até criticada caso se mostre extremamente fria, conforme já sinalizamos em nosso Capítulo 2 (por exemplo, por meio do exemplo da presidente Dilma Rousseff). De forma oposta e paradoxal, caso esta se mostre excessivamente passional, “descontrolada”, ela é vista com descrédito, como estamos procurando mostrar.

¹⁶⁸ Ainda a respeito desses “estilos emocionais” femininos e masculinos, sugere-se a leitura da obra *Você simplesmente não me entende: o difícil diálogo entre homens e mulheres* (TANNEN, 1990). Transitando pelos campos da Psicologia, Sociologia e da Linguística, o livro de Tannen defende, por meio de inúmeras pesquisas científicas e exemplos, a existência dos chamados *generoletos*, ou seja, as distintas configurações linguístico-discursivas de homens e mulheres – como dois falares completamente diferentes – que os fazem entrar tanto em conflito. Por motivos de extensão, infelizmente, não poderemos abordar detalhadamente as propostas de Tannen.

Se você disser a ele suas exigências aqui e ali no meio da conversa e elas soarem razoáveis com sua voz doce, será mais fácil para ele compreendê-las e obedecê-las. Imagine a cena e o que ele vai pensar se você levantar o dedo na cara dele, berrando: “Não vou tolerar homem que não compreenda meu papel de mãe, e se você não souber lidar com meus filhos é sinal de que não está sabendo lidar comigo!”. Pior que giz arranhando quadro-negro. Ele vai achar que você está furiosa com alguma coisa ou que é maluca. E que toda sua família é maluca também. Mas veja só a diferença de você suavizar a coisa e disser algo agradável como: “Tenho filhos, sabe, e filhos, ah, eles sempre vêm em primeiro lugar.” Agora ele acha que você é uma dessas moças doces, responsáveis, de cabeça boa. (*op. cit.*, p. 108).

Passemos agora a Argov, em seu *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* (2010). Em sua obra, a imagem da mulher “descontrolada” é recorrente em quase todas as seções. Típica das mulheres *não poderosas*, que dificilmente serão pedidas em casamento, segundo o ponto de vista da autora, essa característica supostamente feminina possui, inclusive, dois grandes capítulos especificamente destinados a ela, o de número 4 (“Cutucar as feridas femininas, antiga tradição masculina: recupere o controle remoto de suas emoções”) e o de número 5 (“Conquiste o controle de suas emoções”). Por vezes, Argov parece inclusive repetitiva ao tratar do tema, traço de uma estrutura argumentativa *tautológica* que é bastante comum às obras de autoajuda, segundo Alonso (2010, p. 84). Passemos, então, a alguns excertos de destaque nos quais poderemos analisar as estratégias argumentativas da autora.

Se você fosse uma mosquinha escutando a conversa de um grupo de homens, não seria incomum ouvi-los debater como os homens são “racionais” e as mulheres são canhões sem controle emocional. Por isso, os homens adoram a fala de Jack Nicholson em *Melhor é Impossível*. Quando perguntam ao personagem de Nicholson como ele consegue descrever o temperamento de uma mulher assim tão bem, ele responde: “Penso em um homem. Daí, tiro toda a razão e a responsabilidade por seus atos.” É assim que muitos homens enxergam as mulheres. [...] Quando uma mulher reage de maneira emocional, os homens conseguem três coisas: atenção, controle e sensação de importância. [...] No instante em que ele detecta emoções exacerbadas que considera desproporcionais à situação em que se encontram, você é logo classificada como uma mulher que não pode ser muito levada a sério. Se você bater os pés, esguichar lágrimas pela casa toda e começar a soltar berros tão estridentes que seriam capazes de paralisar um rinoceronte em ataque, *ele saberá que tem plenos poderes sobre você*. (*op.cit.*, p. 120-122).

Neste primeiro trecho, Argov mais uma vez se vale da estratégia – já abordada por nós neste capítulo – de atribuir *aos homens*, e não a si mesma, os julgamentos feitos sobre as mulheres em sua obra (“conversa de um grupo de homens”, “os homens”, “o personagem de Nicholson”, “ele” – todas essas referências em 3ª pessoa), o que voltará a ser percebido nos próximos excertos sob análise. Além de tentar eximir-se, portanto, da responsabilidade sobre o seu dizer (como se não necessariamente concordasse com o que apresenta), a autora assumirá, ao falar do perfil emotivo feminino, um ar recorrentemente exagerado e,

consequentemente, bem-humorado, na tentativa de mobilizar as emoções de sua leitora e aproximar-se dela com leveza, rindo de sua “tragédia”. No entanto, é importante ressaltar que tal caráter cômico da obra, a nosso ver, não transforma as colocações de Argov em “brincadeiras”: ao ler sua obra, tem-se a impressão de que o discurso sarcástico procura apenas suavizar (ou seria reforçar?) o peso dos duros julgamentos de valor feitos por ela em relação às mulheres. A esse respeito, para Koch (2011, p. 148), o caráter sarcástico, irônico e satírico dos textos pode ser entendido como estratégia argumentativa da retórica aplicada.

No caso do excerto anterior, a enfática descrição caricata da mulher – que *bate os pés, esguicha lágrimas pela casa toda* e solta *berros tão estridentes que seriam capazes de paralisar um rinoceronte em ataque* – confirma a metáfora masculina de que as mulheres são *canhões* sem controle emocional e a fala do personagem de sucesso de que elas são homens dos quais se tirou *toda* a razão e a responsabilidade por seus atos. O ar taxativo dessas descrições de Argov dá força argumentativa à tese que ela começará a defender: a de que, quando demonstra suas emoções de forma clara, a mulher *perde poder* no jogo amoroso. Ainda nesta seção, voltaremos a tratar dessa proposta. Por ora, continuemos a nos centrar nas descrições femininas efetuadas por Argov.

Para Koch (2011, p. 151), a seleção lexical é um recurso retórico de grande importância. Segundo a autora, a intenção argumentativa pode ser detectada, muitas vezes, pelo uso de um termo pouco habitual na linguagem cotidiana, ou mesmo pela escolha de um termo recorrente, pois não haveria seleções lexicais neutras. Partindo dessa afirmação, podemos entender que as constantes tentativas de Argov (2010) de definir axiologicamente a mulher *descontrolada* são, na verdade, estratégias argumentativas de designação/nomeação (EMEDIATO, 2011), as quais já sugerimos anteriormente em nossa análise. Vejamos como essa estratégia se manifesta nos dois trechos a seguir, nas expressões em destaque que circunscrevem o campo semântico da insanidade mental:

“A maior parte dos homens considera as mulheres emotivas demais. É por isso que ele lhe faz um relato geral a respeito de suas ex-namoradas. Ao passo que algumas escapam apenas com a alcunha de **rainhas do drama**, outras são classificadas de **psicopatas** (também conhecidas como **esquizofrênicas**). Todo cara fala sobre aquela **ex-psicopata**, naquele episódio em que ela perdeu as estribeiras e foi preciso chamar homens de avental branco para jogarem uma rede em cima dela e acalmá-la com um dardo de tranquilizante. Sabe como é, exatamente como fazem com um **animal que escapou do zoológico**.” (*op.cit*, p. 217, negritos nossos).

Ouço os homens dizerem com frequência que todas as mulheres são **loucas** ou **emocionalmente instáveis**. Alguns até as dividem em categorias. De acordo com a visão deles, as mulheres variam de *levemente irracionais* a **totalmente psicóticas**. [...] Elas recebem essa análise de saúde mental feita pelo namorado (autoproclamado terapeuta) e já começam a se questionar: “Ele diz que estou agindo como louca, que não sou normal. Sinto que estou enlouquecendo mesmo.” Então ela pega um chicote e começa a se flagelar. Várias e várias vezes. (*op.cit*, p. 152-153, negritos nossos).

O primeiro trecho (do capítulo “Invadindo o Clube do Bolinha: segredos roubados – todas as informações altamente sigilosas que os homens só compartilham com outros homens”), transcrito entre aspas, relata a resposta de um dos supostos entrevistados de Argov para a seguinte pergunta: “Por que os homens vivem testando as mulheres? Eles fazem isso de propósito?”. Nessa resposta, o *relato geral* – histórico feito pelo homem *a respeito de suas ex-namoradas* para sua atual companheira – sinaliza que a postura descontrolada (“ela perdeu as estribeiras”) das parceiras é uma constante, e não um caso de exceção. Neste caso, seria importante que ela já soubesse, por intermédio do próprio namorado, a postura irracional, animalésca (como *um animal que escapou do zoológico*, sobre o qual foi jogado uma *rede* e um *dardo de tranquilizante*) e repudiante de suas ex-companheiras. No segundo excerto, mais uma vez aparece o diagnóstico feminino de insanidade mental, novamente feito pelo julgamento do namorado (“autoproclamado terapeuta”), e a mulher o entroniza.

Desse ponto de vista, podemos dizer que o discurso de autoajuda, baseando-se numa imagem negativa de mulher ou mesmo associando-a aos temas costumeiros, está, de uma certa forma, colaborando para a manutenção dos velhos estereótipos sobre a mulher, o que é, sem dúvida, muito favorável a esse discurso, já que ele só se justifica se a mulher realmente se identificar com eles. É por isso, inclusive, que a Psicologia Social afirma que os estereótipos levam com frequência à formação de círculos viciosos, nos quais a adesão ao estereótipo leva a sua reprodução¹⁶⁹. (BRUNELLI, 2012, p. 114-115).

Se *o namorado diz* que ela está agindo como louca, que ela não é normal, *a mulher*, por consequência, *sente* que está *mesmo* enlouquecendo e, então, começa a se flagelar, *várias e várias vezes*, culpando-se por ser, em tese, realmente assim. E, neste momento, dá-se, segundo Argov, o nítido desnível de poder entre os parceiros. No trecho seguinte, por meio de uma pergunta de caráter retórico¹⁷⁰, a autora se questiona sobre quem exerce, de fato, o

¹⁶⁹ Ainda a respeito da interiorização dos estereótipos pelos grupos subalternos e da adesão a estes, Amossy & Pierrot (apud BRUNELLI, 2012, p. 115) também pontuam: “Seguindo a mesma lógica do círculo vicioso, o da profecia que provoca a sua própria realização, os membros dos grupos estigmatizados se adequam à imagem desvalorizada que lhes devolve um meio hostil. Interiorizando o estereótipo discriminatório, eles são levados a ativá-lo no seu próprio comportamento.”

¹⁷⁰ Pereira (2006) defende que a pergunta retórica, como procedimento recorrente das obras de autoajuda, faz com que o enunciador desempenhe, boa parte das vezes, o papel de “déspota” do discurso. Esse tipo de pergunta, nesse sentido, traria uma falsa aparência de diálogo que, na verdade, mitigaria uma verdadeira monologização. O

controle da mulher: ela mesma ou suas emoções. No caso de serem estas últimas, a mulher assume uma clara posição fragilizada diante do parceiro:

“Quem está no controle? Ela ou as emoções?”. Se as emoções estiverem no comando, você estará à mercê dele. É coisa de homem. Eles aprendem muito cedo que mostrar emoção demais significa fraqueza. Eles respeitam mulheres fortes. Então, é preciso controlar o quanto de emoção você vai mostrar. Portanto:

FÓRMULA PARA O FRACASSO:

Falta de controle emocional = Desespero para manter o relacionamento = Moleza para ele

FÓRMULA PARA O SUCESSO:

Autocontrole emocional = Controle sobre como ele a trata e controle sobre se você é respeitada. [...]

Quando uma mulher fica atraída cedo demais *por causa de suas emoções* ou mostra sinais de que não está no controle depois do sexo *por causa de suas emoções* ou espera um final feliz digno de contos de fada *por causa de suas emoções*, ela está se oferecendo numa bandeja de prata. Por outro lado: se ela for menos tolerante e mantiver a posse das faculdades mentais, vai chamar a atenção dele quando ele tentar “condicioná-la” a receber menos. (*op. cit.*, p. 157-158).

De forma bastante concatenada e determinista, a estrutura condicional, somada à conclusiva (*se* as emoções estiverem no comando → você estará à mercê dele → *então* é preciso controlar o quanto de emoção você vai mostrar), aliam-se à antonímia “fraqueza” (emoção demais) *versus* “força” (controle emocional). Em seguida, a partir desse raciocínio e de maneira típica às obras desse gênero, são apresentadas duas *fórmulas* opostas, a do *sucesso* e a do *fracasso* femininos: a mulher que demonstra exacerbadamente suas emoções demonstra, indubitavelmente (veja-se o sinal matemático do “igual”), *desespero* para manter seu parceiro, o que faz com que ele tenha facilmente (“moleza para ele”) o domínio da relação e, conseqüentemente, desinteresse-se dela. Já a mulher que sinaliza autocontrole das emoções – a mulher *poderosa* – possuiria também, automaticamente, o controle da relação e da forma como seu companheiro a trata. Em seguida, a reiteração destacada da expressão “por causa de suas emoções” indica que, invariavelmente, a passionalidade é a origem, a motivação das posturas e expectativas erradas da mulher que fracassa em suas relações amorosas. Esta se *oferece* numa *bandeja de prata* (tal como uma oferenda ou um prato de comida), entrega o controle da relação ao homem, quando perde a *posse de suas faculdades mentais*, de sua razão. Tal postura feminina é recorrentemente mencionada nos discursos circundantes em nossa sociedade, conforme já vimos no Capítulo 2.

uso dessa estratégia argumentativa não representaria, portanto, uma real dúvida por parte de quem a profere, mas uma certeza, que deve ser realçada de forma indireta: “[...] o processo deixa de ser interacional, pois afasta o enunciatário como um sujeito capaz de dar respostas, de aceitar, de recusar; ou seja, deixa de ter atitude responsiva e passa a ter (ou espera-se que tenha) apenas uma conduta.” (*op. cit.*, p. 1526).

[...] no domínio do senso comum, as emoções sempre estiveram relacionadas à ideia de fraqueza, à incapacidade de domínio de si em determinadas situações e, mais ainda, no que se refere à cultura brasileira, esteve sempre relacionada a uma certa “feminilização” do sujeito. Isto porque como as mulheres representariam, de acordo com algumas correntes filosóficas e para nossa sociedade conservadora, seres humanos menores e por isso mesmo mais susceptíveis a “ações irracionais”, elas seriam o lado humano ideal para a manifestação de toda espécie de emoções. (LIMA, 2006, p. 126-127).

Argov também, de forma similar a Harvey, acredita que não somente os comportamentos femininos denotam descontrole, mas também sua *linguagem*, especificamente sua fala. No trecho a seguir, a autora aconselha suas leitoras a conquistarem seus homens por meio de discurso aparentemente racional, impessoal e objetivo, que apaga as marcas de subjetividade e emoção, opondo-se aos ineficazes conselhos dos “psicólogos moderninhos”:

Psicólogos moderninhos dizem que, quando você não deseja que alguém se sinta atacado ao abordar um conflito, deve começar todas as frases com: “Eu sinto...” em vez de “Você...”. Com a espécie masculina, você pisará nos calos certos com muito mais rapidez se deixar os sentimentos de lado e disser o que você pensa. Quando em Roma... fale como Romeu. Romeu começaria frases com “Eu acredito...”, “Pelos meus cálculos...”, “Meu ponto de vista é...”, “Eu analiso a situação...”, “Falando objetivamente...”. Você conquistará a atenção imediata dele quando usar palavras desprovidas de emoção (algo para o qual ele está completamente despreparado). [...] Em vez de: “Precisamos conversar sobre meus sentimentos”, diga: “Vamos analisar a situação de maneira *racional e lógica*.” Agora é você quem está segurando as rédeas e decide o rumo da relação. (*op. cit.*, p. 147-149).

Mais uma vez, o uso de um provérbio ajuda a popularizar e a didatizar a construção argumentativa: “Quando em Roma... fale como Romeu”. O efeito da utilização de palavras “desprovidas de emoção” é *imediato*, pois o homem estaria *completamente despreparado* para tal abordagem “fria” da mulher, que instantaneamente lhe daria o controle da relação (“Agora é você quem está *segurando as rédeas*”). Os exemplos linguísticos dados por Argov sugerem o apagamento de palavras explicitamente afetuosas (como “sinto”, “sentimentos”) e a substituição destas por termos distanciados e técnicos (“cálculos”, “ponto de vista”, “analiso”, “situação”, “objetivamente”), que trazem à conversa conjugal um tom, de certa forma, *de negócios, de trabalho, de gestão* que corresponderia ao suposto universo masculino e a seus interesses – o que, obviamente, já nos faz perceber o óbvio: a mulher “poderosa” é, em seus comportamentos e também em suas falas, um simulacro da figura masculina, por isso tem a atenção do homem e o controle da relação. Voltaremos nessa sugestão adiante.

Nesse sentido, a retirada estratégica dos termos patêmicos da fala feminina mobilizaria menos as emoções masculinas, permitindo-o não se assustar com a proximidade emocional estabelecida entre ele e a parceira. Assim, a mulher poderosa deveria falar da *maneira mais alexitímica*¹⁷¹ que conseguisse, evitando vocábulos ou frases feitas de carga afetiva. Ademais, a simples menção a práticas cotidianas que relembram a emergência da subjetividade (como sessões de psicoterapia) ou a dificuldade de lidar com sentimentos (por meio do uso de antidepressivos ou do resgate de memórias negativas da infância) serviriam para desvalorizar o discurso feminino:

No caso de mensagem de voz, quanto mais curta, melhor. E não professe seu amor do alto da montanha. [Não use] frases íntimas ou cheias de fofura [...]. Não toque no verbo *amar* nos dois primeiros meses de namoro. [...] Não use palavras holísticas como *nós, nosso, destino, alma gêmea* ou qualquer outra que passe a impressão de “união”. Não use frases feitas como “Estava escrito nas estrelas” ou “O universo nos aproximou.” Se ele ainda não se decidiu, palavras melosas vão fazer com que se arrepie todo de terror. [...] Não conte a ele a respeito de suas sessões de terapia, dos antidepressivos que toma ou de seus problemas de infância. (*op. cit.*, p. 70-71).

Curiosamente, o único momento em que Argov aconselha o uso de uma fala mais emotiva por parte da mulher é para elogiar, carinhosa e enfaticamente, as ações “virtuosas” de seu parceiro, como um jantar romântico que ele lhe proporcione:

Ele não vai entregar o coração dele de bandeja, comprar alianças, pagar por uma festa de casamento e comprar uma casa se você engolir um jantar como se aquilo não fosse nada. Portanto, se quiser que ele lhe dê as estrelas, o sol e a lua (e aquela aliança tão cobiçada), não se esqueça de dizer as palavras mágicas: [listagem de exemplos de agradecimentos afetuosos feita pela autora]. Reconheça o que ele fez *com bastante ênfase*. [...] Não existem palavras mais doces aos ouvidos de um homem.. (*op. cit.*, p. 190).

Para Argov, por fim, o ideal seria que a mulher falasse, discretamente, *o mínimo possível*. Segundo ela, “Há uma *dignidade silenciosa* em algumas mulheres. [...] Ela não berra. Não grita. A maneira como ela se valoriza e tem fé em si mesma *sem fazer alarde* é a verdadeira essência do que faz com que ela seja o que todo homem procura.” (*op. cit.*, p. 239-240). Além disso, para a autora, as *negociações* entre homem e mulher deveriam ser “95% não verbais e 5% verbais” (*op. cit.*, p. 58). Não deixamos de reparar, neste trecho, no uso estratégico do termo “negociações” (mais uma vez do campo semântico empresarial) para se referir às conversas conjugais.

¹⁷¹ Cf. Plantin (2008, p. 125), a *alexitimia* refere-se ao distanciamento extremo e estoico do ser frente ao objeto em questão.

Em pouquíssimos momentos, Argov relativiza, também, ainda que de forma muito breve, a dicotomia mulheres emotivas *versus* homens racionais, colocando o próprio indivíduo do sexo masculino como alguém passível de ser emotivo. Isso aconteceria sobretudo no momento em que os *papéis fossem invertidos* e ele passasse a se relacionar com uma mulher “poderosa”, segura de si e “controlada”:

Muitos homens reduzem as mulheres a uma lista de pressupostos. Eles partem do princípio de que todas as mulheres são emotivas e de que serão capazes de manipulá-las por meio de suas emoções assim que conhecerem seus pontos fracos. Quando não conseguem isso, eles geralmente desmoronam e se transformam no elo vulnerável da relação. (*op. cit.*, p. 142).

Por mais que pareçam não emotivos, os homens também são vulneráveis. Eles também podem ser esmagados como uma uva. O homem tem necessidade profunda de confirmação e, com frequência, não vai lhe avisar quando se sentir vulnerável. Se estiver chateado, vai dizer: “Ah, não tem problema”, embora, talvez, esteja chorando por dentro. Quando um homem realmente se preocupa com uma mulher, se sente vulnerável. (*op. cit.*, p. 223-224).

O controle dela levaria ao descontrole dele – “Quanto mais racional e calma você fica, mais emotivo ele se mostra” (*op.cit.*, p. 135) –, pois ele se sentiria vulnerável/fraco (podendo ser *esmagado como uma uva*) e, de certa forma, inferiorizado ao se relacionar com essa mulher pretensamente tão segura de si, o que lhe traria preocupação para sua masculinidade (“o homem tem necessidade profunda de confirmação”). Muitas das vezes, entretanto, tal emotividade passaria despercebida aos olhos dos outros, já que ele se negará a assumir esse papel tradicionalmente feminino (talvez esteja *chorando por dentro*). Perceba-se também, neste trecho, como Argov, mais uma vez, tenta se mostrar como uma escritora reflexiva e distanciada de generalizações, pois mostra que nem todas as mulheres se entregam às emoções (e, conseqüentemente, ao insucesso amoroso), assim como nem todos os homens resistem aos “arroubos passionais”. Entretanto, a nosso ver, tal aparência relativizadora não é o suficiente para mitigar as representações binárias que ela sustenta no decorrer de toda sua obra. No trecho seguinte, nossa percepção pode ser constatada. Visando a criticar o fato de os homens fazerem comentários de mau gosto a respeito de mulheres policiais ou que servem ao exército, por estas profissões exigirem delas uma firmeza emocional que não possuiriam (“criaturas emotivas não podem ter todas as armas”, nem o poder de uma relação, conseqüentemente), Argov reproduz a piadinha (teoricamente) masculina para ilustrar a tese que deseja confirmar:

Os homens também fazem piadas e dizem coisas de mau gosto a respeito de mulheres policiais. E das que estão no exército. Por quê? As mulheres são muito

emotivas – e criaturas emotivas não podem ter todas as armas. Quando o batalhão precisa entrar em ação, os homens têm medo de que a mulherzinha da unidade fique com medo, chore, entre em pânico e descarregue uma metralhadora na direção errada – e extermine metade do batalhão sem querer. Se pudessem voltar no tempo, com certeza o fariam. Todas as mulheres teriam de entregar suas espingardas e receber um certificado para carregar descascadores de legumes. Na cerimônia de condecoração, ouviríamos trombetas e os soldados seriam homenageados com broches roxos em forma de coração. Então as “mulherzinhas” receberiam panelas rosas. “Por meio desta, nós a condecoramos por ter preparado um lanchinho delicioso sob uma chuva de morteiros.” Por isso, os homens têm certa predisposição a achar que você só age de acordo com a emoção. E, quando você o surpreende com uma abordagem racional, ele pensa: “Esta aqui tem munição. Ela é das boas.” Muitas mulheres não percebem que, com frequência, mostrar que têm cérebro e pensar por si é a melhor maneira de conquistar a confiança e o respeito dele. (*op. cit.*, p. 143).

O início do excerto de alta carga patêmica traz uma sequência narrativa hiperbólica que demonstra claramente as possíveis implicações do descontrole emocional feminino nessas profissões: a *mulherzinha* (veja-se o uso depreciativo do diminutivo) da unidade pode *ficar com medo, chorar, entrar em pânico e descarregar uma metralhadora na direção errada*, exterminando *metade* do batalhão *sem querer*. Graças a isso, o mais sensato seria fazer com que elas entregassem suas espingardas e recebessem um certificado para *carregar descascadores de legumes*. Note-se que o caráter humilhante dessa cena se associa a uma representação extremamente sexista dos gêneros: as mulheres teriam de abdicar de sua capacidade ofensiva/bélica (observe-se a imposição do “*teriam de entregar*”), simbolizada pela espingarda, e aceitar orgulhosamente uma autorização formal (por meio de um *certificado*) para carregar um objeto doméstico de pouco potencial agressivo/de defesa. Neste ponto, cabe-nos resgatar novamente Michelle Perrot, já mencionada em nosso Capítulo 2. Em *Minha história das mulheres* (2007), a pesquisadora aponta a vinculação atemporal da figura feminina aos afazeres inferiorizados da dona-de-casa e à instrumentação doméstica:

O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa. [...] O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. [...] É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura e o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda, em suas práticas e em seus agentes. (*op. cit.*, p. 114-115).

Ainda no excerto sob análise, logo em seguida, uma série de referências emotivas, de caráter piegas e também machistas, são expostas: homenagens com *broches roxos em forma de coração* e *panelas rosas*, congratulações por um *lanchinho delicioso* que foi preparado pela mulher. Por fim, a tese exposta por Argov com o auxílio de tantas metáforas bélicas: a mulher

racional é que a tem poder, que tem “munição”, que é “das boas”, porque mostra que têm cérebro e pensa por si própria, tal como o homem o faria.

A imagem da mulher descontrolada – de comportamentos oscilantes, imprevisíveis e explosivos –, que demonstra de forma nítida seus sentimentos em suas ações e também em sua expressão oral e que, por consequência, não deteria o respeito de seu parceiro e o domínio da relação foi, portanto, o último perfil feminino identificado por nós nas obras sob análise, a partir da motivação feminino/emoções. Reforçando claramente a dicotomia mulheres passionais *versus* homens racionais, tal representação do sujeito mulher mostrou-se, quantitativamente, a mais recorrente dentre as categorias analisadas, talvez por ser, de fato, a mais pejorativa dentre as três, assim como a inegavelmente mais disseminada pelo senso comum. Após explicitarmos os perfis de mulheres que não obteriam o sucesso no jogo amoroso, resta-nos agora, em nossa última seção deste capítulo, saber qual seria a figura prototipicamente realizada em suas relações conjugais, segundo as obras sob análise.

3.3.5 A mulher efetivamente *poderosa* e a que *se comporta como uma dama e pensa como um homem*: imagens do feminino ideal?

[...] as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o feminino e o masculino. (BOURDIEU, 1999).

Ao fim de nosso percurso analítico, em resposta às questões iniciais deste trabalho, pudemos perceber que os três perfis de mulheres construídos por nossas obras, de fato, associam o feminino às emoções de forma bastante simplificadora – vinculando-o a representações pejorativas diversas, tais como as de desequilíbrio, instabilidade, dependência, abnegação e idealismo excessivo – e praticamente não rompem com a dicotomia passionalidade/racionalidade em momento algum. Nesse sentido, os *ethé* da *mulher princesa*, da *mulher doadora* ou do *mulher descontrolada*, de forma geral, apontam para a mesma direção desvalorizadora da emotividade e são construídos por meio de uma relação de mão dupla: ao mesmo tempo em que os imaginários cristalizados na doxa dão sustentação para tais imagens da mulher, a construção dessas imagens nos meios midiáticos, tais como nos livros de autoajuda, contribui para a repercussão e consolidação de tal dinâmica binarizante.

Propomo-nos, neste momento, a investigar qual seria, portanto, a figura *ideal* da mulher proposta por essas obras, e quais seriam algumas das implicações sócio-históricas indiretamente transmitidas por esse perfil apregoado¹⁷². Já pudemos perceber que, em ambas as obras, a ampla proposta de se conter as mais variadas formas de manifestação das emoções femininas, tanto em seus comportamentos quanto em sua linguagem, acaba por aproximá-las do modelo de equilíbrio, racionalidade e objetividade supostamente masculino. Dessa forma, a mulher *poderosa*, de Argov, assim como *aquela que pensa como um homem*, de Harvey, alcançaria o sucesso na relação amorosa não por se afirmar em seu lugar feminino, como afirmam explicitamente os autores; pelo contrário, *ela conseguiria esse poder relacional na medida em que reproduzisse os parâmetros masculinos, historicamente valorizados*. Qual seria o sentido real do termo *poderosa*, por exemplo, nesse caso? Que tipo de poder feminino seria esse? Que validade efetiva ele teria?

In other words, authority is recognized and legitimized power. [...] Furthermore, it is important to recognize in dealing with the subject of female status that although female authority may imply power [...], female power does not necessarily imply authority. (ROSALDO & LAMPHERE, 1993, p. 190-191)¹⁷³.

Argov e Harvey, ao reforçarem claramente a dicotomia homens racionais e mulheres passionais, acabam não somente por ir na contramão de seu suposto projeto editorial diferenciado, como também parecem querer induzir suas leitoras a serem mulheres mais uma vez submissas à visão de mundo falocêntrica, a nosso ver. Essa seria não somente uma postura de reforço à sociedade que insiste em enxergar razão e emoção como parâmetros excludentes e não conciliáveis (ponto de vista do qual, desde o início de nosso trabalho até aqui, discordamos), mas também de reforço à cruel força do senso comum, que ainda insiste em apregoar o homem como modelo prototípico de racionalidade e controle – portanto, superior.

[...] Então elas se dão conta de que se adotarem uma abordagem sábia e objetiva no trato com os homens, *do jeito deles, agindo como eles*, aí elas conseguirão tudo o que quiserem. (HARVEY, 2010, p. 11).

¹⁷² Neste momento, não nos deteremos em uma análise minuciosa dos índices linguístico-discursivos dos excertos, por já nos encaminharmos ao fechamento de nossa exposição, e não mais a seu aprofundamento.

¹⁷³ Tradução livre da autora: “Em outras palavras, autoridade é poder reconhecido e legitimado. [...] Além disso, é importante reconhecer no trato com o sujeito feminino que, apesar de a autoridade feminina poder implicar poder [...], o poder feminino não necessariamente implica autoridade.”

Ademais, se nos submetemos a essa proposta de conquista do “poder”, pela mulher, por meio do apagamento das supostas diferenças emocionais entre feminino e masculino, negando as reais distinções que existem entre eles (neste momento, é importante enfatizarmos: não estamos negando de forma alguma, neste trabalho, que elas existam), estamos dando eco, por outras vias, à desigualdade de gênero. Afinal, não se reconhecer as diferenças entre homem e mulher como algo positivo é aniquilar as possibilidades de entendimento pela alteridade:

La diferencia es un principio existencial que concierne a las distintas maneras de ser humano/a, la peculiaridad de las propias experiencias, los objetivos propios, el propio... sentido de la existencia en la situación que uno desee para sí mismo. La diferencia entre mujeres y hombres es la diferencia básica de la humanidad. (Jornal italiano *Rivolta Femminile*, apud DUBY & PERROT, 1993b, p. 607)¹⁷⁴.

Mas a representação feminina supostamente ideal, erigida por essas obras, não se encerra na ideia desse falseado poder feminino pela contenção das emoções. É possível verificar também que Argov e Harvey, apesar de tentarem construir imagens pretensamente progressistas da mulher que se afirma e se valoriza por meio desse perfil racional, tipicamente masculino, acabam por ainda sustentar um perfil bastante ultrapassado acerca da feminilidade¹⁷⁵. A mulher *poderosa* e a que *pensa como um homem* devem, paradoxalmente, não se esquecer de preservar sua faceta estereotipicamente feminina de *damas*:

Quando o negócio é compromisso, ele mesmo se prende. **Você só precisa ser feminina, delicada, charmosa e agradável.** Então jogue a corda para ele. Observe. Ele vai se enroscar todo com ela. (ARGOV, 2010, p. 50, negrito nosso).

Lembre-se de que homens gostam de que as mulheres se comportem como damas em todos os momentos. Se for uma bebida em uma ocasião social, tudo bem. Mas se seu homem precisou carregá-la para fora porque você se estatelou no chão, empurrou alguém, falou besteira, em voz alta ou mandou, aos berros, ele arranjar uma quarta dose dupla sem gelo, então você tem um problema. (HARVEY, 2010, p. 179).

A busca pelo perfil próprio da “dama”, defendido pelas obras de nosso *corpus*, faz-nos recordar mais uma vez, conforme mencionamos em nosso Capítulo 2, das prescrições comportamentais e linguísticas dos manuais de etiqueta e dos tratados de conversação popularizados a partir da era vitoriana na Europa (COURTINE & HAROCHE, 1988). Neste ponto, os livros de autoajuda contemporâneos parecem atualizar os manuais de etiqueta

¹⁷⁴ Tradução livre da autora: “A diferença é um princípio existencial que concerne às distintas maneiras de ser humano/a, à peculiaridade das próprias experiências, aos objetivos próprios, ao próprio... sentido da existência na situação que alguém deseja para si mesmo. A diferença entre homens e mulheres é a diferença básica da humanidade.”

¹⁷⁵ A respeito da manutenção do *patriarcalismo* na obra de Argov, cf. Jones (2010).

femininos, repaginando-os com uma faceta *supostamente* modernizada. É preciso que a mulher não se exceda em suas posturas e não fale alto e excessivamente, a fim de que mantenha uma desejável (e suposta) aparência feminina atemporal.

Além de delicada, charmosa, agradável, educada e contida, a feminilidade da *dama*, especificamente para Harvey (2010), vincula-se à manutenção da masculinidade de seu parceiro, o qual não pode se ver destituído de seu papel social de provedor/responsável da mulher, tal como seu pai lhe foi:

E, na minha opinião, isso [proteção] é também, basicamente, o que a mulher quer do homem. Porque é assim que as meninas são educadas – com a proteção do pai, o homem mais importante da vida delas. Elas esperam que ele batalhe por elas, protegendo-as de todo o mal a todo custo. **Você sabe que é assim.** (HARVEY, 2010, p. 31, negrito nosso).

Ele não vai declarar seu amor a uma mulher que não permite que ele se sinta um homem. **O que você conseguiu em termos financeiros ou culturais não pode ser considerado mais importante que um relacionamento com um homem.** O DNA da gente não permite isso. Tradução: adoramos quando as mulheres nos tratam como homens, quando vocês mostram que **precisam** de nós. (HARVEY, 2010, p. 155-156, negritos nossos).

As conquistas financeiras ou culturais dessa mulher moderna, para o autor, não podem ser mais evidentes que seu desejo de obter sucesso em uma relação afetiva, de *precisar* do auxílio um homem – o que faz o projeto de afirmação feminina destas obras ser novamente desmistificado. Afirmando que os homens são *treinados* para prover, e as mulheres *treinadas* para esperar isso deles (caso contrário o relacionamento “sai de sincronia”), Harvey continua, no trecho seguinte, a defender sua concepção de feminilidade (pseudo) moderna:

Somos treinados para prover, e você é treinada para esperar isso de nós. No momento em que isso é quebrado, o relacionamento sai de sincronia. [...] Como você faz para sair disso? Não abdique nunca de seu dinheiro, seu trabalho, sua educação, ou do orgulho e dignidade que acompanham tudo isso.

Mas seja uma dama.

Ah, estou escutando daqui o barulho de todos esses dentes rangendo – é tão alto quanto uma sirene de polícia somada a um helicóptero. Também consigo ver daqui um fechar de punhos universal e um levantar cósmico de sobrancelhas. Mas você ficar irritada e incomodada com o que estou dizendo não muda o fato de que homens, independentemente de seu nível cultural, situação financeira, origem ou biografia, querem que suas mulheres permitam que eles tomem conta delas. E, para vocês, as mais desafiadoras, digo o seguinte: vão em frente e finjam que isso não é importante, se é isso que desejam. Mas as mulheres que aceitam que um homem vez por outra exerça uma liderança são as vencedoras. E só uma perguntinha final: você quer um homem ou não? Faça assim. [...] “Querido, muito obrigada por fazer isso, não sei o que seria de mim sem você.” [...] em algum momento da sua vida, você terá de decidir se será aquela mulher muito forte e muito sozinha, ou se vai querer voltar a ser uma dama. Mulheres exercem muitos papéis, todo o tempo. Por que esse

em particular, de ser uma dama, não é aceito por vocês, mesmo sabendo que exercê-lo lhes proporcionaria o que querem e precisam? No final das contas, ser feminina pode ser relaxante. Por que não aproveitar essa chance de relaxar? (*op. cit.*, p. 159-160).

Ao dizer que a mulher não deve abdicar *nunca* de seus interesses pessoais, mas nitidamente pontuar que tais conquistas não devem prescindir de uma (suposta) postura de feminilidade (observe-se o parágrafo adversativo enfático “Mas seja uma dama”), Harvey inicia uma crítica indireta à adesão da leitora às conquistas dos movimentos feministas. A mulher que lê seu livro, ao vê-lo defender, de certa forma, uma postura de retorno aos tradicionais lugares sociais do feminino, ficaria claramente indignada: rangeria *alto todos* os seus dentes (veja-se a descrição nitidamente animalésca), *tão alto quanto uma sirene de polícia somada a um helicóptero* (mesmo nessa descrição caricata da revolta feminina, é possível verificar, por meio da imagem do barulho, a manifestação das emoções excessivas abordada na seção anterior); ele veria um *fechar de punhos universal* (remetendo, provavelmente, ao símbolo do coletivo slogan “We can do it”, utilizado pelo Movimento Feminista americano na década de 1980); e um *levantar cósmico de sobrancelhas* (para ressaltar a amplitude dos efeitos de seu provocativo argumento). Para essas mulheres que se opõem ao *fato*, à certeza de que os homens querem tomar conta delas – nomeadas por Harvey de “vocês, as mais desafiadoras” –, o autor sugere que elas sigam em frente, *fingindo que isso não é importante*. Mas seria: segundo Harvey, as mulheres que aceitam, vez por outra, que o *homem exerça a liderança* são as “vencedoras”, e as que querem se encaixar fielmente no perfil de mulheres modernas (as feministas, por assim dizer) seriam, por consequência, as derrotadas e infelizes nas relações afetivas.

Em seguida, completa com um argumento de grande peso patêmico para a leitora que comprou seu livro em busca de aconselhamento afetivo; ironicamente, ele lança sua “perguntinha” final: *Afinal, você quer um homem ou não?*. Harvey procura, neste momento, suscitar na leitora o medo da solidão, da rejeição, em uma sociedade que apregoa – conforme vimos em nosso Capítulo 2 – que o valor da mulher está ainda bastante atrelado a seu *capital marital*, à sua capacidade de obter e manter um relacionamento conjugal. Para manter essa relação, as falas dela deveriam ressaltar a importância masculina (“não sei o que seria de mim sem você”), e, *em algum momento da sua vida*, o sujeito feminino não teria outra alternativa:

ou deveria escolher ser a mulher muito forte e muito sozinha (em uma relação de implicação necessária), ou deveria voltar a ser uma dama¹⁷⁶.

Neste ponto, a nosso ver, Harvey (2010) desvela o real projeto argumentativo de sua obra e, talvez, também o de Argov (2010): a mulher ideal deve ser razoavelmente forte em suas posturas (racional, contida, tal como um homem), a fim de conquistar o que é próprio do masculino – o respeito e o suposto controle da relação –, mas também deve ser razoavelmente frágil em seus comportamentos (feminina, agradável, recatada, dependente de seu comando), a fim de *manter o papel feminino tradicional*, ainda desejado pelos homens e pela sociedade em geral, pelo patriarcalismo que se mantém. Ou seja, deparamo-nos, em ambas as obras, com uma ilusória defesa da afirmação feminina. Afinal, segundo o próprio Harvey, assumindo frente a seus homens o comportamento de *damas* – papel social, dentre tantos outros, a ser exercido pelas mulheres –, elas teriam o necessário para lhes proporcionar “o que querem e precisam”, inclusive para, ironicamente, “relaxar”: *um companheiro*. Assim, a mulher constituir-se-ia como *Outro*, conforme nos fala Beauvoir (1970), frente a seu *Absoluto*, a seu *Soberano*, ao *Sujeito*: o Homem.

¹⁷⁶ Em seguida a essa citação, Harvey (2010) fornece algumas dicas para as mulheres *comportarem-se de forma feminina* em vários ambientes sociais. Transcrevemos, a seguir, algumas delas, a fim de confirmar a ideia que procuramos defender sobre o tom pseudomoderno dos conselhos do autor: “*Como ser feminina durante um encontro*: *Não diga a ele aonde você quer ir – diga só de que tipo de ambiente e comida você gosta e deixe que ele descubra um lugar que lhe agrade; *Não diga que você é quem dirige – deixe que ele leve você aos lugares; *Não diga que você quer dividir a conta – deixe que ele pague. [...] *Como ser feminina dentro de casa*: *Não tente consertar a pia, o carro, o vaso sanitário, nem nada mais – deixe isso para ele; *Não se negue a preparar algumas refeições – a cozinha é um espaço comum de vocês dois.”. (*op. cit.*, p. 161-162).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complacência é uma atitude bem mais perigosa que o ultraje. (LITTLEBEAR, Naomi apud ANZALDÚA, Gloria, 2000).

Em nosso percurso, procuramos mostrar como as populares obras de autoajuda destinadas ao público feminino – especificamente as selecionadas como *corpus* deste trabalho, *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* (ARGOV, 2010) e *Comporte-se como uma dama, pense como um homem* (HARVEY, 2010) – podem ser entendidas como ricas manifestações discursivas das variadas imagens que, inscritas na doxa, procuram vincular mulheres e emoções. Como vimos, tal vinculação ainda é feita até hoje por meio da sustentação de uma visão dicotômica entre homens racionais e mulheres emotivas, de forma a inferiorizar estas últimas nas relações de poder que se instauram em nossa sociedade. Em um mundo pós-moderno, pós-estruturalista, que desconstrói identidades de gênero, pareceu-nos instigante verificar a força do senso comum na manutenção dessas representações cristalizadas do sujeito feminino.

Inicialmente, procuramos identificar alguns traços definidores do amplo gênero discursivo *autoajuda*, por meio do resgate de pressupostos da teoria de gêneros e de uma investigação de caráter sócio-histórico sobre o contexto que fez emergir esse tipo de literatura. Mostramos, nesse sentido, que a autoajuda circunscreve um amplo conjunto de práticas texto-discursivas de grande vendagem que têm o intuito de cumprir uma função de aconselhamento às mais diversas instâncias (concretas ou abstratas) da vida do indivíduo contemporâneo, este inserido em um complexo e progressivo quadro de acentuação do individualismo e da busca da realização pessoal por si próprio. A autoajuda, portanto, seria fruto de uma psicologia popularesca de forte inscrição retórico-argumentativa, já que, por meio de seus discursos fortemente persuasivos (direta ou indiretamente), tais livros apregoam comportamentos ideais para seu público leitor – este, sobretudo, pertencente às camadas mais letradas da população, ao menos em nosso país. Em seguida, procuramos definir, a fim de justificar a seleção de nosso *corpus*, uma chamada *autoajuda feminina* e suas diferentes manifestações no mercado editorial brasileiro. Esse longo percurso efetuado em nosso primeiro capítulo foi-nos fundamental não somente para tentar definir de forma mais embasada e técnica a constituição genérica de nossas obras, mas também para explicitar toda a ampla e curiosa dinâmica de

aceitação mercadológica desses livros. Por extensão, essas reflexões iniciais acabaram por contribuir com nosso objetivo final de investigar o projeto argumentativo de tais manuais de autoajuda e de sua possível eficácia persuasiva.

Posteriormente, a fim de compreender a associação histórica entre as emoções e o feminino, efetuamos dois resgates históricos. O primeiro deles correspondeu à apresentação de um breve percurso do entendimento das emoções no transcorrer da história do pensamento ocidental, priorizando a abordagem secular das paixões frente a seu (suposto) oposto: o campo da razão, da racionalidade. Do mundo clássico à contemporaneidade, dedicamo-nos – ainda que de maneira lacunar, obviamente – a contemplar algumas cenas que abordaram/abordam essa vinculação entre as emoções e as razões, distanciando-as, ou, mais recentemente, tentando aproximá-las, em algumas áreas do conhecimento. O segundo resgate histórico, por sua vez, tinha como objetivo mostrar, também em linhas gerais, por que, a partir dessa trajetória maniqueísta entre razão e emoção, o feminino acabou historicamente por se alocar em uma posição inferiorizada nas esferas de poder ao ser associado às paixões e a seus desdobramentos simbólicos, como a fraqueza, o descontrole, a irracionalidade, a incapacidade intelectual, os impulsos biológicos. De forma paralela a esses dois percursos históricos, apresentamos algumas discussões do movimento feminista sobre o sujeito mulher, sobre o lugar do feminino e sobre as configurações culturais que lhes dão corpo. Ainda nessa sequência, recorreremos novamente *en passant* a nosso *corpus*, já sinalizando como nossas obras de autoajuda, de forma ampla, exemplificavam tais realidades históricas. As amplas retomadas históricas efetuadas nesse segundo capítulo, apesar de poderem parecer, à primeira vista, demasiadamente expositivas e longas, foram organizadas de forma a fazer compreender o gradual e inquestionável processo de consolidação dos imaginários pejorativos e tão naturalizados acerca da relação feminino e emoções. Esses extensos percursos históricos também nos serviram, à frente, como importante subsídio para a análise mais rica de nosso *corpus*, pois foram retomados, pouco a pouco, em meio à investigação da materialidade linguístico-discursiva de nossas duas obras, em um diálogo micro e macrodiscursivo.

Finalmente, em nosso capítulo terceiro, reunimos toda a abordagem mais propriamente argumentativa de nosso trabalho: começamos por apresentar resumidamente algumas das abordagens teóricas da AD que nos norteariam em nossa análise linguístico-discursiva-neorretórica posterior, com destaque para a Análise Argumentativa do Discurso e a releitura contemporânea das três provas retóricas – *ethos*, *pathos* e *logos* – em sua relação com o

universo dóxico. Em seguida, nossa abordagem do *corpus* procurou examinar de que maneira a correlação da dimensão das imagens, da dimensão patêmica e da dimensão da construção discursiva manifestava-se na materialidade textual, sob a forma de estratégias argumentativas, para buscar a adesão das possíveis leitoras dessas obras de autoajuda. Primeiramente, verificamos que os enunciadores de Harvey e Argov procuraram erigir para si imagens de credibilidade autoral, vinculadas, cada qual, à revelação de verdades supostamente inéditas às mulheres, ao conhecimento de causa/experiência vivida e ao suposto rigor científico de seus projetos. Sequencialmente, identificamos e analisamos três grandes grupos de imagens, presentes nas obras, a partir da ligação feminino e emoções: o da *mulher princesa*, romântica e idealista; o da *mulher doadora*, entregue a seu amor e dependente da atenção de seu parceiro; e o da *mulher descontrolada*, instável e reveladora de suas emoções em falas e comportamentos excessivamente passionais – todos esses três perfis ainda relativamente aceitos pelos imaginários sociodiscursivos que nos circundam e sinalizadores de uma mesma direção desvalorizadora dos afetos, estes vistos como opostos a uma perspectiva mais racional. Por último, procuramos mostrar que o perfil “ideal” de mulher construído pelas obras – aquele que garantiria o sucesso na empreitada amorosa – acaba por reproduzir, de certa forma, certas configurações do patriarcalismo, ainda que de forma disfarçada, por meio de um discurso pseudofeminista. Foi possível constatar que os parâmetros valorizáveis de racionalidade e controle defendidos pelos livros em questão acabavam por aproximar a mulher do universo masculino, aquele que efetivamente traria empoderamento nas relações. De forma paralela, paradoxalmente, a mulher ideal também deveria se manter no lugar estereotipado da “dama”, preservando uma feminilidade já ultrapassada e dependente da aceitação masculina. As obras de autoajuda sob análise pareceram-nos ilustrar, ainda, de forma afinada às tendências político-culturais da contemporaneidade, uma danosa *meritocracia sentimental*, em que a responsabilidade pelo sucesso amoroso da mulher estaria atrelada simplesmente a seu esforço individual no cumprimento de preceitos socialmente recomendados para a consecução de seu objetivo final, o seu “prêmio”: a obtenção de um relacionamento estável e oficial.

Nesse sentido, nossa análise do *corpus* nos leva a caminhar para algumas percepções finais. A primeira delas diz respeito às vozes autorais de Argov (2010) e Harvey (2010): antes de investigarmos seus empreendimentos argumentativos, perguntávamo-nos se haveria alguma diferença na abordagem que cada um deles faria da figura feminina e de sua relação com as emoções – afinal, tratava-se, no primeiro caso, de uma mulher falando para mulheres e, no

segundo, de um homem falando para mulheres. No decorrer de nossa análise, pudemos perceber, entretanto, que não houve diferenças significativas na perspectiva de seus enunciadores devido a esse fato. Harvey coloca-se no papel do homem que revela às mulheres os pensamentos masculinos necessários à vitória delas no jogo amoroso. De forma similar, Argov também se constrói como aquela mulher que revela às suas leitoras os segredos masculinos nunca antes investigados, a fim de garantir a elas um suposto “poder” conjugal.

Nessa empreitada prescritiva, já esperávamos, até certo ponto, que Harvey, como porta-voz de um discurso nitidamente machista e estereotipado, acabasse por reproduzir os locais tradicionalmente inferiorizados conferidos à mulher, inclusive em sua relação com os afetos, por mais que se representasse como o “redentor” da infelicidade de suas ouvintes/leitoras. De fato, não conseguimos detectar, na obra do radialista/comediante, nenhuma tentativa mais clara de subversão aos papéis estabelecidos pelo (re)patriarcado: para que a mulher consiga realizar-se afetivamente, é preciso que ela *pense como um homem* – não só para compreendê-lo e lidar com ele, mas também para seguir sua tendência racionalizante, realista, lógica e controlada –, mas ainda se *comporte como uma dama* – mantendo certos comportamentos tradicionalmente associados a uma ainda desejada “feminilidade”, como a delicadeza, a contenção, a submissão ao homem provedor. Ou seja: a obra, que se propõe como um suposto instrumento de empoderamento feminino, acaba por mais uma vez desempoderar a mulher, graças à sua própria condição “oposta” à do homem.

No caso de Argov, já uma enunciativa feminina, pretendíamos verificar se, em algum momento, seu projeto argumentativo conseguiria efetivamente relativizar os papéis tradicionalmente pejorativos atribuídos à mulher em sua vinculação às emoções. Apesar de anunciar-se como uma autora que “desafiaria as convenções”, que forneceria os caminhos para que sua leitora realmente se tornasse uma “poderosa”, segura de si e dona de sua feminilidade independentemente do que a sociedade dita às mulheres, o projeto de Argov mostrou-se, a nosso ver, claramente falho. Uma leitura minimamente atenta da obra da autora faz-nos perceber que ela reverbera, de forma muito parecida com Harvey, o lugar do machismo e da inferiorização feminina como dinâmicas naturais. Apesar de tentar disfarçar tal reforço à doxa por meio da retratação dos pensamentos supostamente masculinos, que não seriam de sua autoria, Argov acaba por se trair, pois erige seu projeto de mulher “poderosa” não sobre a liberdade do sujeito mulher, mas sobre seu condicionamento aos parâmetros masculinos de racionalidade e controle. Na mesma direção, Argov ainda reforça o

pensamento sexista de que a mulher se constitui como valorável somente graças ao olhar do *outro*, o homem, pois precisa se casar ou ter um parceiro fixo a fim de se afirmar socialmente e, por isso, submeter-se-á ao que os homens esperam de uma mulher “agradável” e “boa esposa”.

A nossa segunda percepção final diz respeito à dinâmica sócio-histórica escondida pela grande vendagem dessas obras. A grande aceitação popular desses livros de autoajuda poderia ser reflexo de certo movimento “sazonal” anti-feminista, visível em certos produtos culturais destinados às mulheres? Uma tentativa, ainda que inconsciente, de retornar a certas configurações aparentemente superadas do lugar do feminino? Uma espécie de reação conservadora que tende a nos levar para os papéis tradicionalmente combatidos pelo movimento feminista, como o da mulher bem casada e da esposa feliz? Nossa pesquisa, nesse sentido, acaba por confirmar o que os estudos feministas procuram desvelar a todo o tempo: a certeza de que, por trás de uma aparência de renovação nos papéis femininos – proclamada aos quatro cantos pela grande mídia e pelo discurso do senso comum –, a livre afirmação do sujeito mulher, possivelmente distanciado de seus históricos lugares de subalternização nas relações afetivas, domésticas, trabalhistas e sociais, ainda está longe de ser uma realidade razoavelmente consolidada. E o pior: essa ilusória imagem da mulher moderna, dona de si, feliz e realizada edifica-se em imaginários patriarcais *pouco visíveis*, porque sustentados por um pretense discurso de “*libertação*” *feminina*. Vejam-se como exemplos, nesse caso, não somente nossas obras de autoajuda, mas uma série de revistas femininas, peças publicitárias dirigidas às mulheres, programas de TV direcionados a esse público de forma pretensamente inovadora etc. Diante desse problemático quadro, que procura, em certa medida, ocultar a permanência de certas configurações de desempoderamento feminino por meio de um frágil discurso de afirmação, é que acreditamos que nosso trabalho, assim como tantos outros que versam sobre gênero social, são extremamente relevantes à constante revisão dos papéis do feminino. Mais do que nunca, associados a diversas áreas do saber – como a própria Análise do Discurso –, os estudos feministas são extremamente necessários e atuais. Assim, a percepção da *dimensão argumentativa* proposta por Amossy (2010) em nosso *corpus* faz-se clara neste momento: de forma velada, por meio da defesa de uma ilusória afirmação feminina, Harvey e Argov argumentam consistentemente em defesa de valores individualistas, heteronormativos, patriarcais.

Neste momento, ousamos inverter nosso olhar e traçar alguns questionamentos finais, aparentemente sem respostas definitivas (e, portanto, passíveis de serem investigados em trabalhos futuros), mas relativizadores, a respeito do possível papel exercido por essas obras de autoajuda frente às mulheres que as leem. Será mesmo que essas mulheres que compram e seguem os preceitos dessas obras não são capazes de ir além da aparente dominação masculina que estas lhes exercem? Será mesmo que essas leitoras devem ser entendidas como um público somente alienado, vitimizado, consumidor de produtos culturais que reforçam seu lugar de subalternização sem que elas percebam? Em última instância, pode-se tentar pensar, também, que o discurso dessas obras não só vitimiza as mulheres ou reforça sua subalternização, mas que pode lhes dar certa margem de manobra, certo lugar de agência, se suas leitoras conseguem colocar em prática, a partir dessa literatura, um projeto crítico de emancipação, de confiança, de uma mulher “poderosa” efetivamente, quebrando com os julgamentos pejorativos apresentados? Por mais problemático e idealista que esse espaço de agência a partir das obras pareça ser, é algo ainda a ser pensado, por meio de um olhar sobre o lugar da recepção. Os estudos da Argumentação, aliados a campos como a AD, a Psicologia Social, as Ciências Sociais, a História e a Psicanálise, ainda podem ter muito a oferecer à análise do frutífero objeto *autoajuda*.

Por fim, apesar de cientes da incompletude de nosso trabalho, dados os inúmeros campos do conhecimento pelos quais nos propusemos, arriscadamente, a circular, acreditamos que esta dissertação configura-se como uma contribuição relevante à desafiadora (e sempre necessária) empreitada de investigação das complexas relações que podem ser estabelecidas entre o discurso e a história, a razão e a emoção, assim como entre a doxa e o sujeito feminino – neste caso, nas tão rechaçadas, mas não menos ricas obras de autoajuda.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 13 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

AGUIAR, André Efgem de. *O discurso de autoajuda em revistas femininas: aspectos retóricos e discursivos*. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2009.

ALONSO, Denise. *A argumentação em textos de autoajuda*. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

ALVES, Carolina Assunção e. Efeitos de patemização no discurso fílmico. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação* [on-line], n. 01, p. 129-144, 2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista1/eideaartigo12.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *L'argumentation dans le discours*. 3e ed. Paris: Armand Colin, 2010.

_____. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa* [on-line], n. 09, p. 121-146, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59776/62885>. Acesso em: 30 mar. 2014.

AMOTT, Teresa & MATTHAEI, Julie. *Race, gender and work. A multi-cultural economic history of women in The United States*. Cambridge: South End Press, 1996.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000.

ARGOV, Sherry. *Por que os homens se casam com as mulheres poderosas?* Um guia para solteiras ou casadas deixarem os homens a seus pés. 15. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal* (1979). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, [1997].

BARTHES, Roland. L'ancienne Rhétorique. *Communications* n. 16, Seuil, Paris, 1970.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo – 1. Fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. *O segundo sexo – 2. A experiência vivida*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*. 2. ed.. Lisboa: Dinalivro, 2004.

BÍBLIA DE ESTUDO SCOFIELD – corrigida e revisada. São Paulo: Editora Bom Pastor, 2009.

BOSCOV, Isabela & ROGAR, Silvia. Nas asas da autoajuda. *Revista Veja edição 2141*. São Paulo, 2 dez 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/021209/nas-asas-autoajuda-p-140.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. (1998) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1999].

BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

BRUNELLI, Anna Flora. Estereótipos da mulher no discurso de autoajuda. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, n. 13 (2), p. 102-116, 2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/7897/6023>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. *“O sucesso está em suas mãos”*: análise do discurso de autoajuda. 2004. 149 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Madrid: Paidós, 2006.

CARTER, Steve & SOKOL, Julia. *Homens gostam de mulheres que gostam de si mesmas*. São Paulo: Sextante, 2008.

_____. *O que toda mulher inteligente deve saber*. São Paulo: Sextante, 2006.

CHAGAS, Arnaldo Toni Sousa das. *O Sujeito Imaginário no Discurso de Auto-Ajuda*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília & MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, v. 2.

_____. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Pathos e discurso político*. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alli. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato (orgs.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. p. 13-42.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COBO, Rosa. *Hacia una nueva política sexual*. Las mujeres ante la reacción patriarcal. Madrid: Catarata, 2011.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu* [on-line], n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000200004>. Acesso em: 22 jan. 2014.

COURTINE, Jean-Jacques & HAROCHE, Claudine. *Histoire du Visage*. Exprimer et taire ses émotions (du XVIe siècle au début du XIXe siècle). Paris: Payot, 1988.

DAMASIO, Antonio. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres*. 4. El siglo XIX. Madrid: Taurus, 1993a.

_____. *Historia de las mujeres*. 5. El siglo XX. Madrid: Taurus, 1993b.

ELSTER, Jon. Racionalité, émotions et normes sociales. In: PAPERMAN, P. & RUWEN, Ogién. *La couleur des pensés: sentiments, émotions, intentions*. Paris: Editions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1995.

EMEDIATO, Wander. As emoções da notícia. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

_____. L'argumentation dans le discours d'information médiatique. *Argumentation et Analyse du Discours* [on-line], n. 07, p. 1-19, 2011. Disponível em: <http://aad.revues.org/1209>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: MARI, H. et alli. *Análise do Discurso em Perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 63-72.

FINE, Cordelia. *Homens não são de Marte, mulheres não são de Vênus*. Como a nossa mente, a sociedade e o neurosexismo criam a diferença entre os sexos. São Paulo: Cultrix, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* (1970). São Paulo: Loyola, [2005].

_____. *História da Sexualidade* (1972). Rio de Janeiro: Graal, [2012].

_____. *Microfísica do poder* (1988). Rio de Janeiro: Graal, [2012].

FREUD, Sigmund. *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925). Disponível em: <http://www.freudonline.com.br/livros/volume-19/vol-xix-14-algumas-consequencias-psiquicas-da-distincao-anatomica-entre-os-sexos-1925/>. Acesso em: 30 jan. 2014.

FRIJDA, Nico. Passions: l'emotion comme motivation. In: *Les émotions: cognition, langage et développement*. Belgique: Mardaga, 2003.

GALINARI, Melliandro Mendes. A polissemia do logos e a argumentação. Contribuições sofisticadas para a Análise do Discurso. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação* [on-line], n. 01, p. 93-103, 2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista1/eideaartigo9.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

GOLDENBERG, Mirian. *Homem não chora, mulher não ri – 80 ideias para entender melhor sexo, amor e felicidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

GOURINAT, Jean-Baptiste & BARNES, Jonathan. *Ler os estoicos*. São Paulo: Loyola, 2013.

HARVEY, Steve; MILLNER, Denene. *Comporte-se como uma dama, pense como um homem*. O que eles realmente pensam sobre amor, intimidade e compromisso. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/>. Acesso em: 24 jul. 2013.

JONES, Shannon Leigh. *Why Men Love Bitches: A Feminist Perspective*. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=comssp>. California Polytechnic State University, 2010. Acesso em: 30 jun. 2014.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle? Remarques et aperçus. In: *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIMA, Helcira M. R. de. *Na tessitura do processo penal: a argumentação no tribunal do júri*. 2006. 260f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

_____. Patemização: emoções e linguagem. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

LYSARDO-DIAS, Dylia. Estereótipos e emoção: empatia no gênero proverbial. In: MENDES, Emília & MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, v. 2.

MACHADO, I. L. Análise do Discurso e seus múltiplos sujeitos. In: MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R. & LYSSARDO-DIAS, D. (orgs.). *Teorias e Práticas: Estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998. p.111-121.

_____. Uma teoria de Análise do Discurso: a Semiologia. In: MARI, H. et alli. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p. 39-62.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros do discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato (orgs.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. p. 43-58.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARI, Hugo; SILVEIRA, José Carlos Cavaleiro. Sobre a importância dos gêneros discursivos. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato (orgs.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. p. 59-74.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MENDES, Simone Santos & MENDES, Paulo Henrique. Uma análise discursiva das emoções em Laranja Mecânica: o estranhamento, a humilhação e a indignação. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

MEREGE, Ana Lúcia. *Os contos de fadas: origens, história e permanência no mundo moderno*. São Paulo: Claridade, 2010.

MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MICHELI, Raphaël. La construction argumentative des émotions: pitié et indignation dans le débat parlementaire de 1908 sur l'abolition de la peine de mort. In: *Émotions et discours*. L'usage des passions dans la langue. Rennes: PUR, 2008.

MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, v. 70, n. 2, p. 151-167, 1984.

NATIVIDADE, Claudia & PIMENTA, Sônia Maria de Oliveira. Debate entre gêneros: possibilidade de construção de um signo para as emoções masculinas. In: MENDES, Emília & MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, v. 2.

NUSSBAUM, Martha. Les émotions comme jugements de valeur. In: PAPERMAN, P. & RUWEN, Ogien. *La couleur des pensées: sentiments, émotions, intentions*. Paris: Editions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1995.

OBELKEVICH, J. Provérbios e história social. In: BURKE, P. & PORTER, R. (Orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEARSALL, Paul. *O seu último livro de auto-ajuda: reprima sua raiva, pense negativamente, culpe os outros, sufoque sua criança interior*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Que são gêneros textuais? In: _____. *Análise crítica do discurso: do lingüístico ao social no gênero midiático*. São Cristóvão: UFS, 2008. p. 29-57.

PEREIRA, Júlio Neves. Estratégias retórico-discursivas no discurso de autoajuda. *Coletânea de trabalhos apresentados no XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística*, 22-26 nov. 2006, Uberlândia, p. 1523-1533. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_008.pdf. Acesso em: 30 jun. 2014.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (1958). *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. São Paulo: Editora Martins Fontes, [1996].

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PLANTIN, Christian. *A argumentação. História, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. As razões das emoções. In: *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, v. 2.

_____. *Les bonnes raisons des émotions: principes et méthodes pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang, 2011.

RESENDE, Graciele Silva. *Estratégias discursivas em publicidades brasileiras de cerveja*. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (orgs.). *Woman, culture and society*. (1974) Stanford: Stanford University Press, [1993].

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Revista Nueva Antropología*, n. 030, vol. VIII, p. 95-145, 1986. Disponível em: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/nuant/cont/30/cnt/cnt7.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

RÜDIGER, Francisco. *Literatura de autoajuda e individualismo: contribuição ao estudo de uma categoria da cultura de massas*. 2. ed. Porto Alegre: Gattopardo, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, n. 03, v. 15, p. 67-81, jul/set 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000300010>. Acesso em: 22 jan. 2014.

TANNEN, Deborah. *Você simplesmente não me entende: o difícil diálogo entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1990.

VIDAL, Catherine & BENOIST-BROWAEYS, Dorothée. *Cerveau, sexe et pouvoir*. Paris: Belin, 2005.

VOGT, Carlos Alberto. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, 1977. Coleção Ensaios.

ZILBERMAN, Regina. Leitor brasileiro em “primeiro lugar”. *Com Ciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, Unicamp, n. 103, 2008. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=40&id=480>. Acesso em: 30 jul. 2013.